



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS-ANP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro/2017



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS-ANP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e da Portaria CGU nº 500/2016.

SECRETARIA-EXECUTIVA

Rio de Janeiro/2017

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAAS – Avaliação Ambiental de Área Sedimentar
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AM - Amazonas
AIN – Assessoria de Inteligência
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
AUD – Auditoria
BA – Bahia
BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção
BI - Business Intelligence
BID – Lance, oferta
BRASILCOM – Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis
BSC – Balanced Scorecard
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADI – Comissão de Avaliação do Desempenho Institucional
CBM – Corpo de Bombeiros Militar
CCL – Coordenadoria de Conteúdo Local
CD I – Cargo de Direção I
CD II – Cargo de Direção II
CDC – Coordenadoria de Defesa da Concorrência
CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação
CEAPG – Centro de Estudos Aplicados de Petróleo e Gás Natural
CEL - Comissão Especial de Licitação
Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello
CEVI – Condomínio do Edifício Visconde de Itaboraí
CGU – Controladoria Geral da União
CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COP – Coordenadoria Parlamentar
COR – Coordenadoria do Orçamento
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPI – Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos
CPT – Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas
CRC – Centro de Relações com o Consumidor
CRF – Central do Centro de Rochas e Fluidos
CRG – Corregedoria
CTA – Comitê Técnico de Acompanhamento
DETRAN – Departamento de Trânsito
DF – Distrito Federal
DG – Diretoria Geral
DIR I – Diretoria I
DIR II – Diretoria II
DIR III – Diretoria III
DIR IV – Diretoria IV
DOU – Diário Oficial da União
DPC – Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha
E & P – Exploração e Produção

EAAS – Estudo Ambiental de Área Sedimentar
EC – Escritório Central
EDF – Escritório Sede-DF
EGP – Escritório de Gestão de Projetos
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
EPO – Escritório de Gestão de Processos
ERJ – Escritório Central-RJ
ESA – Escritório Regional de Salvador
ESP – Escritório Regional de São Paulo
EVT – Estudo de Viabilidade Técnica
FECOMBUSTÍVEIS – Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes
FENABRAVE – Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FPSO – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência
GAB – Gabinete do Diretor-Geral
GFL – Grupo de Avaliação dos Fluxos Logísticos de Produção, Transporte e Armazenagem de Combustíveis
GLP – Gás Liquefeito do Petróleo
GNC – Gás Natural Comprimido
GNV – Gás natural veicular
GPC - Gerenciamento de Parcelamento de Créditos
GPF – Gestão dos Processos da Fiscalização
IAC – Índice de Autorizações e Credenciamentos
IAD – Índice de Ampliação e Disseminação do Conhecimento
IBEDuC – Instituto Brasileiro de Educação Corporativa
ICO – Índice de Comunicação
IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente
IEP – Índice de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural
IFI – Índice de Fiscalização
IGI – Índice de Gestão Interna
IGOD – Informações Gerenciais de Operações Desenvolvidas
IN – Instrução Normativa
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPEM – Instituto de Pesos e Medidas
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEP – Laboratório de Estudos e Análises de Petróleos
LOA – Lei Orçamentária Anual
LUBNOR – Lubrificantes e Derivados do Nordeste
MCE – Gestão da Movimentação de Comércio Exterior
MDS – Método de Desenvolvimento de Sistema
MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MF – Ministério da Fazenda
MG – Minas Gerais
MME – Ministério de Minas e Energia
MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
mppd – mil barris de petróleo por dia
MPM – Média Ponderada Móvel
MT - Magnetotelúrico
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade
NFP – Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural
NFSM – Notificação de Falha do Sistema de Medição

NIN – Núcleo de Informática
OCTE – Óleo Combustível para Turbina Elétrica
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ON – Observatório Nacional
ON – Orientação Normativa
OSDUC – Oleoduto que liga o Terminal de Cabiúnas (Macaé-RJ) ao Terminal de Campos Elíseos (Duque de Caxias-RJ)
PAA – Plano de Ação Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PB - Petabyte
PDTI – Plano Diretor do TI
PE – Participação Especial
PEM – Programa Exploratório Mínimo
PETI – Plano Estratégico do TI
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PPSA – Pré-Sal Petróleo S.A.
PRG – Procuradoria Geral
PRH – Programa de Recursos Humanos
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural
PTI – Plano de Trabalho Individual
QAV – Querosene de Aviação
QAV B-X – Querosene de Aviação B-X
RAC – Reunião de Análise Crítica
RECAP – Refinaria de Capuava
REDUC – Refinaria Duque de Caxias
REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini
REPAR – Refinaria Presidente Getúlio Vargas
REPLAN – Refinaria de Paulínia
REVAP – Refinaria Henrique Lage
RGT – Relatório de Gastos Trimestrais
RGP – Registro Geral de Produtos
RJ – Rio de Janeiro
RM – Relatório de Medição
RMA – Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RNEST – Refinaria Abreu e Lima
RPCC – Refinaria Potiguar Clara Camarão
RS – Rio Grande do Sul
S.A. – Sociedade Anônima
SAA – Solicitação de Acesso as Amostras
SAB – Superintendência de Abastecimento
SAF – Sistema de Acompanhamento de Frequências
SAOF – Sistema de Acompanhamento de Ofertas
SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos
SCI – Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais
SCM – Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural
SDB – Superintendência de Definição de Blocos

SDP – Superintendência de Desenvolvimento e Produção
SDT – Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos
SEC – Secretaria Executiva
SEI – Sistema Eletrônico de Informação
SEP – Superintendência de Exploração
SFA – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa
SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
SFO – Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária
SFP – Sistema de Fiscalização da Produção
SGP – Superintendência de Gestão de Pessoas
SGSO – Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional
SGTI – Sistema de Gestão de Tecnologia da Informação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIATA – Sistema Integrado de Áreas Técnicas e Atendimento
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICBOLSAS - Sistema Integrado de Controle de Bolsas
SICOM – Sistema de Controle de Multas
SICONV - Sistema Integrado de Convênio
SID – Sistema de Informação Documental
SIGAF– Sistema de Gestão do Planejamento das Ações da Fiscalização
SIGEP – Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção
SIMP – Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
SISGEVI – Sistema da Gerência de Vistorias, Inspeção e Perícias Técnicas
SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde
SINCOPETRO – Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo
SINDICOM - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SP – São Paulo
SPAC - Solicitação de Participação em Ação de Capacitação
SPAR-CS - Setor Paraná
SPAT – Sistema de Participação em Ação de Treinamento
SPD – Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
SPG – Superintendência de Participações Governamentais
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento de Uso do Patrimônio
SPL – Superintendência de Promoção de Licitações
SPT – Sistema de Plano de Trabalho
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SQD– Sistema de Qualificação Digital
SRD-PR – Sistema de Registro de Documentos – Posto Revendedor de Combustíveis
SRF – Secretaria da Receita Federal
SRP – Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis
SSM – Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TB - Terabyte
TCA – Termo Circunstanciado Administrativo
TCU – Tribunal de Contas da União
TEM – Transiente Eletromagnético
TI – Tecnologia da Informação

TPB – Toneladas de Porte Bruto
UAR BA – Unidade de Atendimento Regional-Bahia
UAR MG – Unidade de Atendimento Regional-Minas Gerais
UAR MN – Unidade de Atendimento Regional-Manaus
UAR RS – Unidade de Atendimento Regional-Rio Grande do Sul
UAR SP – Unidade de Atendimento Regional-São Paulo
UF – Unidade Federativa
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UO – Unidade Orçamentária
UORGs – Unidades Organizacionais
USP – Universidade de São Paulo
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da unidade	04
Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos	14
Quadro 3 – Indicadores da Estratégia	25
Quadro 4 – Objetivo fixado pelo PPA – Suprir o mercado interno de combustíveis	27
Quadro 5 – Objetivo fixado pelo PPA – Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis	28
Quadro 6 – Objetivo fixado pelo PPA – Planejar a manutenção	29
Quadro 7 – Iniciativa - Realização de levantamentos e estudos geológicos e geofísicos	32
Quadro 8 – Iniciativa – Elaboração de estudos e definição de ferramenta para o PE	34
Quadro 9 – Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis	35
Quadro 10 – Programa 2053 – Petróleo e Gás	38
Quadro 11 – Ação 212 K	40
Quadro 12 – Ação 212 L – Regulação das Atividades da indústria de Petróleo	46
Quadro 13 – Ação 213 E – Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares	51
Quadro 14 – Ação 158 M - Implantação do Centro de Rochas e Fluidos	53
Quadro 15 – Ação 10TP – Modernização Estrutural do CPT	55
Quadro 16 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela ANP na modalidade de convênio, termos de cooperação e de contratos de repasse	59
Quadro 17 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	59
Quadro 18 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios	60
Quadro 19 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	60
Quadro 20 – Concessão de suprimento de fundos	75
Quadro 21 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	78
Quadro 22 - Resoluções sobre qualidade de produtos publicadas em 2016	83
Quadro 23 - Contratos de Monitoramento da qualidade em vigor	91
Quadro 24 - Quantitativo de agentes regulados pela superintendência em 2016	103
Quadro 25 – Agentes Regulados	104
Quadro 26 – Tancagem ampliada	105
Quadro 27 – Informações sobre Dirigentes e Colegiados	133
Quadro 28 - Ações de auditoria previstas no PAINT 2016 e ações executadas.	140
Quadro 29 - Procedimentos e Providências	147
Quadro 30– Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	163
Quadro 31 – Mapa estratégico e demandas de TI	186
Quadro 32 – Objetivos Estratégicos de TI	188
Quadro 33 – Principais Sistemas de Informação da ANP	195
Quadro 34 – Plano de capacitação dos servidores que atuam na STI	197
Quadro 35 – Deliberações dos Acórdãos TCU – 2016	218

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Resoluções da ANP 2016	02
Tabela 02 – Planos orçamentários da ação 212J	36
Tabela 03 – Planos orçamentários da ação 212 K	42
Tabela 04 – Planos Orçamentários da Ação 212 L	48
Tabela 05 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	58
Tabela 06 – Informações sobre a realização de receitas	65
Tabela 07 – Despesa por modalidade de contratação	67
Tabela 08 – Despesas por grupo e elemento de despesa	73
Tabela 09 – Utilização de suprimento de fundos	76
Tabela 10 – Acompanhamento da Arrecadação de Multas	81
Tabela 11 – SPG – Auditoria	107
Tabela 12 - Representatividade do volume de produção fiscalizado em 2016	109
Tabela 13 – Quantidade de instalações passíveis de fiscalização	110
Tabela 14 - Processos de recálculo de produção instaurados em 2016, oriundos das análises das notificações de falhas dos sistemas de medição	111
Tabela 15 - Processos de recálculo de produção instaurados em 2015, oriundos das análises das notificações de falhas dos sistemas de medição	113
Tabela 16 – Quantidade de instalações fiscalizadas	115
Tabela 17 – Quantidade de autos de infração lavrados	115
Tabela 18 – Quantidade de processos de fiscalização	116
Tabela 19 – Evolução do fator de utilização do parque de refino brasileiro	123
Tabela 20 – Total de incidentes comunicados pelos agentes regulados	123
Tabela 21 – Quantitativo de Procedimentos	146
Tabela 22 – Síntese da Remuneração dos Administradores	150
Tabela 23 – Volume Mensal de Manifestações	151
Tabela 24 – Pedidos de Acesso à Informação	152
Tabela 25 – CRC Percentual	154
Tabela 26 – Resultados da Pesquisa de Atendimento - CRC	155
Tabela 27 – Força de Trabalho na ANP	160
Tabela 28 – Distribuição da Lotação Efetiva	161
Tabela 29 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ANP	161
Tabela 30 – Despesas com pessoal	162
Tabela 31 - Quantitativo de estagiários, conforme Orientação Normativa nº 02/2016	164
Tabela 32 – Quantitativo de estagiários por área fim e área meio	165
Tabela 33 – Evolução da quantidade de estagiários	165
Tabela 34 – Evolução da Despesa Contratual de Estágio	167
Tabela 35 – Veículos para uso no Rio de Janeiro	170
Tabela 36 - Contrato 4.037/15 (RS)	175
Tabela 37 - Contrato 4.038/15 (BH / RJ / SP)	176
Tabela 38 - Contrato 9.050/14	177
Tabela 39 - Contrato 9.052/14	178
Tabela 40 – Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	182
Tabela 41 – Imóveis locados de Terceiros	184
Tabela 42 – Treinamentos realizados pelos servidores da STI	198
Tabela 43 – Quantitativo da força de trabalho da STI*	204
Tabela 44 – Principais Projetos de TI	210
Tabela 45 – Necessidade de Pessoal da STI	212
Tabela 46 - Contratos Enquadrados na Lei de Desoneração	221
Tabela 47 – Despesas com Publicidade	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da ANP	10
Figura 2 – Macroprocessos finalísticos	13
Figura 3 – Mapa estratégico	19
Figura 4 – Painel de Contribuição STI	22
Figura 5 – Cadastro dos Pontos de Medição	117
Figura 6 – Cadastro dos Pontos de Medição	118
Figura 7 – Cadastro dos Pontos de Medição	118
Figura 8 - Cadastro dos Pontos de Medição	119
Figura 9 – Sistema de Análise dos Dados de Produção	120
Figura 10 – Projetos de Sistemas	121
Figura 11 – Projetos de Sistemas – Ciclo do Próximo PDTI	122
Figura 12 – Objetivos Estratégicos de TI	187
Figura 13 - Organograma da STI em 2016	213

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos Percentuais de conformidade dos combustíveis (últimos 11 anos)	89
Gráfico 2 – Situação do Monitoramento ao longo do país	90
Gráfico 3 - Percentual de não conformidades de lubrificantes	92
Gráfico 4 - Evolução dos dados da qualidade em relação do número de certificados da qualidade recebidos para o etanol	94
Gráfico 5 - Evolução dos dados da qualidade em relação ao número de agentes conformes perante o número de plantas regularizadas pela ANP	95
Gráfico 6 - Evolução dos dados da qualidade em relação do número de certificados da qualidade recebidos para o biodiesel	95
Gráfico 7 - Nº Processos de Registro de Produtos Analisados em 2016	98
Gráfico 8 - Indicador de Registro de Produtos em 2016	99
Gráfico 9 – Volume de pedidos por mês	153
Gráfico 10 – Evolução da Quantidade de Estagiários	166
Gráfico 11 – Evolução da Despesa Contratual de Estágio	168

ANEXOS E APÊNDICES

I – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Todos os Orçamentos	222
II – Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos	224
III – Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos	225
IV – Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos	229
V – Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos	233
VI – Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos	234
VII – Acompanhamento da Arrecadação de Multas – Quantidade	236
VIII – Acompanhamento da Arrecadação de Multas – Valores	238
IX – Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário	239
X – Informações – Grupo Despesa	240
XI – Indicadores de Desempenho	242

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	01
2	VISÃO GERAL DA ANP	04
2.1	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	04
2.2	Finalidade e Competências Institucionais da ANP	05
2.3	Ambiente de Atuação	07
2.4	Organograma	10
2.5	Macroprocessos finalísticos	13
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	16
3.1	Planejamento Organizacional	16
3.1.1	Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	16
3.1.2	Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	18
3.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	21
3.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	23
3.3	Desempenho orçamentário	27
3.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	27
3.3.2	Restos a pagar de exercícios anteriores	58
3.3.3	Execução descentralizada com transferência de recursos	59
3.3.3.1	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	61
3.3.4	Informações sobre a realização das receitas	65
3.3.5	Informações sobre a execução das despesas	66
3.3.6	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	74
3.4	Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização	79
3.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	81
3.6	Análise do impacto gerado no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis decorrentes da atuação da ANP	83
3.7	Informações sobre as ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas	105
3.7.1	Superintendência de Participações Governamentais	105
3.7.2	Núcleo de Fiscalização da Medição e Produção de Petróleo e Gás Natural	108
3.7.3	Superintendência de Refino, Processo de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis	123
4	GOVERNANÇA	129
4.1	Descrição das estruturas de governança	129
4.2	Informações sobre os dirigentes e colegiados	130
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna	139
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	146
4.5	Gestão de riscos e controles internos	149
4.6	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	150
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	151
5.1	Canais de acesso do cidadão	151
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	153
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	154
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	155
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	156
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	157
6.1	Desempenho financeiro do exercício	157
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	158
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	159
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64	159
7	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	160
7.1	Gestão de pessoas	160
7.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	160
7.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	162
7.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	163
7.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	163
7.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	169
7.2.1	Gestão da frota de veículos	169

7.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	181
7.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	181
7.2.4	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	183
7.2.5	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	185
7.3	Gestão da tecnologia da informação	185
7.3.1	Informações sobre o Plano Estratégico de Tecnologia de Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI).....	185
7.3.2	Principais sistemas de informação da ANP.....	195
7.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	214
7.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras.....	214
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	217
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	217
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	219
8.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	220
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	220
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	220
8.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	221
9	ANEXOS E APÊNDICES	222

1 – APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão Individual encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (IN TCU nº. 63/2010, DN TCU nº. 154/2016 e Portaria TCU nº. 59/2017) e pela Controladoria-Geral da União – CGU (Portaria CGU nº. 500/2016), contemplando todas as exigências nelas contidas.

No exercício de 2016, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP orientou o seu trabalho no sentido de consolidar o modelo de gestão da estratégia, institucionalizando-o por meio da portaria ANP nº 373 de 2016, a qual define papéis e responsabilidades tanto para a sua construção, quanto para o seu monitoramento e possíveis ajustes e correções.

Como parte fundamental do modelo de gestão recém implementado na ANP, os projetos estratégicos representam os principais esforços empreendidos pela Agência com o intuito de alcançar o desempenho esperado para os seus objetivos estratégicos. Nesse sentido, o apoio metodológico é imprescindível para padronizar, otimizar e facilitar o monitoramento de sua execução.

Os esforços empreendidos pela Agência no sentido de alinhar a atuação de suas Unidades Organizacionais – UORGs – à estratégia, permitiram, em um primeiro passo, identificar a inter-relação entre os projetos em execução nas UORGs e o alcance dos objetivos estratégicos. Alcance esse observado com a medição dos indicadores da estratégia. Desta forma, as diretrizes emanadas da estratégia corporativa começaram a ser refletidas nas construções dos planejamentos operacionais das Unidades Organizacionais.

O desdobramento da estratégia institucional para as UORGs da ANP foi o segundo passo dado pela gestão da estratégia no ano de 2016. O alinhamento das ações, projetos e processos executados nas unidades organizacionais se fez necessário para direcionar os esforços executados pela Agência em direção aos objetivos estratégicos definidos em seu planejamento institucional.

A Agência também busca aprimorar sua interlocução com a sociedade e é responsável pela gestão e acompanhamento do Programa de Recursos Humanos da ANP, o PRH-ANP, iniciativa implementada pela própria Agência em 1999, tendo como objetivo estimular as instituições de ensino a organizar e oferecer aos seus alunos especializações profissionais, consideradas estratégicas e imprescindíveis ao desenvolvimento do setor de petróleo no País. Desta forma, o Programa de Recursos Humanos oferece bolsas de estudos aos alunos matriculados naquelas instituições, além de valor equivalente a título de taxa de bancada destinado a apoiar as atividades dos referidos bolsistas. O PRH-ANP formou, desde a sua criação, 2406 graduados, 1171 mestres e 328 doutores, com a formação diretamente voltada para o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Restrições orçamentárias em 2016 afetaram o planejamento das fiscalizações das atividades relativas à Movimentação e Comercialização de petróleo, seus derivados e gás natural, mas o cronograma foi alterado e o planejamento das fiscalizações de modo a alcançar a meta proposta foi refeito.

Assim no âmbito das atividades de Movimentação e Transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e das atividades de exploração e produção em plataformas, foram realizadas 3.922 ações de fiscalização em embarcações de um total previsto de 903 e 1.154 ações de fiscalização em plataformas de um total de 596, principalmente por meio do Termo de Execução Descentralizada com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Comando da Marinha.

No âmbito das atividades de Fiscalização de Segurança Operacional em Unidades de Exploração e Produção foram realizadas até dia 15 de dezembro 2016, 67 ações de fiscalizações em unidades *offshore* e 16 em unidades *onshore*, totalizando 83 auditorias.

No que tange à fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis foram realizadas 20.100 ações de fiscalização. Esse resultado foi obtido por meio de 139 forças-tarefa realizadas com vários órgãos públicos, de diferentes esferas governamentais, cuja sinergia de competências teve fator preponderante e possibilitou a fiscalização em agentes econômicos localizados em áreas de alto risco, em todo o país.

No que se refere à qualidade dos combustíveis em 2016, foram analisadas 20.853 amostras de gasolina, 18.725 de óleo diesel e 13.996 de etanol. O índice de conformidade geral dos combustíveis ficou em 97,70% (98,2% para a gasolina, 97,1% para o óleo diesel e 97,9% para o etanol), apresentando ligeira melhora para os combustíveis fósseis e pequena regressão para o etanol. As principais não conformidades apresentadas ao longo do ano foram: teor de etanol para a gasolina, teor de biodiesel para o óleo diesel e massa específica/teor alcoólico para o etanol.

Em 2016, foram assinados 11 (onze) contratos decorrentes da 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios e 8 (oito) contratos decorrentes da 13ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais. Além disso, novos projetos foram iniciados e estima-se a realização de três rodadas de licitações no ano de 2017, a 4ª Rodada de Licitações de áreas com acumulações marginais (já autorizada e com procedimento licitatório em curso), a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios e a 2ª Licitação de Partilha de Produção.

Segue abaixo lista com as principais resoluções publicadas pela Agência em 2016:

Tabela 01 - Resoluções da ANP -2016

PLATAFORMA TEMÁTICA	AÇÃO	PUBLICAÇÃO
Abastecimento	Distribuição de GLP	Resolução ANP nº 49, de 30.11.2016
	Revenda de GLP	Resolução ANP nº 51, de 30.11.2016

	Transportador Revendedor Retalhista na Navegação Interior (TRRNI)	Resolução ANP nº 10, de 14.03.2016
Combustíveis e Derivados	Utilização de Combustíveis Não Especificados	Resolução ANP nº 21, de 11.05.2016
	Produção por Processos Alternativos	Resolução ANP nº 24, de 20.05.2016
Conteúdo Local	Certificação de Conteúdo Local	Resolução ANP nº 25, de 07.06.2016
	Relatórios de Investimentos Locais	Resolução ANP n.º 27, de 16.06.2016
	Neutralização da variação dos pesos dos compromissos de Conteúdo Local	Resolução ANP n.º 20, de 29.04.2016
Dados Técnicos	Dados Digitais de Perfis de Poços	Resolução ANP nº 39, de 31.8.2016
	Perfis Compostos de Poços	Resolução ANP n.º 33, de 21.07.2016
Exploração e Produção	Antecipação de Atividades e Produção	Resolução ANP nº 08, de 23.02.2016
	Anexação de áreas	Resolução ANP nº 38, de 31.08.2016
Gás Natural	Utilização de Gasodutos	Resolução ANP nº 11, de 16.03.2016
	Envio e Disponibilização de Informações	Resolução ANP n.º 40, de 09.9.2016
Qualidade	Qualidade de Óleos Combustíveis	Resolução ANP nº 3/2016, de 27.01.2016
Segurança Operacional	Gestão da Integridade de Poços	Resolução ANP nº 46, de 1º.11.2016

Fonte: SEC/ANP

2 – VISÃO GERAL DA ANP

2.1 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da ANP

Quadro 1– Identificação da unidade

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Denominação Abreviada: ANP		
Código SIORG: 25.281	Código LOA: 32.265	Código SIAFI: 323030/323031
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 02.313.673/0001-27
Principal Atividade: Regulação das atividades econômicas		Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2112-8100	(61) 3426-5199
Endereço Eletrônico: atendimento_fanp@anp.gov.br		
Página na Internet: http://www.anp.gov.br		
Endereço Postal: SEDE: SGAN, Quadra 603, Módulo I, 3º andar, CEP 70830-903 Brasília - DF e ESCRITÓRIO CENTRAL: Avenida Rio Branco, 65 do 12º ao 22º andar CEP 20090-004 Centro Rio de Janeiro - RJ.		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997 e alterações.		
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 2.455 de 14 de janeiro de 1998		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno da ANP aprovado pela Portaria ANP nº 69 de 6 de abril de 2011, publicado na edição do Diário Oficial da União de 7 de abril de 2011, retificada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2012, no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2013 e no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2016		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
323030	Escritório Sede - DF	

323031	Escritório Central
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
32205	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
323030	323031
32205	32205

Fonte: SEC/ANP

2.2 – Finalidade e competências institucionais da ANP

A ANP tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. Sua competência institucional está estabelecida na Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo), regulamentada pelo Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

A Lei do Petróleo vem sendo alterada nos últimos anos, ampliando as competências da Agência. Além de atribuições quanto à regulação do biodiesel, introduzidas no ano de 2005, no período de 2009 a 2011, a Lei do Petróleo foi alterada para atribuir à ANP novas competências relativas ao gás natural (Lei 11.909/2009), ao marco legal da exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos (Leis 12.276/10, 12.304/10, 12.351/10) e aos biocombustíveis (Lei 12.490/11).

Mais recentemente a Lei 13.365, de 29.11.2016, retira a obrigatoriedade da Petrobras de atuar como operadora única no regime de partilha de produção. Altera a Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.

A Lei 13.263, de 23.03.2016, eleva os percentuais de mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel de 7 % para 8% até março de 2017, 9 % até março de 2018 e 10% até março de 2019, alterando a Lei 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.

Atualmente a ANP possui as seguintes atribuições:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I, da Lei nº 9.478/97, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

II – promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento e

produção;

III – regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não-exclusivas;

IV – elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V – autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento;

VI – estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos da Lei 9.478/97;

VII – fiscalizar diretamente e de forma concorrente nos termos da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

VIII – instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;

IX – fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;

X – estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;

XI – organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

XII – consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;

XIII – fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;

XIV – articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;

XV – regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

XVI – regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

XVII – exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;

XVIII – especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados

e dos biocombustíveis.

XIX – regular e fiscalizar o acesso à capacidade dos gasodutos;

XX – promover, direta ou indiretamente, as chamadas públicas para a contratação de capacidade de transporte de gás natural, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia;

XXI – registrar os contratos de transporte e de interconexão entre instalações de transporte, inclusive as procedentes do exterior, e os contratos de comercialização, celebrados entre os agentes de mercado;

XXII – informar a origem ou a caracterização das reservas do gás natural contratado e a ser contratado entre os agentes de mercado;

XXIII – regular e fiscalizar o exercício da atividade de estocagem de gás natural, inclusive no que se refere ao direito de acesso de terceiros às instalações concedidas;

XXIV – elaborar os editais e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários para a exploração das atividades de transporte e de estocagem de gás natural;

XXV – celebrar, mediante delegação do Ministério de Minas e Energia, os contratos de concessão para a exploração das atividades de transporte e estocagem de gás natural sujeitas ao regime de concessão;

XXVI – autorizar a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;

XXVII – estabelecer critérios para a aferição da capacidade dos gasodutos de transporte e de transferência;

XXVIII – articular-se com órgãos reguladores estaduais e ambientais, objetivando compatibilizar e uniformizar as normas aplicáveis à indústria e aos mercados de gás natural.

2.3 – Ambiente de atuação

A Agência é o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil.

A ANP tem como finalidades:

REGULAR - estabelecer normas infralegais para o funcionamento das indústrias e do comércio de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

CONTRATAR - Promover licitações e assinar contratos em nome da União com os concessionários em atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e outorgar autorizações para as atividades dos setores regulados.

FISCALIZAR - Fazer cumprir as normas nas atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.

A ANP é também um centro de referência em dados e informações sobre a indústria do petróleo e gás natural: mantém o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), promove estudos sobre o potencial petrolífero e o desenvolvimento do setor; recebe e torna públicas as notificações de descobertas; divulga as estatísticas oficiais sobre reservas e produção no Brasil; realiza pesquisas periódicas sobre qualidade dos combustíveis e lubrificantes, e sobre preços dos combustíveis. Na área

de refino e abastecimento, mantém o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP); recebe e divulga informações de processamento de petróleo, produção de derivados, transporte e comercialização de combustíveis. No setor dos biocombustíveis, mantém e divulga dados sobre autorizações, produção e comercialização de biodiesel e etanol.

Entre outras atribuições, a ANP:

- promove estudos geológicos e geofísicos para identificação de potencial petrolífero, regula a execução desses trabalhos, organiza e mantém o acervo de informações e dados técnicos;
- realiza licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, contrata os concessionários e fiscaliza o cumprimento dos contratos;
- calcula o valor dos royalties e participações especiais (parcela da receita dos campos de grande produção ou rentabilidade) a serem pagos a municípios, a estados e à União;
- autoriza e fiscaliza as atividades de refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, derivados e gás natural;
- autoriza e fiscaliza as operações das empresas que distribuem e revendem derivados de petróleo;
- autoriza e fiscaliza as atividades de produção, importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biocombustíveis;
- promove leilões de biodiesel com o objetivo de assegurar que todo o óleo diesel comercializado no país contenha o percentual de biodiesel determinado em lei.
- estabelece as especificações técnicas (características físico-químicas) dos derivados de petróleo, gás natural e dos biocombustíveis e realiza permanente monitoramento da qualidade desses produtos nos pontos de venda;
- acompanha a evolução dos preços dos combustíveis e comunica aos órgãos de defesa da concorrência os indícios de infrações contra a ordem econômica;

No exercício de suas funções, a ANP atua como promotora do desenvolvimento dos setores regulados. Colabora, assim, para a atração de investimentos, aperfeiçoamento tecnológico e capacitação dos recursos humanos da indústria, gerando crescimento econômico, empregos e renda.

Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios

- Lei 13.365, de 29.11.2016, retira a obrigatoriedade da Petrobras atuar como operadora única no regime de partilha de produção. Altera a Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção;
- A Lei 13.263, de 23.03.2016, eleva os percentuais de mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel de 7 % para 8% até março de 2017, 9 % até março de 2018 e 10% até março de 2019, alterando a Lei 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.

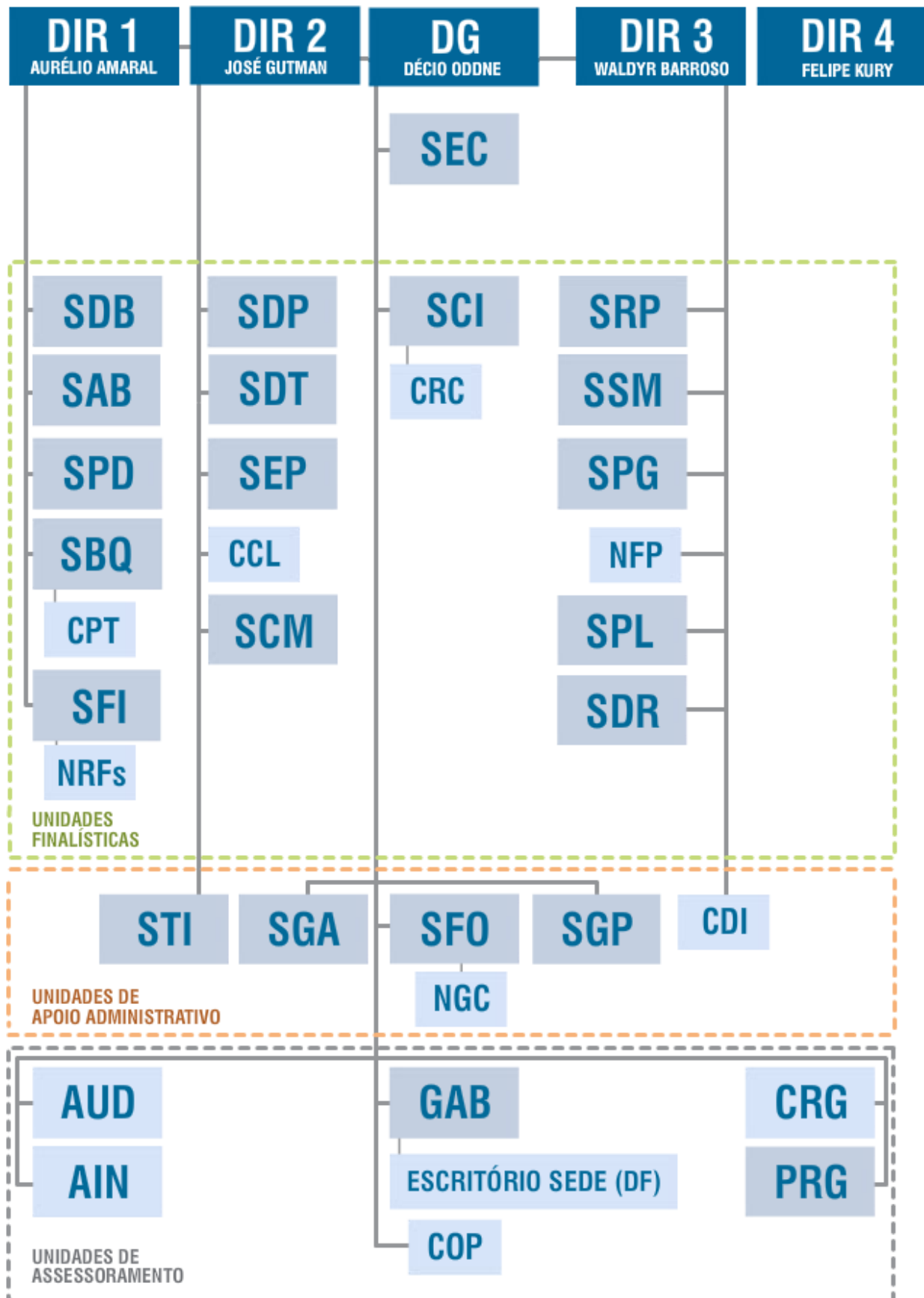
Biocombustíveis:

- Autorização para aumento da mistura do biodiesel no óleo diesel de 6% para 7% a partir de novembro de 2014 e elevação do percentual de mistura do etanol na gasolina de 25% para 27% em março de 2015.

2.4 – Organograma

O organograma a seguir ilustra a estrutura organizacional da ANP e as vinculações das unidades organizacionais, tendo como referência a composição da diretoria colegiada em 2016.

Figura 1 – Organograma da ANP



Fonte: SCI, 31.12.2016

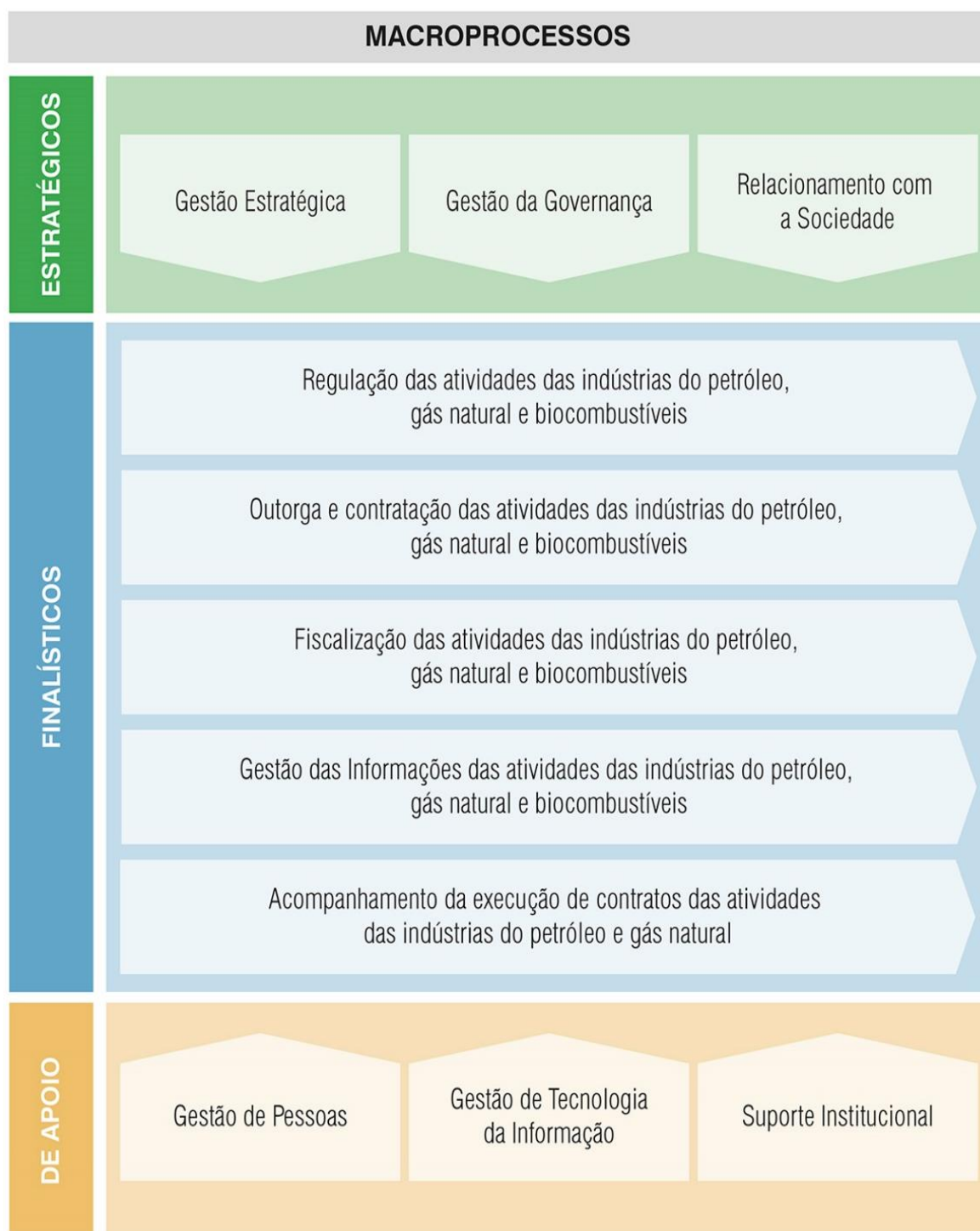
De acordo com o Regimento Interno vigente (Portaria nº 69/2011), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Diretoria Colegiada;
2. Diretoria-Geral;
3. Diretoria I;
4. Diretoria II;
5. Diretoria III;
6. Diretoria IV;
7. Secretaria Executiva;
8. Procuradoria-Geral;
9. Gabinete do Diretor-Geral;
10. Auditoria;
11. Corregedoria;
12. Superintendência de Definição de Blocos;
13. Superintendência de Dados Técnicos;
14. Superintendência de Promoção de Licitações;
15. Superintendência de Exploração;
16. Superintendência de Desenvolvimento e Produção;
17. Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente;
18. Superintendência de Participações Governamentais;
19. Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis;
20. Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural;
21. Superintendência de Abastecimento;
22. Superintendência de Fiscalização do Abastecimento;
23. Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos;
24. Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
25. Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica;
26. Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais;
27. Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições;
28. Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária;
29. Superintendência de Gestão de Pessoas;
30. Superintendência de Tecnologia da Informação;
31. Assessoria de Gestão de Risco;
32. Assessoria de Inteligência;
33. Coordenadoria de Conteúdo Local;
34. Coordenadoria de Áreas Terrestres;
35. Coordenadoria Parlamentar;

- 36. Coordenadoria de Documentação e Informação
- 37. Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural;
- 38. Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas;
- 39. Centro de Relações com o Consumidor;
- 40. Núcleo de Gestão de Créditos
- 41. Escritório-Sede;
- 42. Escritório Central;
- 43. Núcleos Regionais de Fiscalização do Abastecimento.

2.5 Macroprocessos finalísticos

Figura 2 – Macroprocessos Finalísticos



Fonte: SEC/ANP

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Regulação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	Promover a regulação da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, por meio do estabelecimento de regras e conciliação de conflitos entre as partes envolvidas, visando garantir condições de: equilíbrio do mercado, segurança, qualidade e meio ambiente, abastecimento, promoção da livre concorrência, adoção de melhores práticas da indústria.	- Normas da ANP (resolução, portaria) - Tarifa definida (gás natural) - Conflitos solucionados	- Agentes econômicos, - Sociedade, - Academia, - Consumidores - ANP - Órgãos de controle	SAB, SRP, SFI, SSM, SCM, SDT, SDB, SPL, SEP, SPD, SDP, CCL, SPG, SEC, SDR
Outorga e contratação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	Outorgar e Contratar as atividades da indústria do petróleo, gás natural e autorizar as atividades das indústrias reguladas, com vistas à garantia do abastecimento e do interesse estratégico nacional.	- Autorização, - Contratos de concessão / partilha de produção - Cadastrados e registros	- Agentes econômicos, - Sociedade, - Governo; - Consumidores - ANP - Órgãos de controle	SAB, SRP, SFI, SSM, SCM, SDT, SDB, SPL, SEP, SDP, CCL, SPG, SCI
Fiscalização das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	Verificar o cumprimento das normas das atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos, visando garantir o atendimento a legislação pertinente, as melhores práticas da indústria, conservação e uso racional do petróleo e do gás natural.	- Plano de trabalho - Documentos que registram ações de fiscalização e julgamento. - Laudos de vistoria técnica - Relatório / Boletins de acompanhamento	- Agentes econômicos, - Sociedade, - Consumidores, - Governo, - Órgãos de controle.	SFI, SRP, SCM, SAB, SSM, SDP, SEP, CCL, SPG, SDT, SPD, PRG, SGA, NFP, SFO

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Acompanhamento da execução de contratos das atividades da indústria do petróleo e Gás Natural	Gerenciar as atividades dos contratos de concessão da indústria do petróleo e gás natural, de modo a resguardar os interesses da União e o desenvolvimento da indústria.	- Programas, - Planos, - Relatórios, - Pareceres, - Penalidades, - Resolução de diretoria	- ANP - Agentes econômicos - Governo	SPL, SEP, SDT, SDP, CCL, SSM, SPG, SDR, NFP, SPD
Gestão da Informação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	Adquirir, tratar e disponibilizar informações visando subsidiar às atividades finalísticas da ANP e contribuir para o desenvolvimento da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.	- Publicações (ex. Boletins, Informativos) - Dados técnicos, - Documentos técnicos (pareceres e notas técnicas) - Incentivo à P&D	- ANP - Governo, - Sociedade (nacional e internacional), - Agentes econômicos - MP - Órgãos de Controle - Outros entes públicos - Academia - CADE	SDT, SDB, SPD, SEP, SDP, SSM, SFO

Fonte: SEC/ANP

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

A ANP deu início ao seu primeiro ciclo de planejamento estratégico em 2014, com a aprovação, em junho daquele ano, do seu Mapa Estratégico.

O Mapa representa graficamente a missão, a visão de futuro, os valores e os objetivos estratégicos da Agência para o período 2014/2018. É o documento que comunica tanto internamente quanto para a sociedade e para os agentes regulados, os objetivos que nortearão sua atuação, visando o cumprimento, com eficiência e eficácia, de sua missão institucional.

3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Dimensão Sociedade

- Proteger os interesses da sociedade e promover a concorrência e o ambiente regulatório propício ao investimento – Escopo do objetivo: desenvolver um ambiente regulatório estável e moderno, por meio da formulação e implementação transparente de suas regulamentações, protegendo os interesses dos consumidores e promovendo a concorrência.
- Assegurar o abastecimento com produtos e serviços de qualidade e ambientalmente adequados – Escopo do objetivo: monitorar e fiscalizar o mercado regulado de forma a garantir a oferta de produtos e serviços adequados às necessidades da sociedade e do meio ambiente, assegurando padrões de qualidade de produtos, sua adequação ao uso e a adoção de boas práticas de gestão operacional.

Dimensão Financeira

- Alocar e utilizar recursos com efetividade e transparência – Escopo do objetivo: adotar um modelo de gestão financeira que favoreça a transparência na utilização de recursos e que assegure a integração entre o fluxo orçamentário, o fluxo financeiro e as atividades das unidades organizacionais.
- Demonstrar os resultados alcançados com a boa gestão dos recursos públicos – Escopo do objetivo: divulgar pro-ativamente à sociedade, ao governo e ao mercado regulado os resultados obtidos com a execução de projetos e processos, demonstrando a qualidade da utilização dos recursos disponibilizados à ANP, com foco na maximização do retorno à sociedade.

Dimensão Processos Internos

- Fomentar a aplicação de melhores práticas pelos agentes regulados – Escopo do objetivo: garantir a implementação dos procedimentos previstos na regulamentação vigente, bem como incentivar e orientar os agentes regulados a adotar as melhores práticas da indústria, de modo a garantir a segurança operacional, a qualidade dos produtos e a preservação do meio ambiente.
- Subsidiar pro-ativamente a formulação de políticas públicas – Escopo do objetivo: atuar de forma proativa no fornecimento de subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para as indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis, transformando o conhecimento técnico da ANP em benefícios para a sociedade.

- Estar na vanguarda do conhecimento sobre as atividades das indústrias reguladas – Escopo do objetivo: promover o desenvolvimento com excelência do conhecimento técnico e regulatório de seus servidores, para que estes possam identificar e incorporar à regulamentação produzida pela ANP os avanços tecnológicos e as futuras melhores práticas das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis.
- Gerenciar com excelência uma carteira de projetos e processos priorizados em função dos objetivos estratégicos – Escopo do objetivo: aplicar técnicas modernas de gerenciamento de projetos e processos na condução da estratégia e desenvolver a cultura de gestão de projetos e processos na ANP.

Dimensão Aprendizado e Crescimento

- Assegurar a aplicação das melhores técnicas de gestão, promovendo a meritocracia e a produtividade – Escopo do objetivo: implementar um modelo de gestão que favoreça o aumento da produtividade da ANP e que permita avaliar e recompensar os servidores de forma meritocrática, com ênfase em sua contribuição para a produtividade da agência.
- Ter uma estrutura organizacional que favoreça a transversalidade, a comunicação e a integração entre equipes – Escopo do objetivo: aprimorar a estrutura organizacional de forma a promover a integração de diretores, gestores e servidores a partir da perspectiva da instituição como um todo, valorizando a comunicação e a contribuição multidisciplinar na construção das decisões.
- Fortalecer a governança da Agência – Escopo do objetivo: alocar em suas posições gerenciais estratégicas, preferencialmente, servidores de carreira e elaborar normas e regulamentos claros e objetivos que favoreçam a atuação isonômica e transparente e o controle social.

Gestão da Informação

- Garantir a gestão efetiva dos projetos de Tecnologia da Informação – Escopo do objetivo: fortalecer a gestão da Tecnologia da Informação, estabelecendo um modelo transparente de priorização de projetos, alinhado aos objetivos estratégicos da ANP, e integrando seu desenvolvimento com o planejamento operacional das unidades organizacionais.
- Dispor de sistemas de informação e comunicação integrados, capazes de subsidiar a tomada de decisão – Escopo do objetivo: implantar um conjunto de sistemas, bancos de dados e instrumentos de comunicação integrados, que permitam a otimização operacional das atividades e que contribuam para o processo de tomada de decisão com informações úteis e confiáveis.

Gestão de Pessoas

- Contar com líderes preparados para atender as demandas estratégicas – Escopo do objetivo: identificar e promover o desenvolvimento de líderes e futuros líderes, por meio da valorização e aprimoramento de suas competências técnicas e de gestão, preparando-os para assumir posições gerenciais e funções chave na organização segundo uma política de consequências, considerando os resultados alcançados e o compromisso com a instituição.

- Dispor das competências necessárias ao cumprimento da estratégia – Escopo do objetivo: mapear as competências necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição e garantir sua disponibilidade, estruturando um modelo de gestão por competências.

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A partir da formulação da estratégia institucional, no ano de 2016 a Agência orientou o seu trabalho no sentido de consolidar o modelo de gestão da estratégia, institucionalizando-o em portaria (nº 373 de 2016), a qual define papéis e responsabilidades tanto para a sua construção, quanto para o seu monitoramento e possíveis ajustes e correções.

Como parte fundamental do modelo de gestão recém implementado na ANP, os projetos estratégicos representam os principais esforços empreendidos pela Agência com o intuito de alcançar o desempenho esperado para os seus objetivos estratégicos. Nesse sentido, o apoio metodológico é imprescindível para padronizar, otimizar e facilitar o monitoramento de sua execução.

A instituição do Guia Metodológico de Gestão de Projetos na ANP busca não apenas a implementação de padrões e ferramentas de trabalho, mas também é o principal elemento condutor do fortalecimento da cultura de gestão de projetos na Agência.

Segue abaixo o descritivo do Mapa Estratégico da ANP, bem como a listagem dos projetos integrantes da Carteira de Projetos Estratégicos da Agência. Os Indicadores da Estratégia e os Processos Organizacionais priorizados no ano de 2016, serão apresentados em seguida de forma destacada.

Figura 3 – Mapa Estratégico

Mapa Estratégico



VISÃO

Até 2018, ser reconhecida pela sociedade e agentes regulados por sua solidez técnica, transparência e efetividade na promoção do interesse público, tornando-se uma referência internacional de regulação

MISSÃO

Regular as atividades econômicas das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis de forma transparente e efetiva, promovendo o interesse público e atraindo investimentos para o desenvolvimento destas indústrias no Brasil

VALORES

ÉTICA • AUTONOMIA • PROFISSIONALISMO • PREVISIBILIDADE
• TRANSPARÊNCIA • COOPERAÇÃO • RESPONSABILIDADE •



Fonte: SEC/ANP

Visão

Até 2018 ser reconhecida pela sociedade e agentes regulados por sua solidez técnica, transparência e efetividade na promoção do interesse público, tornando-se uma referência internacional de regulação.

Missão

Regular as atividades econômicas da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis de forma transparente e efetiva, promovendo o interesse público e atraindo investimentos para o desenvolvimento destas indústrias no Brasil.

Valores

- **Autonomia** – A ANP fundamenta sua atuação em critérios técnicos e age com imparcialidade em relação aos interesses dos mercados regulados e dos consumidores, com vistas à promoção dos interesses de longo prazo da sociedade.
- **Cooperação** – A ANP valoriza o ambiente de trabalho cooperativo e considera que a colaboração entre os servidores e a integração entre as unidades organizacionais são elementos essenciais para o alcance dos resultados.
- **Ética** – A conduta íntegra, pautada pelo interesse público, é compromisso individual e coletivo de toda a ANP.
- **Previsibilidade** – A ANP tem compromisso com a promoção de um ambiente regulatório seguro e estável e atua segundo padrões, regras e procedimentos claros, pré-estabelecidos e públicos, tratando os agentes regulados com isenção e impessoalidade.
- **Profissionalismo** – A ANP valoriza a competência, a responsabilidade e o comprometimento na atuação de seus servidores.
- **Responsividade** – A ANP responde de forma ágil e adequada às necessidades dos mercados regulados e da sociedade.
- **Transparência** – A ANP preza a publicidade de seus atos e favorece o acesso à informação pública, a participação e o controle social.

Carteira de Projetos Estratégicos

1. Aprimoramento dos Canais Externos de Comunicação da ANP (SCI);
2. Monitoramento do Abastecimento Nacional (SAB);
3. Gestão por Competências (SGP);
4. ANP Digital (CDI);
5. Modelos de Projeção de Demanda de Combustíveis (SPD);
6. Planejamento Estratégico e Novo Modelo de Gestão (SEC);
7. Sistema de Gestão dos Processos de Fiscalização (SFI);
8. Governança e Gestão de TI (STI);
9. Reestruturação e Aprimoramento dos Canais Internos de Comunicação da ANP (SCI);
10. Novo Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (DIR III);
11. Sistema de Gestão das Ações de Fiscalização (SFI);
12. Fiscalização e Acompanhamento da Obrigação de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (SPD);

13. Aspectos Concorrenciais na Indústria de Gás Natural: Experiência Internacional e o Caso Brasileiro (SDR);
14. Aprimoramento dos Processos de Regulamentação da Segurança Operacional (DIR III);
15. Centro de Rochas e Fluidos (DIR II);
16. Diagnóstico da Concorrência na Distribuição e Revenda de Combustíveis Automotivos (SDR);
17. Capacitação de Líderes (SGP);
18. Gestão da Regulação de Gasodutos de Transporte (SCM);
19. Sistema de Gerenciamento dos Parcelamentos de Créditos (NGC);
20. Novos Programas de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (SBQ);
21. Programa de Qualidade Regulatória (SEC).

3.1.3 - Vinculação dos planos das unidades com as competências institucionais e outros planos

Os esforços empreendidos pela Agência no sentido de alinhar a atuação de suas Unidades Organizacionais – UORGs – à estratégia, permitiram, em um primeiro passo, identificar a inter-relação entre os projetos em execução nas UORGs e o alcance dos objetivos estratégicos. Alcance esse observado com a medição dos indicadores da estratégia. Desta forma, as diretrizes emanadas da estratégia corporativa começaram a ser refletidas nas construções dos planejamentos operacionais das Unidades Organizacionais.

O desdobramento da estratégia institucional para as UORGs da ANP foi o segundo passo dado pela gestão da estratégia no ano de 2016. O alinhamento das ações, projetos e processos executados nas unidades organizacionais se fez necessário para direcionar os esforços executados pela Agência em direção aos objetivos estratégicos definidos em seu planejamento institucional.

O primeiro exercício de desdobramento da estratégia foi realizado com a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI, ainda em caráter de iniciativa piloto, dado o pioneirismo desta ação na Agência. A metodologia adotada para o exercício tem como resultado principal a demonstração dos vínculos e contribuições da unidade organizacional com a estratégia institucional por meio de um Painel de Contribuição.

O Painel de Contribuição representa graficamente quais são os desafios que devem ser enfrentados por cada UORG para que a sua contribuição com a estratégia institucional ocorra, e por consequência, os objetivos estratégicos institucionais possam ser alcançados. E para que os desafios sejam superados, os projetos direcionados devem ser executados.

Tão fundamental quanto definir como a unidade organizacional deve contribuir com a estratégia institucional, é desenvolver projetos e ações capazes de alavancar o desempenho desses desafios. No exercício de desdobramento, os projetos e ações propostos passam por um processo de priorização pela UORG e posteriormente pela Diretoria Colegiada.

Figura 4 – Painel de Contribuição da STI

VISÃO | Até 2019, ser reconhecida como parceira estratégica e pela excelência nas soluções de TI.

MISSÃO | Prover soluções de TI alinhadas à estratégia, que promovam a integração dos processos e contribuam para o cumprimento da missão institucional.

VALORES | Simplificação, Profissionalismo, Eficiência, Inovação, Transparência, Ética e Parceria.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DA UORG	ESCOPO	PROJETOS
Garantir a gestão efetiva dos projetos de Tecnologia da Informação	Garantir a Transparência das Ações de TI	Fortalecer a gestão transparente dos processos e projetos de TI, especialmente no que se refere a custos, cronogramas, escopo e priorização	Transparência e Comunicação
	Promover a efetividade e a integração das soluções de TI	Prover soluções efetivas de tecnologia da Informação, agregando valor ao processo de trabalho da Agência; e integrar os sistemas de informação capazes de subsidiar a tomada de decisão	Estudo de Viabilidade Técnica Institucionalização do Business Intelligence - BI Gerenciamento de Perfis de Acesso Organização da força de trabalho em Arquitetura de Sistemas Arquitetura de Sistemas Segurança da Informação
	Padronizar e garantir o uso da Metodologia de Gestão de projetos na STI	Assegurar a gestão dos projetos de TI baseada na metodologia de gestão de projetos da ANP e medir seu uso e aderência	Gestão de Engenharia de Software Ágil - GESA
	Alinhar a TI à estratégia da ANP	Contribuir para o alinhamento entre as ações de TI e as demandas estratégicas da ANP, promovendo a conscientização das partes interessadas quanto aos seus papéis e responsabilidades	Alinhamento de demandas com o Comitê de TI - CGTI Centro de Custos
Dispor de sistemas de informação e comunicação integrados, capazes de subsidiar a tomada de decisão	Criar e aprimorar instrumentos de planejamento	Construir e institucionalizar os instrumentos de planejamento capazes de garantir a gestão efetiva das ações da STI	Relacionamento com as UORGs Instrumentos de Planejamento
	Planejar a capacidade de recursos para a execução de demandas	Identificar e planejar a capacidade de execução da STI, adequando a capacidade de atendimento da unidade às demandas da ANP	Dimensionamento de Efetivo
	Aprimorar o processo de levantamento de requisitos	Aprimorar a metodologia de levantamento de requisitos, buscando a especialização técnica e o maior conhecimento dos processos finalísticos e administrativos da agência, tanto para o analista de requisito, quanto para o usuário	Garantia da Qualidade de Requisitos
	Promover a retenção do conhecimento, minimizando a rotatividade de mão de obra	Implementar ações que promovam um ambiente que estimule o crescimento profissional e a retenção do conhecimento que agrega valor à ANP	Clima Organizacional Especialização nas áreas de negócio da ANP
	Capacitar e qualificar de forma contínua a força de trabalho da STI	Buscar capacitação contínua para os servidores da STI, atualizando conhecimentos técnicos, de gestão e sobre as atividades finalísticas e regulatórias da Agência	Capacitação Gaps e Competências Ambientação
	Buscar a integração das equipes de trabalho na STI e a transversalidade com as demais UORGs	Promover o trânsito de informações de forma ágil e objetiva, permitindo a sinergia e a interação entre as equipes da STI e com as demais UORGs	Tardes Técnicas Conhecendo a TI

3.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Os indicadores da estratégia são utilizados para medir o desempenho da organização no alcance dos objetivos estratégicos. É a partir dos indicadores que a organização verifica se a estratégia escolhida está alcançando os resultados esperados ou se é preciso fazer ajustes para que se possa atingir as metas, os objetivos e a visão de futuro.

As metas representam o valor numérico do indicador no futuro, ou seja, a expectativa de desempenho esperada para um determinado indicador. No modelo de gestão “*Balanced Scorecard (BSC)*”, as metas de longo prazo definem o desempenho esperado para um determinado indicador no mesmo horizonte de tempo da estratégia.

Em resumo, os objetivos definem os desafios; os indicadores representam como esses desafios podem ser medidos e monitorados; as metas definem o tamanho ou complexidade desse desafio no tempo e os projetos estratégicos formam o conjunto de iniciativas para eliminar a lacuna entre o desempenho atual e a expectativa futura de desempenho.

Para a seleção dos indicadores estratégicos da ANP, foram observadas as seguintes premissas:

- a) Guardar relação direta com o escopo do Objetivo Estratégico ou da Dimensão do Mapa Estratégico a que se relacionam;
- b) Traduzir de forma adequada e comunicar efetivamente os conceitos embutidos nos Objetivos Estratégicos.

Durante o processo de desenvolvimento dos indicadores estratégicos da ANP, foram observadas as seguintes condições:

- a) Comunicação da Estratégia: o indicador deve servir para comunicar adequadamente a estratégia, não deve ser ambíguo ou induzir a erros de interpretação da estratégia;
- b) Repetibilidade e confiabilidade: o indicador deve ser quantificável, confiável e passível de ser mensurado de maneira repetitiva;
- c) Periodicidade de Apuração: a periodicidade de apuração dos indicadores deve ser compatibilizada, de forma a permitir a interpretação conjunta dos resultados;
- d) Relação Custo-Benefício: deve-se considerar o volume do esforço (tempo e custo) para a obtenção e mensuração do indicador em relação ao benefício esperado com a sua adoção;
- e) Domínio sobre o indicador: deve-se conhecer com profundidade o conceito do indicador e suas conexões com a estratégia e a operação.

Além disso, durante o processo de desenvolvimento dos indicadores da ANP, foram adotados (i) indicadores de resultado, que usualmente refletem o passado, indicando aquilo que já ocorreu; e (ii) indicadores de tendência, que refletem o desempenho de ações que impulsionam ou levam aos resultados medidos pelos indicadores de resultado.

Os resultados obtidos com as primeiras medições dos indicadores na ANP, revelaram alguns casos em que os indicadores não foram considerados aptos conforme os critérios e condições listados acima. Nos casos em que a medição revelou um indicador apto, os resultados obtidos foram considerados como linha de base. Assim, os valores apresentados abaixo são referências para a definição das futuras

metas da ANP, e têm caráter experimental, no processo de monitoramento da estratégia, podendo, desta forma, sofrer ajustes e reformulações.

Quadro 3 – Indicadores da Estratégia

INDICADORES	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	STATUS	RESULTADOS 2016
Índice de Compromisso Regulatório	Avaliar o compromisso da ANP com a execução das iniciativas previstas na Agenda Regulatória.	Percentual	Disponível	27%
Índice de Análise de Impacto Concorrencial	Mensura o quantitativo de regulamentações publicadas pela ANP que foram objeto de análise de impacto concorrencial anteriormente à consulta pública.	Absoluto (análises)	Disponível	1
Índice de Despesas Operacionais	Mensura os gastos anuais da ANP com despesas operacionais, em relação ao ano base.	Percentual	Disponível	140%
Índice de Sustentabilidade do Orçamento	Aferir a eficiência da instituição em gerar e arrecadar recursos para sustentar suas despesas correntes e de investimento.	Percentual	Disponível	238%
Índice de Arrecadação de Multas	Demonstra o percentual da arrecadação efetivada, em comparação com o montante financeiro das multas aplicadas	Percentual	Disponível	26%
Índice de Cobertura da Fiscalização do Abastecimento	Mensura o número de Municípios fiscalizados no Estado em relação ao número de Municípios existentes, levando-se em consideração o número de postos revendedores de combustíveis líquidos e GLP e o volume de Gasolina, Etanol, Óleo Diesel e GLP comercializados por Estado.	Percentual	Disponível	27%
Índice de Assertividade da Fiscalização	Mensura a assertividade do planejamento das ações de fiscalização da ANP por meio da porcentagem de identificação de infrações (autuações) sobre o total de ações realizadas.	Percentual	Disponível	24%
Índice de Atualização da Regulamentação	Mensura o tempo médio de vigência (desde a publicação ou última revisão) das regulamentações constantes do estoque regulatório da ANP.	Absoluto (anos)	Disponível	10
Índice de Cobertura da Fiscalização de Segurança Operacional em Instalações Marítimas de E&P	Mensura o percentual de instalações marítimas de produção e perfuração, que foram objeto de fiscalização por parte da ANP.	Percentual	Disponível	20%
Índice de Encaminhamento de Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas	Mensura a quantidade de documentos elaborados e encaminhados a órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo de forma a subsidiar proativamente a formulação de políticas públicas.	Absoluto (documentos)	Disponível	6
Índice de Servidores com Pós-Graduação	Indicar o nível de especialização dos servidores da ANP, em apoio ao incentivo à capacitação do corpo técnico da instituição.	Percentual	Disponível	59%
Índice de Adesão às Práticas de Gerenciamento de Processos	Mensura o engajamento da Agência na adesão às práticas de gerenciamento de processos.	Percentual	Disponível	70%

Índice de Mapeamento dos Processos Priorizados	Mensura a evolução do trabalho de mapeamento dos processos priorizados constantes da árvore de processos da ANP	Percentual	Disponível	57%
Índice de Execução da Carteira de Projetos Estratégicos	Mensura a taxa de execução dos projetos estratégicos	Percentual	Disponível	90%
Índice de Execução das Iniciativas Priorizadas de TI	Mede a execução de projetos de TI priorizados pela ANP.	Percentual	Disponível	50%
Índice de Alocação do Orçamento de TI nas Iniciativas Priorizadas	Mede o percentual do orçamento da Superintendência de Tecnologia da Informação (investimento e manutenção) executado em iniciativas prioritárias.	Percentual	Disponível	9%
Índice de Centralização da Informação para Tomada de Decisão	Mensura o percentual de documentos gerados para tomada de decisão cujas informações encontram-se disponíveis em base de dados única.	Percentual	Disponível	42%
Índice de Inserção Digital de Dados pelos Agentes Regulados	Mensura o percentual de sistemas da ANP que permite o preenchimento de dados e informações diretamente pelos agentes regulados em relação ao total de sistemas da Agência.	Percentual	Disponível	68%
Índice de Atualização da Infraestrutura de TI	Mensura o percentual de sistemas que se encontra com a Infraestrutura atualizada de TI, ponderados pelo número de semanas-homem necessárias para a atualização da infraestrutura dos sistemas.	Percentual	Disponível	52%
Índice de Capacitação de Líderes	Mensura o resultado da ANP na capacitação de seus líderes (diretores, chefes de unidades organizacionais, adjuntos e chefes de escritório).	Percentual	Disponível	34%
Índice de Implementação do Planejamento Estratégico e do Novo Modelo de Gestão	Mensura a execução do projeto "Planejamento Estratégico e Novo Modelo de Gestão".	Percentual	Disponível	100%
Índice de Realização de Encontros Gerenciais Multidisciplinares	Mensura a quantidade de encontros gerenciais multidisciplinares institucionalizados realizados.	Absoluto	Disponível	10
Índice de Ocupação de Cargos de Gestão por Servidores Efetivos	Mensura o número de cargos de gestão de livre nomeação ocupados por servidores efetivos.	Percentual	Disponível	73%
Índice de Análise de Impacto Regulatório	Indica a proporção de atos normativos publicados pela Agência precedidos de Análise de Impacto Regulatório.	Percentual	Disponível	4%
Índice de Previsibilidade Regulatória	Indica o percentual de atos normativos publicados pela Agência que estavam previstos na Agenda Regulatória (Grau de previsibilidade das ações regulatórias da Agência).	Percentual	Disponível	42%

Fonte: SEC/ANP

3.3 – Desempenho orçamentário

3.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP não é responsável por programas temáticos do PPA 2016-2019. A Agência responde por um conjunto de objetivos, metas, iniciativas e ações inseridas nos programas 2022 – Combustíveis e 2053 – Petróleo e Gás.

Objetivos dos Programas do PPA

No programa temático 2022 – Combustíveis, a ANP responde pelo monitoramento de duas metas do objetivo 0054 e três metas do objetivo 0553, enquanto que para o programa 2053 – Petróleo e Gás, a Agência monitora uma meta e duas iniciativas do objetivo 0053, conforme descrito nos quadros que seguem:

Objetivos fixados pelo PPA

Quadro 4 – Objetivo fixado pelo PPA – Suprir o mercado interno de combustíveis

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.				
Código	0054	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Programa	Combustíveis			Código	2022
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista	b) Realizada	d) % Realização (b/a)
0479	Acrescentar 4.700.000 unidades de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico.	Botijão de GLP de 13kg (P13)	4.700.000	2.958.759	62,9%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
04SN	Expandir a capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia de modo a processar 2.500 mbpd.	mil barris de petróleo por dia (mppd)	156,4	37,6	24,0%
	Regionalização da Meta				
1	Região Nordeste	mil barris de petróleo por dia (mppd)	156,4	37,6	24,0%

Fonte: SFO/ANP

Quadro 5 – Objetivo fixado pelo PPA – Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis.				
Código	0553	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Programa	Combustíveis		Código	2022	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista	b) Realizada	d) % Realização (b/a)
01LZ	Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%.	%	> 96	97,6	101,7%

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

O resultado reflete uma abrangência territorial menor do que em anos anteriores, particularmente no primeiro semestre de 2016, quando as atividades de monitoramento sofreram descontinuidade na maioria dos estados da federação, em função do atraso no início das licitações para contratação de prestadores de serviço para o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC. Ainda assim, o bom resultado do indicador, superando a meta estabelecida, atesta a consolidação de uma cultura da qualidade no mercado de combustíveis brasileiro e a presença ininterrupta das atividades de fiscalização da Agência, mesmo nos estados em que não havia a cobertura contratual do monitoramento. Com o objetivo de mitigar a descontinuidade do monitoramento, a Agência intensificou as ações de fiscalização em diversos estados, garantindo assim a defesa dos interesses do consumidor.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista	b) Realizada	d) % Realização (b/a)
04LY	Garantir o abastecimento de óleo diesel S-10 em 34.389 mil m ³ por ano até 2019.	mil m ³ de óleo diesel S-10 por ano	34.389	17800	45%

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

Em 2016, a demanda pelo óleo diesel S-10, com 10 partes por milhão (ppm) de enxofre, foi satisfatoriamente atendida. As entregas do óleo diesel A S-10 para as distribuidoras alcançaram cerca de 16,2 milhões de m³. Em 2016, as vendas declaradas no SIMP ANP pelos distribuidores de óleo diesel B S-10 foram de 17,8 milhões de m³, o que representa por volta de 15,5 milhões de m³ de óleo diesel B S-101 (retirar). Essa quantidade representa 51,7% da meta para 2019. Entende-se, portanto, como adequada.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista	b) Realizada	d) % Realização (b/a)
04SP	Ampliar em 1 milhão de m³ a capacidade nominal de armazenamento de gasolina, Querosene de Aviação (QAV), GLP e diesel nas distribuidoras.	m³ de gasolina, QAV, GLP e diesel	1.000.000	75.300,47	7,5%

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

No ano de 2016, a capacidade de armazenamento de combustíveis derivados nas distribuidoras foi ampliada em 75.300,47, tendo a gasolina A e C aumentado em 23.272,87, o óleo diesel A e B em 46.594,11, o QAV em 923,00 e o GLP em 4.510,49. Entende-se que a quantidade alcançada, a qual corresponde a cerca de 7,5% da meta estipulada, é satisfatória.

Quadro 6 – Objetivo fixado pelo PPA – Planejar a manutenção

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.				
Código	0053	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Programa	Petróleo e Gás			Código	2053

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
048E	Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural.

Fonte: SFO/ANP

¹ De acordo com a classificação do art. 2º da [Resolução ANP nº 50 de 23/12/2013](#), os dois tipos de óleo diesel citados referem-se a: "I - **Óleo diesel A**: combustível produzido nas refinarias, nas centrais de matérias-primas petroquímicas e nos formuladores (...) destinado a veículos dotados de motores do ciclo Diesel, de uso rodoviário, *sem adição de biodiesel*; II - **Óleo diesel B**: óleo diesel A adicionado de biodiesel no teor estabelecido pela legislação vigente." In <http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=anp:10.1048/enu>

Análise Situacional

Em 2016, foram efetuadas assinaturas de 11 (onze) contratos decorrentes da 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios e 8 (oito) contratos decorrentes da 13ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais.

Além disso, novos projetos foram iniciados e estima-se a realização de três rodadas de licitações no ano de 2017, a 4ª Rodada de Licitações de áreas com acumulações marginais (já autorizada e com procedimento licitatório em curso), a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios e a 2ª Licitação de Partilha de Produção.

A seguir, são apresentados breves relatos de cada uma dessas rodadas de licitações:

13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios

A ANP realizou a 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios no dia 07 de outubro de 2015. Dos 266 blocos oferecidos na rodada, 37 foram arrematados, que totalizam 33.625,1 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado pelas licitantes vencedoras foi de R\$ 121,1 milhões. O Programa Exploratório Mínimo – PEM ofertado foi de 40.176 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 216 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 73,14% para a fase de exploração e 79,51% para a etapa de desenvolvimento da produção.

No dia 23 de dezembro de 2015, a ANP promoveu a assinatura de 25 contratos de concessão com 13 sociedades empresariais. Restaram, desta forma, 12 contratos de concessão a serem assinados em 2016.

Em 2016, a assinatura dos contratos foi realizada em 4 datas distintas: 25 de janeiro, 3 de fevereiro, 4 de abril e 4 de julho. Foram outorgados 11 contratos de concessão para cinco sociedades empresariais. Esses contratos totalizam R\$ 2 milhões de bônus de assinatura e R\$ 13,2 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

Em relação ao contrato restante, referente à concessão do bloco REC-T-164, houve desistência da assinatura por parte da licitante Tarmar Energia e Participações Ltda. A ANP decidiu desclassificar a licitante e solicitar a execução da garantia de oferta, bem como a instauração de processo administrativo para apuração de eventuais penalidades previstas no edital.

Os 36 contratos assinados oriundos da 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios totalizam R\$ 121 milhões de bônus de assinatura e R\$ 214,9 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

13ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais

Na 13ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais, a ANP ofertou 10 áreas inativas com acumulações marginais: São João, Alto Alegre, Iraí, Bela Vista, Fazenda Gameleira, Miranga Leste, Paramirim do Vencimento, Riacho Sesmaria, Lagoa do Doutor e Barra Bonita. Estas áreas encontram-se distribuídas em seis bacias sedimentares: Barreirinhas, Potiguar, Tucano Sul, Recôncavo, Espírito Santo e Paraná.

A rodada atraiu o interesse de 23 sociedades empresariais, das quais 21 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 141 mil, 14 apresentaram oferta e nove sagraram-se vencedoras.

Das 10 áreas inativas oferecidas, nove foram arrematadas, que totalizam 52,41 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado pelas licitantes vencedoras, único critério para determinação da oferta

vencedora, totalizou R\$ 4,2 milhões. Além do bônus, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,9 milhões nas áreas arrematadas. O percentual de conteúdo local obrigatório é de 70% tanto para a fase de reabilitação quanto para a fase de produção.

As licitantes vencedoras passaram por processo de qualificação e tiveram sua qualificação deferida em 11 de janeiro de 2016.

A ANP promoveu, no dia 12 de maio de 2016, a assinatura de oito contratos de concessão para as atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural nas áreas inativas com acumulações marginais de São João, Alto Alegre, Iraí, Bela Vista, Riacho Sesmaria, Paramirim do Vencimento, Lagoa do Doutor e Barra Bonita.

Com relação a área de Fazenda Gameleira, houve manifestação de desistência da assinatura do contrato de concessão por parte da licitante Alvopetro S.A Extração de Petróleo e Gás Natural. Sendo assim, a ANP decidiu desclassificar a licitante que providenciou o pagamento de R\$ 3 mil referentes ao valor da garantia de oferta. Quanto às demais penalidades previstas no edital, foi instaurado processo administrativo para apuração.

Os oito contratos assinados totalizam R\$ 3,9 milhões de bônus de assinatura e R\$ 7,1 milhões de investimentos previstos.

4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais

O Conselho Nacional de Política Energética – CNPE autorizou a ANP, por meio da Resolução nº 04/2016, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. em 05/09/2016, a realizar a 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais.

Esta rodada tem por objeto a outorga de contratos de concessão para exercício das atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural em 9 áreas com acumulações marginais, quais sejam: Araçás Leste, Garça Branca, Iraúna, Itaparica, Jacumirim, Noroeste do Morro Rosado, Rio Mariricu, Urutau, Vale do Quiricó. Estas áreas encontram-se distribuídas em três bacias sedimentares: Potiguar, Recôncavo e Espírito Santo.

Após período de consulta pública de 45 dias, a ANP realizou audiência pública no dia 21 de novembro de 2016, de modo a identificar aspectos relevantes da matéria objeto da audiência, propiciar à sociedade a possibilidade de encaminhamento de contribuições e dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

A rodada encontra-se na etapa de inscrição, com previsão de publicação da versão final do edital e do modelo do contrato de concessão em 19 de janeiro de 2017, realização da sessão pública de apresentação de ofertas em 11 de maio de 2017 e assinatura dos contratos de concessão em agosto de 2017.

2ª Rodada de Partilha de Produção

No dia 13 de outubro de 2016, o CNPE publicou a Resolução nº 05/2016, que autoriza a ANP a desenvolver estudos para viabilizar a realização da 2ª licitação de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, sob o regime de partilha de produção, em áreas unitizáveis na região do polígono do pré-sal.

Os estudos dessas áreas unitizáveis para compor a 2ª Licitação de Partilha de Produção deverão focar inicialmente nas áreas de Norte de Carcará (Bloco BM-S-8), Sul do Gato do Mato (S-M-518) e Entorno de Sapinhoá, na bacia de Santos, e na área de Sudoeste de Tartaruga Verde, na bacia de Campos.

A seleção dessas áreas visa realizar rodadas de licitação sob o regime de partilha de produção em bacias de elevado potencial, com os objetivos de ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento do polígono do pré-sal, promover investimentos no país visando desenvolver o pré-sal, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

14ª Rodada de Licitações

No dia 13 de outubro de 2016, o CNPE publicou a Resolução nº 05/2016, que autoriza a ANP a desenvolver estudos para viabilizar a realização da 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural sob o regime de concessão.

Os estudos dos blocos a serem licitados na 14ª Rodada estão concentrados em 27 setores, localizados em 4 bacias sedimentares marítimas e em 6 bacias sedimentares terrestres. Em mar: Sergipe-Alagoas (SSEAL-AP1, SSEAL-AP2 e SSEAL-AUP2), Espírito Santo (SES-AP1 e SES-AP2), Santos (SS-AR3, SS-AR4 e SS-AP4) e Pelotas (SP-AP4 e SP-AUP4). E em terra: Parnaíba (SPN-N e SPN-SE), Paraná (SPAR-CN), Potiguar (SPOT-T1B, SPOT-T2, SPOT-T4 e SPOT-T5), Recôncavo (SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3 e SREC-T4), Sergipe-Alagoas (SSEAL-T1, SSEAL-T2, SSEAL-T4 e SSEAL-T5) e Espírito Santo (SES-T4 e SES-T6).

A seleção desses setores visa a realizar rodadas de licitação para concessão de blocos em bacias de elevado potencial, de novas fronteiras e bacias maduras, com os objetivos de ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento das bacias sedimentares, descentralizar o investimento exploratório no país, desenvolver a pequena indústria petrolífera e fixar empresas nacionais e estrangeiras no país, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Quadro 7 – Iniciativa - Realização de levantamentos e estudos geológicos e geofísicos

INICIATIVAS	
Sequencial	Descrição
004B	Realização de levantamentos e estudos geológicos e geofísicos em bacias sedimentares brasileiras, com objetivo de ampliar o conhecimento do potencial exploratório dessas áreas visando futuras rodadas de licitação de blocos exploratórios.

Fonte: SFO

Análise Situacional

Relação dos projetos de geologia e geofísica da ANP para o período 2016 -2019

BACIA SEDIMENTAR	PROJETOS
Bacia do Parnaíba	Levantamento sísmico
	Poço estratigráfico
Bacia dos Parecis	Aerolevantamento
	Levantamento sísmico
	Poço estratigráfico

Bacia do Paraná	Aerolevantamento
	Levantamento sísmico
Pré-Sal (Santos)	Poço exploratório

Fonte: SFO/ANP

BACIA SEDIMENTAR DO PARNAÍBA

META: Perfurar um poço estratigráfico e realizar a aquisição de 2.000 km lineares de dados sísmicos bidimensionais.

Situação em 31 dezembro de 2016:

- i. O poço estratigráfico 2-ANP-0007-PI será perfurado pela Petrobras por meio dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento. O projeto foi submetido à ANP em 30 de dezembro de 2016. Atualmente o projeto está em análise pela ANP. A previsão é de que a perfuração seja iniciada em dezembro de 2017, após a obtenção das licenças ambientais necessárias.
- ii. Levantamento sísmico bidimensional – A ANP está estudando possíveis locações para a pesquisa. Ainda no primeiro semestre será elaborado o termo de referência do projeto para início dos trâmites da contratação.

BACIA SEDIMENTAR DOS PARECIS

META: Perfuração de um poço estratigráfico (2-ANP-0006-MT); adquirir 10.000 km lineares de dados sísmicos bidimensionais e adquiri 100.000 km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos.

Situação em 31 dezembro de 2016:

- i. A perfuração do poço estratigráfico 2-ANP-0006-MT foi concluída em 22/04/2016, tendo sido detectada a presença de gás em coluna com mais de 200 metros de extensão. As amostras de calha, laterais e testemunhos adquiridos durante a perfuração já estão armazenados no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – Cenpes. Atualmente o processo de contratação de universidades para as análises do material está em curso.
- ii. O levantamento sísmico bidimensional na Bacia dos Parecis, objeto do contrato nº 9046.15-ANP-007.005, foi suspenso em razão das restrições orçamentárias impostas pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 195/2016 de 13/06/2016. A expectativa é que o projeto seja retomado em março do ano corrente;
- iii. Aerolevantamento – a definição da área do levantamento e a elaboração do termo de referência será concluída em 2018.

BACIA SEDIMENTAR DO PARANÁ

META: Adquirir 11.250 km lineares de dados sísmicos 2D; coletar 100.000 km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos.

Situação em 31 dezembro de 2016:

- i. O levantamento sísmico 2D, objeto do contrato nº 9.035/15-ANP-006.435, segue em plena execução. Até 31/12/2016 haviam sido coletados 5.500 km lineares do objeto original. A etapa de coleta dos dados será finalizada em fevereiro de 2017 e o projeto como um todo até outubro do mesmo ano.

ii. Aerolevantamento – a definição da área do levantamento e a elaboração do termo de referência será concluída em 2018.

BACIA SEDIMENTAR DE SANTOS:

META: Perfuração de poço exploratório na Bacia de Santos

Situação em 31 dezembro de 2016:

i. Previsão de início do planejamento do projeto de perfuração de poço estratigráfico em 2018, com início da perfuração em 2019. Atualmente a ANP está estudando possíveis áreas a serem perfuradas. O objetivo do projeto é testar estrutura no play Pré-Sal. Conforme definido no art. 7º, parágrafo único, da lei nº 12.351 de 22/12/2010 a Petrobras poderá ser contratada diretamente para realizar estudos exploratórios na área do Pré-Sal.

Quadro 8 – Iniciativa – Elaboração de estudos e definição de ferramenta de suporte para o PE

INICIATIVAS	
Sequencial	Descrição
054R	Elaboração de estudos e definição de ferramenta de suporte para o planejamento estratégico de rodadas de licitação de blocos exploratórios.

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

Por se tratar de bem estratégico e não renovável, é necessária a constante busca por novas reservas e a manutenção das atividades de exploração e produção por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

Como forma de mitigar os impactos do cenário econômico adverso, a ANP buscou aumentar a atratividade dos certames por meio da redução dos custos associados ao procedimento licitatório.

A ANP revisou os valores das garantias de oferta e do programa exploratório mínimo em unidades de trabalho, ampliou o rol de modalidades aceitas para garantia financeira do programa exploratório mínimo e reduziu os percentuais das multas previstas no edital.

Além disso, a ANP aprimorou o procedimento licitatório e as regras editalícias, com a adoção da inversão das fases de qualificação e apresentação de ofertas, passando a qualificar apenas as licitantes vencedoras da sessão pública de apresentação de ofertas. Com o novo procedimento, a inscrição das sociedades empresariais interessadas em participar da rodada de licitação foi aprovada com maior agilidade e o pacote de dados técnicos liberado mais rapidamente, permitindo às empresas maior tempo para estudar os dados e elaborar suas ofertas.

Nesta mesma direção, as rodadas aprovadas em 2016 já estão aderentes às diretrizes emanadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI, órgão de assessoramento da Presidência da República, em sua Resolução nº 01/2016, segundo as quais será estabelecido prazo de 45 dias de consulta pública e 100 dias entre a publicação do edital e a sessão pública de apresentação de ofertas.

Ressalta-se, entretanto, que a realização de novas rodadas de licitações de blocos exploratórios e sob o regime de partilha de produção pela ANP depende de autorização do CNPE.

Ações - OFSS

Programa 2022 – Combustíveis

Quadro 9 – Objetivo - Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis

Identificação da Ação							
Código		212J			Tipo	Atividade	
Título		Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Objetivo		Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis.		Código	0553		
Programa		Combustíveis		Código	2022	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária		Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados		Não Processados
57.605.222	55.205.222	52.596.664	29.415.400	29.266.829	148.571		23.181.264
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado		Realizado
Agente regulado			Unidade	115.000	115.000		118.201
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada
4.541.385	3.322.992	303.564	Agente regulado		Unidade		-

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

A ação 212J – Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis tem por objetivo controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, bem como assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País. Estes objetivos devem ser alcançados por meio de:

- outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis;
- fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional;

- realização de auditorias e outras ações especiais voltadas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP. Meta física realizada foi um pouco superior à prevista. A execução desta meta física está diretamente relacionada à demanda dos agentes econômicos regulados e situação econômica do mercado em geral.

Tendo em vista a natureza dos produtos desta ação no orçamento, não é possível segregar qual foi a parte da execução física efetivada com recursos pagos à conta de empenhos do exercício e qual foi a parcela viabilizada com o pagamento de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Cabe destacar que, com o intuito de aprimorar a aferição das metas físicas das ações finalísticas constantes do orçamento da ANP, o produto desta ação foi alterado na Lei Orçamentária de 2017.

Esta ação possui três Planos Orçamentários (PO), apresentados a seguir:

Tabela 02 – Planos Orçamentários da Ação 212J

Planos Orçamentários da Ação 212J							
PO 0001 - Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
15.419.000	15.337.476	14.733.102	14.615.239	Fiscalização realizada	unidade	15.000	20.100
PO 0002 - Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
220.500	220.452	220.452	220.452	Autorização outorgada	unidade	5.000	7.676
PO 0003 - Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
39.565.722	37.038.736	14.461.845	14.431.138	Amostra analisada	unidade	130.000	51.060

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

PO 0001: O resultado alcançado, de 20.100 ações de fiscalização, superou em 34% a meta. Esse resultado, considerado excelente, foi obtido através das 139 forças-tarefa realizadas com vários órgãos

públicos, de diferentes esferas governamentais, cuja sinergia de competências teve fator preponderante e possibilitou a fiscalização em agentes econômicos localizados em áreas de alto risco, em todo o país. A atuação fiscalizatória unilateral da ANP, que se sujeitou a contingenciamentos orçamentários, foi compensada pela realização de tais forças-tarefa, conseguindo-se assim combater de forma eficaz irregularidades no abastecimento e na comercialização de produtos sujeitos a regulação.

PO 0002: A meta física reflete uma estimativa de quantos agentes poderão efetuar a solicitação em conformidade aos requisitos das normas referentes as atividades. A execução física desta ação depende não apenas da eficiência na análise da documentação que é protocolizada na ANP. Se os agentes não solicitam a outorga da autorização, não há como se atingir a meta física prevista.

PO 0003: O resultado alcançado mostra-se muito inferior ao de 2015 (122.398 amostras analisadas), não tendo sido atingida a meta física para o período. O baixo número de amostras analisadas é o resultado de dois fatores cujos impactos foram cumulativos. De um lado, os cortes orçamentários forçaram a contratação de um menor quantitativo de amostras a serem coletadas por Unidade da Federação. Por outro, os processos de contratação tomaram um tempo maior do que o planejado inicialmente, de modo que a retomada efetiva dos serviços, na maioria dos estados, ocorreu apenas a partir de julho.

Contudo, é possível afirmar que os índices de conformidade dos combustíveis, salvo exceções localizadas, mantiveram-se dentro dos altos padrões de conformidade observados no ano anterior, o que atesta a consolidação de uma cultura da qualidade no mercado de combustíveis brasileiro e a presença ininterrupta das atividades de fiscalização da Agência, as quais não sofreram descontinuidade, mesmo nos estados em que o monitoramento esteve sem cobertura contratual.

O atraso no início dos novos contratos pode ser explicado por dois fatores principais. O primeiro e mais importante deles foi o atraso do Congresso Nacional na aprovação do Orçamento de 2015. Sem a Lei Orçamentária aprovada, não foi possível dar início aos trâmites internos de formalização das licitações para o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC. Devido a isso, o procedimento licitatório, antes previsto para ser concluído em torno de agosto ou setembro de 2015, teve as sessões públicas realizadas apenas a partir de novembro do mesmo ano, com conclusão a partir de julho de 2016.

Outro foi a necessidade, em função das restrições orçamentárias, de constantes revisões de cálculo para o ajuste dos quantitativos previstos em edital. Foram realizados ajustes nos parâmetros estatísticos do Programa, a fim de preservar a confiança do indicador produzido, bem como agrupamentos de Unidades Federativas em um mesmo bloco contratual, com o objetivo de ampliar a concorrência e reduzir os preços contratados, o que se mostrou uma estratégia bem sucedida.

Quadro 10 - Programa 2053 - Petróleo e Gás

Identificação da Ação						
Código	2050				Tipo	Atividade
Título	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural					
Objetivo	Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.				Código	0053
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
55.544.241	55.544.241	55.544.241	4.243.485	4.243.485	-	51.300.756
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Bacia sedimentar avaliada			unidade	2	2	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
85.873.758	56.646.158	-	Bacia sedimentar avaliada		unidade	2

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

A ação 2050 – Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural visa gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares brasileiras. São realizados estudos, levantamentos e serviços de geologia e geofísica, voltados à melhor compreensão da evolução de bacias sedimentares, definição dos principais sistemas petrolíferos atuantes e identificação de áreas e blocos com interesse exploratório para oferta em futuras licitações públicas da ANP.

Bacia Sedimentar do Paraná:

a. Execução do remanescente do 2º levantamento sísmico (Contrato nº 4.057/15-ANP-009.367 celebrado em 15/12/2015). O projeto foi concluído com êxito e o contrato encerrado em 26/07/2016.

b. Execução do 3º levantamento sísmico (Contrato nº 9.035/15-ANP-006.435 celebrado em 01/10/2015). A etapa de aquisição sísmica foi finalizada em outubro de 2016. Os 5.000 km lineares originalmente contratados foram adquiridos e processados. A previsão é que o projeto seja integralmente finalizado com a entrega de todos os produtos até 1º de outubro de 2017.

c. Execução do 4º levantamento sísmico, contratado em 11/07/2016 por meio de aditivo ao Contrato nº 9.035/15-ANP-006.435 (3º levantamento sísmico). As etapas de aquisição e processamento sísmico estão em execução desde de novembro de 2016. Até 31/12/2016 foram coletados 501 km lineares do total de 1.250 km, o que equivale a cerca de 40 % do objeto contratado. A previsão é que a etapa de aquisição seja finalizada em março de 2017.

Bacia Sedimentar dos Parecis:

a. 3º levantamento sísmico (Contrato nº 9.046/15-ANP-007.005 celebrado em 1º/10/2015). Etapa de planejamento Operacional concluída em abril de 2016. O projeto foi paralisado em razão das severas restrições orçamentárias impostas pela Portaria nº 195/2016/MF.

Avaliação crítica dos resultados alcançados:

Bacia Sedimentar do Paraná:

- i. As etapas de aquisição e processamento do objeto remanescente do 2º levantamento sísmico na Bacia do Paraná foram concluídas com êxito. Os dados possuem excelente qualidade e serão empregados na avaliação do potencial petrolífero dessa bacia sedimentar com vistas às próximas rodadas de licitações.
- ii. Com relação ao 3º levantamento sísmico na Bacia do Paraná os 5.000 km lineares originalmente contratados foram adquiridos e processados. Os dados processados possuem excelente qualidade e bom imageamento dos refletores.
- iii. O 4º levantamento sísmico na Bacia do Paraná está em plena execução. Até 31/12/2016 cerca de 40% da etapa de aquisição sísmica já estava concluída.

Bacia Sedimentar dos Parecis:

i. O 3º levantamento sísmico na Bacia dos Parecis foi paralisado em razão das severas restrições financeiras impostas pela Portaria nº 195/2016/MF, que culminou com a suspensão do contrato por 120 dias, consoante Aditivo nº 001/2016 de 10/11/2016. Nesse sentido, a suspensão do 3º levantamento sísmico na Bacia dos Parecis e a consequente postergação da coleta dos dados impactou a execução da meta física proposta.

Com relação aos fatores que prejudicaram o desempenho, o principal fator foi a severa restrição financeira imposta pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 124/2016, publicada em 04 de abril de 2016, e atualizada por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 195/2016/MF, publicada em 07 de junho de 2016. Posteriormente houve uma pequena expansão pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 408/2016/MF, publicada em 21 de outubro de 2016.

A publicação em abril desse dispositivo obrigou a suspensão das atividades em razão da ausência de recursos financeiros que impediu que a Agência honrasse as obrigações contratuais pactuadas. Conforme indicado no Anexo III da Portaria nº 124/2016/MF o limite de desembolso do Ministério de Minas e Energia – MME passou para R\$ 55 milhões, valor muito inferior ao orçamento da própria ANP (R\$ 151 milhões). A ANP envidou todos os esforços para negociar com o Tesouro, MME e MP

uma expansão mínima possível do seu limite de desembolso visando a continuidade de seus projetos, conforme exposto nos ofícios nº 064/2016/DG-ANP, nº 079/2016/DG-ANP e nº 120/2016/DG-ANP. A expansão foi concedida, conforme Portarias nº 408/2016/MF e nº 459/2016/MF. Essa expansão permitiu a continuidade do 3º levantamento sísmico na Bacia do Paraná e início do 4º levantamento sísmico nessa mesma bacia sedimentar. Por outro lado, o levantamento na Bacia dos Parecis não pode ser retomado em 2016, pois a expansão concedida foi insuficiente para a retomada desse contrato. Os recursos adicionais recebidos pela ANP somaram cerca de R\$ 10 milhões, sendo que os investimentos no levantamento sísmico na Bacia dos Parecis somam cerca de R\$ 95 milhões.

Por fim, informamos que em 2017, parte do orçamento da ANP para os empreendimentos dessa Ação, estimado em R\$ 78 milhões, será alocada para a execução do 3º levantamento sísmico na Bacia dos Parecis, cujas atividades serão retomadas em março de 2017.

Quadro 11 – Ação 212 K

Identificação da Ação						
Código		212K			Tipo	Atividade
Título		Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural				
Objetivo		Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.		Código	0063	
Programa		Petróleo e Gás	Código	2053	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária		Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.145.699	21.045.699	21.007.484	18.103.202	18.058.589	44.613	2.904.282
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Agente regulado			Unidade	120	120	110
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.573.680	866.704	420.704	Agente regulado		Unidade	-

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

A ação 212K - Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural tem como principais objetivos:

- organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural;
- assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural;
- oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País.

As atividades para a consecução destes principais objetivos, sem se limitar a apenas elas, podem ser definidas em:

- administração e atualização do acervo de todos os dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, bem como daqueles oriundos de estudos promovidos pela própria ANP e dos levantamentos de dados não exclusivos autorizados pela Agência, envolvendo estruturação e armazenamento de dados em banco de dados próprio para disponibilização de informações aos agentes econômicos e aos demais setores da sociedade;
- gestão dos contratos de concessão para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, mediante monitoramento e fiscalização das atividades executadas pelos agentes econômicos, incluindo o controle das participações governamentais;
- realização de licitações de direitos de exploração de blocos delimitados nas bacias sedimentares, objetivando firmar contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O desempenho desta meta física está diretamente relacionado às estratégias dos agentes econômicos regulados, podendo ocorrer flutuações que refletem o comportamento do mercado de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O produto representa o número de agentes que atuam na exploração e na produção.

A crise econômica, o baixo preço do petróleo no mercado internacional e a redução do investimento em atividades exploratórias por algumas empresas geraram impacto negativo no setor.

Tendo em vista a natureza dos produtos desta ação no orçamento, não é possível segregar qual foi a parte da execução física efetivada com recursos pagos à conta de empenhos do exercício e qual foi a parcela viabilizada com o pagamento de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Cabe destacar que, com o intuito de aprimorar a aferição das metas físicas das ações finalísticas constantes do orçamento da ANP, o produto desta ação foi alterado na Lei Orçamentária de 2017.

Esta ação possui três Planos Orçamentários (PO), apresentados a seguir:

Tabela 03 – Planos orçamentários da ação 212 K

Planos Orçamentários da Ação 212K							
0001 - Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
11.267.960	11.266.960	8.919.580	8.918.784	Informação armazenada	terabyte	6.581	6.778
0002 - Gestão de Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
9.667.951	9.640.760	9.097.310	9.053.493	Concessão controlada	unidade	804	745
0003 - Outorga de Áreas para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
109.788	99.764	86.312	86.312	Concessão outorgada	unidade	136	19

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

PO 0001: Ainda que tenha havido um esfriamento das atividades de geração de dados técnicos não exclusivos (adquiridos, processados e reprocessados sob autorização da ANP) e exclusivos (atividades realizadas dentro dos contratos de E&P mantidos com a ANP), por conta do cenário desfavorável do setor, foi possível superar a meta, atingindo um volume total do acervo de 6.778 TB (ou 6,62PB), o que se explica, principalmente, pelo avanço das tecnologias de aquisição de dados, aumentando a razão média de volume/km e pelo recebimento pela ANP, em dez/2016, do levantamento sísmico denominado 0264_BM_MEGABAR, realizado em bases não exclusivas pela Empresa de Aquisição de Dados - EAD CGG Veritas, iniciado no ano de 2015 e contemplando uma área de 14.427km² de sísmica 3D na Bacia de Barreirinhas.

PO 0002: A execução física deste plano orçamentário representa a soma do número de blocos controlados em fase de exploração e do número de campos em produção.

No primeiro caso, o número de blocos na fase de exploração efetivamente controlados em 31/12/2016 foi de 311, inferior aos 404 previstos. Houve um expressivo número de devolução de blocos de exploração, principalmente blocos terrestres referentes à Rodada 11 que tiveram término do 1º Período Exploratório ao longo de 2016. A devolução pode ser compulsória ou por opção dos concessionários, nas formas do contrato de concessão.

A crise econômica, o baixo preço do petróleo no mercado internacional e a redução do investimento em atividades exploratórias por algumas empresas geraram impacto negativo no setor.

No segundo caso, o número de campos dependeu basicamente de dois fatores: novas declarações de comercialidade e devolução de áreas. Em 2016, a meta estipulada foi em torno de 400 campos. Em 31/12/2016, havia 434 concessões na fase de Produção, o que é considerado dentro da expectativa. A variação positiva em torno de 8,5% ocorreu basicamente em função de conclusão de um número inferior de processos de campos em devolução, bem como de novas declarações de comercialidade no decorrer do ano.

PO 0003: 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios:

A ANP realizou a 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios no dia 07 de outubro de 2015, ofertando 266 blocos com risco exploratório, localizados em 22 setores de 10 bacias sedimentares brasileiras: Amazonas, Parnaíba, Potiguar (terra), Recôncavo, Sergipe-Alagoas (mar), Jacuípe, Camamu-Almada, Espírito Santo (mar), Campos e Pelotas.

A rodada atraiu o interesse de 39 sociedades empresariais, das quais 38 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 12,8 milhões. Das licitantes inscritas, 17 apresentaram oferta, sagraram-se vencedoras e foram qualificadas.

Dos 266 blocos ofertados, 37 foram arrematados, que totalizam 33.625,10 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 121,1 milhões. O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 40.176 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 216 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 73,14% para a fase de exploração e 79,51% para a etapa de desenvolvimento da produção.

No dia 23 de dezembro de 2015, a ANP promoveu a assinatura de 25 contratos de concessão com 13 sociedades empresariais. Restaram, desta forma, 12 contratos de concessão a serem assinados em 2016. Em 2016, a assinatura dos contratos foi realizada em 4 datas distintas: 25 de janeiro, 03 de fevereiro, 04 de abril e 04 de julho. Foram outorgados 11 contratos de concessão para cinco sociedades empresariais.

Em relação ao contrato restante, referente à concessão do bloco REC-T-164, houve desistência da assinatura por parte da licitante Tarmar Energia e Participações Ltda. A Comissão Especial de Licitação (CEL), em sua 16ª reunião, no dia 27 de junho de 2016, decidiu desclassificar a licitante e solicitar a execução da garantia de oferta, bem como a instauração de processo administrativo para apuração de eventuais penalidades previstas no edital.

Embora a licitante Tarmar Energia e Participações Ltda., em 04 de julho de 2016, tenha entrado com pedido de prorrogação de prazo para apresentação da garantia do PEM necessária para a assinatura do

contrato REC-T-164, a CEL, em sua 17ª reunião, no dia 15 de julho de 2016, ratificou sua decisão indeferindo o pleito apresentado, uma vez que a licitante descumpriu os prazos editalícios.

Os 36 contratos assinados oriundos da 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios totalizam R\$ 121 milhões de bônus de assinatura e R\$ 214,9 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

13ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais:

Na 13ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais, a ANP ofertou 10 áreas inativas com acumulações marginais: São João, Alto Alegre, Iraí, Bela Vista, Fazenda Gameleira, Miranga Leste, Paramirim do Vencimento, Riacho Sesmaria, Lagoa do Doutor e Barra Bonita. Estas áreas encontram-se distribuídas em seis bacias sedimentares: Barreirinhas, Potiguar, Tucano Sul, Recôncavo, Espírito Santo e Paraná.

A rodada atraiu o interesse de 23 sociedades empresariais, das quais 21 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 141 mil, 14 apresentaram oferta e nove sagraram-se vencedoras.

Das 10 áreas inativas oferecidas, nove foram arrematadas, que totalizam 52,41 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado, único critério para determinação da oferta vencedora, totalizou R\$ 4,2 milhões. Além do bônus, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,9 milhões nas áreas arrematadas. O percentual de conteúdo local obrigatório é de 70% tanto para a fase de reabilitação quanto para a fase de produção.

As licitantes vencedoras passaram por processo de qualificação, nos termos da seção 7 do edital de licitações, e tiveram sua qualificação deferida em 11 de janeiro de 2016.

A ANP promoveu, no dia 12 de maio de 2016, a assinatura de oito contratos de concessão para as atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural nas áreas inativas com acumulações marginais de São João, Alto Alegre, Iraí, Bela Vista, Riacho Sesmaria, Paramirim do Vencimento, Lagoa do Doutor e Barra Bonita.

Com relação à área de Fazenda Gameleira, houve manifestação de desistência da assinatura do contrato de concessão por parte da licitante Alvopetro S.A Extração de Petróleo e Gás Natural. Sendo assim, a Comissão Especial de Licitação (CEL), em sua 7ª reunião, no dia 25 de abril de 2016, decidiu desclassificar a licitante que providenciou o pagamento de R\$ 3.000,00 referente ao valor da garantia de oferta. Quanto às demais penalidades previstas no edital, foi instaurado processo administrativo para apuração.

Os oito contratos assinados totalizam R\$ 3,9 milhões de bônus de assinatura e R\$ 7,1 milhões de investimentos previstos.

4ª Rodada de Licitações de áreas com acumulações marginais:

Em 29 de setembro de 2016, a ANP publicou o pré-edital e a minuta do contrato de concessão da 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais.

Esta rodada tem por objeto a outorga de contratos de concessão para exercício das atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural em 10 áreas com acumulações marginais, quais sejam: Araçás Leste, Garça Branca, Iraúna, Itaparica, Jacumirim, Noroeste do Morro Rosado, Rio Doce, Rio Mariricu, Urutau, Vale do Quiricó. Estas áreas encontram-se distribuídas em três bacias sedimentares: Potiguar, Recôncavo e Espírito Santo.

Após período de consulta pública de 45 dias, a ANP realizou audiência pública no dia 21 de novembro de 2016, de modo a identificar aspectos relevantes da matéria objeto da audiência, propiciar à sociedade a possibilidade de encaminhamento de contribuições e dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

Em 31 de dezembro de 2016, a rodada encontra-se na etapa de inscrição, com previsão de publicação da versão final do edital e do modelo do contrato de concessão em 19 de janeiro de 2017, realização da sessão pública de apresentação de ofertas em 11 de maio de 2017 e assinatura dos contratos de concessão em agosto de 2017.

14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios:

No dia 13 de outubro de 2016, o CNPE publicou a Resolução nº 05/2016, que autoriza a ANP a desenvolver estudos para viabilizar a realização da 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural e da 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção.

Os estudos dos blocos a serem licitados na 14ª Rodada estão concentrados em 27 setores, localizados em 4 bacias sedimentares marítimas e em 6 bacias sedimentares terrestres. Em mar: Sergipe-Alagoas (SSEAL-AP1, SSEAL-AP2 e SSEAL-AUP2), Espírito Santo (SES-AP1 e SES-AP2), Santos (SS-AR3, SS-AR4 e SS-AP4) e Pelotas (SP-AP4 e SP-AUP4). E em terra: Parnaíba (SPN-N e SPN-SE), Paraná (SPAR-CN), Potiguar (SPOT-T1B, SPOT-T2, SPOT-T4 e SPOT-T5), Recôncavo (SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3 e SREC-T4), Sergipe-Alagoas (SSEAL-T1, SSEAL-T2, SSEAL-T4 e SSEAL-T5) e Espírito Santo (SES-T4 e SES-T6).

A seleção desses setores visa a realizar rodadas de licitação para concessão de blocos em bacias de elevado potencial, de novas fronteiras e bacias maduras, com os objetivos de ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento das bacias sedimentares, descentralizar o investimento exploratório no país, desenvolver a pequena indústria petrolífera e fixar empresas nacionais e estrangeiras no país, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

2ª Licitação de Partilha de Produção:

No dia 13 de outubro de 2016, o CNPE publicou a Resolução nº 05/2016, que autoriza a ANP a desenvolver estudos para viabilizar a realização da 2ª licitação de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, sob o regime de partilha de produção, em áreas unitizáveis na região do polígono do pré-sal.

Os estudos dessas áreas unitizáveis para compor a 2ª Licitação de Partilha de Produção deverão focar inicialmente nas áreas de Norte de Carcará (Bloco BM-S-8), Sul do Gato do Mato (S-M-518) e Entorno de Sapinhoá, na bacia de Santos, e na área de Sudoeste de Tartaruga Verde, na bacia de Campos.

A seleção dessas áreas visa realizar rodadas de licitação sob o regime de partilha de produção em bacias de elevado potencial, com os objetivos de ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento do polígono do pré-sal, promover investimentos no país visando desenvolver o pré-sal, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Avaliação crítica dos resultados alcançados:

Embora a meta de concessões outorgadas não tenha sido alcançada (o saldo acumulado em 2016 foi de 19 concessões outorgadas), o resultado foi positivo para áreas de novas fronteiras terrestres, marcadas pelo protagonismo de empresas brasileiras, em consonância com o objetivo de oferecer oportunidades a pequenas e médias empresas.

Além disso, novos projetos foram iniciados e estima-se a realização de três rodadas de licitações no ano de 2017, a 4ª Rodada de Licitações de áreas com acumulações marginais (já autorizada e com procedimento licitatório em curso), a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios e a 2ª Licitação de Partilha de Produção.

Entre os fatores que contribuíram para a execução deste objetivo, destacam-se: a experiência acumulada pela ANP em elaborar editais e contratos e promover rodadas de licitações, a boa interlocução da ANP com outros órgãos de governo, em especial com o Tribunal de Contas da União – TCU e o Ministério de Minas e Energia – MME, e a atuação da Procuradoria Federal lotada junto à ANP para solucionar ações judiciais.

Fatos que prejudicaram o desempenho e as providências adotadas:

O atual cenário econômico da indústria do petróleo e a ausência da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) nas rodadas de licitações realizadas em 2015, impactaram o desempenho desta ação orçamentária.

Como forma de mitigar os impactos do cenário econômico adverso, a ANP buscou aumentar a atratividade dos certames por meio da redução dos custos associados ao procedimento licitatório.

A ANP revisou os valores das garantias de oferta e do programa exploratório mínimo em unidades de trabalho, ampliou o rol de modalidades aceitas para garantia financeira do programa exploratório mínimo e reduziu os percentuais das multas previstas no edital. Além disso, a ANP aprimorou o procedimento licitatório e as regras editalícias, com a adoção da inversão das fases de qualificação e apresentação de ofertas, passando a qualificar apenas as licitantes vencedoras da sessão pública de apresentação de ofertas. Com o novo procedimento, a inscrição das sociedades empresariais interessadas em participar da rodada de licitação foi aprovada com maior agilidade e o pacote de dados técnicos liberado mais rapidamente, permitindo às empresas maior tempo para estudar os dados e elaborar suas ofertas.

Nesta mesma direção, as rodadas aprovadas em 2016 já estão aderentes às diretrizes emanadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI, órgão de assessoramento da Presidência da República, em sua Resolução nº 01/2016, segundo as quais será estabelecido prazo de 45 dias de consulta pública e 100 dias entre a publicação do edital e a sessão pública de apresentação de ofertas.

Quadro 12 – Ação 212 L – Regulação das Atividades da indústria de Petróleo

Identificação da Ação			
Código	212L	Tipo	Atividade
Título	Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à	Código	0063

		competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.					
Programa		Petróleo e Gás		Código	2053	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária		Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
9.598.000	9.598.000	9.593.015	8.947.356	8.937.911	9.445	645.659	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado		Realizado
Agente regulado			Unidade	860	860		860
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
84.375	84.375	-	Agente regulado		Unidade	-	

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

A ação 212L - Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis abrange as seguintes atividades:

- A fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP, com o intuito de assegurar que estejam adequadas do ponto de vista da sua segurança operacional, permitindo a oferta destes produtos no mercado.
- A outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso.

A ação tem como produto o número de agentes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis que são regulados pela ANP.

A meta proposta para o exercício de 2016 levou em consideração o momento econômico brasileiro e também as variações de entrada e saída de agentes econômicos nos últimos três anos. O resultado alcançado confirmou a estimativa de que o mercado produtor de combustíveis seria mantido estável, apresentando um relativo crescimento apenas no mercado produtor de biocombustíveis. No âmbito das atividades de refino do petróleo e processamento do gás natural, por exemplo, comparando-se ao

resultado de 2015, onde existiam 435 agentes econômicos regulados e autorizados para a produção de etanol e biodiesel, durante o ano de 2016 foram incrementados na economia mais 6 produtores de biocombustíveis.

O desempenho deste indicador está diretamente relacionado à demanda dos agentes econômicos produtores de combustíveis e biocombustíveis. Desta forma, como a ANP não é responsável pela formulação de políticas públicas, fica inviabilizada a tomada de ações corretivas para fins de fomento do mercado produtor de combustíveis e biocombustíveis. Para a definição de uma meta que tenha resultado aproximado à sua execução física, são levadas em consideração as informações e tendências mercadológicas obtidas por meio da participação de fóruns entre o Governo, os Agentes Econômicos e a Sociedade, tais como: as reuniões da Mesa de Abastecimento do Etanol e, mais recentemente, a criação da Mesa de Abastecimento do Biodiesel.

Tendo em vista a natureza dos produtos desta ação no orçamento, não é possível segregar qual foi a parte da execução física efetivada com recursos pagos à conta de empenhos do exercício e qual foi a parcela viabilizada com o pagamento de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Cabe destacar que, com o intuito de aprimorar a aferição das metas físicas das ações finalísticas constantes do orçamento da ANP, o produto desta ação foi alterado na Lei Orçamentária de 2017.

Esta ação possui dois Planos Orçamentários (PO), apresentados a seguir:

Tabela 04 – Planos Orçamentários da Ação 212 L

Planos Orçamentários da Ação 212L							
0001 - Fiscalização das Atividades da Indústria do Petróleo							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
9.415.000	9.415.000	8.774.477	8.774.477	Instalação fiscalizada	unidade	4.687	5.276
0002 - Autorização das Atividades da Indústria do Petróleo e Gás Natural							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
183.000	178.015	172.879	163.434	Autorização outorgada	unidade	230	99

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

PO 0001: A execução física deste plano orçamentário representa a soma do número de fiscalizações das atividades de refino do petróleo e processamento do gás natural, das atividades de movimentação e comercialização de petróleo, seus derivados e gás natural, bem como no âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e das atividades de exploração e produção em plataformas.

No âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e das atividades de exploração e produção em plataformas, foram realizadas, até o mês de novembro de 2016, 3.922 ações de fiscalização em embarcações de um total previsto de 903, principalmente por meio do Termo de Execução Descentralizada com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Comando da Marinha, referente a perícias em embarcações, e 1.154 ações de fiscalização em plataformas de um total de 596 por meio do Termo de Execução Descentralizada com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Comando da Marinha, referente a perícias em plataformas

Estas informações foram coletadas do SISGEVI (Sistema da Gerência de Vistorias, Inspeção e Perícias Técnicas para a Agência Nacional do Petróleo) mantido no site da Marinha do Brasil que informa o resultado alcançado até 15º dia do mês anterior.

No âmbito das atividades de Fiscalização de Segurança Operacional em Unidades de Exploração e Produção foram realizadas até dia 15 de dezembro 2016, 67 ações de fiscalizações em unidades offshore e 16 em unidades onshore, totalizando 83 auditorias.

Com o quantitativo atual de inspeções da Marinha, as questões de segurança operacional que recebem impacto de requisitos navais ficam com melhor cobertura. O volume de perícias é muito superior ao número de embarcações pelo fato de, em várias unidades, haver necessidade de retorno da autoridade marítima para verificação de saneamento de deficiências encontradas anteriormente. Além disso o tempo gasto em uma embarcação não supera 1 dia. Sendo assim, os dados quantitativos são coerentes e apresentando cobertura adequada, no que se refere a perícias navais.

Não foram identificados fatos de prejuízo ao desempenho em 2016, tendo em vista que este só considera a cobertura. Entretanto tendo em vista as dificuldades orçamentárias, o quantitativo de unidades a serem inspecionadas foi reduzido significativamente.

Em 2015 a meta era de 1.310 perícias em embarcações e, com a redução em 2016, o total passou a ser de 903. Já em relação a plataformas, a meta de 2015 era de 1.022, e com a redução em 2016 passou a ser de 676.

A atividade de fiscalização engloba também as ações voltadas para segurança operacional, investigação e verificação de incidentes, auditorias do sistema de gestão de segurança operacional (SGSO) e vistoria para outorga de autorização para operação. Durante o exercício de 2016, foram intensificadas as ações de fiscalização de segurança operacional bem como as ações em conjunto com a fiscalização de abastecimento. Essas últimas não são planejadas previamente, o que prejudica estimar seu quantitativo na meta física. Comparado com o resultado obtido em 2015, este conjunto de fiscalizações conseguiu superar o seu desempenho em 10 ações.

O desempenho deste indicador depende diretamente de recursos para pagamento de diárias e passagens aéreas, e da dinâmica do mercado. Como em 2016 não houve uma restrição significativa neste plano orçamentário, foi possível superar a meta sem maiores entraves.

O desempenho deste indicador depende diretamente de recursos para pagamento de diárias e passagens aéreas, e da dinâmica do mercado. Como em 2016 não houve uma restrição significativa neste plano orçamentário, foi possível superar a meta sem maiores entraves, num total de 38 ações de fiscalização realizadas, neste âmbito.

Quanto às atividades de coleta, manutenção e administração do acervo técnico de dados e informações das bacias sedimentares brasileiras, foram fiscalizadas 13 instalações em 2016, salientando que algumas ações foram concatenadas numa mesma viagem quando possível, com vistas à otimização e redução de custos:

- 1) USP (São Paulo e Santos)
- 2) UNESP (Rio Claro)
- 3) UNICAMP (Campinas)
- 4) HALLIBURTON (Macaé)
- 5) SCHLUMBERGER (Macaé)
- 6) CGG (Rio de Janeiro)
- 7) WEATHERFORD (Rio de Janeiro)
- 8) BP Energy (São Gonçalo e Rio de Janeiro)
- 9) HALLIBURTON (Rio de Janeiro)
- 10) SOLINTEC (Rio de Janeiro)
- 11) PETROBRAS (Catú e Salvador)
- 12) CHEVRON/UFRN (Natal)
- 13) SPECTRUM (Rio de Janeiro)

PO 0002: A execução física deste plano orçamentário representa a soma das autorizações outorgadas no âmbito das atividades da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, bem como das atividades relativas à movimentação e comercialização de petróleo, seus derivados e gás natural.

No primeiro grupo relacionado às atividades de refino do petróleo e processamento do gás natural, foram outorgadas 41 autorizações em relação à meta de 30 (137% do programado). Essa superação foi possível em virtude da conclusão das obras de algumas plantas industriais que estavam ampliando sua capacidade produtiva, ou seja, a entrada de novos agentes econômicos no mercado não impactou significativamente este resultado. Para fins de exemplificação, apenas para a atividade de produção de etanol, foram outorgadas 16 autorizações de operação fruto de ampliações de capacidade.

Em relação às atividades relativas à movimentação e comercialização de petróleo, seus derivados e gás natural, observa-se o baixo número de autorizações outorgadas, 58 autorizações outorgadas frente à meta de 200, 29% do previsto. Tal resultado é o reflexo da crise econômica que o país está atravessando, bem como da queda do valor do barril de petróleo afetando diretamente as atividades da indústria do petróleo e gás natural.

Em 31/12/2015, havia 380 agentes regulados autorizados; até 30/6/2016, este número passou para 384, e até 31/12/2016 contabilizamos 379 agentes regulados. Uma pequena redução foi causada pela correção no total de Gasodutos de Transferência, anteriormente era considerado o número de gasodutos e corrigimos para o número de proprietários.

No que se refere às autorizações de construção, desde julho foram solicitadas: 2 autorizações de terminais; 2 autorizações de dutos, incluindo dutos portuários; 1 de unidade de compressão de Gás Natural Comprimido; 1 Autorização de novas bombas.

Quanto às autorizações de operação para novas instalações, foram outorgadas 9 autorizações para 6 oleodutos, incluindo dutos portuários, 1 Monoboia, 1 Duto de Transferência de GLP, OSDUC II, 2 novos Terminais e 1 Unidade de Compressão de GNC.

As restrições orçamentárias de 2016 também afetaram o planejamento das fiscalizações das atividades relativas à movimentação e comercialização de petróleo, seus derivados e gás natural. Foi alterado o cronograma e refeito o planejamento das fiscalizações de modo a alcançar a meta proposta.

Quadro 13 – Ação 213 E

Identificação da Ação						
Código		213E			Tipo	Atividade
Título		Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares				
Objetivo		Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.			Código	0053
Programa		Petróleo e Gás		Código	2053	Tipo Temático
Unidade Orçamentária		Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Ação Prioritária		(X) Sim ()Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.307.932	1.307.932	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida	de	Montante	
					Previsto	Reprogramado
Estudo realizado			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	Estudo realizado		Unidade	-

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

A ação 213E - Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares visa à elaboração de estudos multidisciplinares de abrangência regional, que envolvem pesquisas, investigações e levantamentos de dados técnicos e socioambientais, nas bacias sedimentares brasileiras terrestres ou marinhas. A ação tem por objetivo principal a preservação ambiental de áreas nas quais serão realizadas atividades ou

empreendimentos de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, por meio da identificação dos potenciais impactos socioambientais decorrentes da execução das atividades mencionadas. Os diversos estudos ambientais de áreas sedimentares serão consolidados em relatório técnico que visa classificar a área sedimentar quanto à sua aptidão para outorga de blocos exploratórios (dividindo-se em áreas aptas, não aptas ou com indicação de moratória), de forma a subsidiar o planejamento estratégico de políticas públicas do setor e a definição de blocos exploratórios a serem ofertados por licitação para E&P.

Após a realização da Consulta Pública do Termo de Referência para realização do Estudo Ambiental de Área Sedimentar - EAAS de Sergipe-Alagoas/Jacuípe (período de 18/11/2015 a 17/12/2015), o Comitê Técnico de Acompanhamento - CTA realizou algumas reuniões para incorporação das contribuições julgadas pertinentes.

Posteriormente, tendo como base o conteúdo do Termo de Referência, a ANP elaborou o Projeto Básico para contratação de empresa de consultoria especializada para a confecção do EAAS de Sergipe-Alagoas/Jacuípe. Tal documento também passou pela avaliação das instituições que compõem o CTA.

Em maio de 2016 iniciou-se o processo de estimativa de preços para contratação do serviço.

O Edital de Concorrência nº 40/2016 foi publicado em 03/11/2016 e os envelopes foram abertos em 20/12/2016. Seis empresas apresentaram interesse em participar da licitação.

A partir de janeiro de 2017 será iniciada a análise da Proposta Técnica apresentada pelas empresas.

Os recursos previstos na Ação Orçamentária não foram utilizados em 2016.

O CTA, ao longo do primeiro semestre de 2016, realizou diversas reuniões para finalizar o texto do Termo de Referência, que serviu de base para elaboração do Projeto Básico. A escolha do modelo de licitação mais adequado para o tipo de serviço que se deseja contratar acabou gerando discussões e divergências, e, como consequência, atrasos na elaboração do documento. Importante ressaltar que esta será a primeira contratação de EAAS no Brasil e, portanto, é razoável que se disponha de um tempo para o amadurecimento do assunto.

Merece destaque também que concomitantemente a realização da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS de Sergipe-Alagoas/Jacuípe está sendo conduzida a AAAS do Solimões (a ser contratada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE). Trata-se do mesmo processo, inclusive com a composição de um CTA bastante semelhante, isto é, mesmos representantes. Isso faz com que o tempo disponível para a confecção da AAAS de Sergipe-Alagoas/Jacuípe seja reduzido.

Apesar dos contratemplos relatados, o processo licitatório já foi iniciado.

Visando dar celeridade ao processo e minimizar as consequências dos fatos relatados acima, o CTA optou por aumentar a frequência de reuniões, por meio de videoconferências. Tal ação possibilitou dar agilidade as discussões do grupo.

Quadro 14 – Ação 158M – Implantação do Centro de Rochas e Fluidos

Identificação da Ação						
Código	15BM				Tipo	Projeto
Título	Implantação do Centro de Rochas e Fluidos					
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.				Código	0063
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do Exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.007.206	24.007.206	158.799	51.525	47.963	3.562	107.274
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto executado		%	33	33	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Projeto executado	%	-	

Fonte: SFO/ANP

Análise Situacional

A ação 15BM - Implantação do Centro de Rochas e Fluidos tem por finalidade a implantação de um Centro de Rochas e Fluidos, visando cumprir atribuições legais de responsabilidade da ANP, assumindo a gestão das amostras pertencentes ao acervo da União e visando à preservação de um acervo essencial ao conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras na área de petróleo e gás.

A construção do Centro de Rochas e Fluidos da ANP permitirá que todas as amostras públicas e seus subprodutos sejam armazenados e indexados de tal forma que os usuários tenham acesso eficiente e seguro. A indústria petrolífera brasileira, as universidades e demais instituições de pesquisa poderão se beneficiar de um acesso mais ágil ao acervo público, aprimorando modelos geológicos que reduzam o risco exploratório, aumentando o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras.

Considerando apenas o volume de amostras declaradas, ocupando salões de armazenamento com 7 metros de pé direito, acomodando estantes de 6 metros, é necessária, atualmente, uma área de aproximadamente 2.500 m². Em 2025 a área de armazenamento requerida poderá ser de 4.000 m².

Até 31/12/2016 foram empenhados R\$ 158.799, correspondentes a:

-Serviços de Levantamento Topográfico do Terreno: R\$ 9.349

-Serviços de Sondagem do Terreno: R\$ 62.325

-2 Microscópios Trinoculares: R\$ 71.225

-2 Laminários (Estantes de Aço): R\$ 15.900

Entre os valores empenhados, destacam-se:

i) 2 importantes serviços técnicos foram contratados para o início do projeto construtivo: os de levantamento topográfico e os de sondagem do terreno. Para construção da Unidade Central do Centro de Rochas e Fluidos (CRF) a contratação destes serviços foi de crucial importância, sobretudo na medida em que o produto deles se constitui em informação necessária para etapa posterior do projeto de implantação do CRF, onde se planeja a realização de um concurso nacional de arquitetura para escolha do anteprojeto que subsidiará a futura contratação dos projetos básicos e de execução da obra, em consonância com o estipulado pela Lei 8.666/93

ii) Há um conjunto de razões que justificam a aquisição dos microscópios petrográficos e dos laminários, sobretudo em virtude do prudente e estratégico início da gestão do acervo de lâminas petrográficas da União pela ANP, a ser realizado no escritório da ANP localizado no bairro da Urca, cidade do Rio de Janeiro, quais sejam:

a. A ANP percorrerá, desde já, a curva de aprendizado do processo de atendimento aos solicitantes, uma vez que a instituição jamais fez a gestão direta de qualquer amostra de rochas e fluidos da União. Trata-se, pois, de grande oportunidade para a ANP antecipar-se em relação a procedimentos que precisam ser resolvidos para a melhor eficiência na gestão direta do acervo de lâminas da União;

b. Com a gestão direta do acervo de lâminas da União pela ANP, pretende-se reduzir o prazo de atendimento do processo de Solicitação de Acesso as Amostras - SAAs (hoje de 105 dias em média, segundo levantamento do período 2013-2015 no contexto atual, em que as lâminas estão sob a posse dos fiéis depositários);

c. É necessário calcular os custos do atendimento pela ANP das SAAs, diferente dos valores praticados pelos fiéis depositários das lâminas da União, para que o custo deste serviço esteja devidamente calibrado no momento da implantação da Unidade Central do CRF no imóvel cedido à ANP pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em Duque de Caxias-RJ, prevista para ser concluída em 2019;

d. É fundamental conhecer a demanda reprimida pelo acesso do acervo de lâminas da União, inibida pelo longo prazo de atendimento e pelos preços praticados pelos fiéis depositários para prestar os serviços de fornecimento de acesso às amostras. Acredita-se, que a guarda do acervo de lâminas pela ANP ampliará o interesse do público em geral para solicitar o acesso a este acervo;

e. Concomitantemente com o item acima, é mister verificar o potencial de arrecadação da ANP advindos do atendimento diretamente pela Agência, das SAAs visando às lâminas da União: no período 2013-2016 (até fev.) foram arrecadados pelos fiéis depositários das lâminas da União a quantia de R\$ 455.076, correspondente ao acesso de um total de 11.274 lâminas;

f. É estratégico acompanhar as sinalizações de interesse do mercado em relação às potencialidades exploratórias, a partir do acompanhamento direto pela ANP das solicitações de acesso às lâminas da União.

Entendemos, assim, que a alocação imediata de 2 microscópios petrográficos na ANP/Urca foi um procedimento de relevante interesse público, conveniente e oportuno, entre outros fatores, por trazer efetividade ao processo de gestão e manejo do acervo das amostras da União.

A razão para adquirir 2 microscópios é pautada na divisão de tarefas que se planeja com estes recursos, qual seja: dedicar um microscópio para uso interno da ANP, em suas atividades de estudos de geologia e geofísica, bem como nas ações de fiscalização, reservando o outro microscópio para atendimento aos solicitantes externos. Não olvidando da hipótese do equipamento reservado às demandas internas da ANP servir como reforço de atendimento aos usuários internos.

Frisa-se, por fim, que os dois microscópios petrográficos serão posteriormente transferidos para a Unidade Central do CRF, a ser construído no imóvel cedido à ANP pela SPU, em Duque de Caxias-RJ, prevista para ser concluída em 2019.

O desempenho não atingiu a meta física programada em virtude, sobretudo, do tempo necessário à equipe da ANP para a solução de entraves relacionados com a presença de posseiros no terreno que será palco das futuras instalações do CRF. Entraves estes já sanados a ponto de iniciarmos, desde nov./2016 a ocupação efetiva do terreno, pela ANP, com a realização dos serviços de levantamento topográfico e, posteriormente, dos serviços de sondagem, realizados em dez./2016.

Destaca-se, ainda, que a ocupação mais ostensiva do terreno pela ANP será efetivada pela contratação dos serviços de engenharia para o cercamento do terreno, que teve seu edital (Pregão Eletrônico nº 69/16) publicado no Diário Oficial da União de 29/12/16, com a sessão do pregão marcada para 24/01/17.

Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 15 – Ação 10TP – Modernização Estrutural do CPT

Identificação da Ação					
Código		10TP		Tipo: Projeto	
Título		Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas			
Objetivo		Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.			Código: 0553
Programa		Combustíveis	Código: 2022		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
137.986	-	-	Projeto executado	% de execução física	-

Fonte: SFO/ANP

Programação

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária - SFO se articula diretamente com os órgãos setoriais e central de planejamento e orçamento e apoia a Diretoria Colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção ou ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento interno que resulta no Plano de Ação Anual - PAA. O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do exercício, a SFO, em sintonia com as demais áreas da Agência, toma as medidas necessárias para buscar a ampliação da dotação orçamentária e dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira, quando necessário.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a SFO divulga mensalmente a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável - UGR. Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos titulares de UGR sobre os gastos realizados em suas áreas de atuação e permite à SFO o acompanhamento das despesas no decorrer dos exercícios através das séries.

A Lei Orçamentária Anual – LOA da ANP totalizava inicialmente R\$ 1.096,3 milhões. Deste total de recursos consignados na LOA, desconsiderando os valores destinados à reserva de contingência e aos pagamentos de precatórios, foram autorizados R\$ 472,7 milhões para realizar despesas. Contudo, no decorrer do ano, a LOA foi modificada por créditos adicionais que suplementaram dotações orçamentárias, resultando em um acréscimo de R\$ 6,8 milhões na dotação orçamentária global, conforme resumido abaixo:

Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) nº 58 de 23 de fevereiro de 2016 suplementou R\$ 296,7 mil na ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.

Portaria MP nº 230 de 12 de agosto de 2016 suplementou R\$ 491,1 mil na ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, R\$ 98,5 mil na ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, R\$ 21,2 mil na ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares e R\$ 739,2 mil na ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.

Portaria MP nº 315 de 26 de outubro de 2016 suplementou R\$ 1,5 milhão na ação Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis e R\$ 2,8 milhões na ação Pessoal Ativo da União.

Portaria MP nº 316 de 27 de outubro de 2016 suplementou R\$ 3,1 milhões em despesas de investimento na ação Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e R\$ 2,5 milhões em despesas de investimento na ação Administração da Unidade, mediante cancelamento de R\$ 5,5 milhões em despesas de custeio da ação Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e R\$ 100 mil em despesas de

investimento na ação Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Portaria MP nº 361 de 25 de novembro de 2016 suplementou R\$ 50 mil na ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares mediante cancelamento de recursos no mesmo montante na ação Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.

Portaria MP nº 410 de 21 de dezembro de 2016 suplementou R\$ 342,7 mil na ação Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis, R\$ 349,3 mil na ação Pessoal Ativo da União e R\$ 76,8 mil na ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Portaria MP nº 419 de 27 de dezembro de 2016 suplementou R\$ 10 mil na ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.

Durante o ano de 2016 foram encaminhadas pela ANP solicitações de créditos suplementares, listadas abaixo:

Em 31 de agosto, por meio do pedido 63.547 foram solicitados R\$ 3,1 milhões em despesas de investimento para a ação Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis mediante cancelamento de despesas de custeio da própria ação. Na mesma data, por meio do pedido 63.562, foram solicitados R\$ 2,5 milhões em despesas de investimento para a ação Administração da Unidade, mediante cancelamento de R\$ 2,4 milhões em despesas de custeio da ação Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e R\$ 100 mil em despesas de investimento da ação Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural. Os pedidos foram atendidos pela Portaria 316 do Ministério do Planejamento.

Os créditos suplementares abertos pelas portarias citadas acima que não são originários de solicitações da ANP foram publicados por iniciativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Análise Crítica

Com a inclusão dos créditos adicionais, temos que a LOA da ANP totalizou em 2016 o valor de R\$ 1.103,1 milhões, sendo R\$ 623,4 milhões alocados na reserva de contingência e R\$ 162,3 milhões para pagamentos de precatórios. Para a execução de despesas, a LOA da ANP em 2016 atualizada pelas suplementações de dotações orçamentárias destinou um total de R\$ 479,5 milhões. Desse total, excluídas as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e com pagamento de pessoal e benefícios, a ANP teve R\$ 181,0 milhões alocados para execução de suas demais despesas discricionárias. Desse montante, R\$ 180,7 milhões foram autorizados para empenho, dos quais a ANP empenhou 97,9%.

Em relação ao valor do orçamento destinado a despesas discricionárias da Agência, o total autorizado em 2016 foi aproximadamente 17% menor que o de 2015. Já o limite para empenho e movimentação em 2016 foi 2% inferior ao de 2015.

É importante registrar que, a despeito dos efeitos inflacionários anuais, os referenciais monetários determinados para a elaboração das propostas orçamentárias da Agência vêm se mantendo em patamares iguais ou inferiores ao do exercício imediatamente anterior. Além disso, as sucessivas limitações de movimentação e empenho impostas à ANP levou a Agência a adotar várias medidas de

redução de despesas, seja por intermédio de alterações em contratos ou seja pela redução de gastos com diárias, passagens, telefonia, dentre outros insumos. Além disso, vários investimentos planejados ao longo dos últimos anos vêm sendo postergados, assim como iniciativas de capacitação do corpo técnico da Agência foram revistas.

Por fim, cabe esclarecer que, diante desse cenário, a Agência fez esforços consideráveis para mitigar riscos de interrupção de atividades como a fiscalização offshore da indústria de petróleo e gás natural, a fiscalização das revendas de combustíveis, o monitoramento da qualidade dos combustíveis e a pesquisa de preços de combustíveis.

Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Informamos que não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos nas contas apresentadas, no exercício de 2016.

3.3.2 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 05 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	17.231.299,37	16.743.904,24	217.847,21	269.547,92
2014	7.636.927,37	5.593.329,95	2.043.597,42	-
2013	595.982,20	596.021,58	-	39,38
2012	2.520,22			2.520,22
2004	15.000,00		15.000,00	
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	101.852.419,46	70.831.291,51	31.083,46	30.990.044,49
2014	2.123.974,99	80.920,77	1.684.177,45	358.876,77
2013	4.659.894,61	16.073,99	4.642.695,54	1.125,08

Fonte: Tesouro Gerencial

Nos campos de restos a pagar processados o saldo inscrito de 2004 refere-se a processo que estava sub judice, pertencendo a UG 323030 (ANP - Sede) e foi feito o cancelamento durante o exercício. O valor a pagar do exercício de 2012 refere-se à despesa de fiscalização do monitoramento de combustíveis em que a nota fiscal, foi devolvida a Universidade para acerto. O saldo a pagar em 2013 no valor de - R\$ 39,38 refere-se a um erro do sistema já repassado para o setor contábil do MME. E o saldo a pagar em 2015 trata-se de rescisão contratual em que a empresa não apresentou o pagamento aos funcionários, encontra-se sub judice.

Com relação aos restos a pagar não processados 97% do montante de saldo a pagar são de contratos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/ANP na Ação 2050 “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural”. Assim como nos restos a pagar processados foi possível um maior pagamento e uma diminuição dos restos a pagar inscritos devido a uma liberação maior de recursos por parte do MME.Com relação ao saldo a pagar de 2014 e 2013 serão verificados e cancelados neste exercício.

3.3.3 – Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 16 - Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela ANP na modalidade de convênio, termos de cooperação e de contratos de repasse

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse					valores em R\$	
					1,00	
Unidade Concedente						
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS						
UG/GESTÃO: 32205/323031						
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos (quantidade e montante repassado)			
			Convênios	Termo de execução de descentralizada	Contratos de repasse	
Exercício do relatório de gestão	Contas prestadas	Quantidade	0	3	0	
		Montante Repassado	0	28.484.108,76	0	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0	
		Montante Repassado	0	0	0	
Exercícios anteriores	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0	
		Montante Repassado	0	0	0	
Fonte: SIAFI/SICONV						

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro 17 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão					Valores em R\$1,00
Unidade concedente Contratante					
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E COMBUSTÍVEIS					
UG/GESTÃO: 32205/323031					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos		
			Convênios	Termos de cooperação	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada		0	3	0
	Quantidade reprovada		0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas		0	0	0
	Montante repassado (R\$)		0	28.484.108,76	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0	0
	Montante repassado (R\$)		0	0	0

Quadro 18 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios						
Unidade concedente ou contratante						
Nome:	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS					
UG/GESTÃO:	32205/323031					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes Repassados no exercício (em R\$1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Execução Descentralizada	3	3	3	28.484.108,76	22.250.585,95	18.601.877,31
Termo de Compromisso	0			0,00	0,00	0,00
Totais	3	3	3	28.484.108,76	22.250.585,95	18.601.877,31
Fonte: SIAFI/SISCONV						

Quadro 19 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos					
Unidade concedente Contrante					
Nome:	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS				
UG/GESTÃO:	32205/323031				
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0

Segundo o artigo 89 da portaria Interministerial nº 507/88 os termos de cooperação são regulados na forma do art. 18 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

Dessa forma, pelo nosso entendimento, o prazo de 60 dias (artigo 72) passa a ser de 1 ano, prorrogável por igual período, conforme parágrafo 8º do artigo 10 do referido Decreto.

Conclui-se que não houve atraso na prestação das contas dos Termos de Execução Descentralizada firmados entre a ANP e a Marinha.

Em atendimento à solicitação de Auditoria, seguem considerações acerca do item Análise Crítica do Relatório de Gestão.

- Não houve transferências na situação de inadimplente;
- No último exercício, houve redução da quantidade de instrumentos vigentes, bem como do montante de recursos dispendidos. Contudo, ante o forte contingenciamento de anos anteriores, foi significativo o valor destinado para atendimento das despesas de restos a pagar e dívidas de exercícios anteriores, de modo que o repasse total superou o repassado do ano anterior.
- A Prestação de Conta Final foi prestada no prazo acordado no Convênio.
- A Coordenação de Transferências Voluntárias da SFO realizou análise de acordo com os aspectos financeiros, cumprindo listar as seguintes medidas:
 - Verificação da compatibilidade entre a execução do plano de trabalho e os desembolsos e pagamentos conforme programa apresentado.
 - Conferência das notas e comprovantes fiscais quanto à data, valor, aposição de dados do conveniente, programa e número do Convênio, realizando a conciliação entre os pagamentos registrados no SICONV.
 - Verificação da regularidade das informações registradas pelos convenientes no SICONV reorientando as ações praticadas a fim de garantir a plena aplicação dos

recursos na execução do objeto pactuado e a observância à lei nº 8666/1993 nas contratações de bens e serviços.

- Controle dos repasses e liberação das parcelas conforme o cronograma de desembolso do Convênio mediante a comprovação e aprovação das Prestações de Contas apresentadas pelos convenientes em conformidade ao Plano de Aplicação estabelecido.
- Guarda, controle e organização do arquivo de processos dos Convênios e Termos de Execução Descentralizada, zelando pela instrução processual. Recebimento e tramitação dos processos através do SID (Sistema de Informação Documental) e do sistema de guarda externa STOCK atendendo a solicitação das áreas.
- Atendimento às solicitações de informação das áreas desta Agência quanto à evolução orçamentária e financeira dos instrumentos, como a Coordenadoria de Orçamento e Superintendências técnicas.

A este respeito, vale ainda consignar que a fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho é realizada pelas áreas gestoras.

- As transferências desempenham um papel imprescindível no cumprimento da missão institucional da ANP. Os objetos dos instrumentos firmados estão relacionados com a formação de pessoal especializado para o setor regulado, intensificação da fiscalização de revenda de derivados de petróleo no *downstream*, fortalecimento e ampliação de medidas de segurança operacional junto aos agentes operadores de exploração e transporte de petróleo no mar (*offshore*), bem como na obtenção de dados técnicos para o desenvolvimento das atividades do mercado regulado. A par disso, não bastando as informações mencionadas, as áreas técnicas possuem mais elementos para avaliar a efetividade de cada instrumento.

3.3.3.1 – Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Quanto a estrutura de controle para o gerenciamento das transferências e a análise de sua efetividade como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da Agência, iremos separar as informações pelas áreas técnicas responsáveis pela gestão das transferências no âmbito da ANP.

Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – SPD

A Lei nº 9.478, de 06/08/97, estabelece como diretriz da Política Energética Nacional a promoção do desenvolvimento, a ampliação do mercado de trabalho e a valorização dos recursos energéticos, e determina que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis estimule a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento de petróleo.

Sendo assim, foi implementado o PRH-ANP tendo como objetivo estimular as instituições de ensino a organizar e oferecer aos seus alunos especializações profissionais consideradas estratégicas e imprescindíveis ao desenvolvimento do setor de petróleo no País. Desta forma, o Programa de Recursos Humanos oferece bolsas de estudos aos alunos matriculados naquelas instituições, além de valor equivalente a título de taxa de bancada destinado a apoiar as atividades dos referidos bolsistas.

As transferências de recursos para execução descentralizada das políticas públicas, relacionadas ao PRH/ANP, são gerenciadas pela SPD/ANP por meio do Sistema Integrado de Controle de Bolsas (SICBOLSAS) e da análise da prestação de contas apresentada pelas instituições de ensino que executam os PRHs.

Atualmente esse processo de análise de prestação de contas, está em fase de reformulação e adequação visando o seu aprimoramento. Assim, pretende-se obter um procedimento com maior eficiência e dinamismo para o controle da execução das transferências.

A estrutura de pessoal alocada para o PRH-ANP conta, atualmente, com quatro servidores efetivos, que podem realizar fiscalização in loco nas instituições de ensino, sempre que identificada essa necessidade.

Cabe destacar que o PRH-ANP formou, desde a sua criação, 2406 graduados, 1171 mestres e 328 doutores, com a formação diretamente voltada para o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Observa-se, assim, que a ANP tem adotado mecanismos suficientes para garantir a efetiva execução pública das políticas descentralizadas.

Superintendência de Definição de Blocos – SDB

No período de 2014 a 2016, a SDB foi responsável pelo acompanhamento do Termo de Cooperação nº 001/11-ANP, celebrado entre a ANP e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), e pelo Termo de Cooperação nº 001/13-ANP, firmado entre a ANP e o Observatório Nacional (ON).

Cada Termo de Cooperação, atualmente denominados Termo de Execução Descentralizada, contava com dois especialistas responsáveis pela análise dos aspectos técnicos e pela avaliação prévia das prestações de contas que seguiam para análise final da SFA. A aprovação das prestações de contas condicionava a liberação da parcela subsequente de recursos.

O Termo de Cooperação nº 001/11-ANP encerrou-se em 2014, com a prestação de contas final e entrega de todos os relatórios técnicos em 2015.

Já o Termo de Cooperação nº 001/13-ANP foi prorrogado até julho de 2016 e atualmente se encontra na conclusão da análise de prestação de contas final e dos relatórios finais consolidados. O cronograma de repasse foi alterado por meio do segundo aditivo ao termo. Destaca-se ainda que este termo foi objeto de auditoria interna da ANP.

Além disso, foram realizadas fiscalizações e diligências para acompanhamento do trabalho e atualização das informações dos projetos referentes a ambos os termos.

Em suma, a SDB agiu em consonância com o disposto no art. 68, incisos I e II da Portaria Interministerial nº 507/2011, que determina que no acompanhamento e fiscalização do objeto sejam verificadas a comprovação da boa e regular aplicação de recursos; e a compatibilidade entre a execução do objeto, que foi estabelecido no Plano de trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados.

Tendo em vista as experiências com esses termos, consideramos que, pela impossibilidade de execução de certas atividades pela própria área técnica, a execução descentralizada dos recursos tem se mostrado um instrumento eficiente para atingir os objetivos e atribuições da Superintendência e da própria ANP.

Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI

No período 2014-2016, a SFI desenvolveu três convênios de cooperação técnica e operacional para fiscalização do setor de abastecimento de GLP. Dois deles foram celebrados com o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, em 2013 e em 2015, esse último ainda em curso, até junho próximo. O terceiro convênio foi celebrado em 2013, com o CBM de Santa Catarina, concluído em 2016.

Tais parcerias visam dotar de maior eficácia o processo de monitoramento e fiscalização do setor de abastecimento de GLP. Corporações de bombeiros possuem efetivos qualificados em segurança pública e sediados em várias regiões dos estados, o que possibilita ampliação de força de trabalho e maior capilaridade das ações, abrangendo áreas de mais difícil acesso, onde pode ser maior a incidência de agentes não autorizados.

De acordo com o estabelecido no termo padrão adotado para convênios com bombeiros, cabe ao CBM executar as ações de fiscalização, conforme legislação e procedimentos adotados pela ANP, que fica por sua vez responsável por ministrar capacitações e treinamentos necessários, assim como acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto. Cabe ainda à ANP prover recursos necessários ao trabalho, mediante transferências destinadas a aquisições, pelo CBM, de bens e serviços de indiscutível utilidade nas ações, a exemplo de veículos e equipamentos de informática, notebooks e impressoras.

As ações de fiscalização são registradas em formulário próprio, encaminhado pelo conveniente ao Núcleo Regional da ANP, onde serão submetidos ao crivo da análise do gestor responsável. Quando requerem retificação ou complementação, são devolvidos ao CBM, acompanhados de orientações devidas, considerados para fins de cumprimento de metas apenas os documentos e ações em linha com padrões estabelecidos.

Principal meio de controle das transferências e destinação de recursos é o Sistema de Gestão de Convênios – Siconv, gerido pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, dotado de funcionalidades destinadas a conferir controle e transparência às operações, movimentações bancárias, processos licitatórios, comprovantes de pagamento e documentos fiscais.

São inseridos no Siconv os relatórios de execução, assim como registradas e identificadas as ações de execução do objeto, documentos de liquidação, pareceres, entre outros. Anexados ao processo administrativo, disponível a consulta, todas as informações relativas ao desenvolvimento do projeto, desde a proposição até a prestação de contas, incluindo correspondências, relatórios de capacitação, avaliações, entre outros.

Ao final do prazo de vigência, o conveniente apresenta a prestação de contas, onde constam operações relativas a aquisições, aplicação dos recursos, notas fiscais, atas e registros dos processos de licitação, levantamento de preços, entre outros. A documentação é analisada pela equipe da SFA, solicitadas

complementações ou retificações, caso necessário. O conjunto passa a fazer parte dos autos do processo administrativo, sob a guarda do setor de convênios/SFI.

Quanto à fiscalização da execução das metas físicas, a SFI mantém canais de comunicação com gestores e executores do CBM, prestando orientações e providenciando reforços de treinamento, sempre que se avalie necessário, inclusive mediante ações conjuntas para consolidação dos procedimentos.

No intuito de promover correções de rumo, com o convênio ainda em andamento, reuniões técnicas periódicas abordam avaliação das ações realizadas no período, com base em levantamentos realizados pelo setor de Convênios, com base no cadastro das ações no Sigiweb e outros registros. Tais levantamentos levam em conta a distribuição espacial e temporal das ações, abrangência da fiscalização, qualidade dos documentos produzidos, índices de autuação, sinalizando pontos a serem corrigidos ou melhorados, áreas demandantes de maior atenção, por exemplo.

Sublinhe-se, finalmente, que cada parcela do valor transferido está condicionada a cumprimento de correspondente parcela das metas físicas. Enquanto não for cumprida a meta física associada à parcela, a transferência não é realizada.

Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente - SSM

A SSM analisa os relatórios emitidos pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), Marinha do Brasil, com a lista de perícias técnicas realizadas, no caso dos Termos de Execução Descentralizada 03/2011 e 07/2013, e com a quantidade de dias de patrulha com navios e horas de patrulha com helicópteros, no caso do Termo de Execução Descentralizada nº 02/2011.

O Termo de Execução Descentralizada 03/2011 findou em 30/06/2016 e foi renovado pelo Termo de Execução Descentralizada nº 01/2016 já com escopo reduzido devido restrição orçamentária.

Nas prestações de contas dos 3 Termos de Execução Descentralizados é verificado se as notas fiscais encaminhadas pela DPC foram pagas dentro do trimestre assim como verificar se o valor pago está condizente com o valor repassado. No caso de grande quantidade de notas é analisado 20% do total enviado.

Após a análise, elaboramos uma nota técnica para cada Termo de Execução Descentralizada. De formar a atender a demanda da CGU, alteramos o modelo da nota técnica a partir do segundo trimestre de 2014, incluindo a análise do objeto das notas fiscais além da verificação do cumprimento das metas.

Em 2016, foram realizadas 1.286 perícias técnicas em plataformas e 4.306 perícias técnicas em embarcações de transporte a granel de petróleo e derivados.

No Termo de Execução Descentralizada nº 02/11, que tem por objeto a operação e a manutenção de um sistema de monitoramento e controle de tráfego marítimo nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural, houve alteração nas metas.

A saber:

Nos anos de 2012 a 2015:

1 (um) Navio Patrulha classe Grajaú mantido nas áreas da Bacia de Campos, Bacia do Espírito Santo e Bacia de Santos.

1 (um) Helicóptero UH-14 na área da Bacia de Campos.

1 (um) Navio Patrulha classe Grajaú mantido nas áreas da Bacia do Ceará e na Bacia Potiguar.

No ano de 2016:

1 (um) Navio Patrulha classe Grajaú mantido nas áreas da Bacia de Campos, Bacia do Espírito Santo e Bacia de Santos.

Foram realizados 26 dias de patrulha com navios nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

Esse quantitativo não poderia ser alcançado com o corpo técnico da ANP, que é muito menor que o número de vistoriadores da Marinha do Brasil.

Para análise da prestação de contas a Superintendência conta apenas com 1 (uma) servidora que é responsável também por outras atividades.

3.3.4 - Informações sobre a realização das receitas

Tabela 06 – Informações sobre a realização de receitas

Fonte SOF	Natureza Receita		2014	2015	2016
0250	19199900	OUTRAS MULTAS	408.233,70	62.047,73	
	16002500	SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	336.605.520,47	584.154.611,00	
	16005000	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		786.236,00	
	16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL			- 782.991,00
	16100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL			356.916.477,60
	16100412	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-MUL JUR.			869.294,67
	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.			103.269,54
	Total		337.013.754,17	585.002.894,73	357.106.050,81

Fonte: SFO/ANP

A previsão de arrecadação de receita própria na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2016 foi de R\$ 680.319.049,00.

No exercício de 2016 esses recursos foram utilizados para pagamento das despesas discricionárias, despesas obrigatórias e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme dotação prevista na Lei, porém ao final do primeiro semestre com a observação de frustração da receita estimada na LOA, foi remanejado as despesas obrigatórias da folha de pagamento para recursos do Tesouro.

O valor da natureza da receita 16100211 negativo refere-se a repasse da arrecadação em 2015 da taxa de inscrição para o concurso público conforme previsão em contrato.

3.3.5 – Informações sobre a execução das despesas

Despesas Totais por Modalidade de Contratação

O quadro abaixo pode ser utilizado para demonstrar a execução da despesa na perspectiva das modalidades de contratação e deve ser elaborado considerando a totalidade da execução de responsabilidade das UG do âmbito da UPC.

O quadro contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Executada e a Despesa Paga. Cada uma delas representando os dois últimos exercícios, para expressar a evolução dos valores e o percentual da despesa. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Modalidade de Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Dispensa e a Inexigibilidade. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias. Por fim, devem ser consideradas as despesas em sua totalidade (em valores e percentuais) executadas e pagas no exercício no âmbito da UPC.

Tabela 07 – Despesa por modalidade de contratação

Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	177.050.211,03	39,8	201.961.626,09	41,4	90.610.410,97	25,7	104.043.443,92	28,2
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	26.532.999,68	6,0	9.320.160,92	1,9	6.984.364,41	2,0	8.550.688,35	2,3
d) Pregão	134.979.136,59	30,4	152.541.189,37	31,3	71.162.103,64	20,2	60.646.570,71	16,4
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	15.538.074,76	3,5	40.100.275,80	8,2	12.463.942,92	3,5	34.846.184,86	9,4
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	37.837.083,48	8,5	49.525.613,70	10,2	34.321.525,99	9,7	30.604.923,28	8,3
h) Dispensa	9.826.503,66	2,2	16.820.539,21	3,4	8.535.177,47	2,4	7.718.357,26	2,1
i) Inexigibilidade	28.010.579,82	6,3	32.705.074,49	6,7	25.786.348,52	7,3	22.886.566,02	6,2
3. Regime de Execução Especial	46.374,88	0,01	32.646,86	0,01	42.577,48	0,01	32.646,86	0,01
j) Suprimento de Fundos	46.374,88	0,01	32.646,86	0,01	42.577,48	0,01	32.646,86	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	205.291.070,25	46,2	195.455.494,57	40,1	203.609.884,45	57,8	194.331.674,65	52,7
k) Pagamento em Folha	203.542.950,91	45,8	193.719.578,33	39,7	201.869.159,16	57,3	192.595.758,41	52,2
l) Diárias	1.748.119,34	0,4	1.735.916,24	0,4	1.740.725,29	0,5	1.735.916,24	0,5
5. Total das despesas acima (1+2+3+4)	420.224.739,64	94,5	446.975.381,22	91,6	328.584.398,89	93,2	329.012.688,71	89,2
6. Total das despesas da UPC	444.717.105,15	100	487.876.077,38	100	352.434.980,28	100	368.792.358,55	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas por Modalidade de Contratação

Descrição dos Campos

As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes às Leis 4.320/64, 8.666/93, 9.472/97, 10.520/2002, e suas alterações, ao Decreto 93.872/1986 e à Portaria MPOG 265/2001.

Despesa executada: Total das despesas empenhadas no exercício, considerando as liquidadas pagas e a pagar e as que foram inscritas em Restos a Pagar não Processados.

Despesa paga: Total das despesas empenhadas no exercício que passaram pela fase de pagamento.

?: Percentual da despesa em relação ao “Total das Despesas da UPC”, sendo que esta equivale a 100%. Corresponde à análise vertical da despesa executada e paga no exercício.

Modalidade de Licitação: Nesta linha serão totalizados os valores executados e pagos nas sete modalidades de licitação discriminadas abaixo:

- ☐ **Convite:** É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela UPC, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas;

- ☐ Tomada de preços: É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- ☐ Concorrência: É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- ☐ Pregão: Aquisição de bens e serviços nos termos da Lei n 10.520/2004;
- ☐ Concurso: É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias;
- ☐ Consulta: É a modalidade de licitação em que ao menos cinco pessoas, físicas ou jurídicas, de elevada qualificação, serão chamadas a apresentar propostas para fornecimento de bens ou serviços não comuns;
- ☐ Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC: Instituído pela Lei 12.462/2011, é aplicável exclusivamente às licitações e aos contratos necessários à realização dos eventos especificados na Lei, a ações integrantes do PAC e as obras e serviços de engenharia no âmbito de sistemas públicos de ensino, sendo essa última possibilidade decorrente da Lei 12.722/2012.

Contratações Diretas: Nesta linha serão totalizados os valores executados e pagos nas duas formas de contratações diretas discriminadas abaixo:

- ☐ Dispensa: Montante de recursos empenhados nos termos do art. 24 da Lei 8.666/93;
- ☐ Inexigibilidade: Montante de recursos empenhados nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93.

Regime de Execução Especial: Nesta linha serão totalizados os valores executados e pagos mediante suprimento de fundos:

- ☐ Suprimento de Fundos: Montante de recursos empenhados nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto 93.872/86.

Pagamento de Pessoal: Nesta linha serão totalizados os valores executados e pagos nos dois grupos de pagamento de pessoal discriminados abaixo:

- ☐ Pagamento em Folha: Valores pagos a pessoal mediante folha de pagamento (Grupo de Natureza de Despesa 1);
- ☐ Diárias: Valores pagos a pessoal mediante diárias, inclusive a terceiros e parceiros.

Total das Despesas da UPC: Representa o somatório da TOTALIDADE das despesas executadas e pagas no âmbito da UPC no exercício, e não apenas das despesas acima.

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

- O quadro a seguir pode ser utilizado para demonstrar a execução da despesa da UPC, de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa, devendo dispor sobre a totalidade da execução da despesa pelas UG que compõem a UPC. Compõe-se de quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Cada coluna representa os dois últimos exercícios, de forma a demonstrar a evolução dos valores. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 – Juros e Encargos da Dívida; 3 – Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa deve ter os elementos de despesas relacionados em ordem decrescente do montante empenhado no exercício de referência do relatório de gestão até o acumulado de 80% do valor executado no grupo de despesa (indicar o nome do elemento de despesa nas linhas), sendo que o restante (20% do valor executado em cada grupo) deve ser informado de forma consolidada, com o título da linha “Demais elementos do grupo”, que deve acumular todos os demais elementos de despesa do grupo.
- Para melhor apresentação do quadro, se a UPC não tiver execução em determinada categoria econômica ou grupo de despesa, deverá suprimir as linhas correspondentes a esse grupo e seus elementos de despesa.
- A UPC pode também optar por apresentar as informações das despesas correntes em quadro distinto das despesas de capital.

Descrição dos Campos

- Despesa Empenhada: Montante da despesa empenhada no exercício pela UPC.
- Despesa Liquidada: Montante da despesa empenhada no exercício que passou pela fase de liquidação. A Despesa Liquidada corresponde aos empenhos do exercício liquidados.
- RP não processados: Montante da despesa empenhada no exercício inscrita em restos a pagar não processados. Os Restos a Pagar não Processados correspondem aos empenhos do exercício não liquidados. A soma dos RP não Processados com a Despesa Liquidada é igual à Despesa Empenha.
- Valores Pagos: Somatório das despesas que passaram pela fase de pagamento nos dois últimos exercícios.
- Elementos de Despesa: Os códigos dos elementos de despesa são aqueles relacionados no MTO 2016. Cada grupo de despesa deve ter os elementos de despesas relacionados em ordem decrescente do montante empenhado no exercício de referência do relatório de gestão até o acumulado de 80% do valor executado no grupo de despesa (indicar o nome do elemento de despesa nas linhas), sendo que o restante (20% do valor executado em cada grupo) deve ser informado de forma consolidada, com o título da linha “Demais elementos do grupo”, que deve acumular todos os demais elementos de despesa do grupo.

Análise Crítica da Realização da Despesa

- De forma complementar às informações dos quadros apresentados, a UPC deverá fazer análise crítica da gestão da execução das despesas contemplando as seguintes questões, quando pertinentes:
- Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.
- Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Razões que determinaram as contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade.
- Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.
- Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UPC, tais como problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.
- Além dessas questões, o gestor poderá abordar em suas análises outras que considere relevantes para explanação do tema.

- Observa-se em 2016 uma alteração expressiva nas modalidades consulta e concorrência devido alteração na forma de contratação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC). Na modalidade pregão a redução foi proporcional a queda da execução. Com relação as despesas pagas, observa-se uma ampliação relativa se comparada a 2015 devido uma maior liberação de recursos parte do Ministério de Minas e Energia (MME) no segundo semestre.
- Com relação às alterações das contratações diretas, houve uma redução de 23,5%, principalmente devido à redução nos Termos de Execução Descentralizada da ANP com o Departamento de Porto e Costa. Vale ressaltar que cerca de 50% do valor executado em inexigibilidade não é executado por nossa Unidade Executora.
- No caso do grupo “Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos”, as despesas aumentaram em torno de 30 % em relação ao exercício anterior com a concessão para novos suprimentos e compra de diesel para funcionamento do gerador do BDEP, uma vez que dos 8 TRRs, a única que entrega uma quantidade inferior a 500 litros não se encontrava com a situação cadastral regular.
- A despesa com pagamento de pessoal teve um aumento de 5% se comparado ao exercício de 2015, devido ao aumento concedido pelo Governo Federal. Já em diárias verifica-se uma manutenção dos valores executados devido a restrições orçamentárias.

Tabela 08 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	162.655.280,60	155.893.383,00	162.655.280,60	155.893.383,00	-	-	161.883.562,56	155.160.886,86
13 - Obrigações Patronais	28.773.243,03	27.594.562,64	28.548.102,48	27.594.562,64	225.140,55	-	28.458.580,38	27.498.439,53
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	7.064.807,56	5.737.382,93	7.064.807,56	5.737.382,93	-	-	7.064.807,56	5.737.382,93
Demais elementos do grupo	5.049.619,72	4.494.249,76	4.879.580,34	4.199.049,09	170.039,38	295.200,67	4.462.208,66	4.199.049,09
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	181.518.089,36	211.433.035,40	102.295.671,95	115.489.227,98	79.222.417,41	95.943.807,42	102.120.457,92	101.950.658,92
37 - Locação de Mão de Obra	20.716.178,33	18.665.492,45	18.414.270,48	17.284.785,19	2.301.907,85	1.380.707,26	18.336.473,11	17.021.563,88
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.515.263,47	23.181.757,92	10.515.263,47	23.181.757,92	-	-	10.050.317,73	23.181.757,92
Demais elementos do grupo	20.920.009,46	36.061.929,05	19.195.343,19	34.778.497,91	1.724.666,27	1.283.431,14	19.056.824,20	32.288.698,20
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
52 - Equipamento e Material Permanente	3.700.172,85	1.690.074,40	899.514,14	710.960,02	2.800.658,71	979.114,38	895.951,64	703.342,72
51 - Obras e Instalações	3.456.649,25	1.224.641,68		513.574,69	3.456.649,25	711.066,99		513.574,69
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	347.791,52	1.899.322,45	105.796,52	640.230,85	241.995,00	1.259.091,60	105.796,52	536.758,11
Demais elementos do grupo	-	245,70	-	245,70	-	-	-	245,70
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto às despesas do exercício de 2016 no grupo 1 – Despesas de pessoal -, manteve os elementos de despesas de maiores gastos e podemos destacar um aumento de cerca de 5,0 % quando comparado ao exercício anterior. No mesmo grupo, vale ressaltar que o montante total pago chegou a aproximadamente 99,1% do total empenhado.

No grupo 3 – Outras despesas correntes – No elemento de despesa 39 – Outros Serviços de Terceiros – Houve uma redução de 15% nas despesas empenhadas, em contrapartida houve um aumento nos valores pagos e uma redução na inscrição de RP não processados e de despesas liquidadas, o que demonstra uma maior liberação de recursos no exercício.

O elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores – registrou uma redução expressiva de 55% tendo em vista ao esforço da Diretoria da ANP com reduções e negociações pelos gestores de seus contratos, como nos contratos do monitoramento de combustíveis e termos de cooperação ANP/Marinha com nova redução de escopo no exercício de 2016.

O elemento de despesa 37 – Locação de Mão de Obra teve um aumento de 10,9%, mesmo com negociações e reduções de quantitativo de terceirizados, basicamente devido dissídio coletivo.

Em 2016, o Grupo de Despesa 4 – Investimentos apresentou uma ampliação considerável em comparação a 2015, pois em 2015 houve remanejamento de dotação de investimento para custeio de modo a reduzir a “despesas de exercício anteriores”. Em 2016, apesar do aumento do montante empenhado, a ANP não conseguiu executar todos os investimentos, devido ao contingenciamento imposto pelo Governo Federal no primeiro semestre, após a liberação as licitações que foram realizadas e concluídas no exercício não foram pagas, sendo inscritas em rp não processados.

No elemento de despesa 51- Obras e instalações- Em 2016 o valor refere-se à contratação de obra na sede da ANP - localizado em Brasília.

3.3.6 – Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Concessão de Suprimento de Fundos

1. O quadro abaixo visa demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de supridos em cada modalidade, no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

Quadro 20 – Concessão de suprimento de fundos

Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	323031	ANP	XXXXXX	XXXXXXXX	40	42.574,63	4.000,00
2015	323031	ANP	XXXXXX	XXXXXXXX	34	32.646,86	4.000,00

Descrição dos Campos

Exercício Financeiro: Exercício financeiro de concessão do limite a ser utilizado como suprimento de fundos, considerando o de referência do relatório de gestão e o imediatamente anterior.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi concedido o suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UPC em que tenha sido registrado suprimento.

Meio de Concessão

Conta Tipo B: Conta bancária destinada à movimentação de suprimento de fundos, desdobrada por:

- ☐ **Quantidade:** quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG da UPC, no respectivo exercício financeiro, para realizarem a aplicação de recursos utilizando-se da Conta Tipo B. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.
- ☐ **Valor Total:** montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UPC para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B.

Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF): emitido em nome de UG, destinado a representante do Governo Federal para pagamento de bens, serviços e despesas autorizadas, desdobrando-se em:

- ☐ **Quantidade:** quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG que compõe a UPC, nos respectivos exercícios financeiros, para realizarem a

aplicação de recursos utilizando-se do CPGF. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.

- Valor Total: montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UPC para a realização de despesas com a utilização do CPGF.

Valor do maior limite individual concedido: Informar o valor do maior limite concedido aos supridos. Se o maior limite concedido for superior ao estabelecido pelas normas que regem a concessão de suprimento de fundos, o fato deve ser explicado e justificado no texto relativo à análise crítica.

Utilização de Suprimento de Fundos

2. O quadro a seguir visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Tabela 09 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	323031	ANP	XXXXXX	XXXXXXXX	0	0	42.574,63	42.574,63
2015	323031	ANP	XXXXXX	XXXXXXXX	0	0	32.646,86	32.646,86
Fonte:								

Descrição dos Campos

Exercício: Exercício financeiro em que as despesas foram realizadas com uso de suprimento de fundos, considerando o de referência do relatório de gestão e o imediatamente anterior.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi registrado o uso do suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UPC em que tenha sido registrado suprimento.

Conta Tipo B: Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio de conta bancária específica, desdobrando-se em:

- Quantidade: quantitativo anual de utilização de suprimento de fundos pelo conjunto de supridos de cada UG da UPC, no respectivo exercício financeiro, por intermédio de Conta Tipo B. A quantidade de utilização deve corresponder à quantidade de débitos efetuados na conta bancária.

- Valor Total: montante financeiro anual efetivamente utilizado pelos supridos de cada UG que compõe a UPC para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B. As eventuais devoluções de valores devem ser deduzidas.

Cartão de Pagamento do Governo Federal: Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio do CPGF, desdobrando-se em:

- Saque: Informação sobre o somatório anual dos recursos financeiros sacados em espécie pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UPC:
 - Quantidade: quantitativo anual das operações realizadas pelo conjunto de portadores da UG da UPC, nos respectivos exercícios financeiros, com a utilização do cartão corporativo na modalidade de saque.
 - Valor: montante financeiro anual dos saques efetuados pelos portadores de cartão corporativo de cada UG da UPC.
- Fatura: Informação sobre o uso anual do CPGF em transações da função crédito pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UPC:
 - Valor: montante financeiro anual, despendido pelos portadores de cada UG da UPC para a realização de despesas com a utilização do cartão de crédito corporativo, na modalidade fatura.

Total: Somatório dos valores utilizados pelo conjunto dos portadores de CPGF de cada UG da UPC, em Real, na modalidade de saque e na função crédito do cartão, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

3. O quadro abaixo visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro 21 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
323031	ANP	339030	01	1.801,66
			03	3.114,69
			04	1.529,90
			07	268,95
			11	1.810,00
			16	2.693,71
			17	2.528,78
			19	650,90
			21	767,36
			22	347,79
			24	6.162,64
			25	329,50
			26	8.293,06
			28	827,70
			29	592,86
			35	1.051,14
			36	88,31
			42	418,46
		339039	16	3.415,00
			17	2.514,00
			20	800,00
			26	417,02
			46	66,00
			51	500,00
			58	353,65
			78	120,00
			95	580,00

Fonte: SFO

Descrição dos Campos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual a despesa com uso de suprimento de fundos foi registrada. Devem ser relacionadas todas as UG da UPC em que tenha sido registrado uso de suprimento em qualquer modalidade.

Classificação do Gasto: Identificação do montante gasto com suprimento de fundos, em qualquer modalidade e por intermédio de qualquer meio (Conta Tipo B e CPGF), em cada elemento e subitem de despesa, considerando cada UG que compõe a UPC.

- Elemento de Despesa: Indicação do objeto de gasto em que foi aplicado o suprimento de fundos em cada UG da UPC. Devem ser indicados o código e o nome do Elemento de Despesa. Cada Elemento de Despesa em que foram aplicados os fundos supridos podem se desdobrar em subitens, os quais devem ser especificados conforme coluna a seguir;
- Subitem da Despesa: Indicação do menor detalhamento da despesa efetuado com uso do suprimento de fundos. Devem ser indicados o código e o nome do Subitem da Despesa;
- Total: Montante gasto em cada Subitem da Despesa, em cada UG que compõe a UPC. Pode-se totalizar, também, por Elemento de Despesa.

Análise Crítica

4. Após a elaboração das informações estruturadas conforme os quadros sugeridos, o gestor deverá fazer uma análise crítica sobre a gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, durante o exercício de referência do relatório de gestão e em comparação com exercícios anteriores, consignando, inclusive, informações sobre os controles internos instituídos para assegurar, de maneira razoável, a aplicação em conformidade com a legislação vigente, além de evidenciar as razões que levaram o gestor a optar pelo uso de medidas excepcionais tais como saques, uso de conta bancária, extrapolação de limites etc.
5. Deve ser explicitada também a situação geral das prestações de contas retratando, em especial, as razões para eventual não apreciação de prestações de contas já apresentadas e as medidas adotadas em relação às prestações de contas não aprovadas.

3.4 – Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

O controle do pagamento das multas na Agência, atualmente, é efetuado mediante tabelas de andamento dos processos (em formato “*excel*”), nas quais são registrados dados relevantes tais como a data da intimação da decisão, dados sobre eventuais recursos interpostos, data do pagamento, montante total aplicado na decisão e valor pago pelos autuados, inclusive com a discriminação da faixa de descontos legalmente aplicáveis. Ademais, nessas mesmas tabelas, faz-se um controle do tempo de duração dos processos a fim de evitar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e da prescrição intercorrente (ambas previstas na Lei nº 9.873/99). De outra parte, os processos envolvendo a aplicação de multas são enviados, após o trânsito em julgado, para o escritório da ANP em Brasília (EDF), especificamente para o Núcleo de Gestão de Créditos – NGC/SFO para fins de cobrança, nos casos em que a empresa não realiza o pagamento total do débito em primeira instância. Dessa forma, com exceção dos casos em que há o pagamento voluntário e total da penalidade sem a interposição de recurso administrativo, todo o procedimento de arrecadação encontra-se atualmente concentrado em Brasília.

Para realizar as atividades de cobrança, o NGC/SFO dispõe de um sistema corporativo, o SICOM – Sistema de controle de multas. Tendo em vista o fato desse sistema não realizar algumas atividades importantes relativas à cobrança, o NGC/SFO, por meio de seus servidores, desenvolveu outros sistemas de controle em banco de dados Access e planilhas eletrônicas Excel. A estrutura de arrecadação é própria e o procedimento de cobrança tem início com a intimação da decisão por via

postal. Caso a intimação não alcance o agente autuado e o aviso de recebimento retorne sem a confirmação de recebimento, a intimação se dá por meio de publicação no diário oficial da união. Importante ressaltar que a intimação da decisão, quando ocorre por via postal, sempre é acompanhada de uma Guia de Recolhimento da União (GRU) devidamente preenchida com o valor total da multa aplicada e com número de identificação no campo referência. A referência para as GRUs de primeira instância segue o seguinte padrão: 90 - 77XXXXXX (77 indica intimação de 1ª instância e mais os seis últimos dígitos do auto de infração). Os dados preenchidos no campo referência da GRU são fundamentais para que possamos realizar a vinculação dos valores pagos aos processos e autos de infração. De posse da data de recebimento da comunicação da decisão, os dados do processo são inseridos no SICOM. Após, os processos são etiquetados com a contagem de prazo para a inscrição do CNPJ no Cadastro de Inadimplentes - CADIN em caso de inadimplência. Nesse momento, os processos são separados em blocos, por ordem de data (inscrição no CADIN a partir de) e colocados no arquivo setorial onde aguardarão as ações do agente econômico autuado, pois este poderá recorrer da decisão de 1ª instância, pagar com 30% (trinta por cento) de desconto, pagar dentro do prazo de vencimento ou após, requerer parcelamento do débito, ou simplesmente não fazer nada passando a ser considerado inadimplente.

Diariamente é baixado do SIAFI os dados de arrecadação da UG 323030 e essa informação atualiza o banco de dados de Guia de Recolhimentos da União - GRU do sistema GPC – Gestão de Parcelamento de Créditos. Por meio desse banco de dados os servidores podem conferir os registros de arrecadação vinculando-os aos autos de infração correspondentes. Dessa forma, todos os dias processos que estão aguardando a contagem de prazo para a inscrição no CADIN são retirados do arquivo setorial para serem analisados. Esses processos pagos são conferidos. Basicamente é necessário que se verifique se o valor pago quita integralmente o débito. Caso o débito tenha sido quitado, o processo segue para os procedimentos de arquivamento. Nessa fase os dados do pagamento são lançados no SICOM, um “*check list*” é preenchido e o processo é encaminhado para o arquivo geral. Caso o débito não tenha sido quitado integralmente é calculado o valor do resíduo e o autuado é intimado com as informações necessárias. Após, o processo retorna para o arquivo setorial para aguardar o prazo para inscrição do CNPJ no cadastro de inadimplência.

Findo o prazo legal para a inscrição do CNPJ inadimplente ser incluído no CADIN, o processo é encaminhado do arquivo setorial para o setor de recebimento onde será revisado antes da inscrição. Nesta revisão são avaliados alguns pontos importantes do processo, como a conferência do CNPJ autuado e o CNPJ que consta na decisão, a intimação e o aviso de recebimento, se há algum pagamento realizado por aquele CNPJ que por algum motivo não tenha sido identificado, etc. Caso o processo não contenha nenhum erro que precise ser corrigido e também não seja identificado nenhum pagamento para o referido auto de infração em questão, o CNPJ é inscrito no CADIN. Após a inscrição, os processos são encaminhados para a Procuradoria para inscrição em Dívida Ativa e posterior Execução Fiscal. Informamos que as planilhas demonstrando a situação das multas aplicadas na Agência encontram-se no anexo.

Modelo

Tabela 10 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)		
Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2016	2015
2016	96.014.850,92	-
2015	9.102.681,96	21.783.449,72
Total	105.117.532,88	21.783.449,72

Fonte: SFO/ANP

Renúncia de Receitas

A ANP não teve nenhum evento em 2016 que implicasse em Renúncia de Receitas.

3.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Decreto nº 7.133/2010 regulamentou, entre outros assuntos, os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional das Agências Reguladoras para fins de pagamento das gratificações de desempenho e estabeleceu a obrigatoriedade de formulação na ANP de Metas Intermediárias para as Unidades Organizacionais.

Em seu Artigo 5º, o Decreto nº 7.133/2010 define que:

“§ 1º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional deverão ser segmentadas em:

I – Metas Globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II – Metas Intermediárias, referentes às equipes de trabalho.

§ 3º As Metas Globais devem ser objetivamente mensuráveis, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística do respectivo órgão ou entidade de lotação, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.

§ 5º As Metas Intermediárias deverão ser elaboradas em consonância com as Metas Globais, podendo ser segmentadas, segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade.

§ 6º As metas de desempenho individual e as Metas Intermediárias de desempenho institucional deverão ser definidas por critérios objetivos e comporão o plano de trabalho de cada unidade do órgão ou entidade de lotação e, salvo situações devidamente justificadas, serão previamente acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho.”

O processo de definição das Metas Institucionais é supervisionado pela Comissão de Avaliação do Desempenho Institucional (CADI), que tem atribuição de estabelecer as metas junto aos gestores e propor eventuais alterações e/ou ajustes. As Metas Globais da ANP são propostas pela CADI antes de cada ciclo de avaliação.

Por sua vez, as Metas Intermediárias são propostas pelas UORGs, com supervisão da CADI, e são inseridas no Sistema de Plano de Trabalho (SPT), criado para facilitar o monitoramento das metas da ANP.

Resultados

Os resultados das Metas Globais e intermediárias para o ciclo 2015/2016, compreendendo o período de agosto de 2015 a julho de 2016, são analisados a seguir.

Para o ciclo 2015/2016, foram formuladas 15 Metas Globais e 34 Metas Intermediárias envolvendo as unidades organizacionais da Agência, a partir da revisão das metas utilizadas nos ciclos anteriores.

Foram promovidos ajustes no modelo utilizado nos ciclos avaliativos anteriores de modo a estabelecer relação entre as metas utilizadas para a avaliação de desempenho dos servidores e o Planejamento Estratégico da Agência.

Partindo dessa diretriz, a CADI elaborou um novo modelo de construção das Metas Globais e Intermediárias, apoiado na correlação entre os processos organizacionais e os objetivos constantes do Mapa Estratégico da ANP. Dessa forma, as Metas Globais passam a refletir o escopo dos objetivos estratégicos, enquanto que as metas intermediárias estão relacionadas aos processos que dão sustentação aos objetivos estratégicos.

A consolidação dos resultados das Unidades Organizacionais que compõem as Metas Institucionais revela que a ANP atingiu a realização de 98,58% das metas estabelecidas para o Ciclo Avaliativo compreendido entre 01 de agosto de 2015 e 31 de julho de 2016.

A Portaria ANP n.º 217/2015 fixou as Metas Globais e Intermediárias da ANP para o ciclo avaliativo 2015-2016, cujos resultados estão apresentados na Tabela no anexo.

3.6 – Análise do impacto gerado no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis decorrentes da atuação da ANP

Qualidade dos combustíveis

A Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos (SBQ) tem como principal atribuição gerir as atividades relacionadas com o desenvolvimento e estabelecimento das especificações dos produtos derivados do petróleo, gás natural, biocombustíveis e de regras para controle da qualidade. O principal objetivo é a garantia da qualidade dos produtos e a segurança do suprimento, assim como contribuir para a conservação da qualidade do ar.

Estão apresentadas abaixo as principais ações desenvolvidas pela SBQ no ano de 2016, que geraram impactos no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, em especial no que se refere à qualidade dos produtos ofertados.

Resoluções Publicadas

Seguem, no Quadro 22 abaixo, as resoluções publicadas pela SBQ em 2016.

Quadro 22 - Resoluções sobre qualidade de produtos publicadas em 2016

Resolução publicada	Comentário
Resolução ANP Nº 3 de 27.01.2016 - DOU 28.01.2016	Trata-se das especificações dos óleos combustíveis e das obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.
Resolução ANP nº 7 de 22 de fevereiro de 2016 – DOU 23/02/2016	Altera a RANP 19/2015, que estabelece as especificações do Etanol Anidro Combustível e do Etanol Hidratado Combustível, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.
Resolução ANP nº 30 de 23.06.2016 - DOU 24.06.2016	Trata-se da especificação de óleo diesel BX a B30, em caráter autorizativo, nos termos dos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução CNPE nº 03, de 21 de setembro de 2015.
Resolução ANP nº 34 de 28.07.2016 - DOU 29.07.2016	Trata-se dos requisitos para solicitação de prévia anuência da ANP para uso experimental ou específico de biodiesel ou de sua mistura com óleo diesel A (óleo diesel BX), em quantidade superior ao percentual de adição de biodiesel obrigatória, conforme autorizado pelo art. 1º, inciso IV, da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015.

Fonte: SBQ/ANP

Regulação da Qualidade de Petróleo, Gás Natural e Derivados

O mercado de combustíveis, dada sua competitividade, evolui de forma dinâmica e o desafio da regulação é acompanhar essa evolução, atendendo, ao mesmo tempo, os diversos requisitos impostos por seu caráter formal.

No ano de 2016, destacam-se as revisões dos seguintes regulamentos, na ordem que estão indicadas na Tabela I: i) Portaria ANP nº 80, de 30 de abril de 1999, que estabelecia as especificações dos óleos combustíveis, tendo como principal mudança a redução dos teores de enxofre e vanádio, bem como a inclusão dos ensaios de teor de cinzas e resíduo de carbono; ii) Resoluções ANP nº 19, de 22 de junho de 2007 e nº 23, de 13 de agosto de 2012, que previam regras para a autorização de utilização, respectivamente, de combustíveis e biocombustíveis não especificados no país, destinados ao uso experimental; iii) Resolução ANP nº 02, de 12 de janeiro de 2011, que tratava da especificação de óleo diesel B8 a B20 para uso experimental em frotas cativas ou em equipamento industrial específico; e iv) Resoluções ANP nº 18, de 22 de junho de 2007, e nº 2, de 29 de janeiro 2008, que tratavam das regras de autorização para utilização de biodiesel, B100, e de suas misturas com óleo diesel, em teores diversos do autorizado por legislação específica, destinados, respectivamente, ao uso experimental e específico.

Óleo Combustível

A Portaria ANP nº 80 foi publicada em 30 de abril de 1999 e, devido ao lapso temporal, era de fundamental relevância considerar sua revisão. Prioritariamente, a atual realidade do mercado, os processos de refino e os aspectos ambientais relativos à queima do óleo combustível foram considerados. A inclusão de controles mais restritos vai ao encontro do aprimoramento das tecnologias de refino e controle da qualidade dos combustíveis. Além disso, foi observada a decisão fundamentada emitida pelos órgãos ambientais licenciadores, conforme dispõem as Resoluções CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006, e nº 436, de 22 de dezembro de 2011, que estabelecem limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

Visando adequar a especificação do óleo combustível aos novos controles, algumas alterações foram realizadas no Regulamento Técnico ANP nº 3/1999, no que se refere às metodologias e algumas características físico-químicas exigidas para a sua certificação. Foi considerado, neste processo de alteração, o acréscimo de outros parâmetros, com seus respectivos limites e óleos combustíveis obtidos de processo diverso daqueles utilizados no refino de petróleo e nas centrais de matérias-primas petroquímicas.

Principais alterações:

- Redução do percentual máximo de enxofre no Óleo Combustível de Alto Teor de Enxofre;
- Redução do percentual máximo de enxofre permitido no acordo entre comprador e vendedor, quando o Óleo Combustível de Alto Teor de Enxofre ultrapassar o limite especificado;
- Inclusão da nomenclatura OC3, que possibilita a comercialização de óleo combustível com teor de enxofre ou viscosidade acima dos limites especificados;

- Inclusão dos ensaios de Teor de Cinzas e Resíduo de Carbono na regulamentação;
- Redução do teor máximo de Vanádio.

A Resolução, 03 de 27 de janeiro de 2016, foi publicada no DOU nº 19, de 28 de janeiro de 2016, seção 1, página 50.

Regulação da Qualidade de Biocombustíveis

A regulação da qualidade dos biocombustíveis visa assegurar, por meio das especificações e demais regulamentações técnicas, o bom desempenho e a credibilidade dos produtos e, assim, contribuir para consolidar a presença das fontes renováveis na matriz de combustíveis do Brasil. A seguir, as atividades desenvolvidas em 2016.

Etanol

A Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos (SBQ) realiza constantemente o monitoramento dos dados da qualidade do etanol combustível produzido no território nacional. Os resultados do monitoramento têm indicado que os fornecedores de etanol vêm enfrentando dificuldades técnicas para a realização de alguns ensaios e para emissão do certificado da qualidade, previsto na Resolução ANP nº 19, de 15 de abril de 2015, conforme relatado pelo mercado nos seminários do etanol, por meio de ligações telefônicas e e-mails. Os seminários do etanol foram realizados pela SBQ em 2015 em seis cidades brasileiras estratégicas na produção de etanol, com o intuito de dirimir dúvidas em relação à certificação do etanol.

No início de 2016, a SBQ realizou visitas a produtores de etanol, com a finalidade conhecer a realidade dos sistemas de armazenamento e expedição do etanol adotados pelas usinas (tanques de armazenamento operando em fluxo contínuo ou batelada). De acordo com o tipo de armazenamento, há um impacto direto na realização das análises para o controle da qualidade e emissão do Certificado da Qualidade.

As visitas permitiram avaliar a realidade enfrentada e diferenciar o regime de armazenamento, controle da qualidade e expedição do etanol combustível produzido. De modo geral, verificou-se que, independente do sistema produtivo que adotam, todas as usinas possuem tanques intermediários (pulmão) que operam em batelada, alimentando periodicamente os tanques de armazenamento ou expedição. Contudo, verificou-se que por questões financeiras e técnicas, como supracitado, algumas usinas adotam o regime de fluxo contínuo para os tanques de armazenamento final.

As análises que devem constar obrigatoriamente em toda certificação, em geral, são realizadas por laboratório da própria usina, em suas instalações, e as análises periódicas em laboratórios contratados. Os laboratórios terceirizados nem sempre estão localizados próximos às usinas, o que acarreta em demora na emissão dos resultados. Para que o Certificado da Qualidade seja emitido com todas as análises, as usinas precisariam aguardar os resultados dos laboratórios externos, que demandam um demasiado tempo desde a coleta da amostra até o recebimento do resultado. A partir desse contato, o

conhecimento adquirido ajudará no ajuste das regras de certificação contidas na Resolução ANP nº 19/2015.

Ainda no início de 2016, foi publicada a Resolução ANP nº 7/2016, DOU de 23 de fevereiro de 2016, que alterou a periodicidade na realização de análises, bem como estabeleceu que estas não fossem reportadas no certificado da qualidade, mas que os resultados fossem encaminhados para ANP quando disponíveis.

Especificação das misturas biodiesel com óleo diesel (Diesel BX)

Com a nova determinação do Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), foi iniciada a revisão da Resolução ANP nº 02/2011, com a motivação de promover o aprimoramento da especificação das misturas de diesel com teores de 8% a 30% de biodiesel. Além disso, a alteração visou sanar vícios nas metodologias presentes no regulamento técnico, já que algumas delas são aplicáveis apenas ao diesel A.

Ao longo do processo de revisão, a SBQ realizou reunião com os agentes econômicos, que contou com a participação ampla de produtores, distribuidores e fabricantes de motores, no sentido de levantar as diferentes perspectivas do mercado. As unidades organizacionais da ANP envolvidas com o tema também foram consultadas previamente (Superintendência de Abastecimento, de Fiscalização do Abastecimento e de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis).

Em março de 2016, após um período de 30 dias de consulta pública, foi realizada a Audiência Pública para recebimento de mais sugestões e considerações do mercado e sociedade. Na Audiência Pública estiveram presentes 46 participantes, sendo 16 agentes econômicos, 8 representantes de órgãos de classe ou associação e 22 representantes de instituição governamental.

Em junho de 2016, foi publicada a Resolução ANP nº 30, de 23 de junho de 2016, que estabelece a especificação de óleo diesel BX a B30 em caráter autorizativo nos termos dos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução CNPE nº 03, de 21 de setembro de 2015.

Cadastro de laboratórios de certificação de biodiesel

O cadastramento de laboratórios também é uma importante ferramenta para assegurar a proteção dos interesses do consumidor quanto à qualidade de produtos. Seu objetivo é garantir a existência de uma rede de laboratórios que exerçam um controle analítico confiável e rastreável, permitindo à ANP acompanhar a qualidade do biodiesel comercializado no país. Desta forma, com o cadastramento de laboratórios, o mercado pode consultar, com transparência, os laboratórios e as instituições aptos a certificar o biodiesel, uma vez que a relação destes laboratórios/instituições, com seus respectivos dados, fica disponível no sítio da ANP na internet.

De acordo com a Resolução ANP nº 6/2014, os laboratórios cadastrados devem ser acreditados pelo INMETRO, de acordo com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, a partir de 1º de julho de 2016. Considerando o prazo final para a apresentação dos certificados de acreditação, 30 de junho de 2016, a ANP fechou 2016 com 32 laboratórios cadastrados e acreditados pelo INMETRO para certificação

de biodiesel. No total, foram revogados 8 cadastros por motivos como: solicitação do laboratório, não apresentação do certificado de acreditação ou da declaração de interesse em manter o cadastro.

Também em 2016, foram iniciados os estudos para a revisão da Resolução ANP nº6/2014. Considerando o prazo final para a apresentação do certificado de acreditação, 30 de junho de 2016, a Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos (SBQ) entendeu ser necessária a revisão das regras em vigor, visando à supressão do Art. 18, bem como de toda a seção XI – Das disposições transitórias. Dessa forma, será possível adequar a regulamentação à nova realidade do mercado (com laboratórios acreditados) e, também, à melhoria de alguns pontos identificados durante a execução do processo.

USO EXPERIMENTAL DE BX

Autorização de uso experimental e específico de biodiesel e suas misturas com óleo diesel (Diesel BX)

Conforme citado anteriormente, em 2015 a ANP iniciou a revisão da Resolução ANP nº 18, de 22 de junho de 2007, e da Resolução ANP nº 2, de 29 de janeiro de 2008, com as seguintes motivações:

a) adequar o arcabouço regulatório às alterações introduzidas pela Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014;

b) regulamentar a prévia anuência da ANP, conforme o §2º, do art. 1º, da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015;

c) estabelecer os mecanismos necessários à proteção do consumidor e do meio ambiente com o uso de misturas em quantidade superior ao percentual de adição obrigatória, assim como os fluxos de informações pelos agentes e consumidores para ao atendimento do art. 1º, inciso IV, da referida Resolução CNPE.

Com isso, em julho de 2016, foi publicada a Resolução ANP nº 34, de 28 de julho de 2016. Dentre as principais alterações, destacam-se:

a) a unificação das Resoluções ANP nº 18/2007 e nº 2/2008, com a criação de formulários para solicitação das autorizações;

b) a inclusão de um plano de trabalho sobre a execução de modo mais fidedigno ao objetivo proposto e ao teor biodiesel no óleo diesel BX testado;

c) a exigência da conclusão do uso experimental com a emissão do parecer favorável da ANP para o caso de autorização para uso específico. Neste tipo de uso, não há necessidade do plano de trabalho e do cronograma de realização dos testes, já que há um maior conhecimento sobre o produto. Ressalta-se que o uso específico poderá ser solicitado considerando os resultados dos usos experimentais anteriores devidamente aprovados pela ANP, desde que seja utilizado o mesmo combustível aprovado no uso experimental e com a mesma finalidade de uso.

Autorização de Uso de Combustível Experimental

Em 11 de maio, foi publicada a Resolução ANP nº 21, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a utilização de Combustíveis Experimentais. A Resolução parte da revisão das Resoluções ANP nº 19, de 2007, e nº 23, de 2012. O uso experimental de combustíveis e biocombustíveis não especificados é uma importante ferramenta para a ANP conhecer novos combustíveis e obter dados que possam dar suporte na decisão de especificação dos mesmos. Serve ainda de mecanismo para o estabelecimento de regras para os agentes envolvidos no uso de combustíveis e biocombustíveis não especificados e suas misturas com combustíveis e/ou biocombustíveis especificados.

A experiência adquirida pela SBQ demonstrou ser necessária a revisão de ambos os atos regulatórios para melhorar a obtenção dos dados relativos a esses usos, tendo em vista que, ao final da realização dos usos experimentais baseados nesses regulamentos, algumas lacunas de conhecimento a respeito do combustível ainda permaneciam e não existiam dispositivos na regulação que permitissem preenchê-las.

A nova Resolução editou um único Regulamento abordando as duas resoluções supracitadas, uma vez que ambas tratam de assuntos similares, de um lado a Resolução ANP nº 19/2007, que se refere a combustíveis não especificados, de outro, a Resolução ANP nº 23/2012 voltada para os biocombustíveis não especificados.

As regras contidas em um único ato normativo criaram o termo Combustível Experimental, que passa a substituir os termos combustíveis e biocombustíveis não especificados.

A divisão do procedimento em etapas, com a previsão de emissão de relatórios intermediários pelo agente e de pareceres técnicos emitidos pela ANP, possibilita um melhor direcionamento dos recursos dos agentes envolvidos quanto aos aspectos que devem ser abordados nos testes.

Dessa forma, acreditamos que a união das Resoluções ANP nº 19/2007 e nº 23/2012 em um único ato, adicionadas das etapas de consulta e revisão melhora a qualidade regulatória e ajuda a conduzir testes com Combustíveis Experimentais de maneira mais satisfatória e conclusiva, tanto para os agentes envolvidos, quanto para a Agência.

Autorizações vigentes

Encontram-se em vigor a autorização de uso de combustível experimental por uso indeterminado, antigo uso específico de combustível, de AMD 10 (mistura composta por 7% de biodiesel, de 10 a 30 % de Diesel de Cana e o restante de Diesel A) e AMD100 (combustível composto de 100% de Diesel de Cana) da empresa Amyris Brasil Ltda. Também se encontra em vigor a autorização de uso específico de etanol com maximizador de ignição (mistura composta por 95% de etanol hidratado e 5% de agente maximizador de ignição), a ser usado pela Tupi Transportes Urbanos Ltda. e Raízen Combustíveis S.A.

Durante o período de janeiro a julho de 2016, foram certificados 1.200.000 litros de AMD100, 4.000.000 litros de AMD10, que foram utilizados em transportes urbanos de passageiros no município de São Paulo – SP. Destaca-se que a empresa descontinuou a utilização do produto alegando a

demanda decrescente e remanejamento da matéria prima para obtenção de produtos com maior valor agregado.

De janeiro a novembro de 2016, foram certificados 110.000 litros de etanol com maximizador de ignição utilizados pela empresa Tupi Transportes Urbanos Ltda. aplicados em frota cativa de 10 (dez) ônibus urbanos na cidade de São Paulo. A empresa Raízen que detém autorização para uso do etanol com maximizador, durante o ano de 2016, não apresentou dados de certificação. MONITORAMENTO

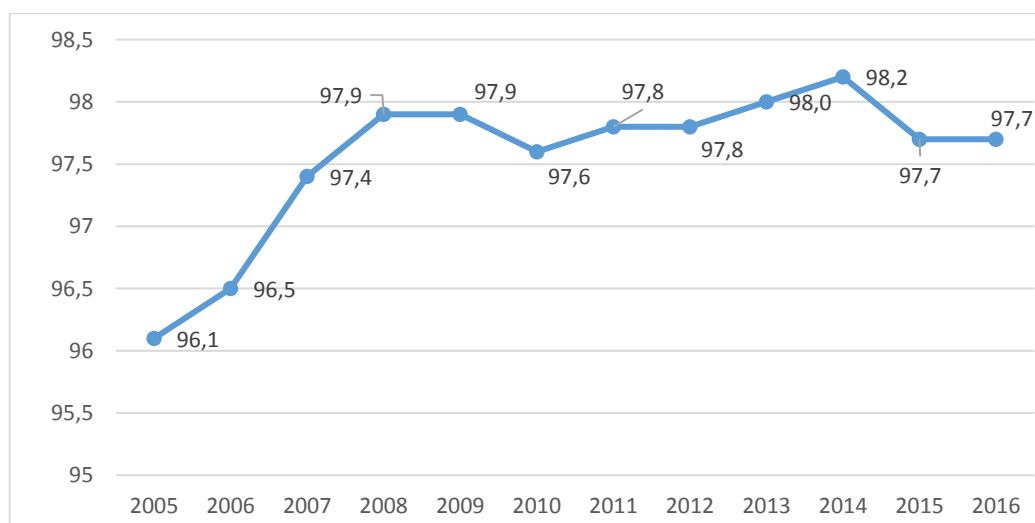
Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC

O PMQC foi criado em 1999 e tem como principal objetivo gerar os indicadores da qualidade dos combustíveis comercializados no país (gasolina, óleo diesel B e etanol combustível), com a identificação de eventuais focos de não conformidade e consequente apoio à atuação da Fiscalização. Dessa forma, o PMQC contribui para a disseminação da cultura da qualidade no setor de combustíveis.

Em razão das dimensões continentais do país e da impossibilidade logística de avaliar a qualidade dos combustíveis num único laboratório, a ANP contrata a prestação de serviços técnicos para coleta e análise de combustíveis junto a instituições de ensino e centros de pesquisa. Em 2016, o PMQC sofreu, em vários estados, o impacto da descontinuidade ocorrida em 2015, devido ao término de vigência dos contratos celebrados até então, cuja renovação não era mais possível, uma vez que foi atingido o prazo de vigência máximo, permitido por Lei, de 60 meses. Foi necessário conduzir novos processos licitatórios para a continuidade do Programa. Ao fim do ano, foram contabilizadas 53.574 amostras analisadas pelas instituições contratadas em conjunto com o CPT que, além de fornecer o panorama da qualidade dos combustíveis líquidos do país, subsidiaram as ações de fiscalização, por meio de análises das amostras coletadas pela SFI e órgãos conveniados.

O gráfico abaixo mostra a evolução do percentual de conformidade nos últimos 11 anos.

GRÁFICO 1 - Evolução dos Percentuais de conformidade dos combustíveis (últimos 11 anos)



Fonte: SBQ/ANP

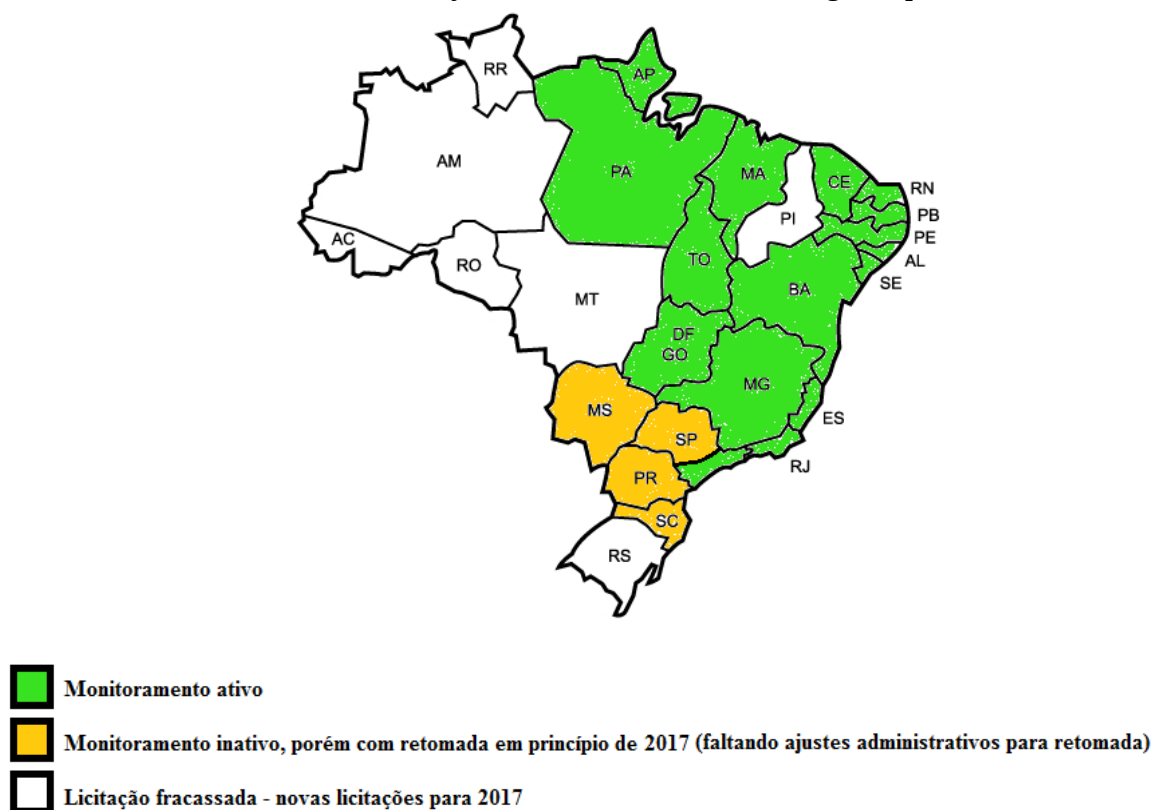
Gestão dos Programas de Monitoramento

Em continuidade a um processo iniciado ainda em 2014, o PMQC, ao longo do biênio 2015/2016, consolidou uma grande remodelação, com vistas a atender determinação da Diretoria para reavaliação e redução dos dispêndios da ANP com o Programa. Conforme já relatado, no início de 2015, em face da demanda por novos cortes, devido a restrições orçamentárias, a SBQ precisou promover nova readequação dos parâmetros do estudo estatístico que serve de base à determinação do número de amostras a serem coletadas por contrato. Houve a necessidade de elaborar estudos para enquadrar o programa a um orçamento bastante restrito. Tais estudos exigiram a realização de uma nova e detalhada pesquisa de orçamentos junto aos potenciais licitantes, concluindo-se pelo redimensionamento dos quantitativos de amostras a serem coletadas, bem como pelo agrupamento de determinadas regiões de monitoramento em um mesmo contrato. O Projeto Básico da licitação foi então refeito sob as novas premissas, e os trâmites internos foram reiniciados. A proposta permitiria alcançar mais reduções no valor global dos contratos.

Tais fatores, somados ao significativo atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015, prejudicaram substancialmente o cronograma das licitações, com a consequente descontinuidade contratual do monitoramento na maioria dos estados do país, a partir de maio/2015. Durante o ano de 2016, paulatinamente, o monitoramento foi sendo retomado

Ao final de 2016, grande parte do país contou com a retomada do monitoramento, conforme Gráfico II abaixo:

GRÁFICO 2 – Situação do Monitoramento ao longo do país



Fonte: SBQ/ANP

Ao fim de 2016, as seguintes instituições contavam com contratos ativos para o monitoramento (Quadro 23).

Quadro 23 - Contratos de Monitoramento da qualidade em vigor

Instituição	UF's de monitoramento
CPT – Centro de Pesquisas Tecnológicas da ANP	DF e Tocantins
IBTR – Instituto Brasileiro de Tecnologia e Regulação	Bahia
IPT/SP – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de SP	São Paulo, bloco 1 ²
SENAI – Serviço Nacional da Indústria – FIEMG	Minas Gerais
UFC – Universidade Federal do Ceará	Ceará
UFG – Universidade Federal de Goiás	Goiás
UFMA – Universidade Federal do Maranhão	Maranhão
Unesp – Universidade Estadual Paulista	Mato Grosso do Sul e São Paulo, bloco 2
UFPA – Universidade Federal do Pará	Pará e Amapá
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	Pernambuco, Sergipe e Alagoas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro e Espírito Santo
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Paraíba e Rio Grande do Norte

Fonte: SBQ/ANP

Em 2016, foram analisadas, no âmbito do PMQC, 20.853 amostras de gasolina, 18.725 de óleo diesel e 13.996 de etanol. O índice de conformidade geral dos combustíveis ficou em 97,70% (98,2% para a gasolina, 97,1% para o óleo diesel e 97,9% para o etanol), apresentando ligeira melhora para os

² Até as licitações de 2015, o Estado de São Paulo era dividido em 4 blocos de Monitoramento. O contrato em vigor com o IPT teve início em maio/2013, e corresponde ao antigo bloco 1 (inclui capital e Região Metropolitana). Nas licitações iniciadas em 2015, os blocos 1 e 2 foram agrupados no novo bloco 1, que até o final de 2016 permanecia em disputa no contexto da Concorrência 049/2015, entre IPT e Unicamp. Os blocos 3 e 4 foram agrupados no novo bloco 2, inserido no mesmo lote concorrencial que o MS, tendo a Unesp sido a licitante vencedora.

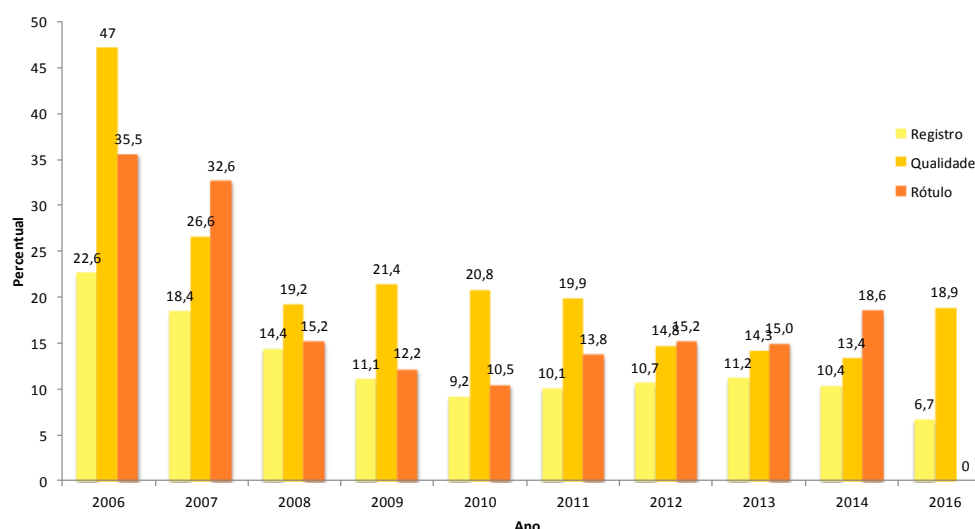
combustíveis fósseis e pequena regressão para o etanol. As principais não conformidades apresentadas ao longo do ano foram: teor de etanol para a gasolina, teor de biodiesel para o óleo diesel e massa específica/teor alcoólico para o etanol.

Programa de Monitoramento de Lubrificantes – PML

O Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML) tem como objetivos avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes automotivos comercializados no país e a regularidade de seus registros, a fim de identificar os problemas presentes nesse mercado. As não conformidades identificadas no PML são comunicadas ao setor de fiscalização da Agência para adoção das medidas cabíveis.

Após um hiato em 2015, em virtude das obras e posterior retorno às atividades laboratoriais do CPT, o programa foi retomado no segundo semestre de 2016. Os índices de não conformidades para registro e qualidade observadas nas amostras coletadas foram de 6,7% e 18,9%, respectivamente. Quando comparado a 2014 (Gráfico III), o índice de não conformidades para registro manteve-se dentro da média, enquanto para a qualidade apresentou uma pequena elevação (saindo de 18,4% para 18,9%). Esta elevação corrobora, mais uma vez, a importância do programa de monitoramento e como esse acompanhamento constante do mercado auxilia no aumento dos padrões de qualidade dos lubrificantes no país.

Gráfico 3 - Percentual de não conformidades de lubrificantes



Monitoramento dos Dados da Qualidade dos Produtores de Combustíveis e Biocombustíveis

O monitoramento dos dados da qualidade dos produtores de combustíveis e biocombustíveis tem como objetivo analisar os dados de qualidade recebidos mensalmente dos produtores, bem como avaliar a regularidade e conformidade da emissão dos Certificados da Qualidade desses agentes.

Os dados são recebidos por e-mail, em planilha eletrônica, e compilados de forma a organizá-los em um banco de dados para possibilitar a análise padronizada dos parâmetros especificados e indicação dos métodos utilizados.

A partir da análise desses dados, é possível identificar indícios de problemas no que se refere à qualidade dos combustíveis. Esse monitoramento compreende diversas ações executadas no escritório da ANP, que resultam em notificações, autos de infração, recomendações à Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI), apresentando-se como importante ferramenta para a identificação da necessidade de ações de fiscalização.

Etanol Combustível

Foram recebidos 4125 e-mails referentes à qualidade do etanol, em 2016, que representam uma média de 375 e-mails por mês. Nestes e-mails foram recebidas 2990 planilhas, que correspondem a 62346 certificados da qualidade.

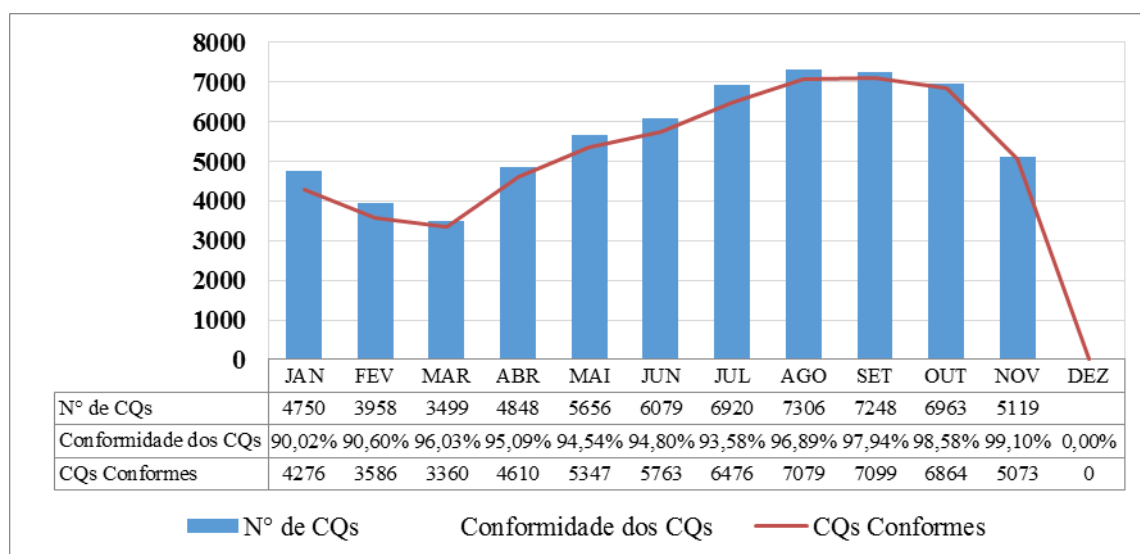
Grande parte das irregularidades que envolvem os dados da qualidade dos produtores de etanol são associadas a erro de digitação nas planilhas eletrônicas ou ao preenchimento de resultados sem a realização da conversão de unidades. Essa verificação, entretanto, só é possível pela análise individualizada dos dados recebidos, o que demanda empenho de pessoal nessa tarefa.

Em julho de 2016, a SBQ iniciou mais uma atividade de conscientização sobre o preenchimento da planilha eletrônica com os dados da qualidade do etanol combustível. Foram enviados e-mails informativos para 181 agentes, ressaltando o regulamento técnico da resolução, no que tange ao atendimento do ensaio de massa específica e seu resultado determinado para a temperatura a 20°C. Essa ação foi tomada de tal forma a diminuir a principal não conformidade da qualidade identificada, que era relacionada à massa específica do etanol.

Em razão da frequente atividade realizada em esclarecer as dúvidas desses produtores, a ANP verificou um decréscimo da quantidade de não conformidades ao longo do ano de 2016, como pode ser observado no Gráfico IV, com uma diminuição de quase 10% entre janeiro e novembro de irregularidades em relação ao número de certificados da qualidade recebidos e analisados pela ANP. No mês de novembro, observou-se menos de 1% de não conformidades.

Apesar de a maioria das irregularidades ser relacionada a erros de preenchimento do formulário eletrônico, ainda existem não conformidades de qualidade, sendo a maioria delas relativas aos ensaios de massa específica e teor alcoólico. As não conformidades de qualidade verificadas a partir do monitoramento dos dados são objeto de ações de fiscalização, como notificações, autuações, entre outras.

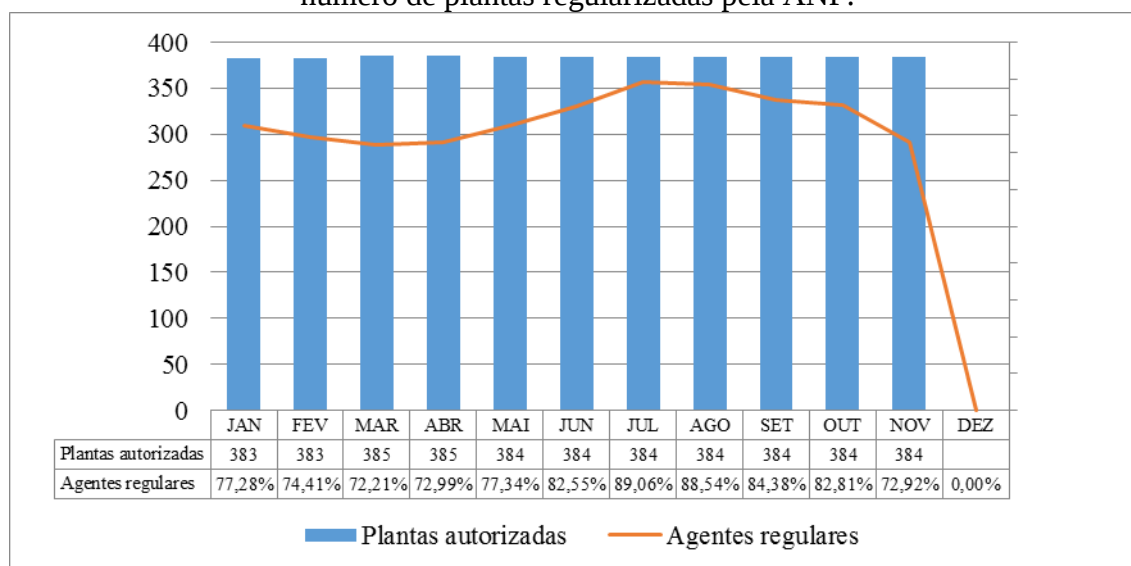
Gráfico 4 - Evolução dos dados da qualidade em relação do número de certificados da qualidade recebidos para o etanol.



Fonte: SBQ/ANP

Outra verificação feita no monitoramento é quanto ao envio dos dados da qualidade. O Gráfico V mostra a evolução do número de agentes em dia com relação ao envio dos dados de qualidade. Considerando o número total de agentes autorizados a produzir etanol, 30% em média, apresentaram alguma pendência no envio de dados ao longo de 2016. Esse número elevado deve-se principalmente à presença de agentes que possuem autorização de produção, porém não estão mais produzindo ou não produziram no período e não informaram essa situação. Quando não há produção, muitos desses agentes são de difícil localização, tendo em vista a ausência de pessoal para recebimento de correspondência e contato telefônico. Espera-se que a irregularidade quanto ao envio de dados diminua a partir dos próximos meses em função do prazo para regularização das autorizações das plantas de produção pela Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, de responsabilidade da SRP.

Gráfico 5 - Evolução dos dados da qualidade em relação ao número de agentes conformes perante o número de plantas regularizadas pela ANP.



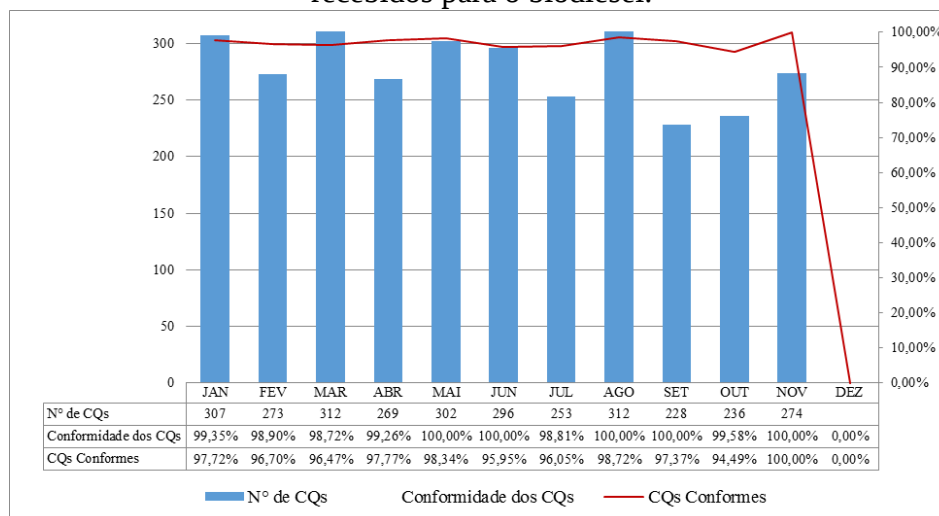
Fonte: SBQ/ANP

Biodiesel

A qualidade do biodiesel é regulada por meio da Resolução RANP 45/2014. As planilhas são recebidas de forma eletrônica, tendo sido recebidos 616 e-mails, no ano de 2016, com uma média de 56 e-mails por mês.

O percentual de não-conformidades na produção de biodiesel, no ano de 2016, é considerado baixo, em torno de 1% em média. O maior número de não-conformidades encontradas estavam relacionadas ao teor de monoacilglicerol.

Gráfico 6 - Evolução dos dados da qualidade em relação do número de certificados da qualidade recebidos para o biodiesel.



Fonte: SBQ/ANP

As notificações e autuações fazem parte do trabalho de monitoramento dos dados da qualidade dos biocombustíveis comercializados no país. Em 2016, em virtude da verificação de não conformidades nos dados eletrônicos da qualidade de biodiesel e etanol, foram geradas 44 notificações para comprovação dos dados enviados. Após a análise das respostas às notificações, no mesmo ano, foram gerados 11 autos de infração relacionados à qualidade dos biocombustíveis.

Realização de ensaios físicos químicos

Em 2016 o CPT realizou ensaios físico químicos em **2919** amostras de combustíveis (gasolina, etanol combustível e óleo diesel) provenientes do PMQC e da Fiscalização e em **245** amostras de lubrificantes, provenientes do PML e da Fiscalização.

Acreditação

O CPT busca o reconhecimento de que seu sistema de gestão da qualidade atende aos requisitos internacionais da norma ISO/IEC 17025. No Brasil, a única instituição apta a realizar esse reconhecimento (acreditação) é o Inmetro. A documentação foi enviada àquela instituição em 2016 e o processo está em andamento.

Programas interlaboratoriais

O CPT realiza programas interlaboratoriais para avaliar o desempenho dos laboratórios na execução das análises de combustíveis e lubrificantes. Em virtude das obras e posterior retomada das atividades laboratoriais do CPT, em 2016 foi realizada somente a 1ª edição do Programa Interlaboratorial de Lubrificantes (PIL-ANP), que contou com a participação de 33 laboratórios e a reunião de encerramento foi realizada em dezembro no Centro de Pesquisas de Análises Tecnológicas, com apresentações e discussões dos resultados e de outros assuntos de interesse na área de lubrificantes.

Programa de Marcação Compulsória de Produtos – PMCP

O Programa consiste na adição de um produto químico – marcador – a todos os solventes não destinados à formulação de combustível e posterior análise de amostras de gasolina coletadas no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) e pela Fiscalização. A adição do marcador tem por propósito assegurar a identificação da sua presença caso o combustível seja adulterado pela adição de solventes.

O PMCP teve início em dezembro de 2003. Em 2007, a ANP promoveu uma reavaliação do Programa no que tange ao fornecimento de marcador, resultando na publicação da Resolução ANP nº 13, de 9 de junho de 2009.

A última licitação para seleção do fornecedor de marcador foi realizada em junho de 2012, sendo vencedora a Tracerco. Em 2016, após pesquisa de preço junto ao mercado, foi verificada a vantajosidade econômica da renovação do contrato com a atual fornecedora. O contrato vigorará até

junho de 2018, quando necessariamente deverá ter sido concluído novo processo licitatório para definição do próximo fornecedor de marcador.

Ao longo de 2016 foram fiscalizados 11 pontos de marcação.

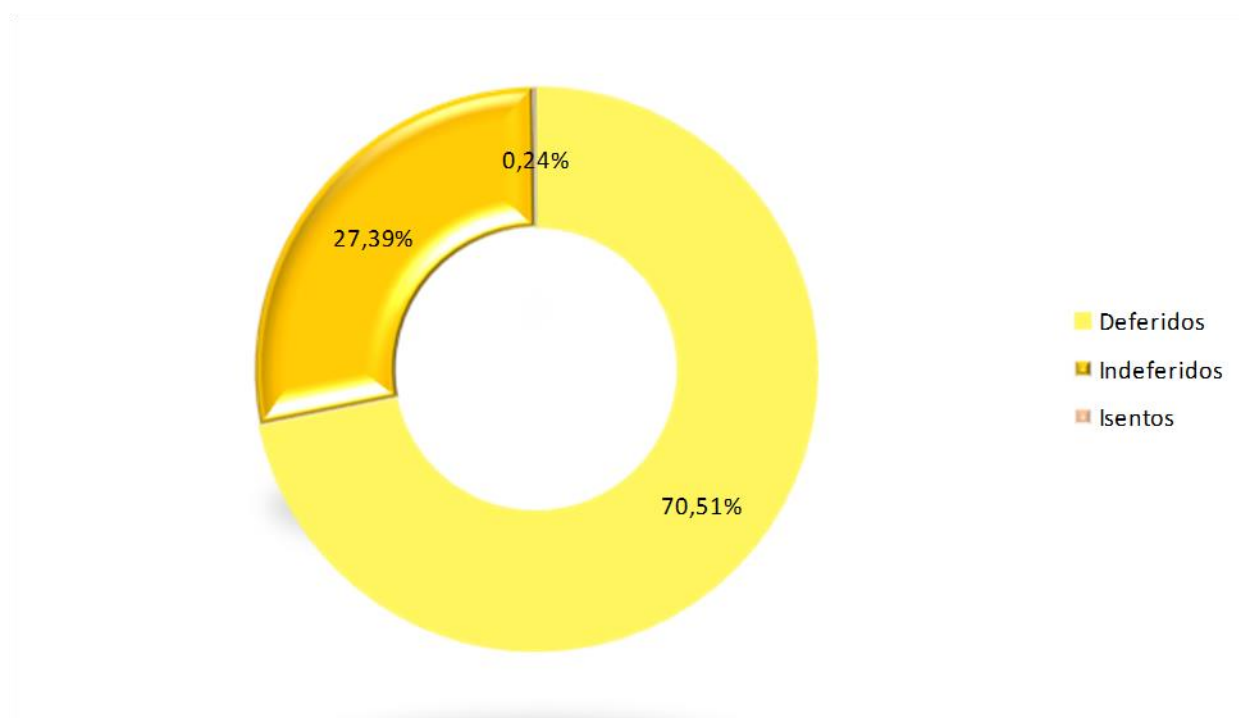
O ano também marcou o esforço da SBQ na melhoria dos controles do processo de marcação de solventes. Destacaram-se as seguintes atividades:

- a. Sistemas – esforço para melhoria da confiabilidade de informações disponibilizadas pelo sistema de Controle de Marcação Compulsória de Produtos (CMCP), bem como da disponibilidade de acesso;
- b. Controles de processos – foi estabelecida junto à SAB, Firma Inspetora (SGS) e fornecedora de marcador (Tracerco) nova metodologia de controle dos processos de marcação, especialmente para a importação.

Registro de Produtos

Em 2016, o CPT/SBQ analisou 2015 processos de registro de óleos lubrificantes, graxas lubrificantes e aditivos para combustíveis e óleos lubrificantes. Em revisão realizada por Grupo de Trabalho (GT) diversos itens da análise de registro foram alterados, bem como critérios de indeferimento das solicitações de registro de lubrificantes e aditivos para lubrificantes, que estavam compilados desde 2014. Essa revisão considerou que a maioria das motivações poderiam ser julgadas como exigências passíveis de correção. Dessa forma, quando comparado com anos anteriores, houve uma elevação no número de solicitações deferidas, que alcançou números superiores a 70%. O Gráfico VII mostra o resultado dessas análises:

Gráfico 7 – Resultados dos Processos de Registro de Produtos Analisados em 2016



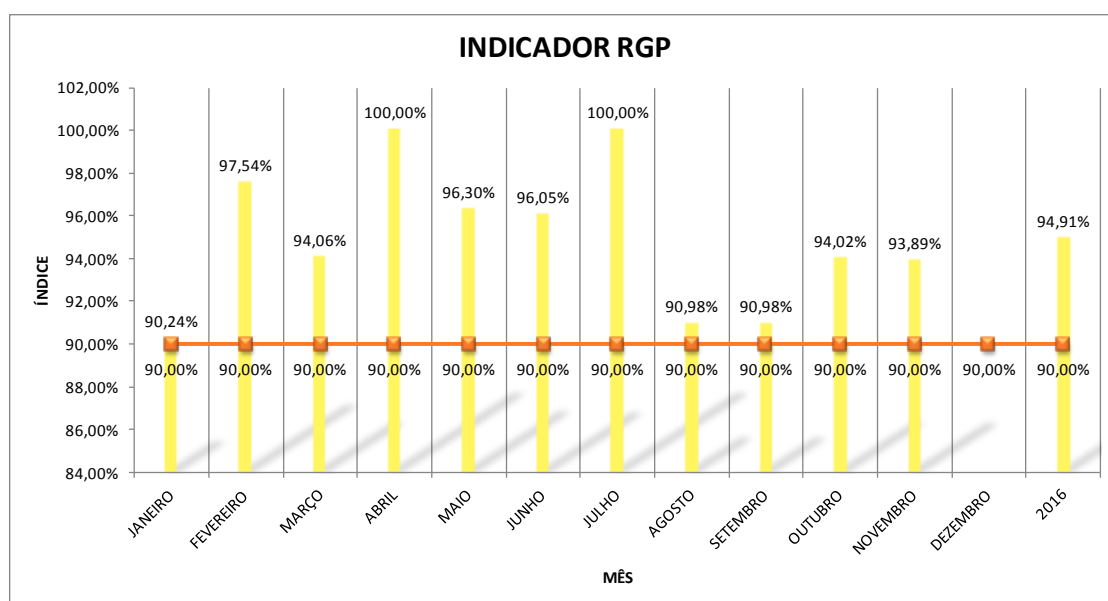
Fonte: SBQ/ANP

Adicionalmente, o alinhamento dos prazos de análise, de forma que estes sejam coerentes com a Carta de Serviços da ANP, que estipula 60 dias, ainda não permitiu concluir os índices do ano de 2016.

Ao longo deste período, o Índice de Registro de Produtos, que afere o atendimento aos prazos previstos para concessão de registro de produtos (óleos lubrificantes, graxas lubrificantes e aditivos para óleos lubrificantes - Resolução ANP nº 22/2014) foi atingido em todos os meses, conforme gráfico VIII.

Em 2016, foi realizado estudo para revisão das regras para registro de aditivos para combustíveis.

Gráfico 8 - Indicador de Registro de Produtos em 2016



Fonte: SBQ/ANP

Normalização

SBQ e CPT continuaram participação nas comissões e grupos de trabalho da ABNT e IBP (Tabela 8.9) para o desenvolvimento de normas técnicas que são utilizadas pela ANP nas especificações de qualidade de produtos. No âmbito internacional, a SBQ manteve sua participação nas reuniões semestrais do Comitê D02 (Petróleo e Lubrificantes) da ASTM, incluindo voto nos projetos de norma.

Vale destacar ainda a participação de dois servidores do CPT no SC 7/TC 28 da ISO, que é um grupo que vem desenvolvendo normas técnicas internacionais para controle de qualidade de etanol combustível e biodiesel. Um dos servidores é o chairman do subcomitê de biocombustíveis e o outro atua como convenor do grupo de trabalho de métodos de ensaio para etanol. Em 2016, o grupo se reuniu na Holanda para a reunião plenária bianual do TC 28 da ISO.

Acompanhamento dos preços do petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis pela ANP

De acordo com a legislação brasileira, vigora no país, desde janeiro de 2002, o regime de liberdade de preços em toda a cadeia de produção, distribuição e revenda de combustíveis e derivados de petróleo. Assim, não há qualquer tipo de tabelamento de preços, nem fixação de valores máximos e mínimos ou exigência de autorização oficial prévia para reajustes de preços dos combustíveis em qualquer etapa da comercialização.

A Lei do Petróleo, em seu artigo 8º, atribuiu à ANP o papel de implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Em atenção à mesma Lei, essa atribuição não é exercida por meio do controle de preços, mas sim por meio da proteção do processo competitivo nos mercados regulados, uma vez que a referida Lei também estabelece, entre os princípios e objetivos

da política energética nacional, a promoção da livre concorrência. No desempenho da sua atribuição legal, a ANP acompanha semanalmente, por meio do Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis, o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis.

Dentre os objetivos do Levantamento de Preços, destacam-se: (i) contribuir para que os consumidores busquem as melhores opções de compra e (ii) permitir a identificação de mercados com indícios, sob a ótica econômica, de condutas anticompetitivas. Em 2016, a pesquisa disponibilizou a sociedade 302.845 unidades amostrais de preços de combustíveis automotivos e 286.021 de GLP (botijão P-13), em todas as unidades federativas.

Ainda com base nas informações do Levantamento de Preços, a ANP elaborou, em 2016, 25 notas técnicas com a finalidade de averiguar, do ponto de vista estritamente econômico, indícios de alguma prática anticompetitiva nos referidos mercados. Deste total, seis análises concluíram pela existência de infração a ordem econômica e foram encaminhadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em atendimento ao disposto no artigo 10 da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo). Além disso, a Agência elabora os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para a gasolina comum, etanol hidratado, óleo diesel e GLP (botijão de 13 kg) que contêm análise sobre o comportamento dos preços médios destes produtos nas etapas de distribuição e revenda (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/component/content/article?id=873>). A publicação desses relatórios foi suspensa em 2016, por se encontrarem em processo de revisão metodológica.

Além dos preços ao consumidor final, desde 2002 a ANP divulga os preços médios ponderados semanais praticados pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação - QAV e gás liquefeito de petróleo - GLP, retroativos ao dia 1/1/2002, nos termos da Portaria ANP nº 297/2001. A partir de agosto de 2004, foram incluídos os seguintes produtos: óleo combustível A1, óleo combustível A2, óleo combustível B1 e cimento asfáltico de petróleo 50 60, retroativos a 7/6/2004. A iniciativa está em consonância com os princípios da transparência ativa (quando a Administração Pública divulga informações à sociedade por iniciativa própria, de forma espontânea, independente de qualquer solicitação), previstos na Lei de Acesso à Informação, em vigor desde maio de 2012 (<http://anp.gov.br/wwwanp/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-produtores>).

Com base nas Resoluções ANP nº 27/2008, 28/2008, 35/2009, 31/2015 e 35/2016, bem como nos Acórdãos TCU nº 2649/2007 e nº 3081/2012, a partir de 2008, a ANP passou a divulgar, em seu sítio na internet, os preços de distribuição de produtos asfálticos, os quais são encaminhados à Agência pelos agentes econômicos que exercem a atividade de distribuição. Atualmente, a divulgação mensal dos preços médios ponderados dos produtos asfálticos ocorre de duas formas: (i) por região geográfica de origem do produto, independente da quantidade de distribuidoras comercializando naquela região; e (ii) por unidade da federação de origem do produto quando houver informação de, no mínimo, três distribuidoras atuando naquele estado. Com a divulgação destes dados, além de dar cumprimento à determinação do TCU, a ANP avança na garantia à sociedade do conhecimento dos preços praticados por agentes econômicos, reduzindo a assimetria de informações e contribuindo para a transparência das práticas comerciais e para o bom funcionamento do mercado (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-distribuicao>).

Ainda no que concerne aos preços dos combustíveis, desde 2012, foi incluído na página da internet o Boletim Anual de Preços de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis nos Mercados Nacional e Internacional. O estudo, elaborado anualmente, tem o objetivo de contribuir para compreensão dos traços marcantes, de natureza estrutural e tendencial, do comportamento dos preços nos mercados

internacional e nacional. A edição de 2016, especialmente na Parte I, dedicou-se ao tema continuidade da queda dos preços do petróleo e decorrente recrudescimento da crise no setor petrolífero. Nesta parte, ainda, é examinado o comportamento recente de queda dos preços do gás natural nos diferentes mercados (EUA, Europa e Ásia) com base na análise do balanço entre oferta e demanda nas respectivas regiões. Ademais, é analisado, nesse novo contexto, o comportamento dos preços do gás natural e seus desdobramentos sobre o mercado nacional, em uma conjuntura de menor demanda doméstica por esse combustível, causada pela menor necessidade de acionamento das termelétricas e pela queda do consumo industrial decorrente da recessão econômica. Por fim, destaca-se a redução dos preços do etanol nos EUA e das margens de lucro na etapa de produção, bem como a divulgação das metas definitivas para 2014, 2015 e 2016 do Renewable Fuel Standard (RFS), a política federal de incentivo ao uso de combustíveis renováveis dos EUA. Na Parte II, que trata dos preços domésticos dos combustíveis, são destacados os seguintes pontos: a) reajuste dos preços da gasolina e do diesel na etapa de produção, primeiramente, causada pela elevação dos tributos e, num segundo momento, pelos reajustes nos preços de venda nas refinarias do País, com consequentes impactos sobre os preços dos referidos combustíveis na etapa final da cadeia; b) aumento do teor de etanol anidro na gasolina C de 25% para 27% a partir de março de 2015; c) recuperação nas vendas de etanol, em virtude da melhora na relação de preços do biocombustível frente à gasolina, pelo lado da demanda, e da menor atratividade para a produção de açúcar pelas usinas, pelo lado da oferta; d) aumento nos preços do GLP em botijão de 13 kg pela primeira vez em doze anos. (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/images/Boletim-Anual/Boletim-2016.pdf>).

Garantia do suprimento de combustíveis e oferta dos produtos

A SAB atua especificamente em relação à garantia do suprimento de combustíveis em todo o território nacional e à oferta dos produtos ao mercado consumidor.

Em relação à garantia de suprimento de combustíveis e à oferta de produtos, são atribuições da Superintendência:

1) Planejamento e logística do mercado de abastecimento de combustíveis

a. Objetivos:

1. Avaliar infraestrutura logística de combustíveis
2. Propor e implementar ações de garantia de abastecimento
3. Subsidiar tecnicamente a formulação de diretrizes energéticas

b. Ações desenvolvidas em 2016:

- i. Publicação da Resolução ANP nº 10/2016, que disciplina os requisitos essenciais à outorga da autorização para atividade de Transportador-Revendedor-Retalhista de Navegação Interior;
- ii. Publicação das Resoluções ANP nº 49 e 51/2016, que disciplinam os requisitos essenciais à outorga da autorização para as atividades de Distribuição e Revenda de GLP, respectivamente;
- iii. Realização do Workshop sobre Atualização da Resolução 67/2011, que discutiu eventuais melhorias necessárias após cinco anos de publicação;
- iv. Elaboração e publicação no site da ANP do “Manual de Comunicação de Incidentes – SAB”, que orienta os agentes do mercado a respeito dos

procedimentos necessários para comunicação de incidentes que venham a ocorrer em suas instalações, conforme definido pela Resolução ANP nº 44/2009.

- v. Introdução do setor de Lubrificantes no SIMP, mediante o desenvolvimento de sistema online de consulta de metas de coleta para produtores, importadores e coletores de lubrificantes, com a extinção do Sistema Interativo Coleta.
- vi. Publicação do Boletim de Lubrificantes e dos dados detalhados do mercado de logística reversa de lubrificantes.
- vii. Melhoria significativa da qualidade dos dados de Asfaltos, TRR e Solventes.
- viii. Publicações de cartilhas com instruções para preenchimento do SIMP nos setores de Lubrificantes, Líquidos, GLP, Asfaltos, Solventes, TRR e QAV.
- ix. Realização de reuniões mensais de abastecimento para acompanhar e mitigar riscos de suprimento no setor de GLP.
- x. Elaboração de estimativas de mercado pela ANP para GLP, com o intuito de dar previsibilidade para a oferta de GLP do produtor e, além disso, equilibrar as previsões enviesadas apontadas pelos diferentes agentes.
- xi. Implementação, no SIMP, das operações de requalificação, inutilização e aquisição de recipientes transportáveis para GLP. Essas informações eram recebidas em papel e tabuladas pelos agentes em Excel.

...

2) Regulação dos agentes econômicos que atuam no segmento de abastecimento, inclusive, com as autorizações para funcionamento

- i. Quantitativo de agentes regulados pela superintendência em 2016: 125.109

Quadro 24 - Quantitativo de agentes regulados pela superintendência em 2016

<u>Fornecedores</u>	<u>Distribuidores</u>	<u>Revendedores</u>	<u>Consumidores</u>
- 18 Refinarias de Petróleo - 383 Usinas de Etanol - 379 Importadores e Exportadores de Petróleo e Derivados - 90 Produtores de Lubrificantes - 210	- 164 Distribuidores de Combustíveis Líquidos - 19 Distribuidores de Solventes - 20 Distribuidores de GLP - 27 Distribuidores	- 359 TRR - 41.689 Revendedores Varejistas de Combustíveis Líquidos (17.130 <i>Bandeira Branca</i>) - 65.689 Revendedores de GLP	- 16.343 Pontos de Abastecimento (<i>instalações</i>) - 39 Consumidores Industriais de Solventes

* Fonte: Sistema SIMP/ANP. Posição de 31/01/2017.

- ii. Verificou-se, entre 2015 e 2016, aumento líquido de 7.598 agentes regulados adicionais, distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 25 – Agentes Regulados

Fornecedores		Revendedores	
Refinarias de Petróleo	=	TRR	-21
Usinas de Etanol	=	Revendedores Varejistas Combustíveis Líquidos	+795
Importadores/Exportadores Petróleo e Derivados	+41	Revendedores de GLP	+3858
Produtores Lubrificantes	-4	Revendedoras de Aviação	+20
Importadores Lubrificantes	+5	Coletores de Lubrificantes	+1
Refinadores Lubrificantes	=	TRR-Nis	+1
Produtores de Biodiesel	-3		
Distribuidores		Consumidores	
Distribuidoras de Combustíveis Líquidos	-23	Pontos de Abastecimento (instalações)	+2935
Distribuidoras de Solventes	-5	Consumidores de Solventes	-4
Distribuidoras de GLP	+1		
Distribuidoras de Asfaltos	=		
Distribuidoras de Combustíveis Aviação	+1		
		Δ AGENTES 2016/2015	
		+ 7598	
Agentes 2015		Agentes 2016	
118.201		125.799	

* Fonte: Sistema SIMP/ANP.

Aumento de 6,43%

Realização de vistorias nos agentes econômicos que atuam no abastecimento de combustíveis, como etapa prévia à outorga das Autorizações de Operação de instalações de armazenamento e distribuição.

- 3) Ao longo de 2016 foram realizadas 145 vistorias técnicas em 22 unidades da federação, em virtude da entrada de novos agentes no mercado e do cumprimento do cronograma de requalificação da Região Sudeste do país, que terminou em 31/12/2016.
- 4) Como resultado da análise dos pedidos de Autorizações de Operação e das vistorias realizadas, a tancagem nacional de combustíveis e de GLP foi incrementada conforme os dados a seguir:

Quadro 26 – Tancagem Ampliada

Tancagem Ampliada em 2016 (em m ³)	
Gasolina (tipo A e C)	23.272,87
Diesel (tipo A e B)	46.594,11
Etanol (Hidratado e Anidro)	6.349,61
Biodiesel (B-100)	4.759,03
QAV	923,00
GLP	4.510,49
TOTAL:	86.409,11 m ³

Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A ANP não teve nenhum evento em 2016 relativo a projetos e programas financiados com recursos externos

3.7 - Informações sobre ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas

3.7.1 - Superintendência de Participações Governamentais

a) Informe sobre a implementação da interface via internet para carregamento dos dados constantes nas notas fiscais com vistas à conferência e validação prévia dos preços de venda do petróleo e do gás natural reportados pelos concessionários

A carga de notas fiscais foi implementada no SIGEP está em produção desde agosto de 2014, de forma obrigatória, para todos os concessionários. Os módulos de cálculo do preço mínimo do petróleo e do preço de referência do gás natural já estão em produção no SIGEP.

b) Relatório de não conformidades detectadas e consequentes desdobramentos, após retomada das análises, em laboratório próprio da ANP, das amostras de petróleo coletadas nas fiscalizações da qualidade do petróleo (para fins de definição ou atualização do preço mínimo), para confronto com as informações declaradas pelos concessionários

O Laboratório de Estudos e Análises de Petróleos da ANP (LEP) teve suas operações interrompidas em 2013 para realização das obras de reforma do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP em Brasília/DF (CPT), conforme informado pelo Memorando nº 70/2013/SBQ/CPT-DF. O referido Laboratório somente retornou suas operações em meados de dezembro de 2016, conforme informado pelo Memorando nº 156/2016/CPT.

Além dos processos administrativos informados no relatório de gestão 2015, nenhum processo novo foi aberto, nem conduzido em 2016, em decorrência da suspensão das atividades do laboratório. Encontra-se em estudo na SPG a elaboração do plano de fiscalizações para 2017.

c) Se já está em produção o módulo de royalties no SIGEP, descrever e relatar o impacto dessa funcionalidade do sistema informatizado nos procedimentos internos da SPG para o tratamento dos dados e informações necessários para o cálculo e a distribuição dos royalties e da participação especial

Conforme reportado no relatório de gestão 2015, o Módulo de Royalties no SIGEP já está em produção. Os dados referentes às parcelas de royalties por instalações ainda são calculados manualmente devido à necessidade de se processar inúmeras decisões judiciais, cuja forma de cumprimento difere entre si e por consequência o modo de rateio para esses municípios tem tratamento específico. Uma vez feito esse rateio, os dados finais são carregados no sistema.

Considerando que sempre é possível criarmos novas funções a serem executadas pelo sistema, foi solicitada à STI a elaboração de ferramentas acessórias que permitam:

- gerar a partir do SIGEP as informações a serem publicadas no site da ANP na Internet;
- a associação dos poços produtores marítimos de um determinado mês aos municípios confrontantes a estes poços e a instalações de apoio existentes no município, de modo que a adição ou remoção de municípios das ZPPs seja feita de forma automatizada;
- a criação de um banco de dados para gestão das decisões judiciais; e,
- a implementação de análises gerenciais após o carregamento da carga movimentação.

A implementação do sistema trouxe maior segurança, confiabilidade e agilidade ao processo de distribuição de royalties.

O Módulo de Participação Especial do SIGEP, embora já esteja em produção, está sendo totalmente revisado para incluir as validações e demais lições aprendidas no desenvolvimento do Módulo de Royalties.

d) Novos procedimentos estabelecidos para a análise da estrutura contábil e de custos dos concessionários decorrentes dos conhecimentos adquiridos nos cursos ministrados em 2014, de acordo com o informado no Ofício 39/2014/AUD

Já respondido no último relatório de gestão.

e) Informações sobre o aprimoramento do processo de auditoria das participações especiais, desde 2014, e respectiva análise quanto à melhoria da atuação da Superintendência, especificando eventuais novos procedimentos estabelecidos

Auditoria dos Gastos na Fase de Exploração

Como já dito no relatório anterior, esta Superintendência realizou ações *in loco* na Petrobras nos exercícios de 2014 e 2015 para auditar os gastos de exploração incorridos nas áreas de Franco, Sul de Tupi, Sul de Guará, Florim, Nordeste de Tupi e Entorno de Iara, regidas sob o regime de Cessão Onerosa.

Os conhecimentos adquiridos nos cursos ministrados em 2014, *in company*, serviram de base para aplicar/aprimorar o conhecimento dos auditores desta SPG acerca da alocação de custos e estrutura contábil quanto aos dispêndios realizados pela cessionária na fase exploratória destas áreas.

Considerando as auditorias realizadas na fase de exploração, os conhecimentos adquiridos nessas auditorias, de forma análoga, estão sendo aplicados aos processos de auditoria de gastos dedutíveis de Participação Especial (PE). Foram concluídos os relatórios de auditoria da cessão onerosa

Auditoria de Participações Especiais

Esta Superintendência realizou um projeto piloto de auditoria *in loco* na Petrobras ao longo do ano de 2016 para verificar as deduções de custos para apuração da Participação Especial (PE), onde foram selecionados os campos de Lula e Canto do Amaro, ambos pagadores de PE sob o regime de Concessão, sendo o primeiro marítimo localizado no pré-sal e o último terrestre.

Além disso, foram iniciadas ainda doze auditorias, devido a demandas externas do Município de Campos dos Goytacazes e do Estado do Espírito Santo, sendo auditados os campos de Albacora, Albacora Leste, Barracuda, Caratinga, Jubarte, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul e Roncador.

O objetivo destas ações foi averiguar as deduções destes campos nos seguintes trimestres elencados abaixo.

Tabela 11 – SPG - Auditoria

Auditoria			
Processo	Campo	Ano	Trimestre
48610.012108/2015-88	Albacora	2015	3T
48610.012107/2015-33	Albacora Leste	2015	3T
48610.012104/2015-08	Barracuda	2015	3T
48610.001372/2015-31	Canto do Amaro	2014	3T
48610.012109/2015-22	Caratinga	2015	3T
48610.012123/2015-24	Jubarte	2015	3T
48610.009389/2016-72	Jubarte	2016	2T
48610.001372/2015-96	Lula	2014	3T
48610.012103/2015-55	Marlim	2015	3T
48610.012102/2015-19	Marlim Leste	2015	3T
48610.012106/2015-99	Marlim Sul	2015	3T
48610.012105/2015-44	Roncador	2015	3T

Nestas auditorias estão sendo checados os itens com maior representatividade nas deduções do DAPE, conforme breve relato no último relatório de gestão. Essas auditorias ainda estão em andamento e tem previsão de serem concluídas no primeiro semestre de 2018.

f) Medidas adotadas, desde 2014, para a melhoria na divulgação das informações sobre os royalties no sítio eletrônico da ANP e respectiva análise quanto ao aprimoramento da interface com o usuário externo interessado

O site da ANP como um todo passou por mudanças, as quais facilitaram, não somente o acesso à informação, como também a utilização das informações referentes às participações governamentais a quais ganharam destaque. Mais detalhes podem ser vistos diretamente no site <http://www.anp.gov.br/wwwanp/royalties-e-outras-participacoes>.

g) Atualizações, desde 2014, na regulamentação referente à qualificação das instalações de embarque e desembarque, para fins de enquadramento de municípios beneficiários, no âmbito da ANP

Mantemos as informações prestadas no último relatório de gestão. A revisão da Portaria ANP nº 29/2001 foi incluída na Agenda Regulatória da ANP para os anos de 2014 e 2015. No entanto, em razão da vigência da Lei nº 12.734/12 ter sido parcialmente suspensa pelo STF, entendeu-se que não seria oportuno aprovar uma nova resolução enquanto o STF não tomasse uma decisão final sobre o tema nos autos das ADIs 4917 e 5038.

A fim de garantir que esta questão não deixará de ser oportunamente tratada, a elaboração de nova resolução em virtude da revisão da Portaria ANP nº 29/2001, que atenderá ao determinado no subitem 9.2.4, do Acórdão nº 3253/2013 – TCU – Plenário, mantém-se prevista na Agenda Regulatória da ANP para o ano de 2016, com o status de suspensão, aguardando definição do STF sobre as citadas ADIs.

3.7.2 - Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural

a) critérios utilizados para selecionar as unidades inspecionadas

A partir do atendimento às recomendações 9.1.2 e 9.1.3, do Acórdão nº 657/2013-TCU-Plenário, foi elaborada a Nota Técnica nº 001/2014/NFP, que define diretrizes e critérios para elaboração do plano anual de fiscalização dos sistemas de medição da produção de petróleo e gás natural, de competência do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural.

A definição de critérios para a elaboração do plano anual de fiscalização tem por finalidade indicar a prioridade das ações de fiscalização para determinado período, considerando-se os fatores de risco, materialidade, relevância e oportunidade, inerentes a cada concessão, convertidos em variável para nortear e promover a seleção.

A referida Nota Técnica apresenta uma metodologia para a escolha das instalações de medição da produção a serem fiscalizadas para o período de um ano, observando as metas estabelecidas, na qual são considerados:

- i) o Índice de Fiscalização dos Sistemas de Medição, onde são ponderados (i.i) o Índice de Notificação de Falha do Sistema de Medição, cuja fórmula identifica as instalações com a maior ocorrência de eventos de falhas de medição no período; e o (i.ii) o Índice de Volume Medido para cada instalação, pelo qual obtêm-se os volumes movimentados através dos medidores, a partir dos registros existentes nos sistemas corporativos da ANP;
- ii) o tempo decorrido desde a última inspeção;
- iii) a localização geográfica dos campos produtores, visando a otimização e economicidade das ações, considerando no planejamento realizar inspeções em instalações nas proximidades ou dentro de um raio de ação previamente projetado quando do seu planejamento.

O resultado da aplicação da referida metodologia permite a elaboração de uma ordem de prioridade de fiscalização das unidades produtoras de petróleo e gás natural que apresentem o maior número de falhas dos sistemas de medição, daquelas que representem o maior volume produzido no período, bem como das instalações não fiscalizadas em determinado prazo.

Ressalte-se, ainda, que a lista de prioridade obtida por meio da aplicação da metodologia descrita na Nota Técnica nº 001/2014/NFP, refere-se às inspeções de rotina, previamente programadas pelo NFP;

entretanto, a construção do plano de fiscalização constitui ato dinâmico, revisto periodicamente, em função de demandas não programadas de autorização para início de produção ou para utilização de novo ponto de medição fiscal, cuja ação deve ser realizada com prioridade, em detrimento às inspeções de rotina. Aliado a isto, fatores como restrições orçamentárias e redução no quadro de servidores atuando na atividade de fiscalização, podem comprometer a implementação do referido plano.

Cabe informar que a maior parte das ações de fiscalização realizadas em 2016, tiveram como fato gerador a autorização para início de produção e aprovação de novos pontos de medição. Tal fato direcionou grande parte das inspeções de rotina às instalações com localização próximas às demandas não programadas para a otimização de recurso humanos e financeiros.

b) relatar em que medida as Notificações de Falhas contribuíram para a seleção das unidades inspecionadas

As notificações de falhas dos sistemas de medição constituem critério para a escolha das instalações a serem fiscalizadas, conforme descrito na Nota Técnica nº 001/2014/NFP. Desta forma, todas as notificações de falhas foram consideradas na elaboração do planejamento das ações de fiscalização.

c) representatividade das unidades inspecionadas em relação ao volume de produção total no ano e respectiva análise

Em 2016, foram realizadas 83 ações de fiscalização *in loco* dos sistemas medição da produção de petróleo e gás natural, sendo 54 ações realizadas em instalações terrestres e 29 ações realizadas em instalações marítimas. O volume produzido no Brasil em 2016, bem como o volume das instalações fiscalizadas no mesmo período totalizou 183.554.541,31 m³ e 35.078.506,11 m³, respectivamente, de petróleo equivalente, demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 12 - Representatividade do volume de produção fiscalizado em 2016

2016			
	Petróleo (m ³)	Gás Natural (Mm ³)	Petróleo Equivalente (m ³)
Volume total produzido pelas instalações fiscalizadas pelo NFP	26.411.724,49	8.666.781,62	35.078.506,11
Volume total produzido no Brasil	145.781.614,19	37.772.927,11	183.554.541,31
Volume total fiscalizado (%)	18,12%	22,94%	19,11%

Fonte: NFP/ANP

Analisando a tabela acima, verifica-se que as ações de fiscalização realizadas pelo NFP em 2016, abrangeram 19,11% de todo o volume de petróleo e gás natural produzido no Brasil no mesmo período.

Cabe relatar que, assim como nos anos anteriores, ao longo do ano de 2016, o NFP realizou grande parte das ações de fiscalização originadas de solicitações de autorização de sistemas de medição para

início de produção; o que resultou em um volume reduzido de produção fiscalizada no período, entretanto essas ações contribuirão para o aumento do volume total produzido no país nos próximos anos.

Ressalte-se que este índice não demonstra a efetividade das ações de fiscalização do NFP, tendo em vista que considera somente os volumes de produção em determinado período, não trazendo qualquer dado acerca da produção prevista das instalações que foram fiscalizadas para autorização de início de produção que, no período analisado contribuíram com pouco ou nenhum volume de produção.

d) Representatividade das unidades inspecionadas em relação ao universo das unidades passíveis de fiscalização, nos últimos 4 anos

A fiscalização das instalações de medição da produção está representada na tabela a seguir:

Tabela 13 – Quantidade de instalações passíveis de fiscalização

	2013	2014	2015	2016
Quantidade de Instalações passíveis de fiscalização	692	725	759	351
Quantidade de Instalações fiscalizadas	59	65	81	83
Representatividade	8,5%	9,0%	10,6%	23,6%

A redução em 2016 na quantidade de instalações passíveis de fiscalização ocorreu em decorrência do cadastro de todos os pontos de medição no Sistema de Fiscalização da Produção (SFP), que permitiu o refinamento da listagem de instalações, com a exclusão de instalações cadastradas que não possuem nenhum ponto de medição.

e) principais resultados das análises das Notificações de Falhas, como, por exemplo: alterações de regulamentos, recálculo de volumes produzidos, multas aplicadas, entre outros

Os principais objetivos da obrigatoriedade de envio, por parte dos Operadores, das notificações por ocorrências de falhas nos sistemas de medição da produção são: (i) estabelecer uma estimativa de produção para o período em que o equipamento/sistema permaneceu em falha; e (ii) acompanhar as providências adotadas para o saneamento das mesmas.

A rotina de ocorrência de falhas culminou na edição da Resolução ANP nº 18/2014, publicada no DOU em 01/04/2014, estabelecendo os prazos e procedimentos que devem ser observados na comunicação de eventos de falhas de sistemas de medição de petróleo e gás natural e falhas de enquadramento de petróleo. Destaca-se que a obrigatoriedade de apresentação de estimativa de volumes nas NFSM, conforme disposto na referida Resolução, evita qualquer prejuízo aos beneficiários das participações governamentais, e varia em função do tempo de permanência em falha, levando o operador a tomar medidas corretivas no menor prazo de possível.

A Resolução ANP nº 18/2014 também prevê a obrigatoriedade aplicação de modelo de gestão de forma a reduzir a probabilidade de ocorrência de falhas, bem como tomar ações visando evitar a repetição de falhas já ocorridas para um mesmo cenário. Em 2016, foram instaurados 58 processos administrativos para condução dos procedimentos de recálculo de produção, que tiveram como fato gerador a análise das Notificações de Falhas dos Sistemas de Medição, conforme detalhado na tabela abaixo, a seguir:

Tabela 14 - Processos de recálculo de produção instaurados em 2016, oriundos das análises das notificações de falhas dos sistemas de medição

Processos de Recálculo da Produção - 2016 (Fato Gerador: NFSM)			
Número do Processo	Instalação/Campo	Situação	Valor Pago
48610.000061/2016-91	P-56	Arquivado	R\$ 13.053.736,63
48610.001158/2016-11	Pampo	Em andamento	
48610.001159/2016-65	Sapinhoá	Arquivado	R\$ 27.434,94
48610.000305/2016-35	Papa-Terra	Arquivado	R\$ -753,57 (Crédito)
48610.000062/2016-35	Fazenda Alegre	Em andamento	-
48610.003122/2016-71	P-51	Em andamento	-
48610.003123/2016-16	P-56	Em andamento	-
48610.003620/2016-14	Marlim Sul	Em andamento	-
48610.004072/2016-40	Albacora Leste	Em andamento	-
48610.004695/2016-12	Marimbá	Em andamento	-
48610.005213/2016-41	Tartaruga Verde	Em andamento	-
48610.004689/2016-65	PCE-1	Em andamento	-
48610.005788/2016-44	Canapu e Golfinho	Em andamento	-
48610.006033/2016-87	P-37	Em andamento	-
48610.004797/2016-38	P-40 e P-56	Em andamento	-
48610.006087/2016-42	P-50	Em andamento	-
48610.006124/2016-12	Anequim, Bagre, Cherne, Congro, Corvina, Malhado, Namorado, Nordeste de Namorado, Parati, Pargo, Carapeba, Vermelho, Garoupa, Garoupinha e Viola	Em andamento	-
48610.006123/2016-78	P-48	Em andamento	-
48610.006311/2016-04	Merluza e Lagosta	Em andamento	-
48610.006473/2016-34	Uruguá	Em andamento	-
48610.006477/2016-12	Agulha, Cioba, Oeste de Ubarana e Ubarana	Em andamento	-
48610.006786/2016-92	Búzios	Em andamento	-
48610.006928/2016-11	Sapinhoá	Em andamento	-
48610.007150/2016-68	Lula	Em andamento	-
48610.007146/2016-08	Plataforma de Merluza	Em andamento	-
48610.007547/2016-50	Baleia Azul e Jubarte	Em andamento	-

48610.006551/2016-09	Barracuda	Em andamento	-
48610.008086/2016-32	FPSO Cidade de Rio das Ostras	Em andamento	-
48610.001160/2016-90	Jandaia	Arquivado	Não há divergência de volume de gás natural, apenas gás injetado
48610.008723/2016-71	Marlim Leste	Em andamento	-
48610.008811/2016-72	Plataforma de Merluza	Em andamento	-
48610.008830/2016-07	Roncador	Em andamento	-
48610.009543/2016-14	Jubarte	Em andamento	-
48610.009541/2016-17	Sépie	Em andamento	-
48610.010002/2016-21	Plataforma de Mexilhão	Em andamento	-
48610.010867/2016-97	Marlim	Em andamento	-
48610.011240/2016-53	Pescada	Em andamento	-
48610.011330/2016-44	Piraúna	Em andamento	-
48610.011329/2016-10	Plataforma de Chérne-2	Em andamento	-
48610.011439/2016-81	Pampo	Em andamento	-
48610.011440/2016-14	Plataforma de Merluza	Em andamento	-
48610.011482/2016-47	Marlim Sul	Em andamento	-
48610.011546/2016-18	Frade	Em andamento	-
48610.012335/2016-94	Tartaruga Verde	Em andamento	-
48610.012333/2016-03	FPSO Cidade de Saquarema	Em andamento	-
48610.012304/2016-33	Marlim Sul	Em andamento	-
48610.012519/2016-54	FPSO P-43	Em andamento	-
48610.012454/2016-47	Marlim Sul	Em andamento	-
48610.012703/2016-02	Roncador	Em andamento	-
48610.011052/2016-25	P-25	Em andamento	-
48610.011051/2016-81	P-20	Em andamento	-
48610.013207/2016-68	P-63	Em andamento	-
48610.013363/2016-29	Frade	Em andamento	-
48610.013380/2016-66	Piraúna	Em andamento	-
48610.013893/2016-77	Albacora	Em andamento	-
48610.012334/2016-40	Água Grande e Rio Pojuca	Em andamento	-
48610.012637/2016-62	Baleia Franca, Baleia Azul, Cachalote e Jubarte	Em andamento	-
48610.014947/2016-11	Peregrino	Em andamento	-

Com relação aos 46 processos administrativos instaurados em 2015 para condução dos procedimentos de recálculo de produção, que tiveram como fato gerador a análise das Notificações de Falhas dos Sistemas de Medição, segue detalhada na tabela abaixo a situação atualizada de cada um deles

Tabela 15 - Processos de recálculo de produção instaurados em 2015, oriundos das análises das notificações de falhas dos sistemas de medição

Processos de Recálculo de Produção - 2015 (Fato Gerador: NFSM)			
Processo Administrativo	Instalação/Campo	Situação	Valor Pago
48610.002865/2015-43	Cangoá e Peroá	Arquivado	R\$ 8.330,49
48610.001615/2015-96	FPSO P-33	Em andamento	-
48610.005872/2015-05	FPSO Cidade de São Mateus (Camarupim e Camarupim Norte)	Arquivado	R\$ 30.815,85
48610.005457/2015-43	P-53 (Marlim Leste)	Em andamento	-
48610.005458/2015-98	P-63 (Papa-Terra)	Arquivado	R\$ 92.063,69
48610.005811/2015-30	Paru	Arquivado	R\$ 3.018,74
48610.005459/2015-32	Roncador	Em andamento	-
48610.004686/2015-41	Ubarana, Agulha, Oeste de Ubarana e Cioba	Arquivado	R\$ 120.684,87
48610.004261/2015-31	Viola	Em andamento	-
48610.004898/2015-28	Canapu e Golfinho	Em andamento	-
48610.005461/2015-10	P-40 (Marlim Sul)	Arquivado	R\$ 4.801.081,73
48610.006200/2015-17	P-56 (Marlim Sul)	Arquivado	Pago junto ao processo: 48610.005461/2015-10
48610.004899/2015-72	P-43	Em andamento	-
48610.006735/2015-80	P-52 (Roncador)	Arquivado	R\$ 22.711.631,80
48610.007555/2015-15	Atum, Curimã, Espada e Xaréu	Arquivado	R\$ 421.427,20
48610.006968/2015-82	Fazenda Belém e Icapuí	Em andamento	-
48610.006967/2015-38	FPSO Cidade de Santos	Em andamento	-
48610.006879/2015-36	Plataforma de Merluza	Em andamento	-
48610.007959/2015-17	P-26	Em andamento	-
48610.008235/2015-82	Miranga	Arquivado	R\$ 4.745,17
48610.008234/2015-38	Canapu e Golfinho	Em andamento	-
48610.009235/2015-08	PCE-1	Em andamento	-
48610.009337/2015-15	Lorena	Em andamento	-

48610.010108/2015-43	Pilar	Arquivado	R\$: 304,83
48610.010146/2015-04	FPSO Capixaba (Jubarte, Cachalote e Baleia Franca)	Arquivado	R\$ 1.729.555,46
48610.010143/2015-62	P-55 (Roncador)	Arquivado	R\$ 47.192,96
48610.010230/2015-10	Carmópolis	Arquivado	R\$ 15.566,88
48610.010486/2015-27	P-33 (Marlim)	Arquivado	R\$ 188.728,40
48610.010531/2015-43	FPSO P-50 (Albacora e Albacora Leste)	Em andamento	-
48610.010922/2015-68	P-53 (Marlim Leste)	Arquivado	R\$ 3.508.062,61
48610.011048/2015-86	Mexilhão	Em andamento	-
48610.011156/2015-59	FPSO Cidade de São Paulo (Sapinhoá)	Arquivado	R\$ 165.983,88
48610.011155/2015/12	FPSO Cidade de São Vicente (Lula)	Arquivado	R\$ 420.872,57
48610.011157/2015-01	P-52 (Roncador)	Arquivado	R\$ 228.349,56
48610.011159/2015-92	Ubarana, Agulha, Oeste de Ubarana e Cioba	Em andamento	-
48610.011284/2015-01	PGP-1 (Garoupa)	Em andamento	-
48610.011618/2015-38	P-55 (Roncador)	Arquivado	R\$ 19.854,85
48610.010864/2015-72	Piranema	Em andamento	-
48610.012577/2015-05	Albacora Leste	Em andamento	-
48610.012579/2015-96	Roncador	Arquivado	R\$ 857.002,60
48610.012392/2015-92	Ilha Bela	Arquivado	R\$ 104.777,56
48610.011617/2015-93	Carmópolis	Arquivado	R\$ 371.447,49
48610.010145/2015-51	Peregrino	Em andamento	-
48610.010142/2015-18	Roncador	Em andamento	-
48610.013483/2015-45	Espadarte	Em andamento	-
48610.013484/2015-90	Barracuda e Caratinga	Arquivado	Não houve divergência de volume

Fonte: NFP/ANP

f) Quanto às inspeções dos sistemas de medição

i) representatividade das unidades fiscalizadas nas quais foram encontradas não conformidades graves, especificando os fatores que ensejaram tais não conformidades e os encaminhamentos dados (notificação da empresa, autuação de processo de penalidade, aplicação de multa, etc);

A representatividade das unidades fiscalizadas, para as quais foram identificadas não conformidades graves, está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 16 – Quantidade de instalações fiscalizadas

	2014	2015	2016
Quantidade de Instalações fiscalizadas	65	81	83
Quantidade de Instalações com NCs graves	8	16	9
Representatividade	12,3%	19,7%	10,8%

Fonte: NFP/ANP

As não conformidades classificadas como graves corresponderam a:

- (i) Erros no procedimento de calibração;
- (ii) Atraso na implementação dos resultados cromatográficos e de calibração;
- (iii) Operação de medidor fora da classe de exatidão estabelecida;
- (iv) Ausência de correção de pressão e temperatura de referência;
- (v) Ausência de inspeção de instrumento de medição;
- (vi) Não atendimento à norma ISO 4267-2/1988
- (vii) Possibilidade de contorno no sistema de medição.

Quanto ao tratamento aplicado às não conformidades, informamos que, todas as não conformidades identificadas nas inspeções, ainda que regularizadas, são objeto de lavratura de Auto de Infração.

No decorrer da inspeção *in loco*, os fiscais apresentam para os operadores as constatações das irregularidades e solicitam o imediato saneamento das infrações relativas à correta configuração dos instrumentos de medição. Estas não conformidades são classificadas como "fechadas" no relatório de inspeção e apontadas no Auto de Infração lavrado posteriormente. Para as não conformidades classificadas como "abertas" durante a execução da fiscalização, é realizada a notificação do agente, por meio de ofício, no qual é determinado um prazo para a regularização da não conformidade e para envio das evidências correspondentes.

Para as não conformidades em que se identificam divergência de volumes, o procedimento adotado é a instauração de processo de recálculo de produção, no qual são apurados os volumes produzidos por um período de até 10 anos anteriores ao cometimento da infração. Em paralelo, cópia dos processos de inspeção com infrações enquadradas no inciso V, da Lei nº 9.847/99, relativos à prestação de informações inverídicas de volumes de produção, é encaminhada ao Ministério Público para as providências inerentes à sua competência.

- ii) quantidade de autos de infração registrados em face da quantidade de inspeções e não conformidades anotadas nos processos de fiscalização dos sistemas de medição;

Tabela 17 – Quantidade de autos de infração lavrados

Autos lavrados até março/2016	2014	2015	2016
Quantidade de Autos de Infração lavrados em função das não conformidades dos processos de fiscalização dos sistemas de medição	20	12	19
Quantidade de Autos de Infração lavrados em função da fiscalização de queima excedente	33	24	0

Fonte: NFP/ANP

- iii) aplicação, nos processos instaurados a partir de 2014, do Plano de Trabalho Individual (PTI) e respectiva análise quanto às mudanças nos processos e procedimentos de trabalho, incluindo cumprimento das metas estabelecidas;

A partir de 2014, foram adotados novos procedimentos para a condução dos processos de inspeção, incluídos no Plano de Trabalho Individual dos servidores responsáveis pela realização de tal atividade.

Os servidores passaram a ter metas quanto ao número de inspeções a serem realizadas por período avaliativo e prazos estipulados para a instrução processual.

Estes novos procedimentos permitem um maior controle sobre a condução tempestiva dos processos instaurados; contribuindo para o cumprimento das atribuições e metas do NFP.

iv) situação quanto ao atendimento do passivo de processos instaurados até 2014, nos quais foram identificadas pendências processuais.

A tabela abaixo demonstra a situação atual dos processos de inspeção instaurados pelo NFP no período de janeiro de 2010 a maio de 2014:

Tabela 18 – Quantidade de processos de fiscalização

<i>Quantidade de Processos de Fiscalização</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>TOTAL</i>
Instaurados	69	95	115	81	37	397
Arquivados	65	80	49	55	29	278
Pendentes de Arquivamento/ Termo de Encerramento	0	2	11	8	1	22
Tramitando	4	13	55	18	7	97

Fonte: NFP/ANP

A condução desses processos é realizada pelos servidores responsáveis por cada uma das bacias relacionadas às instalações fiscalizadas. Nesse sentido, o trabalho está sendo realizado concomitantemente às atividades rotineiras do Núcleo, o que impactou no cumprimento do cronograma anteriormente divulgado na Nota Técnica nº 024/2014, fazendo-se necessária a alteração dos prazos propostos para a conclusão dos processos.

Ademais, foram definidos, a partir de 2014, prazos para conclusão de cada uma das etapas de instrução dos processos instaurados pelo NFP, buscando manter um controle mais efetivo da condução dos processos.

Em 2014 foram encerrados 140 processos de inspeção, autorização, delegação de competência, notificação de falhas de medição, acompanhamento de não conformidades, entre outros; em 2015, foram encerrados 606 processos instaurados pelo NFP; e em 2016, totalizamos 188 processos encerrados; demonstrando o esforço que está sendo empregado para que a situação encontrada pelo TCU não se perpetue.

g) Estágio atual da implementação do Sistema de Fiscalização da Produção (SFP), especificando os módulos e funcionalidades já em operação e suas implicações nos procedimentos de trabalho do NFP, bem como os módulos ainda a implementar

O SFP foi implementado em três módulos, o Cadastro dos pontos de medição (SFP-Cadastro), o Envio e Recebimento dos Dados de Produção (i-Engine), e a análise dos dados recebidos para a validação dos Boletins Mensais de Produção (SFP-Análise).

O módulo de Cadastro dos pontos de medição (SFP-Cadastro) foi desenvolvido e implementado, e está em produção. Tal módulo é utilizado pelas operadoras para cadastrar os pontos de medição fiscais, de apropriação contínua e operacionais de queima de gás natural, e com isso ser possível enviar os dados de produção, nos termos da Resolução ANP nº 65/2014.

O cadastro dos pontos de medição fiscais, de apropriação contínua e operacionais de queima de gás natural também está regulamentado pela Resolução ANP nº 65/2014.

Apresentamos a seguir telas do sistema de Cadastro dos pontos de medição, no sítio eletrônico da ANP na rede mundial de computadores:

Figura 5 – Cadastro dos Pontos de Medição

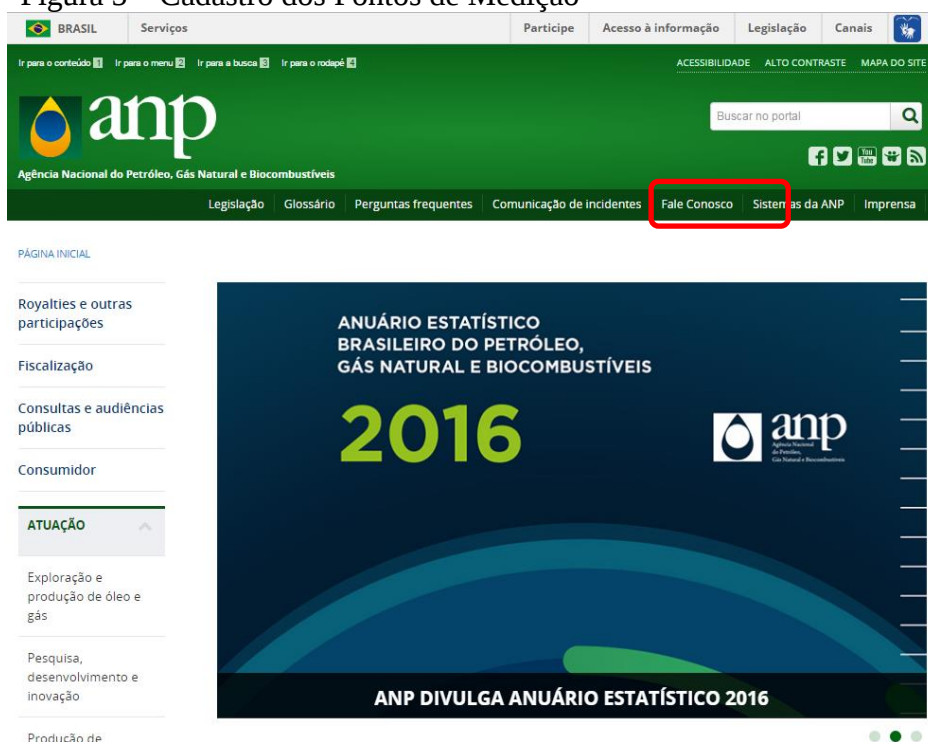


Figura 6 – Cadastro dos Pontos de Medição

MENU DO USUÁRIO

- Início
- Entrar
- Esqueci minha Senha
- Alterar minha Senha

CSA

- Manuais dos Sistemas

CERTIFICADO DIGITAL

- Informações sobre Certificado

CONSULTAS PÚBLICAS

- Produtores de Óleo Lubrificante Básico
- Certificadoras Credenciadas
- Unidade de Pesquisa Credenciada
- Importadores de Óleo Lubrificante Básico
- Autenticar Certificado
- Revenda GLP
- Postos Revendedores

BEM-VINDO À CENTRAL DE SISTEMAS ANP

Unificação de sistemas, facilitando a localização dos serviços disponíveis.
Disponibilização de um conjunto de consultas às informações públicas.
Facilidade, rapidez e segurança no envio de dados para a ANP.

SISTEMAS EXTERNOS ANP

- CMCP - Controle de Marcação Compulsória de Produtos
- Coleta - Sistema de Coleta de Óleo Lubrificante
- Contratos de Etanol - Cadastro (SRD-Etanol)
- DPP - Do Poço ao Posto
- IEngine - Sistema de Processamento de Arquivos da ANP
- Lims - Sistema de Gerenciamento de Informações Laboratoriais
- Postos de Combustíveis - Cadastro (SRD-PR)
- SFP - Sistema de Fiscalização da Produção**
- SGCL - Sistema de Gestão de Conteúdo Local
- SIDWEB - Consulta de documentos protocolizados na ANP
- SPA - Sistema de Ponto de Abastecimento
- Sigep - Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção - Web
- Simp - Sistema de Informações e Movimentações de Produtos

Apresentamos a seguir também uma tela do sistema de Cadastro dos pontos de medição, com uma instalação de exemplo.

Figura 7 – Cadastro dos Pontos de Medição

Consultar Ponto de Medição Instalação selecionada: PETROBRAS 50

Resultado da Consulta

Tag do Ponto de Medição	Tipo de Medidor	Fluido	Localização na Planta	Última Atualização	Ação
EST-5412003	TURBINA	GAS	COMBUSTIVEL	12-32 de 22/07/2016	
FIT5135005	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	COMBUSTIVEL DE ALTA PRESSÃO	09-54 de 28/10/2016	
FIT5135006	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	COMBUSTIVEL DE BAIXA PRESSÃO	09-55 de 28/10/2016	
FIT1231006	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	EXPORTAÇÃO	09-54 de 28/10/2016	
FIT5412006	ULTRASSÔNICO	GAS	FLARE DE ALTA PRESSÃO	10-10 de 28/10/2016	
FIT5412001B	ULTRASSÔNICO	GAS	FLARE DE BAIXA PRESSÃO	10-10 de 28/10/2016	
FIT541201A1	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS DE ASSISTÊNCIA	10-08 de 28/10/2016	
EST-5412002	TURBINA	GAS	GÁS DE PILOTO	12-34 de 22/07/2016	
FIT1231010A	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	09-56 de 28/10/2016	
FIT1231010B	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	09-57 de 28/10/2016	
FIT1231010C	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	09-57 de 28/10/2016	
FIT1231010D	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	09-58 de 28/10/2016	
FIT1231010E	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	09-58 de 28/10/2016	
FIT1231010F	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	09-59 de 28/10/2016	
FIT1231010G	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	10-01 de 28/10/2016	
FIT1231010H	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	10-02 de 28/10/2016	
FIT1231010J	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	10-03 de 28/10/2016	
FIT1231010K	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	10-03 de 28/10/2016	
FIT1231010L	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	10-04 de 28/10/2016	
FIT1231010M	PLACA DE ORIFÍCIO	GAS	GÁS LIFT INDIVIDUAL	09-46 de 08/11/2016	

Mostrando 1 - 20 de 30

[Voltar](#)

O módulo de Envio e Recebimento dos Dados de Produção (i-Engine) foi desenvolvido e implementado, e está em produção. Este módulo é utilizado pelas operadoras para enviar os dados de produção, nos termos da Resolução ANP nº 65/2014. Ressaltamos que o módulo de envio de dados é utilizado por outros sistemas da ANP além do SFP.

Apresentamos a seguir telas do sistema de envio dos dados de produção, bem como dos modelos e manuais dos arquivos que devem ser enviados, no sítio eletrônico da ANP na rede mundial de computadores:

Figura 8 – Cadastro dos Pontos de Medição

MENU DO USUÁRIO

- Início
- Entrar
- Esqueci minha Senha
- Alterar minha Senha

CSA

- Manuais dos Sistemas

CERTIFICADO DIGITAL

- Informações sobre Certificado

CONSULTAS PÚBLICAS

- Produtores de Óleo Lubrificante Básico
- Certificadoras Credenciadas
- Unidade de Pesquisa Credenciada
- Importadores de Óleo Lubrificante Básico
- Autenticar Certificado
- Revenda GLP
- Postos Revendedores

BEM-VINDO À CENTRAL DE SISTEMAS ANP

Unificação de sistemas, facilitando a localização dos serviços disponíveis. Disponibilização de um conjunto de consultas às informações públicas. Facilidade, rapidez e segurança no envio de dados para a ANP.

SISTEMAS EXTERNOS ANP

- CMCP - Controle de Marcação Compulsória de Produtos
- Coleta - Sistema de Coleta de Óleo Lubrificante
- Contratos de Etanol - Cadastro (SRD-Etanol)
- DPP - Do Poço ao Posto
- IEngine - Sistema de Processamento de Arquivos da ANP**
- Lims - Sistema de Gerenciamento de Informações Laboratoriais
- Postos de Combustíveis - Cadastro (SRD-PR)
- SFP - Sistema de Fiscalização da Produção
- SGCL - Sistema de Gestão de Conteúdo Local
- SIDWEB - Consulta de documentos protocolizados na ANP
- SPA - Sistema de Ponto de Abastecimento
- Sigep - Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção - Web
- Simp - Sistema de Informações e Movimentações de Produtos

MANUAIS

LISTAGEM DE MANUAIS

Filtro

Sistema: -- Escolher -- Arquivo: -- Escolher --

Sistema	Arquivo	DOWNLOADS			
		Excel		XML/XSD	
		HTML	ZIP	HTML	ZIP
CMGN	CMGN - MONITORAMENTO DE GÁS NATURAL	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	EFM - ENVIO DE FALHAS DE MEDIÇÃO	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	BSW - ENVIO DE FATOR BSW	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	EFE - ENVIO DE FATOR DE ENCOLHIMENTO	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	EIT - ENVIO DE INFORMAÇÕES DE TANCAGEM	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	TPOC - ENVIO DE TESTE DE POÇO	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	PMGD - PONTOS DE MEDIÇÃO PARA GÁS DIFERENCIAL	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	PMGL - PONTOS DE MEDIÇÃO PARA GÁS LINEAR	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	PMO - PONTOS DE MEDIÇÃO PARA ÓLEO	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SFP	PMAE - REGISTROS DE ALARMES E EVENTOS	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo
SGCL	RTC - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE CERTIFICAÇÃO	Manual	Arquivo	Manual	Arquivo

Em relação ao módulo de análise dos dados de produção recebidos (SFP-Análise), informamos que se encontra operacional no Microsoft Access. Conforme exposto, a STI está trabalhando no orçamento para criação da documentação de requisitos. Após a criação da documentação de

requisitos, serão necessários o planejamento e a validação do NFP da documentação e posterior codificação do sistema.

Diversos casos de uso foram elaborados para as funcionalidades que se pretende ter no sistema corporativo de análise dos dados de produção. Ressaltamos que ao executar as validações no Microsoft Access uma série de ferramentas que auxiliam no processo de validação foram implementadas, e deverão ser criados casos de usos para as mesmas.

Apresentamos a seguir telas do sistema de análise dos dados de produção:

Figura 9 – Sistema de Análise dos Dados de Produção

Validação do Nó de Óleo									
	Nome	Fluido	Subtipo de Nó	Período SIGEP	Soma dos Poços SIGEP	Volume do Nó Mês (m3/dia)	Diferença	Diferença Relativa	Data
Ver	VPO CAPX	ÓLEO	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	5266,778	5266,787	-0,009	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO CVIX	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	3602,238	3602,245	-0,006	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FCAR	ÓLEO	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	8018,451	8018,457	-0,006	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FCDA	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	11879,74	11879,742	-0,002	0,000%	31/05/2016
Ver	VPO FPCI	ÓLEO	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	7896,698	7896,707	-0,009	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPCIB	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	17419,006	17419,011	-0,005	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPCIG	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	12210,727	12210,738	-0,010	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPCMB	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	17736,215	17736,232	-0,017	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPCMC	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	6607,588	6607,595	-0,007	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPCP	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	4320,789	4320,793	-0,005	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPCST	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	2176,494	2176,499	-0,005	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPCSV	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	2658,525	2658,528	-0,003	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPNT	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	4916,419	4916,425	-0,005	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPRJ	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	1278,359	1278,365	-0,006	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPRO	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	2229,398	2229,408	-0,010	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO FPSP	ÓLEO	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	18997,929	18997,943	-0,014	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO P25	ÓLEO	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	5403,975	4642,678	761,296	16,400%	18/05/2016
Ver	VPO P31	ÓLEO	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	3085,851	3085,851	-0,001	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO P40	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	8323,362	8307,206	16,156	0,200%	18/05/2016
Ver	VPO P43	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	8678,854	8678,859	-0,005	0,000%	31/05/2016
Ver	VPO P48	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	2610,965	2610,965	0,000	0,000%	18/05/2016
Ver	VPO P50	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	10186,623	10186,623	0,000	0,000%	31/05/2016
Ver	VPO P51	Óleo	Validação da Produção de Petróleo Fiscal	2016/04	8074,986	8074,997	-0,011	0,000%	18/05/2016

Validação do Nó de Óleo									
Nome: VPO FCAR		Status: Aprovado							
Fluido: ÓLEO		Processo do Auto de Infração:							
Subtipo de Nó: Validação da Produção de Petróleo Fiscal		Processo de Recálculo:							
Período SIGEP: 2016/04		Observações:							
Soma dos Poços SIGEP: 8018,451									
Volume do Nó Mês (m3/dia): 8018,457									
Diferença: -0,006									
Diferença Relativa: 0,000%									
Data Cálculo: 18/05/2016 15:56:35									
Validação do Poço de Óleo:									
Código Poço	Nome Operador	Nome Poço ANP	Bacia	Petróleo SFP (m3/dia)	Petróleo SIGEP (m3/dia)	Diferença Abs	Diferença Relativa		
74316022315	3RJS646	3BRSA496RJS	Santos	1607,969	1607,970	0,001	0,000%	20	
74316025518	7LL2DRJS	7LL3DRJS	Santos	2588,473	2588,465	-0,008	0,000%	20	
74316025815	7LL8HRJS	7LL8HRJS	Santos	537,514	537,514	0,000	0,000%	20	
74316023754	9RJS660	9BRSA716RJS	Santos	1980,352	1980,353	0,001	0,000%	20	
74316025288	9RJS686D	9BRSA908DRJS	Santos	1304,149	1304,149	0,000	0,000%	20	
Total				8018,457	8018,451	-0,006			

Informamos adicionalmente, que a ANP, através dos módulos já implementados no Sistema SFP alcançou, em dezembro de 2016, 94,51% da validação dos volumes produzidos de petróleo e 95,14% da validação dos volumes produzidos de gás natural. A principal dificuldade para atingir 100% da

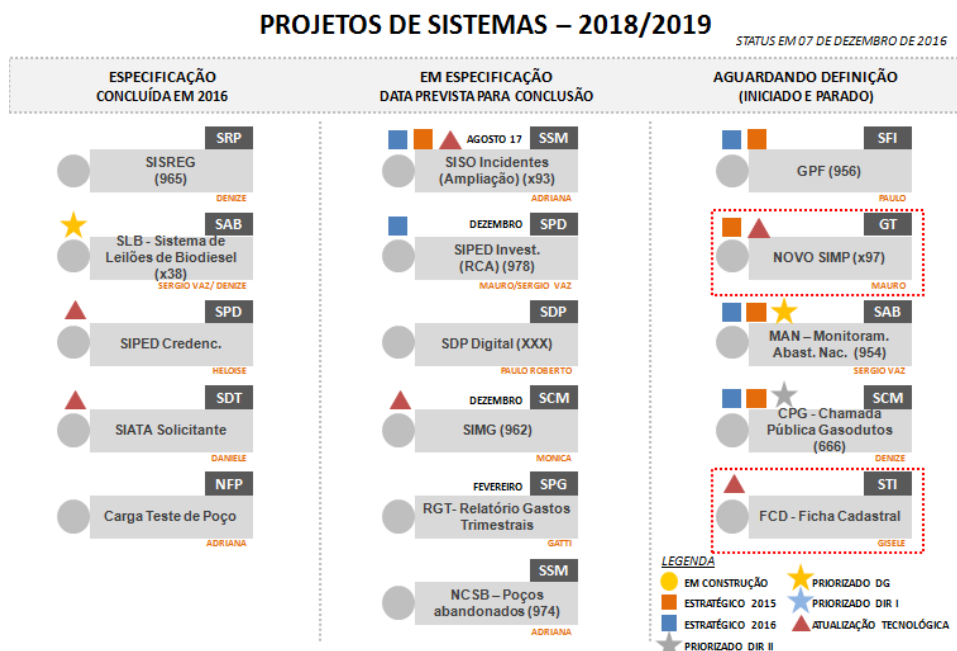
validação é a carência de recursos humanos para avaliar e configurar todos os nós de medição vigentes no país. Falta também um ajuste final nos cálculos realizados pelo Sistema no que se refere à algumas particularidades dos campos terrestres.

Cabe informar, ainda, que a Estratégia de Governança Digital (EGD), publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em 2016, estabeleceu que os Planos Estratégicos Institucionais (PEI) e Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional devem se alinhar aos objetivos e às iniciativas constantes na EGD. Para tanto, devem ser incluídas no PDTI, metas, ações e iniciativas relativas à governança digital que contribuam para o alcance dos objetivos da EGD e propiciem o aprimoramento de suas práticas de governança digital. A metodologia aplicada para elaboração do PDTI ANP consistiu em buscar total alinhamento com o Plano Estratégico da ANP, desdobrado, por sua vez, em objetivos, metas e ações.

No PDTI, que abrange o triênio 2017/2019, são traçadas diretrizes que orientarão a utilização dos recursos de tecnologia da informação para o alcance dos objetivos estratégicos da ANP e o aprimoramento de seus processos.

Contudo, a execução de planos, em particular na esfera da Administração Pública, tem que enfrentar no seu dia a dia uma série de contingências, como disponibilidade de recursos, mudanças de cenário e exigências legais, que exigem dos gestores e tomadores de decisão o acompanhamento e a revisão dos planos aprovados. Considerando o volume de demandas de informática da Agência, contraposto às suas limitações de pessoal e financeiras, constatou-se a necessidade premente de estabelecimento de uma Metodologia de Priorização, processo concluído ao longo do PDTI 2014/2016.

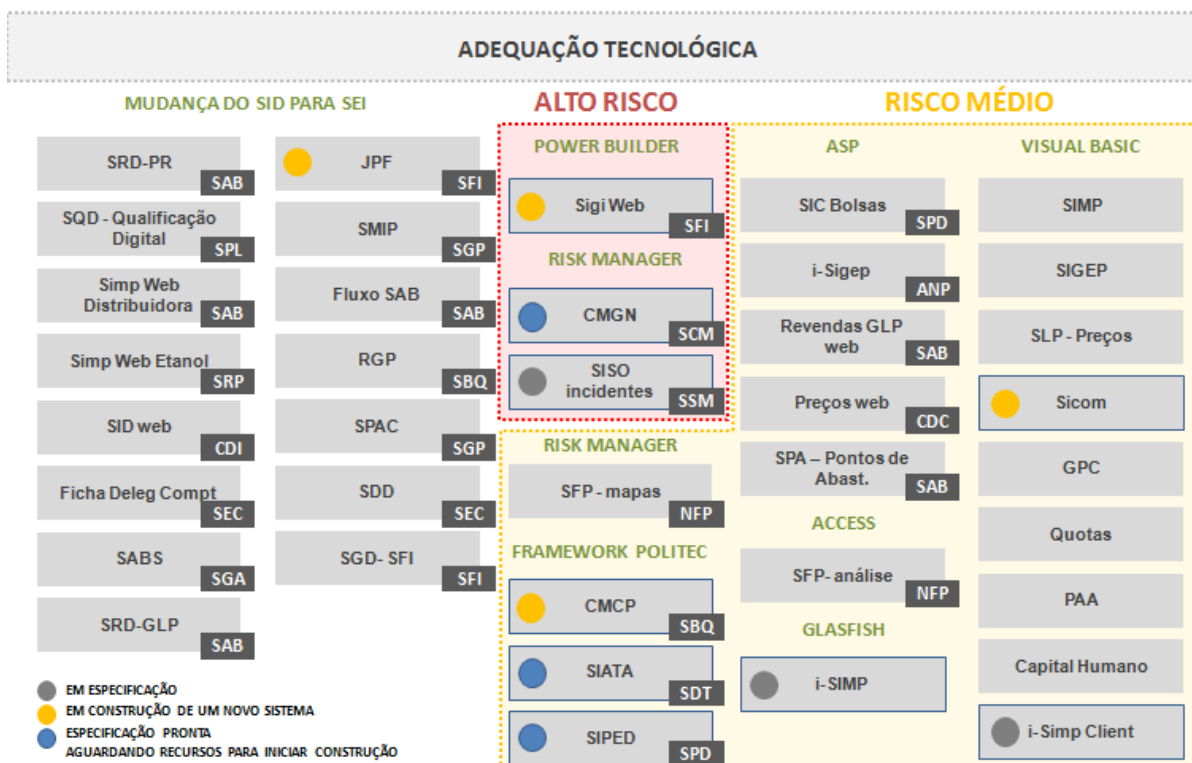
Figura 10 – Projetos de Sistemas



No que se refere ao NFP, o PDTI 2017/2019 prevê melhorias para a carga de testes de poços no sistema, visando aprimorar o recebimento dos dados de potenciais de testes de poços. Esta melhoria está prevista para ser iniciada em 2018.

Figura 11 – Projetos de Sistemas – Ciclo do Próximo PDTI

PROJETOS DE SISTEMAS - CICLO DO PRÓXIMO PDTI



Para o próximo ciclo, está prevista uma nova avaliação da construção de um sistema corporativo, SFP-Análise, para a realização das validações dos dados de produção recebidos pela ANP, que atualmente é realizada também no “Sistema Fluxo”. Deste modo, não há previsão para o próximo biênio, de sistema corporativo que irá gerenciar as não conformidades, a fim de certificar se as providências informadas pelas operadoras. Nesse período o gerenciamento será realizado no “Sistema Fluxo”.

3.7.3 - Superintendência de Refino, Processo de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis

- a) Evolução do Fator de Utilização – FUT do parque de refino brasileiro (por refinaria), considerando os dados disponíveis dos últimos 5 anos

Tabela 19 – Evolução do fator de utilização do parque de refino brasileiro

REFINARIA	2011	2012	2013	2014	2015	2016
REFAP	78,9	78,1	90,8	87,5	79,5	70,1
RIOGRANDENSE	89	94,6	92,3	78,7	59,3	83,1
REPAR	88,3	95,8	91,2	95,6	92,8	80,5
RECAP	80,3	99,9	100	96,2	69,7	87,6
REVAP	96	97,2	91,7	102,4	97,2	88,1
REPLAN	91,4	93,7	98,2	96	95	78,7
RPBC	89,4	92,3	101	99	92,3	85,3
UNIVEN	57	8,6	0,7	0,1		
REGAP	88,3	97,7	99,1	96,3	101,1	91,9
REDUC	89,8	94,1	98,5	93,4	79,6	78,8
MANGUINHOS	71,9	74,8	2	19,3	48,2	82,0
DAX OIL	58,1	75,2	58,9	39,4	41,6	41,9
RLAM	72,1	72,1	76,5	79,8	69,1	62,7
RPCC	119,2	101,4	98,8	100,4	89,9	76,0
LUBNOR	85,4	96,2	93,3	95,3	96,2	88,0
REMAN	96,9	80,2	74,6	89,9	76,6	68,6
RNEST					85,5	87,0

Fonte: SRP/ANP

Foram consideradas as capacidades autorizadas, além de testes, para a apuração. A refinaria Abreu e Lima (RNEST) teve como primeiro ano de operação o ano de 2015.

- b) Relatório informando o total de incidentes comunicados pelos agentes regulados, discriminando por refinaria e pelas tipologias de consequências (por terem envolvido apenas danos materiais ou danos materiais e humanos), para os últimos 5 anos

Tabela 20 – Total de incidentes comunicados pelos agentes regulados

RPBC				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	1	1	0	1
2013	2	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	1	1	0	0
2016	21	2	2	0

RNEST				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	7	0	0	0
2016	24	1	0	0
MANGUINHOS				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
2016	0	0	0	0
REPLAN				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	4	1	0	0
2014	6	4	0	0
2015	2	0	0	0
2016	13	2	1	0
RLAM				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	2	0	0	0
2013	2	1	1	0
2014	3	1	0	0
2015	9	1	5	0
2016	12	2	3	0
REMAN				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	1	0	2	0
2014	2	0	1	0
2015	0	0	0	0
2016	1	0	0	0

REPAR				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	1	1	0	0
2014	1	0	0	0
2015	5	0	0	0
2016	22	1	0	0
REFAP				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	8	1	1	0
2013	1	0	0	0
2014	5	0	1	0
2015	7	1	0	0
2016	2	0	0	0
REVAP				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	1	0	3	0
2014	1	0	5	1
2015	10	1	1	0
2016	43	1	0	0
RECAP				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	1	0	0	0
2013	2	0	0	0
2014	1	0	0	0
2015	6	0	0	0
2016	9	0	0	0
REGAP				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	2	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	1	0	1	0
2016	1	0	0	0
RPCC				

Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	1	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	1	0	1	0
2016	1	0	0	0
REDUC				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	5	0	0	1
2013	5	0	0	0
2014	3	0	0	0
2015	6	0	0	0
2016	32	3	1	1
SIX				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
2016	0	0	1	0
UNIVEN				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
2016	0	0	0	0
LUBNOR				
Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	4	0	0	0
2016	2	1	0	0
DAX OIL				

Ano	Paradas de Unidades por mais de 24h	Danos Materiais	Feridos	Fatalidades
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
2016	0	0	0	0

Fonte: SRP/ANP

c) Relatório acerca do estágio de implementação do Regulamento Técnico ANP nº 2/2014 - Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional para Refinarias de Petróleo - SGSO, discriminando o estágio em cada refinaria para a adoção das práticas de gestão estabelecidas pelo regulamento, e informando eventuais novos prazos concedidos pela agência para a adequação das plantas ao SGSO

De uma maneira geral, as refinarias da Petróleo Brasileiro S.A se encontram alinhadas a maioria dos requisitos de segurança operacional das práticas do SGSO. Esta conclusão foi resultado das auditorias realizadas antes do prazo previsto para adequação das refinarias existentes quando da publicação da Resolução ANP 5, de 29 de janeiro de 2014 (DOU de 30 de janeiro de 2014).

A partir de 30 de janeiro de 2016, o atendimento ao SGSO se tornou obrigatório para todas as práticas. Desde o término do prazo de adequação, quatro refinarias foram auditadas pela equipe da SRP (REDUC, REPAR, RPBC e RPCC). A superintendência possui plano para auditoria de todas as refinarias do país (dentro e fora do sistema Petrobras) com a finalidade de verificação do cumprimento aos requisitos do Regulamento Técnico nº2/2014.

À luz do SGSO, um acidente grave ocorrido na REDUC em 31/01/2016 foi investigado pela ANP seguindo a determinação da Instrução Normativa nº1/2009 rev. 2015.

d) Relatório de quantidades de paradas realizadas por refinaria (discriminadas em programadas ou não programadas), para os últimos 5 anos

Essa informação não é ostensiva, motivo pela qual a SRP não divulga os valores discriminados, pois pode afetar a contratação dos serviços no mercado, pelo agente regulado, onerando-o. Em média, são cerca de 40 paradas por ano.

e) Relatório informando o total de fiscalizações/vistorias realizadas por refinaria e ano pela SRP, descrevendo o fato gerador da atuação da superintendência

A SRP realiza em média 40 ações de fiscalização anuais, contemplando os diversos agentes regulados (refinarias, polos de processamento de gás natural, produtores de biodiesel, produtores de etanol, dentre outros). No caso das ações em refinarias, elas podem ser devidas a solicitação de outorga de autorização, verificação de práticas de gestão de segurança operacional e verificação ou investigação de incidentes.

4 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 – Descrição das estruturas de Governança:

A CRG é uma das unidades seccionais inseridas no Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, que assessora a autoridade máxima da ANP nas questões disciplinares, conduzindo investigações preliminares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, por meio da produção e coleta de elementos de convicção acerca da materialidade e autoria de supostas irregularidades, podendo ensejar a aplicação de eventuais penalidades de advertência, suspensão, demissão ou destituição de cargo em comissão. Além dessas atividades, conduz os Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), que apuram as responsabilidades administrativas de entes privados (PJ) que possam resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como realiza a análise preliminar acerca da existência ou não de potencial conflito de interesses nas consultas recebidas por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses - SeCI (Lei nº 12.813/2013), em conformidade ao disposto na Portaria ANP nº 248, publicada no DOU de 18/11/2013

Todas as apurações realizadas por esta Corregedoria são submetidas para decisão do Diretor-Geral, fundamentadas em instruções e pareceres técnicos, em consonância às competências e responsabilidades descritas no art. 17 do Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria ANP nº 69/2011; à Lei nº 8.112/90, e demais normativos aplicáveis à matéria. As atividades desempenhadas por esta CRG estão sob a supervisão da Corregedoria Setorial da Área de Minas e Energia, que integra o Sistema de Correição da CGU, conforme previsto no inciso VII do art. 5º do Decreto nº 5.480/2005, com redação dada pelo Decreto nº 7.128/2010.

A estrutura da Corregedoria - CRG foi composta pela Corregedora e por mais três servidores, além da colaboração de outros 23 (vinte e três) servidores da Agência, designados para as diversas Comissões Disciplinares instauradas. A estrutura física da CRG é composta por um gabinete, duas salas de servidores e uma sala para oitivas. Entre as questões mais importantes, registro que a contribuição de diversos setores da Agência, a partir da participação de servidores como membros das comissões processantes, promove a disseminação quanto aos deveres e proibições estatuídos nas legislações e normativos internos aos servidores e colaboradores da Agência. Outro assunto que também vem sendo centro das atenções desta Corregedoria, diz respeito às diversas determinações às áreas, contidas nos Despachos do Diretor(a)-Geral, que visam elidir a ocorrência de novas ilicitudes.

4.2 – Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Conforme o artigo 11, da Lei nº 9478/1997, e o artigo 5º, da Lei nº 9.986/2000, bem como no Decreto nº 2.455/98, que implanta a ANP, e na Portaria ANP nº 69/2011, que aprova o Regimento Interno da ANP, a Diretoria Colegiada da ANP deverá ser constituída por um Diretor-Geral e quatro Diretores, que cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução.

Em 2016, a ANP teve seu quadro de Diretores incompleto até dezembro, quando os diretores Felipe Kury e Décio Fabricio Oddone da Costa iniciaram seus mandatos, completando o quadro.

Atualmente, todas as Diretorias da ANP estão preenchidas, sendo composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores, conforme a seguir:

- Diretor Décio Fabricio Oddone da Costa (Diretoria Geral): nomeação para o cargo em 26/12/2016, com término do mandato previsto para 26/12/2020.
- Diretor Aurelio Cesar Nogueira Amaral (Diretoria I): nomeação em 30/03/2016, com término do mandato previsto para 30/03/2020.
- Diretor José Gutman (Diretoria II): nomeação em 28/05/2013, com término do mandato previsto para 28/05/2017.
- Diretor Waldyr Martins Barroso (Diretoria III): nomeação em 01/10/2013, com término do mandato previsto para 01/10/2017.
- Diretor Felipe Kury (Diretoria IV): nomeação em 22/12/2016, com término do mandato previsto para 22/12/2020.

O Regimento Interno da ANP (Portaria ANP nº 69/2011) estabelece as competências da Diretoria Colegiada, dos Diretores e do Diretor-Geral.

De acordo com o artigo 6º do Regimento Interno, a Diretoria Colegiada da ANP deverá analisar, discutir e decidir, como instância administrativa final, todas as matérias pertinentes às competências da ANP, e especialmente:

- I - o planejamento estratégico da Agência e sua articulação com o Plano Plurianual do governo brasileiro;
- II - as políticas administrativas internas e de gestão de pessoas, e seu desenvolvimento;
- III - a nomeação, a exoneração, a contratação e a promoção de pessoal, nos termos da legislação em vigor;
- IV - a delegação de competência aos Diretores para deliberarem sobre assuntos relacionados com as Superintendências de Processos Organizacionais, bem como aos superintendentes e chefes de assessorias, coordenadorias, núcleos e centros para deliberarem sobre assuntos de sua respectiva esfera de competência;
- V - a indicação do substituto do Diretor-Geral, nos seus afastamentos ou impedimentos regulamentares;
- VI - a indicação do Secretário Executivo;

VII - a requisição, com ônus, de servidores ou empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, direta, indireta ou fundacional;

VIII - a autorização para a instalação de novas unidades administrativas regionais;

IX - a alteração deste Regimento Interno;

X - a publicação de pareceres jurídicos quando envolverem matéria relevante de interesse público;

XI - a alteração do Código de Ética da Agência;

XII - a aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria interna;

XIII - a instituição de comissões, comitês e grupos de trabalho para realizar estudos e formular proposições ligadas a seus objetivos, princípios fundamentais ou assuntos de interesse estratégico;

XIV - aprovar contratos, termos de cooperação, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais.

São as atribuições comuns aos Diretores da ANP, conforme o artigo 10º do Regimento Interno:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares referentes à área de competência da Agência;

II - zelar pelo cumprimento das decisões da Diretoria Colegiada e dos planos e programas da ANP;

III - praticar e expedir os atos de gestão administrativa correspondentes a suas respectivas atribuições;

IV - zelar pela credibilidade interna e externa da ANP e pela legitimidade das suas ações;

V - contribuir com os subsídios para ajustes e modificações da legislação do setor que forem necessários à modernização das atividades de caráter institucional da ANP;

VI - supervisionar, coordenar e acompanhar o desempenho das atividades das unidades integrantes da estrutura organizacional, no âmbito de sua Diretoria;

VII - proferir decisão de competência da Diretoria Colegiada, ad referendum desse colegiado, quando se configurar situação de relevância e urgência, devendo a decisão ser submetida à reunião ordinária subsequente da Diretoria Colegiada.

Por fim, no artigo 11, estão listadas as competências exclusivas do Diretor-Geral, que são as seguintes:

- I - presidir as reuniões da Diretoria Colegiada;
- II - falar em nome da Agência e representá-la, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- III - expedir os atos administrativos de competência da Agência;
- IV - firmar, em nome da ANP, contratos, convênios, termos de cooperação, acordos, ajustes e outros instrumentos legais aprovados pela Diretoria Colegiada;
- V - praticar atos para a gestão de recursos orçamentários e financeiros e de administração;
- VI - designar ordenadores de despesas, comissões de licitação, e comissões de sindicância e de inquérito administrativo;
- VII - praticar atos de gestão de pessoas;
- VIII - aprovar editais e homologar resultados de concursos públicos; nomear, exonerar de ofício, contratar e praticar outros atos correlatos, previamente aprovados pela Diretoria Colegiada;
- IX - delegar atos de gestão administrativa e de gestão de pessoas, quando necessário;
- X - supervisionar o funcionamento geral da ANP, podendo se responsabilizar, ouvido o diretor da área, pela condução direta de temas ligados aos objetivos, princípios fundamentais ou assuntos gerais de interesse estratégico da Agência, propondo a realização de seminários, estudos técnicos e a formulação de proposições para deliberação da Diretoria Colegiada, quando couber.

Com relação à indicação dos membros da Diretoria Colegiada, a Lei nº 9.478/97 e o Decreto nº 2.455/98 definem o seguinte:

- Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal; e
- Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução.

Com relação ao perfil dos diretores, a previsão legal é a constante no Art. 5º da Lei nº 9.986/2000, segundo o qual o Diretor-Geral (CD-I) e os demais membros da Diretoria (CD-II) devem ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de

especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Quadro 27 – Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação
1. Diretoria Colegiada			
2. Diretoria-Geral (DG)	Magda Maria de Regina Chambriard	Diretor Geral (CD I)	09/03/2012 até 06/11/2016
	Décio Fabricio Oddone		26/12/2016 até a presente data – término de mandato em 27/12/2020
3. Diretoria I (DIR-I)	Aurélio Cesar Amaral	Diretor Técnico (CD II)	30/03/2016 até a presente data – término de mandato em 31/03/2020
4. Diretoria II (DIR-II)	José Gutman	Diretor Técnico (CD II)	03/06/2013 até a presente data – término de mandato em 04/06/2017
5. Diretoria III (DIR-III)	Waldyr Martins Barroso	Diretor Técnico (CD II)	28/05/2013 até a presente data – término de mandato em 28/05/2017

6. Diretoria IV (DIR-IV)	Felipe Kury	Diretor Técnico (CD II)	22/12/2016 até a presente data – término de mandato em 23/12/2020
7. Secretaria Executiva (SEC)	Luciana Gonçalves de Mattos Vieira	Secretário Executivo (CGE I)	28/03/2012 até 23/03/2016
	Leonardo Caldas		24/03/2016 até 02/02/2017
8. Procuradoria-Geral (PRG)	Tiago do Monte	Procurador Geral (CGE I)	01/03/2010 até 16/12/2016
9. Gabinete do Diretor-Geral (GAB)	Silvio Jablonski	Chefe de Gabinete (CGE I)	27/03/2012 até 02/03/2017
10. Auditoria (AUD)	Antonio Carlos Neves de Mattos	Auditor (CGE II)	31/8/2004 até a presente data
11. Corregedoria (CRG)	Cláudia Telles Stern	Corregedor (CGE II)	16/12/2010 até a presente data
12. Superintendência de Definição de Blocos (SDB)	Eliane Petersohn	Superintendente (CGE I)	14/10/2010 até a presente data
13. Superintendência de Dados Técnicos (SDT)	Paulo Alexandre Souza	Superintendente (CGE I)	02/06/2014 até 27/11/2016
	Gustavo Tinoco		28/11/2016 até 02/02/2017

14. Superintendência de Promoção de Licitações (SPL)	Marcelo Paiva de Castilho Carneiro	Superintendente (CGE I)	19/8/2015 até a presente data
15. Superintendência de Exploração (SEP)	Rafael Bastos da Silva	Superintendente (CGE I)	09/7/2015 até a presente data
16. Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP)	André Luiz Barbosa	Superintendente (CGE I)	02/07/2012 até 27/11/2016
	Tabita Yaling		28/11/2016 até 31/12/2016
17. Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM)	Marcelo Mafra Borges de Macedo	Superintendente (CGE I)	05/11/2013 até a presente data
18. Superintendência de Participações Governamentais (SPG)	Carlos Alberto Xavier Sanches	Superintendente (CGE I)	07/6/2013 até a presente data
19. Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis (SRP)	Alexandre Camacho	Superintendente (CGE I)	24/10/2013 até 14/02/2017
20. Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM)	José Cesário Cecchi	Superintendente (CGE I)	31/8/2004 até a presente data

21. Superintendência de Abastecimento (SAB)	Aurélio Cesar Amaral	Superintendente (CGE I)	03/12/2012 até 29/03/2016
	Francisco Nelson		07/04/2016 até 12/02/2017
22. Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI)	Carlos Orlando Enrique	Superintendente (CGE I)	22/04/2010 até 12/02/2017
23. Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos (SBQ)	Rosangela Moreira	Superintendente (CGE I)	27/02/2008 até 12/02/2016
24. Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (SPD)	Tathiany Rodrigues Moreira de Carvalho	Superintendente (CGE I)	01/4/2015 até a presente data
25. Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais (SCI)	Claudia de Vasconcelos Andrade Biffi	Superintendente (CGE I)	06/8/2014 até a presente data
26. Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições (SGA)	Cezar Caram Issa	Superintendente (CGE I)	05/05/2003 até 13/07/2016
	Roberto Rebello		28/09/2016 até 02/02/2017
27. Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária (SFO)	Alexandre Furtado de Azevedo	Superintendente (CGE I)	03/11/2016 até a presente data

28. Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP)	Jefferson Paranhos	Superintendente (CGE I)	01/03/2012 até 02/02/2017
29. Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	Sérgio Fontoura	Superintendente (CGE I)	22/08/2014 até 27/11/2016
	Paulo Alexandre Souza		28/11/2016 até 12/02/2017
30. Assessoria de Inteligência (AIN)	Alex Sandro de Mattos	Chefe de Assessoria (CGE-II)	11/6/2012 até a presente data
31. Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica (SDR)	Bruno Conde Caselli	Superintendente (CGE I)	07/12/2016 até a presente data
32. Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL)	Marco Túlio Rodrigues	Chefe de Coordenadoria (CGE III)	06/11/2013 até 29/02/2016
	Daniela Godoy Martins Correa		09/03/2016 até a presente data
33. Coordenadoria Parlamentar (COP)	Paulo de Tarso Tavares Silva	Chefe de Coordenadoria (CGE III)	10/7/2007 até a presente data
34. Coordenadoria de Documentação e Informação (CDI)	Daniella Christina Xavier de Oliveira	Chefe de Coordenadoria (CGE III)	09/11/2015 até a presente data
35. Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural (NFP)	Luiz Henrique de Oliveira Bispo	Chefe de Núcleo (CGE III)	11/6/2012 até a presente data

36. Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT)	Fábio da Silva Vinhado	Coordenador de Atividades (CGE IV)	25/3/2015 até a presente data
37. Centro de Relações com o Consumidor (CRC)	Maria Cristina Falcao de Almeida e Silva	Coordenador de Atividades (CGE IV)	14/12/2011 até a presente data
38. Escritório-Sede (DF)	Manoel Polycarpo de Castro Neto	Chefe do Escritório-Sede (CGE II)	03/12/2012 até 30/05/2016
	Marco Antônio Martins Almeida		23/06/2016 até a presente data
39. Escritório Central (RJ)			
40. Núcleos Regionais de Fiscalização do Abastecimento			
NRJ	Paulo Henrique Iunes Pereira	Coordenador Geral (CGE IV)	03/11/2016 até a presente data
NSP	Francisco Nelson Castro Neves	Coordenador Geral (CGE III)	02/11/2013 até 06/04/2016
	Noel Moreira Santos		18/04/2016 até a presente data
NDF	Hugo Manoel Marcato Affonso	Coordenador Geral (CGE IV)	03/11/2016 até a presente data
NSA	Siderval Vale Miranda	Coordenador Geral (CGE III)	04/09/2015 até a presente data

NMA	Noel Moreira Santos	Coordenador Geral (CGE III)	08/02/2011 até 17/04/2016
	Luciano José Fernandes		05/05/2016 até a presente data
NBH	Roberto Jonas Saldys	Coordenador Geral (CGE III)	23/02/2015 até a presente data
NPA	Carlos Orlando Enrique	Coordenador Geral (CGEIII)	07/04/2016 até 26/07/2016
	Mauro Motta Laporte	Coordenador Geral (CGE IV)	22/08/2016 até a presente data

Fonte: SGP/ANP

Posição: 03/03/2017 **Nota:** Com relação às competências das áreas/subunidades estratégicas, elas estão definidas na Portaria nº 69, de 6 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno da ANP.

4.3 – Atuação da unidade de Auditoria Interna

- a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

A Auditoria Interna – AUD está localizada no Escritório Central da ANP, localizado na cidade do Rio de Janeiro, não havendo extensão nos Escritórios Sede ou Regionais. Toda Unidade Organizacional – UORG da Agência é passível de ser auditada.

A Auditoria Interna planeja sua atuação, por meio do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, que é submetido à análise prévia da CGU e, posteriormente, é aprovado pela Diretoria Colegiada da Agência nos termos da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da CGU.

O planejamento é apoiado em uma matriz de risco, considerando os critérios de materialidade, criticidade e risco, além do histórico dos trabalhos de auditoria realizados em exercícios anteriores. Esse planejamento não é estático, podendo ser alterado, por solicitação da Diretoria Colegiada, dos Diretores, da CGU e do TCU, ou por outras necessidades, devidamente avaliadas pelo Auditor e sempre motivadas.

- b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

No exercício de 2016, a Auditoria Interna realizou 17 (dezessete) auditorias e expediu o mesmo número de relatórios contendo os resultados dos trabalhos (vide Tabela 1), os quais foram devidamente encaminhados às Unidades Organizacionais auditadas para conhecimento e manifestação. O conjunto dos relatórios exarou 81 (oitenta e uma) recomendações, sendo que desse total, 33 (trinta e três) foram atendidas no exercício e 48 (quarenta e oito) estão em atendimento. Quanto às áreas auditadas, 13 (treze) auditorias foram realizadas nas áreas de atividade meio, consideradas não finalísticas, e 04 (quatro) foram realizadas nas áreas finalísticas.

O detalhamento das atividades da Auditoria pode ser visto no link <http://www.anp.gov.br/wwwanp/auditoria> que trata do RAIN/2016 e que contém informações sobre todos os trabalhos realizados, as considerações dos mais relevantes, as principais constatações e as respectivas recomendações.

Quadro 28 - Ações de auditoria previstas no PAINT 2016 e ações executadas.

Número da ação	Resumo da ação	Relatório
1	Avaliar os controles e procedimentos administrativos internos adotados pela Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – SPD na fiscalização das obrigações legais e contratuais dos recursos utilizados em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.	Relatório de Auditoria nº 11/2016/AUD
2	Comprovar a conformidade e regularidade dos registros no SICONV quanto à legislação aplicável a avaliação dos procedimentos de controle realizados pela SPD.	Relatório de Auditoria nº 017/2016/AUD
3	Ação original: avaliar os controles adotados pela Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP no acompanhamento e fiscalização dos contratos sob sua gestão.	

Ação realizada: avaliar os controles e procedimentos administrativos adotados e aplicados pela SGP no acompanhamento e controle dos afastamentos de saúde dos servidores comissionados sem vínculo com a Administração Pública.

Relatório de Auditoria nº 012/2016/AUD

4	Avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios dos processos de dispensa e inexigibilidade realizados no exercício de 2015 na ANP.	Relatório de Auditoria nº 002/2016/AUD
5	Avaliar a conformidade quanto à legislação aplicável aos elementos relacionados às concessões de diárias e passagens por meio do Sistema de Concessão de diárias e passagens – SCDP.	Relatório de Auditoria nº 010/2016/AUD
6	Avaliar os controles utilizados na gestão patrimonial da ANP pelo setor de contabilidade da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.	Relatório de Auditoria nº 004/2016/AUD
7	Avaliar os controles e procedimentos administrativos adotados e aplicados pela ANP na gestão do suprimento de fundos, cuja movimentação é realizada por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.	Relatório de Auditoria nº 013/2016/AUD

8	Avaliar a implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI na ANP.	Relatório de Auditoria nº 009/2016/AUD
9	Ação original: follow up do Relatório nº 5/2014, feito em conjunto com a Transpetro e trata da avaliação dos controles internos do CEVI. Ação realizada: avaliar o cumprimento do Acórdão nº 2.859/2013-TCU/Plenário que trata da desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo artigo 7º da Lei nº 12.546/2011.	Relatório de Auditoria nº 006/2016/AUD
10	Avaliar os atos de gestão praticados pelo Escritório Sede da ANP – EDF no intuito de implementar as recomendações expedidas nos relatórios de auditoria nos. 014/2014/AUD, 015/2014/AUD e 016/2014/AUD.	Relatório de Auditoria nº 008/2016/AUD
11	Avaliar os controles internos com vistas a conferir maior confiabilidade aos registros dos bens sob responsabilidade do almoxarifado (Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA), além de efetuar um follow up das	Relatório de Auditoria nº 001/2016/AUD

recomendações feitas pela Auditoria por meio dos Relatórios nº 019/2010 e nº 020/2011.

12	Avaliar os indicadores de desempenho da instituição quanto a eficiência, eficácia e efetividade no apoio à tomada de decisão pelos gestores, além de verificar os níveis de representatividade, independência, acessibilidade, estabilidade e economicidade.	Relatório de Auditoria nº 014/2016/AUD
13	Avaliar a gestão das contratações de Tecnologia da Informação da Superintendência de Tecnologia da Informação – STI, com foco nos procedimentos de revisão, reajuste e repactuação, à luz das normas de direito que disciplinam os contratos administrativos.	Relatório de Auditoria nº 003/2016/AUD
14	Ação original: avaliar os procedimentos de controle utilizados no acompanhamento e fiscalização dos contratos relacionados ao Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC. Ação realizada: avaliar a gestão das contratações de Tecnologia da Informação da SDT, com foco nos procedimentos de revisão, reajuste e repactuação, à luz das normas de direito que disciplinam os contratos administrativos.	Relatório de Auditoria nº 007/2016/AUD
15	Ação original: follow up do relatório nº 03/2015/AUD sobre parcelamento de débitos e multas.	Relatório de Auditoria nº 005/2016/AUD

Ação realizada: avaliar a aderência da governança e da gestão de Tecnologia da Informação – TI às boas práticas recomendadas pela SLTI/MPOG e pelo TCU.

16	Avaliar o acompanhamento das ações orçamentárias, verificando se a execução física e financeira dos programas/ações da ANP está de acordo com o respectivo planejamento e em conformidade com o inciso I do art. 7º da Instrução Normativa SFCI nº 01/2007.	Relatório de Auditoria nº 015/2016/AUD
17	Ação original: avaliar os procedimentos adotados pela Superintendência de Abastecimento – SAB nas autorizações da instalação de armazenamento e a distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis. Ação realizada: avaliar os controles e procedimentos administrativos internos adotados pela Superintendência de Definição de Blocos – SDB na fiscalização das obrigações legais e contratuais do Observatório Nacional no projeto de pesquisa nº 20.809.	Relatório de Auditoria nº 016/2016/AUD

- c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.

O Plano Anual de Auditoria – PAINT/2016 foi executado de maneira satisfatória, com a realização de 17 (dezessete) trabalhos que geraram igual número de relatórios. Por motivos supervenientes, houve alterações no plano anual, sendo 05 (cinco) ações planejadas substituídas por 05 (cinco) auditorias não previstas, a saber: 03 (três) na Superintendência de Tecnologia da Informação – STI, 01 (uma) na Superintendência de Definições

de Blocos – SDB e 01 (uma) na Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP. As justificativas para cada substituição encontram-se nos itens 5 e 6 do RAIN/2016.

Em resumo, dentre as providências das unidades auditadas decorrentes da atuação da AUD ao longo do exercício de 2016, destacam-se: 1) elaboração de novos procedimentos técnicos objetivando mitigar riscos associados a atividades desenvolvidas seja pela área auditada, seja pelo conjunto das Unidades Organizacionais visando nivelamento institucional; 2) atualização de Instrução Normativa referente à celebração e acompanhamento das transferências voluntárias; 3) assunção da necessidade de se investir em soluções de tecnologia da informação para o aprimoramento e automatização dos processos da ANP; 4) compromisso para conferir maior transparência aos atos de gestão da Agência, principalmente em função da Lei de Acesso a Informação; 5) realização de eventos (curso/palestra) para capacitação/instrução de servidores sobre procedimentos internos em face da legislação pertinente; 6) criação da coordenação de apoio à contratação a fim de auxiliar as áreas demandantes na análise da aderência legal dos termos contratuais, dos termos aditivos, dos apostilamentos, entre outros; e 7) arguição à empresa contratada para possível recuperação de recursos públicos.

d) comunicação à alta gerência das recomendações feitas pela auditoria interna

Os relatórios de auditoria são encaminhados ao titular da unidade organizacional auditada, bem como uma cópia aos membros da Diretoria Colegiada. Após o recebimento do relatório, a unidade organizacional auditada deve elaborar, o plano de ação indicando as providências a serem adotadas pelos gestores para implementação de cada recomendação expedida pela AUD e o respectivo prazo para efetivação.

Diante da inobservância dos prazos, bem como da omissão do gestor no atendimento às solicitações de auditoria, a AUD dará ciência ao respectivo superior hierárquico do titular da unidade organizacional auditada para adoção das providências cabíveis.

e) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Ao longo do ano de 2016, não houve modificação quantitativa no quadro funcional da AUD, porém houve a troca de servidores no início do segundo semestre, demandando tempo para orientação, treinamento e capacitação na área de auditoria. Em geral, as ações de capacitação realizadas em 2016 foram motivadas pela necessidade de capacitação contínua dos servidores da AUD, pelos temas dos trabalhos assumidos pela auditoria e pelo alinhamento à dinâmica interna da ANP.

Foi elaborada a Instrução Normativa nº 11/2016, da ANP, que dispõe sobre a atuação da Auditoria e tem como objetivo divulgar a atuação, atribuições e responsabilidades da AUD em virtude de sua missão institucional e instituir procedimentos a fim de disciplinar as ações das

Unidades Organizacionais em face dos trabalhos de auditoria interna e das recomendações/determinações oriundas do órgão de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União.

A referida IN comunica claramente as competências da AUD e os procedimentos praticados, gerando benefício tanto para o auditado, quanto para a auditoria interna e toda organização, proporcionando maior visibilidade e transparência e fortalecendo a atuação da AUD na ANP.

4.4 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos:

Quanto à “Política de Uso do Sistema CGU-PAD”, implantada por força da Portaria ANP nº 212, de 30/07/2008, para o acompanhamento dos procedimentos disciplinares instaurados no âmbito desta Agência, informo que esta Corregedoria mantém o sistema atualizado, consoante o disposto na Portaria CGU/PR nº 1.043/2007, de 24/07/2007. No referido exercício foram julgados 33 (trinta e três) processos, sendo cinco Processos Administrativo Disciplinares - PADs, dez Sindicâncias e 18 (dezoito) Investigações Preliminares, conforme quadro abaixo. Em 2016 foram aplicadas as seguintes penalidades: três advertências, duas suspensões (de 05 e 10 dias) e três demissões. E, quando da conclusão dos procedimentos disciplinares, foram expedidas 14 (quatorze) recomendações às áreas, com o fito de regularizar as impropriedades verificadas ou mesmo mitigar novas ocorrências.

Tabela 21: Quantitativo de Procedimentos

Tipo de Procedimento	2016	
	Instaurados	Julgados
PAD	3	5
Sindicância	7	10
Investigação Preliminar*	20	18
TOTAL	30	33

Fonte: CRG/ANP

* Investigação Preliminar: procedimento para realização de juízo de admissibilidade

Apresento, a seguir, quadro-resumo com os principais procedimentos disciplinares que apuraram dano ao Erário, fraudes ou corrupção e as providências adotadas:

Quadro 29 – Procedimentos e Providências

Tipo de Procedimento / N° do Processo	OBJETO	PROVIDÊNCIA
PAD 48610.002128/2015-41	Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; etc.	Demissão do servidor Envio dos autos ao MPF e SRF
PAD 48610.013258/2015-17	Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.	Demissão do servidor Envio dos autos ao MPF e SRF
Sindicância 48610.004096/2016-07	Apuração de responsabilidades pelas supostas irregularidades na concessão de licenças para tratamento de saúde a servidor comissionado,	Instauração de PAD

	que podem, caso confirmado, ter causado um prejuízo ao Erário.	
Investigação Preliminar 48610.000574/2016-00	Apuração quanto ao destino de notebook e impressora portátil, no valor total de R\$4.738,11, que estavam sob a guarda de servidor, que não foram devolvidos por ocasião da sua licença médica e posterior aposentadoria.	Equipamentos devolvidos pelo servidor aposentado
Sindicância 48610.002976/2016-31	Apuração quanto à eventual conduta culposa de servidor que deu causa ao furto de notebook e impressora portátil, no valor total de R\$3.188,70, ao serem deixados desacompanhados dentro de veículo da fiscalização, estacionado num logradouro público.	Ressarcimento ao Erário pelo servidor

Fonte: CRG/ANP

Em linhas gerais, estas foram as principais ações promovidas pela Corregedoria, no exercício de 2016, no que tange suas atribuições regimentais, atendendo às orientações e normas emanadas pela Direção da Agência, em harmonia com as estabelecidas pela CGU.

4.5– Gestão de riscos e controles internos

Atualmente, a ANP conta com procedimentos de controle, tanto para mitigar “riscos regulatórios”, quanto para a garantia da economicidade de suas aquisições, de modo a evitar prejuízos e buscar a eficácia e a eficiência de suas operações.

Em relação aos aspectos regulatórios, todas as minutas de resolução passam por consulta e audiência públicas, para a compilação de sugestões do mercado, além de se buscar previamente, sempre que cabível, a realização de análise de impacto regulatório.

As aquisições seguem procedimentos definidos na Instrução Normativa 004/1999 – Série Financeira Administrativa, a qual estabelece os níveis de competência para a condução de processos licitatórios de aquisição de bens e contratação de obras e serviços. Todo o processo é acompanhado, passo a passo, pela Chefia de Gabinete da Diretoria-Geral.

Toda aquisição ou contratação de serviços deve ser justificada pela área demandante, por Nota Técnica, para posterior aprovação pelo Diretor ao qual a área está vinculada ou Diretor-geral (de acordo com o valor), acompanhada de pesquisa de mercado; o Edital e minuta de contrato passam pela análise e aprovação da Procuradoria Federal na ANP, seguindo-se a realização de pregão eletrônico, adjudicação e homologação pelo Diretor-Geral. Finalmente, após assinatura da empresa, o contrato é assinado pelo Diretor-Geral.

A gestão dos contratos é feita pela área demandante, a qual se responsabiliza pela aprovação das notas fiscais e remessa à Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária – SFO para pagamento.

Cabe, ainda, à Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições – SGA compilar e publicar mensalmente as estatísticas de gastos para variáveis de interesse, tais como, gastos com diárias e passagens, impressão, resmas de papel, energia elétrica, telefonia fixa e celular e condomínio, para conhecimento dos gestores e Diretores. Com isso se pretende passar à Agência uma noção clara de custos e, por consequência, da responsabilidade de todos em relação ao uso de recursos públicos.

Visando ao aperfeiçoamento desses processos, a Portaria ANP nº 469, de 22.12.2016, alterou o Regimento Interno da ANP, incluindo em sua estrutura organizacional uma Assessoria de Gestão de Riscos (AGR), vinculada diretamente à Diretoria-Geral.

Cabe à AGR, “propor mecanismos de identificação, análise, desenvolvimento de respostas e monitoramento dos riscos em projetos ou atividades da ANP, incluindo riscos operacionais, riscos de imagem, riscos de reputação e riscos legais; identificar os fatores e eventos que possam influenciar o cumprimento dos objetivos institucionais e as estratégias, analisando as categorias de riscos e suas respectivas inter-relações com os processos de trabalho; propor técnicas para a quantificação dos riscos, baseadas nos critérios de probabilidade de ocorrência e impacto e classificar e hierarquizar os riscos; propor plano de contingência dos riscos e as devidas respostas, considerando as possibilidades de aceitar, evitar, compartilhar ou reduzir os riscos; adotar sistema de comunicação e de informação sobre o gerenciamento dos riscos, relacionando os informes e canais de divulgação; e desenvolver sistemática para monitoramento do comportamento e a evolução dos riscos”.

A criação da Assessoria foi entendida como formato adequado para a implementação, na Agência, da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10.05.2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Caberá à AGR sistematizar a política de gestão de risco da Agência, no prazo exigido pela Instrução Normativa.

4.6 – Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Tabela 22 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2016
Número de membros:	3	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	542.024,26	1.029.551,46
a) salário ou pró-labore	542.024,26	1.029.551,46
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	542.024,26	1.029.551,46
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	27.805,63
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: SGP/ANP

5 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 – Canais de acesso do cidadão

A unidade responsável pela gestão das manifestações recebidas pela ANP é o Centro de Relações com o Consumidor – CRC e os canais de acesso da sociedade para encaminhamento de solicitações, denúncias, reclamações, sugestões e demais demandas, são:

- Telefônico: por meio de Discagem Direta Gratuita pelo número 0800 970 0267;
- Formulário Fale Conosco: disponível no sítio da Agência na internet em <http://www.anp.gov.br/wwwanp/fale-conosco>;
- Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): que pode ser acessado através do sistema e-SIC, disponível na internet em www.acessoinformacao.gov.br/sistema, ou de forma presencial no escritório da Agência, ou ainda, pelo telefone 0800 970 0267.

Abaixo, segue a tabela com o volume mensal de manifestações registradas no CRC da Agência nos anos de 2016 e 2015:

Tabela 23 – Volume Mensal de Manifestações

2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agradecimento	01	00	02	03	01	00	00	01	00	02	01	03
Elogios	02	00	00	01	04	00	00	00	02	02	03	06
Pedidos de Informação	5.002	4.523	5.894	5.173	5.951	6.002	5.353	5.368	5.220	5.279	5.753	5.489
Reclamação / Denúncia	1.952	1.921	2.436	2.136	2.128	2.250	2.253	2.109	2.294	2.543	2.345	2.194
Sugestões	04	02	01	05	02	10	07	13	03	08	04	11
2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agradecimento	01	01	04	00	00	00	01	02	00	01	00	00
Elogios	01	00	01	01	00	05	02	02	00	02	00	01
Pedidos de Informação	4.547	4.331	4.989	4.293	4.536	4.862	5.680	5.406	5.735	5.476	5.450	4.484
Reclamação / Denúncia	1.798	1.615	1.717	1.432	1.372	1.555	1.591	1.576	1.666	1.929	1.984	1.982
Sugestões	05	11	04	01	02	02	06	05	05	10	08	00

Fonte: SCI/ANP

Dos pedidos de informações recebidos pelo CRC, cerca de 92% são finalizados no próprio atendimento, havendo, portanto, a necessidade de encaminhar 8% das solicitações às áreas técnicas da Agência.

Em comparação com o período de 2013/2014, houve um incremento de 14,20% das manifestações recebidas, esse aumento se deveu principalmente ao crescimento dos pedidos de informação (11,61%), após a implementação do sistema que permite aos postos revendedores de combustíveis líquidos enviarem online documentos e informações à ANP, bem como acompanhar o andamento de seus processos na Agência.

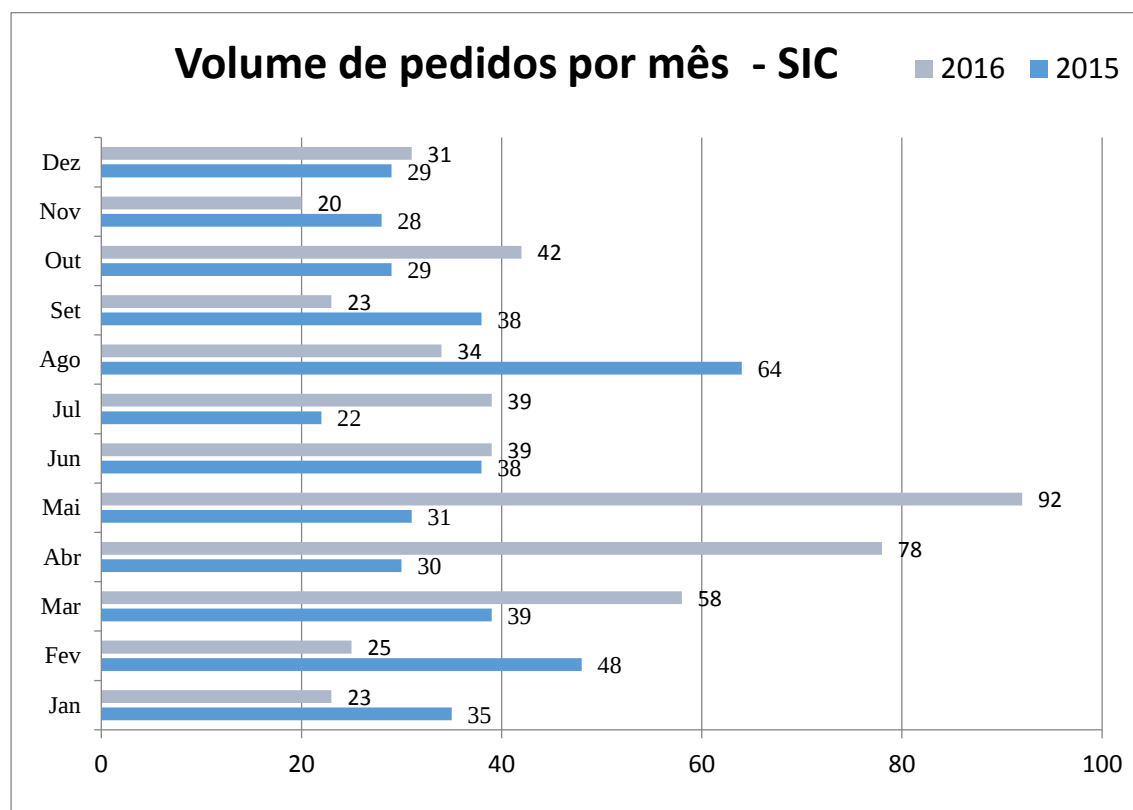
Quanto às solicitações de acesso a informações recebidas pelo SIC, os dados abaixo totalizam os pedidos recebidos pela ANP nos anos de 2016 e 2015:

Tabela 24 – Pedidos de Acesso à Informação

Pedidos de acesso à informação SIC	2015	2016
Quantidade de Pedidos:	431	504
Média mensal de pedidos:	35,92	42,00

Fonte: SCI/ANP

Gráfico 9 – Volume de pedidos por mês



Fonte: SCI/ANP

5.2 – Carta de serviços ao cidadão

Em cumprimento ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, que institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” no âmbito do Poder Executivo Federal, a Carta de Serviços ao Cidadão da ANP foi instituída em abril de 2013 e disponibilizada no sítio de internet desta Agência.

Em consonância com as iniciativas do Governo Federal, para o aumento da transparência pública e para a melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos e no atendimento ao cidadão/ente regulado por parte do Estado, a Carta de Serviços da ANP tem por objetivo informar ao setor

regulado, aos consumidores e à sociedade quais os serviços prestados pela agência, seus requisitos de solicitação, bem como a melhor forma de acessá-los e os prazos de atendimento, possibilitando maior visibilidade dos serviços públicos prestados pela ANP e estimulando o controle social sobre a atuação da Agência e os padrões de atendimento que devem ser seguidos por ela.

A Carta de Serviços da ANP, disponível em <http://www.anp.gov.br/wwwanp/carta-de-servicos>, mantém-se em sua primeira versão, que conta com 130 serviços, correspondentes a 16 atividades finalísticas da Agência, que sofreram apenas revisões pontuais desde o lançamento do instrumento.

Para os próximos ciclos, a ANP pretende incluir em seu planejamento o processo de revisão da sua Carta de Serviços ao Cidadão.

5.3 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Centro de Relações com o Consumidor realiza após cada contato, pesquisa de satisfação dos cidadãos-usuários com o atendimento realizado. Os públicos que entram em contato com a Agência por meio do CRC são:

Tabela 25 – CRC percentual

Agente econômico	59,3%
Consumidor	28,5%
Não identificado/não informado	6,1%
Outros	2,7%
Estudante/Pesquisador	1,4%
Administração Pública	0,9%
Disque denúncia	0,6%
Entidade de Classe	0,1%
Polícia	0,1%
Poder Judiciário/Ministério Público	0,1%
Imprensa	0,1%
Entidade de defesa – Procon/Decon	0,1%

Fonte: SCI/ANP

Os resultados dessa pesquisa para os anos de 2016 e 2015 foram:

Tabela 26 – Resultados da Pesquisa de Atendimento - CRC

Qualidade do Atendimento:	2015	2016
Muito bom	74,24%	74,02%
Bom	19,91%	19,39%
Regular	3,67%	3,7%
Ruim	2,18%	2,89%
Atendimento à solicitação:		
Atendida	86,7%	86,2%
Não atendida	13,3%	13,8%

Fonte: SCI/ANP

No primeiro semestre de 2016 foi realizada pesquisa de satisfação mais aprofundada com os públicos que entram em contato com o CRC, com o objetivo de analisar a satisfação dos manifestantes com relação ao serviço prestado pela ANP, avaliar a qualidade das informações fornecidas e o tempo despendido para o atendimento. O resultado tanto para as respostas fornecidas quanto para o tempo despendido para 71% dos 363 entrevistados foi satisfatório. Os conceitos atribuídos a cada quesito do questionário foram satisfatório, parcialmente satisfatório, razoável e insatisfatório.

5.4 – Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Os caminhos de acesso às informações sobre transparência, auditoria, relatório de gestão e acórdãos do TCU concernentes são:

- Informações de Transparência: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>
- Auditorias: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/auditoria>
- Relatórios de Gestão: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/auditoria>
- Processos de Contas Anuais: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/auditoria> (incluídos acórdãos do TCU)

5.5 – Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O portal da ANP segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto nº 5.296/2004.

Na parte superior do portal existe uma barra de acessibilidade onde se encontram atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.

Os atalhos padrões do governo federal são:

- Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.
- Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
- Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.
- Teclando-se Alt + 4 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao rodapé do site.

Esses atalhos valem para o navegador Chrome, mas existem algumas variações para outros navegadores.

Quem prefere utilizar o Internet Explorer é preciso apertar o botão Enter do seu teclado após uma das combinações acima. Portanto, para chegar ao campo de busca de interna é preciso pressionar Alt+3 e depois Enter.

No caso do Firefox, em vez de Alt + número, deve-se teclar simultaneamente Alt + Shift + número.

Sendo Firefox no Mac OS, em vez de Alt + Shift + número, deve-se teclar simultaneamente Ctrl + Alt + número.

No Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de ACCESSKEY da página.

É importante ressaltar que esses recursos de Acessibilidade não estavam disponíveis no antigo sítio da ANP. O novo portal garante o acesso fácil a seus serviços por cidadãos portadores de alguma deficiência, especialmente em atendimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Na página “Acessibilidade” do portal da ANP estão listados leis e decretos sobre acessibilidade e outros links úteis sobre o tema. Link da página “Acessibilidade” do portal da ANP: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/acessibilidade>

As atuais instalações do Escritório Central da ANP, localizadas à Avenida Rio Branco, n.º 65 - Centro - Rio de Janeiro- RJ, contemplam 11 (onze) andares para a alocação dos dirigentes, servidores e colaboradores que executam suas atividades laborais para o cumprimento da missão da Agência.

Tais instalações possuem várias adaptações que contribuem para melhor garantir o acesso fácil aos portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, em atendimento à Lei n.º 10.098/2000 e seu regulamento, previsto no Decreto n.º 5.296/2004.

Como exemplo da acessibilidade ofertada pelas instalações podem ser enumeradas: os andares são dotados com sanitários acessíveis; rampa de acesso na entrada lateral do prédio; catracas com abertura lateral ampla nas 02 (duas) entradas (principal e lateral) do prédio; os corredores possuem largura que facilita a circulação dos usuários; os elevadores possuem portas largas e os respectivos halls são amplos.

Não é menos importante a existência de adaptação para que uma das servidoras possa utilizar-se de cão-guia nas instalações do 14º andar, sendo disponibilizado espaço físico com cercado para que o animal possa acompanhar diariamente a sua condutora durante o expediente.

6 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 – Desempenho financeiro do exercício

O desempenho do exercício em relação a ingressos e dispêndios financeiros está diretamente ligado às restrições e limitações da legislação e ao nosso Órgão Superior (Ministério de Minas e Energia - MME).

Durante o exercício, conforme tabela abaixo, houve arrecadação de receitas pela ANP no valor de R\$ 673.837.315,81, sendo R\$ 357.106.050,81 de receitas diretamente arrecadadas e R\$ 316.731.265,00 de receitas com ingresso no Tesouro Nacional.

Os dispêndios ocorreram conforme a disponibilização e limitação dos recursos por parte do Órgão Superior. Durante o exercício, devido a limitações e contingenciamentos, houve grande dificuldade desta Unidade na execução das despesas no primeiro semestre. A tabela abaixo demonstra os dispêndios realizados.

Cabe destacar que, conforme demonstrado na planilha acima, a execução da despesa discricionária sofreu variações durante o exercício. No primeiro semestre, o valor ampliado de janeiro deve-se principalmente a recursos do Tesouro para pagamento de restos a pagar de 2014. No mês de agosto houve uma liberação devido a uma antecipação de recursos conseguido pelo MME o que fez aumentar o gasto mensal da ANP. Já nos meses de novembro e dezembro o aumento se deve a uma ampliação do limite de pagamento em virtude remanejamento de limite de pagamento.

6.2 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

- **DISPONIBILIDADES**

Conta Única 111110200 - Conciliado pela UG 170500 conforme macrofunção SIAFI 020318

- CRÉDITOS – Conciliado através de documentação suporte fornecida pelos setores responsáveis (Convênios/Suprimento de Fundos/SGP)
 - ESTOQUES – Conciliado mensalmente e no fechamento do ano através do documento RMA em conjunto com o SIAFI, através do sistema de controle de estoques próprio (entrada com notas fiscais de aquisição) e inventário físico anual
 - INVESTIMENTOS – Não há saldo nesse grupo.
 - IMOBILIZADO - Conciliado mensalmente e no fechamento do ano através do documento RMB em conjunto com o SIAFI para os bens permanentes móveis, através do sistema de controle de estoques próprio (entrada com notas fiscais de aquisição) e inventário físico anual. Para os bens imóveis a conciliação é feita automaticamente a partir das entradas no SpiuNet e pelo controle do setor de Patrimônio.
 - INTANGÍVEL – Conciliado com a documentação suporte (Notas Fiscais). Amortização e individualização obrigatória a partir de 2016 conforme mensagem SIAFI 2015/1689365. Encontra-se em fase de ajustes finais para atender em 2017 toda a norma.
 - DIFERIDO Não há saldo nesse grupo.
-
- Impacto NBCT 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão - 0,27% da VPD
 - Impacto NBCT 16.10
 - DISPONIBILIDADES(CAIXA E EQUIV) – 41,56% do total do ativo
 - CRÉDITOS 51,08 % do total do ativo
 - ESTOQUES 0,08% do total do ativo
 - INVESTIMENTOS 0
 - IMOBILIZADO 6,51% do total do ativo
 - INTANGÍVEL 0,85% do total do ativo
 - DÍVIDAS 0,15% do total do passivo
 - DIFERIDO 0

6.3 – Sistemática de apuração de custos no âmbito da ANP

A ANP está envidando esforços para elaborar a estrutura do setor de custos. Contudo, até o presente momento, por conta de ajustes no organograma oriundos do planejamento estratégico e da gestão por competências da Agência, ainda não há atividades nesse sentido. As atividades de Custos tem previsão de início no ano de 2018.

6.4 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64

Vide balanços e demonstrações nos anexos e apêndices

7 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 – Gestão de Pessoas

7.1.1 – Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 27 - Força de Trabalho da ANP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	780	766	8	32
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	780	766	8	32
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	780	729	2	28
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	21	5	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	14	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	72	14	13
4. Total de Servidores (1+2+3)	780	838	22	45

Fonte: Siape

Tabela 28 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	187	579
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	187	579
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	160	569
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	18	3
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	8	6
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	26	46
4. Total de Servidores (1+2+3)	213	625

Fonte: Siape

Tabela 29 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ANP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		342	97	61
1.1. Cargos Natureza Especial		5	3	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		337	94	59
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		244	76	44
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		8	3	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		13	1	0
1.2.4. Sem Vínculo		72	14	13
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas		0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		342	97	61

Fonte: Siape

Análise Crítica

O principal risco observado é referente ao quantitativo de servidores da ANP, que está defasado. A Lei nº 10.781, que determina o quadro de vagas dos servidores da ANP é de 2004 e, ao longo dos anos, diversas novas atribuições envolvendo a Agência foram criadas. Consequentemente, houve aumento das demandas, mas não houve alteração no total do quadro de vagas da Agência. Assim sendo, é importante aumentar o quantitativo do quadro de pessoal por meio de projeto de lei, para que posteriormente sejam realizados novos Concursos para a ocupação de vagas. A SGP contratou uma consultoria para auxiliá-la no estudo do dimensionamento da força de trabalho, com base no Planejamento Estratégico da ANP.

7.1.2 – Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 30 – Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	122.126.616,52	7.825.499,63	11.315.546,02	5.126.137,99	3.536.058,35	2.113.520,21	112.304,61	171.547,48	0,00	152.327.230,81
	2016	126.736.506,82	8.586.301,86	11.693.806,03	5.082.761,50	4.697.537,64	2.465.367,50	85.185,80	542.670,13	147.671,37	160.037.808,65
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	1.687.788,13	3.581.246,90	109.879,28	333.581,68	31.822,33	9.808,07	3.263,94	0,00	5.757.390,33
	2016	0,00	857.343,58	76.425,93	31.838,75	44.450,03	8.509,55	0,00	0,00	0,00	1.018.567,84
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	4.860.943,34	400.791,30	201.859,15	480.717,30	107.693,31	2.156,40	0,00	0,00	6.054.160,80
	2016	0,00	5.101.574,73	432.355,33	141.422,28	679.989,78	137.543,34	32.723,70	1.844,15		6.527.453,31
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	1.359.267,09	0,00	103.873,31	50.139,67	28.830,10	38.168,33	0,00	0,00	0,00	1.580.278,50
	2016	2.647.355,56		322.509,15	76.675,79	90.340,60	54.590,09	354,00	12.867,68	6.005,04	3.210.697,91
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siape

Nota: As despesas com diárias no exercício de 2016 totalizaram R\$ 1.735.916,24 (um milhão, setecentos e trinta e cinco mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) e não puderam ser segregadas em razão da indisponibilidade de processo de automação.

7.1.3 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O quantitativo de pessoal da ANP está disposto na Lei nº 10.871/ 2004. No entanto, após a edição dessa Lei, diversas atribuições foram conferidas à Agência.

Com a realização do quarto concurso público para ocupação de vagas na Agência, restarão poucas vagas no quadro de pessoal já definido, por outro lado, a demanda de pessoal é crescente.

Assim sendo, é importante aumentar o quantitativo por meio de projeto de lei, para que posteriormente seja realizado um novo Concurso para a ocupação de vagas. Por ser um órgão novo, o número de aposentadorias, atualmente, é relativamente baixo.

Os cargos comissionados da Agência foram criados por meio da Lei nº 9.986/2000 e atualmente não são suficientes para estruturar adequadamente as diversas unidades organizacionais.

Para embasar a demanda da ANP, está sendo contratada uma Consultoria que, dentre outros assuntos, irá auxiliar no dimensionamento da força de trabalho ideal para cumprir a missão institucional.

7.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 30 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis						
UG/Gestão: 32205/323031						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares	78.533.312/0001-58	08/09/2014	07/09/2017	Nível fundamental	Vigente (prorrogado)

Fonte: Contrato nº 9.048/14-ANP-007.454

Contratação de Estagiários

A política de contratação de estagiários segue o estabelecido na Portaria ANP nº 289, de 31 de dezembro de 2013.

Os estagiários são contratados para as áreas de acordo com a especialização determinada pelo setor, havendo sempre correlação com a atividade desenvolvida pela UORG. O supervisor do estagiário deverá ter a mesma formação/segmento que o estudante.

Abaixo, apresentamos a evolução das quantidades de estagiários, evolução das despesas contratuais, limites legais e relação de estagiários por área meio e fim.

Tabela 31 - Quantitativo de estagiários, conforme Orientação Normativa nº 02/2016

	Sem contratados	Com contratados	
Situação geral	Cálculo	Cálculo	Observação
Força de trabalho	965	1372	Conforme Art. 7º, §§ 1º e 2º da ON nº 2/2016 (inclui quadro efetivo e quadro específico, inclusive cargos vagos, nomeados sem vínculo, requisitados, contratados inclusive temporariamente, etc)
Quantitativo máximo de estagiários	193	274,4	20% da força de trabalho
Estagiários de nível superior	86,9	123,5	50% do quantitativo máximo de estagiários
Estagiários de nível superior com deficiência	9,7	13,7	10% do total de estagiários de nível superior
Estagiários de nível médio	86,9	123,5	50% do quantitativo máximo de estagiários

Estagiários de nível médio com deficiência	9,7	13,7	10% do total de estagiários de nível médio
--	-----	------	--

Nota: O percentual que seria dos estagiários de educação profissional foi adicionado às vagas de nível médio, tendo em vista que não há previsão para esse tipo de contrato na Agência. Em dezembro de 2016, a ANP contava com 134 estagiários.

Tabela 32 – Quantitativo de estagiários por área fim e área meio

Mês: DEZ / 2016 (Apenas os estagiários ativos em 31/dez/2016)

ÁREA	QTDE ESTAGIÁRIOS	%
Fim	56	49%
Meio	59	51%
Total geral	115	100%

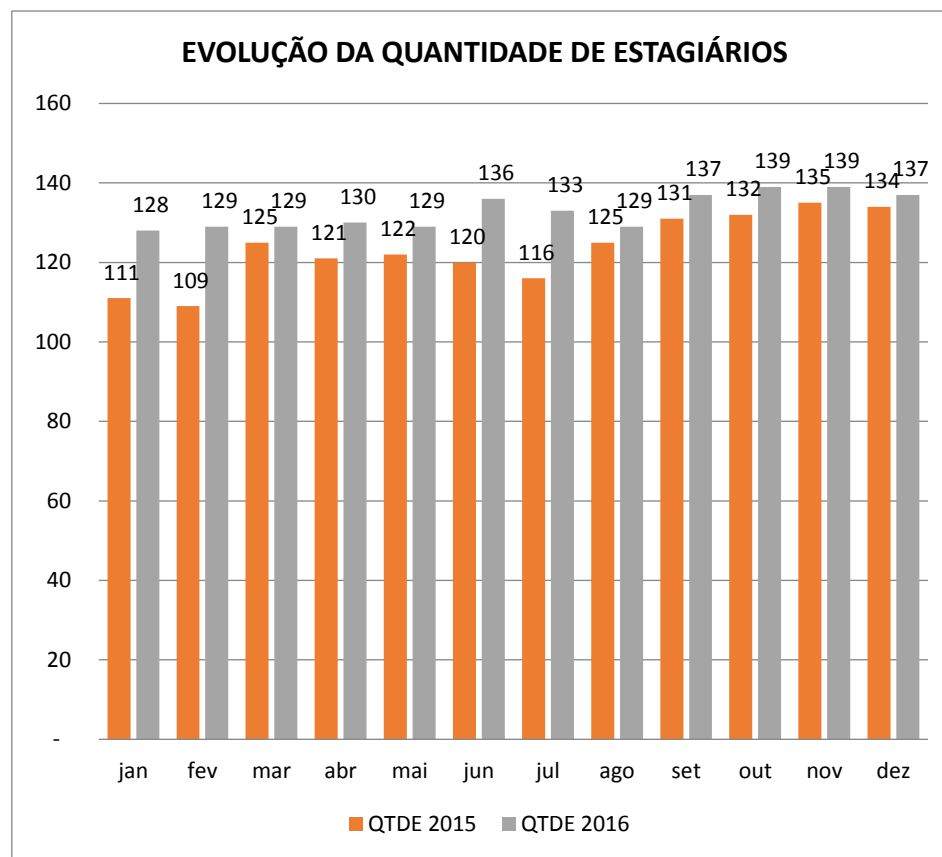
Tabela 33 – Evolução da quantidade de estagiários

MÊS	QTDE 2015	QTDE 2016
jan	111	128
fev	109	129
mar	125	129
abr	121	130
mai	122	129
jun	120	136
jul	116	133
ago	125	129
set	131	137

out	132	139
nov	135	139
dez	134	137
MÉDIA	123	133

Fonte: SGP/ANP

Gráfico 10 – Evolução da Quantidade de Estagiários



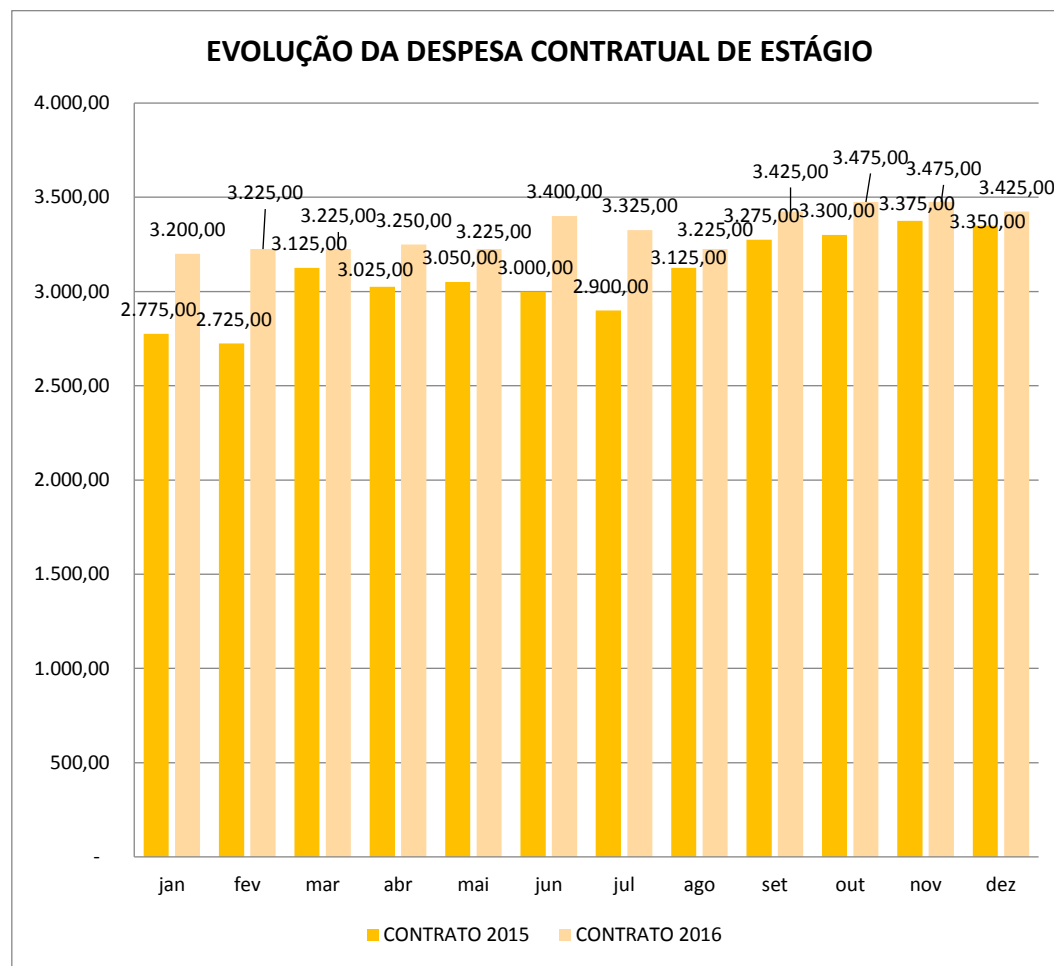
Fonte: SGP/ANP

Tabela 34 – Evolução da despesa contratual de estágio

MÊS	CONTRATO 2015	CONTRATO 2016
jan	2.775,00	3.200,00
fev	2.725,00	3.225,00
mar	3.125,00	3.225,00
abr	3.025,00	3.250,00
mai	3.050,00	3.225,00
jun	3.000,00	3.400,00
jul	2.900,00	3.325,00
ago	3.125,00	3.225,00
set	3.275,00	3.425,00
out	3.300,00	3.475,00
nov	3.375,00	3.475,00
dez	3.350,00	3.425,00
TOTAL	37.025,00	39.875,00
MÉDIA	3.085,42	3.322,92

Fonte: SGP/ANP

Gráfico 11 – Evolução da Despesa Contratual de Estágio



Fonte: SGP/ANP

7.2 – Gestão do patrimônio e da infraestrutura

7.2.1 – Gestão da frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A utilização de veículos oficiais pela ANP é fundamentada pelos artigos 1º, 2º, 5º e 6º do Decreto nº. 6.403/2008, combinado com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 03/2008.

A contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de transportes encontra alicerce no artigo 1º, § 1º do Decreto nº. 2.271/1997, que lista os serviços passíveis de execução indireta.

A metodologia da contratação é baseada no Caderno de Logística – Prestação de serviços de transporte (2014) elaborado pela SLTI/MPOG para orientar a contratação de serviços de transporte com fornecimento de veículo e mão de obra no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

Além deles, seguimos as normas do próprio Edital e da Instrução Normativa nº 006, interna.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

O serviço de transporte é de caráter contínuo e de grande relevância, pois atende a todos os agentes públicos e aos membros da diretoria em deslocamentos a serviço, seja para participação em eventos, reuniões, visitas, audiências ou para transporte de materiais, documentos e equipamentos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento das atividades da ANP.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
O ANP possui contrato com disponibilidade de 10 (Dez) veículos para uso na cidade do Rio de Janeiro, distribuídos conforme segue:

Tabela 35 – Veículos para uso na cidade do Rio de Janeiro

Item	Característica	Tipo	Marca / Modelo
1	Institucional - Sedan Executivo/Preto	Diretoria	Ford Focus 2.0
	Institucional - Sedan Executivo/Preto	Diretoria	Ford Focus 2.0
	Institucional - Sedan Executivo/Preto	Diretoria	Ford Focus 2.0
	Institucional - Sedan Executivo/Preto	Diretoria	Ford Focus 2.0
	Institucional - Sedan Executivo/Preto	Diretoria	Ford Focus 2.0
2	Institucional - Sedan Básico/Preto	-	Ford KA+ 1.0
3	Serviço Comum - Sedan Básico / Branco	Serviço	Ford KA+ 1.0
	Serviço Comum - Sedan Básico / Branco	Serviço	Ford KA+ 1.0
4	Serviço Comum - Minivan / Branco	Serviço	Doblò 1.4
	Serviço Comum - Minivan / Branco	Serviço	Doblò 1.8

Fonte: SGA/ANP

a) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
Por contemplar tabela detalhada a resposta foi transferida para a última folha.

b) Idade média da frota, por grupo de veículos;
A frota não é própria. No entanto, conforme exigido em Termo de Referência, em seu item 5.2, todos os carros são zero quilômetro, com até dois anos de fabricação.

c) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Para a empresa contratada são, conforme previsto nos itens 8.14 e 8.15 do Termo de Referência:

A contratada deverá incluir todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato no que diz respeito à disponibilização dos veículos, tais como, seguros, licenciamentos, despesas administrativas e operacionais, lucro, tributos, estacionamentos, pedágios, multas, manutenção preventiva e corretiva, substituição de partes/peças/acessórios, combustível, lubrificantes, pneus, lavagem dos veículos, aquisição e instalação de equipamentos e acessórios (película de controle solar, tacógrafo e GPS, etc.), bem como as demais despesas ou

custos incidentes nesta contratação.

Ficarão ainda, sob responsabilidade da contratada, as despesas decorrentes de estacionamento, pedágios e multas dos veículos disponibilizados.

Além destas, a Contratada tem de prever as despesas relacionadas à mão de obra, como uniformes, direitos trabalhistas, previdenciários, entre outros, previstos em Planilha de Custos.

a) Plano de substituição da frota;

O item 5.2.1. do Termo de Referência prevê que no caso de contratante e contratada pactuarem prorrogações de prazo contratual, a contratada deverá renovar as unidades da frota quando estas completarem 02 (dois) anos contados a partir do seu primeiro licenciamento.

b) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Os veículos não foram adquiridos; porém, alugados.

c) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como ocorre em todos os Contratos Administrativos, a Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições/SGA da ANP gere e fiscaliza este Contrato.

d) Custos envolvidos

O custo anual total do Contrato de locação de veículos com motoristas da Agência é de R\$ 1.043.755,20 (um milhão quarenta e três mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

A empresa contratada foi a Kantro Serviços Terceirizados Ltda. para o período de 20/12/2016 a 19/01/2017.

Observamos que como todos os veículos são alugados não há veículos inservíveis que requeiram substituição.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste item. Desta forma, a unidade poderá escolher a forma que julgar mais adequada de apresentação dos dados solicitados. Na escolha do formato de apresentação, devem-se levar em consideração os aspectos de clareza, concisão,

completude, exatidão e objetividade das informações prestadas.

e) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
Em 2016, a média mensal de quilômetros rodados foi de 8.000 km/mês ou cerca de 96 mil quilômetros por ano.

Dados: 95320 quilômetros anuais : 12 = 7944km por mês.

Por contemplar inúmeros veículos, buscou-se elencar individualmente a rodagem realizada, conforme tabela a seguir:

Veículos de apoio à fiscalização do abastecimento

A - Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A utilização de veículos oficiais pela ANP encontra amparo na Lei Federal nº 1.081, de 13 de abril de 1950, no Decreto nº 6.403/2008 combinado com a IN nº 03/2008 - MPOG/SLTI.

B - Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A Superintendência de Fiscalização do Abastecimento da ANP, realiza a contratação de serviços de aluguel de veículos com motoristas de forma a garantir o transporte de servidores e cargas, constituindo serviço acessório essencial ao desempenho das atividades finalísticas, tais como, fiscalizações, inspeções, vistorias, visitas técnicas, auditorias e diligências realizadas nos agentes de mercado regulados.

Justifica-se a intenção de contratação de serviço desta natureza, terceirizando-se sua execução nos moldes do art. 1º, § 1º do Decreto nº 2.271/1997, pela ausência, em número compatível com a necessidade do órgão, de servidores em exercício no cargo de motorista oficial, pela condição de cargo em extinção deste e pela inexistência de veículos oficiais de propriedade ou posse da ANP.

C - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Os contratos que atendem a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI e, também, outras áreas da Agência com a finalidade citada no item B, tem um total de 23 veículos permanentes, ou seja, fixos e à disposição do serviço. Nos contratos, há a figura do veículo intermitente, solicitado apenas quando necessário garantir o deslocamento do servidor em outras localidades do país, fora dos Núcleos Regionais de Fiscalização.

O total de 23 (vinte e três) veículos permanentes estão distribuídos da seguinte forma:

- Contrato 4.037/15
SFI - Núcleo Regional de Fiscalização de Porto Alegre / RS – 02 veículos
- Contrato 4.038/15
SFI - Núcleo Regional de Fiscalização do Rio de Janeiro / RJ – 04 veículos
SFI - Núcleo Regional de Fiscalização de Minas Gerais / BH – 02 veículos
SFI - Núcleo Regional de Fiscalização de São Paulo / SP – 05 veículos
- Contrato 9.050/14
SFI - Núcleo Regional de Fiscalização da Salvador / BA – 03 veículos
- Contrato 9.052/14
SFI - Núcleo Regional de Fiscalização de Manaus / AM – 02 veículos
SFI - Núcleo Regional de Fiscalização de Brasília / DF – 05 veículos

D - Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

- O cálculo foi feito com o total de quilômetros rodados no ano de 2016, por dia, pelos veículos permanentes à disposição dos Núcleos Regionais de Fiscalização

- Contrato 4.037/15
NRF - RS – 216 km por veículo x 2 = 432 km
- Contrato 4.038/15
NRF - BH – 184,50 km por veículo x 2 = 369 km

NRF - RJ – 89,50 km por veículo x 4 = 358 km
NFR - SP – 90 km por veículo x 5 = 450 km

- Contrato 9.050/14
NRF -BA – 128 km por veículo x 2 = 384 km
- Contrato 9.052/14
NRF- AM – 198,50 km por veículo x 2 = 397 km
NRF -DF – 91,80 km por veículo x 5 = 459 km

E - Idade média da frota, por grupo de veículos

- A idade média dos veículos é de dois anos, conforme especificado na regra de contratação.

F - Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

A ANP somente paga o valor do quilometro rodado pelo veículo. Não há qualquer reembolso com custos de manutenção, combustíveis, etc. Estes, são computados e inseridos pela contratante como valor do quilômetro. À época do certame licitatório, as empresas apresentaram as seguintes planilhas de custos que compõem o valor do quilometro:

Tabela 36 - Contrato 4.037/15 (RS)

3.2	Custos Fixos com veículos	Valor (R\$)
A	Depreciação do Veículo	R\$ 1.312,78
B	Seguro Obrigatório	R\$ 8,80
C	Seguro Adicional	R\$ 284,15
D	Licenciamento	R\$ 4,52
E	Despesas com Licenças	R\$ 196,92
F	Outros (informar) - Acessório Obrigatório - Guincho Elétrico	R\$ 180,00
G	Outros (informar) - Custo de Veículo Reserva	R\$ 190,00
Total		R\$ 2.177,17
SUBMÓDULO 3.3 - CUSTOS VARIÁVEIS COM VEÍCULO		
3.3	Custos variáveis com veículos	Valor (R\$)
A	Combustível (2400/6 x R\$ 3,813)	R\$ 1.525,20
B	Manutenção	R\$ 380,71
C	Limpeza	R\$ 250,00
D	Peças e Componentes	R\$ 426,65
E	Pneus	R\$ 316,67
F	Lubrificantes	R\$ 134,40
G	Garagem	R\$ 250,00
H	Pedágio	R\$ 50,00
I	Outros (informar) Balsa	R\$ 0,00
Total		R\$ 3.333,63

Fonte: SGA/ANP

Tabela 37 - Contrato 4.038/15 (BH / RJ / SP)

	Custos Fixos		
A	Depreciação		R\$ 1.308,75
B	Seguro Obrigatório		R\$ 8,80
C	Seguro Adicional		R\$ 284,15
D	Licenciamento		R\$ 4,52
E	Despesas com licença		R\$ 196,31
F	Guincho elétrico		R\$ 180,00
G	Custo de veículo reserva		R\$ 190,00
	Total de Custos Fixos		R\$ 2.172,53
	Custos Variáveis		
G	Combustível (1500 km ÷ 6 km/l x R\$ 2,515)		R\$ 628,75
H	Manutenção		R\$ 379,54
I	Limpeza		R\$ 250,00
J	Peças e Componentes		R\$ 425,34
K	Pneus		R\$ 316,67
L	Lubrificantes		R\$ 84,00
M	Garagem		R\$ 380,00
N	Pedágio		R\$ 50,00
O	Balsa		R\$ 0,00
	Total de Custos Variáveis		R\$ 2.514,30

Fonte: SGA/ANP

Tabela 38 - Contrato 9.050/14

	Custos Fixos	
A	Uniformes	R\$ 150,00
B	Depreciação	R\$ 2.407,00
C	IPVA	R\$ 422,92
D	Seguro Obrigatório	R\$ 8,43
E	Licenciamento	R\$ 6,78
F	Seguro Total	R\$ 604,17
G	Outros	
	Total de Custos Fixos	R\$ 3.599,29
	Custos Variáveis	
G	Combustível (2.800/8 x R\$ 2,914)	R\$ 1.019,90
H	Lubrificantes	R\$ 65,00
I	Manutenção	R\$ 779,00
J	Pneus	R\$ 398,00
K	Lavagem	R\$ 280,00
L	Outros	R\$ 100,00
	Total de Custos Variáveis	R\$ 2.641,90

Fonte: SGA/ANP

Tabela 39 - Contrato 9.052/14

1	Depreciação do veículo - percentual máximo aceitável = 1,66% mês - IN 162/1998 - SRF/MF (Anual de 20% do valor do veículo) ---->		2.500,00
2	Licenciamento		70,95
3	Seguro Obrigatório - DPVAT (R\$ 105,65/ano) ----->		8,80
4	Licenças		
5	Guincho Elétrico		
6	Carro reserva		
7	Seguro Automotivo Geral/Total ----->		400,00
Subtotal do Custo Fixo - Insumos de Veículos			2.979,75
CUSTO VARIÁVEL - INSUMOS DE VEÍCULOS (CV_Veículos)			
DADOS DE PERCURSO Km MENSAL Total estimado (e) (considerar para efeito de cálculo dos			1.700
1	Manutenção - peças (informar o valor MENSAL)		580,00
2	Manutenção - mão de obra (informar o valor MENSAL)		532,27
3	Manutenção - pneus (informar o valor MENSAL)		750,00
4	Combustíveis (1.700km/8 x R\$ 3,252)		691,05
5	Lubrificantes (informar o valor MENSAL)		200,00
6	Lavagem (informar o valor MENSAL)		160,00
7	Garagem		
8	Pedágio		
Subtotal do Custo Variável - Insumos de Veículos			2.913,32

Fonte: SGA/ANP

G - Plano de substituição da frota

- Segundo regra do edital de contratação, todos veículos deverão apresentar relação entre idade, quilometragem percorrida acumulada e número de dias de paralisação para reparos menor ou igual a um, respeitada a seguinte fórmula:

$$\text{Relação} = (I \times 0,75 + km_a \times 0,23 + N_{dp} \times 0,17) \times 0,01$$

Onde:

I = idade do veículo, contada em meses a partir da data de licenciamento do veículo;

Km_a = quilometragem acumulada do veículo, contada em milhares de quilômetros;

N_{dp} = somatório do número de dias em que o veículo permaneceu parado para reparos desde sua entrada em operação. Não serão contados, para fins do aqui disposto, os dias em que o veículo for paralisado em razão de acidentes, para vistorias ou inspeções junto aos órgãos de trânsito e para realização das revisões periódicas integrantes da agenda de manutenção preventiva.

H - Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

- Conforme explicado no item B, não há veículos oficiais patrimoniados atendendo a Superintendência de Fiscalização.

I - Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A Contratante possui cerca de 15 servidores que atuam no acompanhamento da execução dos contratos de veículos.

Os fiscais acompanham e fiscalizam a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representante(s) especialmente designado(s), na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

- Os fiscais possuem experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato. Os servidores usuários dos veículos também fiscalizam a perfeita execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as possíveis ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

- É realizada a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada, referentes aos empregados alocados na execução do contrato, segue o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.
- A conformidade dos veículos e dos materiais utilizados na execução dos serviços são verificados juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

- elaborar e manter atualizada a planilha-resumo do contrato;
- verificar a regularidade das relações trabalhistas mantidas entre a Contratada e os agentes envolvidos da execução do contrato;
- Exigir da empresa comprovantes de pagamento dos salários, vales-transporte e auxílio alimentação dos empregados;
- Consultar a situação da empresa junto ao SICAF;
- Exigir a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade;
- Exigir que a Contratada conceda, no dia e no percentual previsto, os reajustes dos empregados, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

No acompanhamento da execução do objeto serão observados critérios que servirão para ajustar o pagamento à qualidade do serviço prestado.

Para definir a forma como será feito esse ajuste fica estabelecido o Acordo de Níveis de Serviço (ANS), na forma descrita no Anexo V deste Termo.

7.2.2 – Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A ANP utiliza-se de contrato de locação de veículos para cumprir sua missão institucional, não possuindo frota própria de veículos.

7.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

Referente à UG 323031

O Setor de Patrimônio da UG 323031 faz o gerenciamento por intermédio de um sistema de gestão de patrimônio (ASI), que contém informações sobre aproximadamente 25.000 itens de bens móveis permanentes. Os bens são utilizados nas atividades institucionais realizadas nos escritórios da ANP, totalizando 08 unidades.

A infraestrutura imobiliária da Agência compreende, além do imóvel próprio onde se localiza o Escritório Central no Rio de Janeiro, outros 04 andares locados no prédio anexo (Avenida Rio Branco, n.º 57) e também outros 6 Escritórios Regionais em localidades distintas.

O registro do Patrimônio Imobiliário da ANP é feito por meio do SPIUNet, conforme as orientações da SPU-MPOG. A gestão do patrimônio observa as normas emitidas pela STN – Ministério da Fazenda (Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público).

A ANP permanece como proprietária de 11 andares no prédio em que está localizado o Escritório Central (EC) e 50% do edifício-garagem anexo ao prédio do Escritório, todos localizados no bairro Centro, município do Rio de Janeiro.

O EC possui a infraestrutura recomendada aos prédios com atividades comerciais, sendo suas instalações adequadas ao uso dos servidores da ANP. Tal fato contribui sobremaneira para a realização das atividades institucionais da Agência, e para a otimização no uso dos equipamentos disponibilizados aos servidores na consecução de suas respectivas atribuições funcionais.

As despesas com a manutenção predial são realizadas por meio do Condomínio do Edifício Visconde de Itaboraí (CEVI), já que o prédio é compartilhado com a Transpetro, proprietária dos outros 11 andares existentes no imóvel, assim como dos 50% restantes do edifício garagem. O valor das cotas da ANP com as despesas de condomínio totalizou R\$ 11.357.279,91 em 2016. Adicionalmente, iniciando em fevereiro de 2016, a ANP passou a contratar (via Lei 8666/93) diretamente os serviços de limpeza interna das áreas privativas do Escritório Central – RJ, com valor de R\$ 691.954,00 dispendido em 2016. As informações sobre os imóveis próprios da ANP estão atualizadas no SPIUNet, de acordo com os requisitos do sistema, e tem validade até 30/11/2017. Com relação aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e aos controles para mitigá-los, o condomínio possui empresa contratada de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) para os imóveis com a estrutura de serviços do CEVI. Em todos os andares, independentemente de uma área específica, o SMS monitora o funcionamento (controles), além de um excelente acompanhamento dos seguros e um programa de manutenção preventiva dos equipamentos e estrutura física. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

Tabela 40 – Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	UF – Rio de Janeiro	12	12
	município 1: Rio de Janeiro	12	12
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Cessão de Espaços Físicos

Não há imóveis cedidos pela ANP.

7.2.4 Informações sobre os Imóveis locados de terceiros

Encontram-se locados imóveis nas cidades do Rio de Janeiro (02), São Paulo (01) e Salvador (01):

1. A ANP possui 02 (duas) locações no Rio de Janeiro, sendo 04 (quatro) andares (16/17/18/19ºs) em prédio adjunto ao Escritório Central – RJ; e o Edifício localizado na Urca, mediante Comodato objeto dos Contratos n.º 9108/08-ANP-005.357 e n.º 4131/09-ANP-000.651.

Com o crescimento das atribuições de regulação e o aumento das metas institucionais, foram realizados concursos públicos para preenchimento do quadro efetivo, o que demandou a locação dos 04 (quatro) andares acima mencionados, os quais permitiram adequar a estrutura da ANP com a demanda então existente.

2. Em 2014, o Escritório Regional de São Paulo (ESP) continuou a ocupar dois imóveis locados, em prédio comercial localizado no bairro de São Judas.

A sede do ESP compreende um andar inteiro (02 salas), incluindo os respectivos mezaninos (14º e 15º andares), cujas instalações são modernas e seguras, portanto mais adequadas às operações regionais.

3. O Escritório Regional de Salvador (ESA), do mesmo modo, manteve o seu funcionamento em duas salas alugadas (2801 e 2802) em prédio comercial de padrão e com localização adequados às suas atividades.

Tais imóveis locados encontram-se devidamente cadastrados no sistema SPIUNet, conforme instrução do Manual Geral do SPIU e recomendação da Auditoria, com os respectivos dados atualizados.

As despesas com reformas iniciais de instalação e a manutenção corrente dos imóveis locados são de responsabilidade da ANP, haja vista a necessidade de adaptar os imóveis locados aos requisitos para funcionamento de um órgão público, tanto sob o aspecto de qualidade do ambiente de trabalho, assim como de segurança e controles de acesso.

Algumas despesas eventuais, decorrentes de melhorias acessórias e/ou necessidades estruturais dos imóveis locados são assumidas pelo locador.

Um exemplo atual é a reforma dos banheiros no Escritório de Salvador, realizada pelo locador.

Tabela 41 – Imóveis locados de terceiros

	ERJ (Centro)			ERJ (Urca)	ESP (SP)	ESA (BA)
Referência	16º e 17º andar	18º andar	19º andar	Térreo, mezanino e 1º andar	14º e 15º andar	28º andar (sala 2801 e 2802)
Contrato	9.108/08	4.131/09	4.104/12	Comodato/TED	9.006/09 e 9.007/09	4.121/09
Aluguel/mês	R\$ 32.291,24	R\$ 20.576,80	R\$ 20.687,91	-	R\$ 43.261,66	R\$ 35.935,63
Metragem total	844	422	422	-	914	770
Metragem útil	680	340	340	1.357,51	765	731
Valor do condomínio (média 12 meses)	R\$ 11.115,38	R\$ 5.533,72	R\$ 5.679,07	-	R\$ 6.900,00	R\$ 11.128,44
Relação R\$/M² útil	R\$ 63,83	R\$ 76,80	R\$ 77,55	-	R\$ 65,57	R\$ 64,38
Repasse ANUAL (luz e água)	-	-	-	R\$ 602.226,00	-	-

Fonte: Ref.

Rio de Janeiro – Contratos nº 9108/08-ANP-005.357 e nº 4131/09-ANP-000.651

São Paulo – Contratos nº 9007/09-ANP-004.410 e nº 9006/09-ANP-004.410

Salvador – Contratos nº 4.121/09-ANP-005.277 (02 salas no 28º andar)

7.2.5 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Não há obras e serviços de engenharia em andamento relacionadas às atividades finalísticas da ANP.

7.3 - Gestão da Tecnologia da Informação

7.3.1 – Informações sobre o Plano Estratégico de Tecnologia de Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI)

Princípios e Diretrizes – Alinhamento Estratégico

Para a elaboração do PDTI 2014-2016 buscou-se uma proposta de estrutura de TI, organização de serviços e projetos, disponibilização de infraestrutura de tecnologia e segurança da informação que fosse capaz de atender às demandas da ANP quanto à sua operação, contemplando todos os seus processos, assim como o atendimento dos itens do plano estratégico que dizem respeito e são fornecidos ou suportados pela STI. O mapa estratégico apresentado abaixo e as demandas de TI da ANP são a base para a criação dos objetivos estratégicos de TI e de toda a estruturação do plano de metas e ações de TI, gestão de riscos e do plano de gestão de pessoas.

Quadro 31 – Mapa estratégico e demandas de TI

Código	Objetivo no mapa estratégico	Categoria
MAP-O-01	Regular as atividades econômicas das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis de forma transparente e efetiva, promovendo o interesse público e atraindo investimentos para o desenvolvimento destas indústrias no Brasil.	Missão
MAP-F-02	Alocar e utilizar recursos com efetividade e transparência.	Finanças
MAP-F-03	Demonstrar os resultados alcançados com a boa gestão dos recursos públicos.	Finanças
MAP-S-04	Proteger os interesses da sociedade e promover a concorrência e o ambiente regulatório propício ao investimento.	Sociedade
MAP-S-05	Assegurar o abastecimento com produtos e serviços de qualidade e ambientalmente adequados.	Sociedade
MAP-P-06	Fomentar a aplicação de melhores práticas pelos agentes regulados.	Processos Internos
MAP-P-07	Subsidiar proativamente a formulação de políticas públicas	Processos Internos
MAP-P-08	Estar na vanguarda do conhecimento sobre as atividades das indústrias reguladas.	Processos Internos
MAP-P-09	Gerenciar com excelência uma carteira de projetos e processos priorizados em função dos objetivos estratégicos.	Processos Internos
MAP-A-10	Garantir a gestão efetiva dos projetos de Tecnologia da Informação.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-11	Dispor de sistemas de informação e comunicação integrados, capazes de subsidiar a tomada de decisão.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-12	Contar com líderes preparados para atender as demandas estratégicas.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-13	Dispor das competências necessárias ao cumprimento da estratégia.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-14	Assegurar a aplicação das melhores técnicas de gestão, promovendo a meritocracia e a produtividade.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-15	Ter uma estrutura organizacional que favoreça a transversalidade, a comunicação e a integração entre equipes.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-16	Fortalecer a governança da agência.	Aprendizado e Crescimento

Objetivos estratégicos de TI

A partir dos objetivos da ANP, descritos no plano estratégico, levando em consideração as demandas apresentadas à STI pelas diversas UORGs da ANP e a análise de forças e fraquezas, foram estabelecidos os objetivos estratégicos de TI, que encontram correspondência no planejamento estratégico da ANP, conforme listado abaixo. Os objetivos estratégicos de TI são fundamentais para, junto com as demandas, estabelecer o plano de metas e ações, assim como as sugestões de mudança organizacional e o plano de gestão de pessoas.

Figura 12 – Objetivos estratégicos de TI



Quadro 32 – Objetivos estratégicos de TI

Código	Objetivo estratégico de TI	Obj. ANP
OBJTI01	<u>Entregar e manter soluções de TI alinhadas à estratégia da ANP</u> - escopo: para toda a operação da ANP, desenvolver ou adquirir sistemas, e administrá-los em todo o seu ciclo de vida, que implementem a estratégia da ANP, permitindo seu pleno desenvolvimento e eficiência operacional.	MAP-0-01, MAP-F-03, MAP-P-06, MAP-P-09, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI02	<u>Contribuir com sistemas e tecnologia para modernizar e integrar processos da ANP</u> - escopo: para toda a operação da ANP, prospectar no mercado e em seu segmento novas soluções tecnológicas, sejam sistemas ou hardware, para tornar os processos da ANP mais eficientes e eficazes.	MAP-O-01, MAP-F-02, MAP-F-03, MAP-F-06, MAP-P-09, MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15, MAP-P-06, MAP-P-08
OBJTI03	<u>Facilitar interfaces de comunicação na entrada e saída de dados de agentes regulados</u> - escopo: nas interações da ANP com seus agentes regulados e com a sociedade, otimizar e automatizar a recepção e envio de dados, buscando maior agilidade, menor custo e aumento da disponibilidade das informações.	MAP-S-05, MAP-O-01, MAP-P-06, MAP-P-08, MAP-A-11, MAP-A-15
OBJTI04	<u>Aprimorar o atendimento de sistemas e infraestrutura aos colaboradores da ANP</u> - escopo: aumentar continuamente a qualidade do atendimento da STI à Agência, entregando melhores sistemas e infraestrutura para o funcionamento da ANP.	MAP-A-15, MAP-A-16, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI06	<u>Fornecer para a Sociedade Informações da indústria com transparência e abrangência (cidadão, universidade, agentes regulados)</u> - escopo: disponibilizar, por meio de sistemas na internet, informações relativas à operação da ANP, com cada vez mais abrangência, agilidade, facilidade de acesso e qualidade.	MAP-O-01, MAP-P-08, MAP-P-07, MAP-P-09, MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15
OBJTI07	<u>Atender as necessidades de TI da ANP em um contexto geograficamente extenso</u> - escritório central, regionais, sede	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15

OBJTI08	<u>Desenvolver e manter soluções corporativas com agilidade e qualidade</u> - escopo: para toda a operação da ANP, entregar sistemas e infraestrutura com excelência nos prazos de desenvolvimento, nos custos e na qualidade de seus produtos, aderentes aos processos da ANP.	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15, MAP-P-09, MAP-F-03, MAP-F-02
OBJTI09	<u>Melhorar a qualidade dos dados através da melhoria dos processos de trabalho da ANP</u> - escopo: implementar em seus sistemas o melhor processo de trabalho privilegiando a qualidade dos dados de entrada, as rotinas de processamento e os dados de saída, garantindo dessa maneira dados de qualidade e que permitam o correto desempenho das funções desses sistemas.	MAP-A-15, MAP-P-08
OBJTI10	<u>Planejar, gerir, executar, renovar e fiscalizar contratos de TI com qualidade, tempestividade e eficiência</u>	MAP-F-02, MAP-F-03, MAP-A-14, MAP-A-15, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI11	<u>Desenvolver a gestão de projetos</u> - escopo: continuamente aprimorar e aplicar a competência do escritório de projetos, tendo metodologia e gerentes capacitados para administrar os projetos de TI da ANP, seja sistemas ou infraestrutura.	MAP-A-10, MAP-A-14
OBJTI12	<u>Aprimorar os processos de gestão de recursos e serviços de TI</u> - escopo: melhorar de forma continuada a cultura de governança com gestão da alocação de recursos e da disponibilização e medição dos serviços de TI.	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-14, MAP-A-15
OBJTI13	<u>Desenvolver arquitetura padronizada de TI</u> - escopo: ter padrões de arquitetura para a STI, seja para o desenvolvimento de sistemas, através da escolha de padrões de desenvolvimento web, orientação a serviços, linguagens e frameworks de desenvolvimento assim como para a infraestrutura, fazendo a escolha de sistemas operacionais, bancos de dados e arquitetura de servidores.	MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI14	<u>Aprimorar gestão de demandas e prioridades</u> - escopo: desenvolver de forma continuada o processo de captação de demandas, sua priorização e o mecanismo de comunicação e arbitragem sobre a escolha e execução dos projetos de TI da ANP.	MAP-P-09, MAP-A-14, MAP-A-15

OBJTI15	<u>Ampliar a capacidade produtiva de sistemas</u> - escopo: aumentar continuamente a capacidade de processamento e abrangência dos sistemas, seja por melhoria nos processos que são codificados, seja por adoção de plataformas de tecnologia que garantem melhor desempenho e pela disponibilização de sistemas web que garantem maior acesso.	MAP-O-01, MAP-F-02, MAP-F-03, MAP-A-14, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI16	<u>Aperfeiçoar a comunicação dos resultados de TI</u> - escopo: criar mecanismos que permitam a divulgação dos resultados da STI, seja através da atualização constante na intranet da ANP assim como dos Comitês de TI e das reuniões de status dos projetos de TI, atingindo assim maior nível de diálogo da STI com a ANP e melhorando o resultado das iniciativas da STI.	MAP-A-14, MAP-A-15, MAP-A-10
OBJTI17	<u>Desenvolver recursos internos promovendo atualização tecnológica, conhecimento da indústria e capacidade gerencial</u>	MAP-A-16, MAP-A-15, MAP-A-14
OBJTI18	<u>Desenvolver capacidade de infraestrutura para comportar as iniciativas da ANP</u> - escopo: realizar um planejamento de capacidade que permita receber e garantir a execução dos projetos da agência. Planejar espaço para dados, capacidade de desenvolvimento de sistemas, servidores em datacenters, expansões de hardware e licenças de software.	MAP-A-10, MAP-A-14, MAP-A-15
OBJTI20	<u>Prover sistemas, processos de TI e infraestrutura em total conformidade com a política de segurança da informação</u> - escopo: cada entrega da STI deve respeitar de forma precisa a política de segurança da informação, e a verificação executada antes da entrega deve garantir esse objetivo.	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15
OBJTI21	<u>Proteger os ativos de TI da ANP</u> - escopo: dados, sistemas, processos e equipamentos de ataques que visem a subtrair informações da ANP ou a bloquear seus serviços à Sociedade, ao público interno ou a seus agentes regulados.	MAP-S-04, MAP-P-08, MAP-A-10, MAP-A-11

Além disso, no exercício de 2016, outras ações de planejamento foram iniciadas, com destaque para:

- **Elaboração do PDTI para o triênio 2017/2019:**

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem por objetivo registrar, para um período determinado, a estratégia de Tecnologia da Informação do órgão, os projetos, investimentos, riscos e a orientação de governança da área de TI e deve ser elaborado de acordo com as normas expedidas pelo Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), órgão da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), vinculado ao MPOG.

O PDTI tem, assim, a função de suportar o Plano Estratégico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), tendo sido elaborado em conformidade com o Mapa Estratégico da instituição.

Por meio da Portaria ANP Nº 264, de 2 de agosto de 2016A Diretoria Colegiada da ANP constituiu Grupo de Trabalho interdisciplinar para elaboração do Plano Diretor da Tecnologia de Informação (PDTI) para o período 2017-2019.

O Grupo de Trabalho elaborou o Plano de Trabalho, cujas atividades estão resumidas a seguir:

- Elaborar minuta do PDTI, incluindo, capítulo de Referencial Estratégico, Necessidades de Informação, Critérios de Priorização, Plano de Ações e Metas, Plano Orçamentário, Plano de Gestão de Riscos, entre outros;
- Aprovar a minuta do PDTI junto ao Comitê de TI;
- Elaborar Proposta de Ação do PDTI;
- Aprovar o PDTI junto à Diretoria Colegiada;
- Publicar o PDTI.

A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, com base na Proposta de Ação nº 1061/16, aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da ANP para o ciclo de 2017 a 2019, na Reunião de Diretoria nº 868, de 16 de dezembro de 2016.

- **Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional para a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) - Conforme Capítulo 4, Referencial Estratégico, do PDTI 2017/2019:**

O alinhamento entre os objetivos estratégicos da ANP e os objetivos contidos no PDTI foi elaborado a partir de oficinas de trabalho com a participação de servidores e colaboradores da Superintendência de Tecnologia da Informação e mediadas pela equipe de Coordenação de Gestão da Estratégia da Secretaria Executiva (CGE/SEC).

O desdobramento da estratégia institucional para a STI foi produto de um processo de construção coletiva, por meio de oficinas de trabalho, que contou com a participação de servidores e colaboradores da Superintendência de Tecnologia da Informação. As oficinas foram realizadas nos dias 19 e 21 de outubro e 11 e 13 de novembro e tiveram como proposta a realização de exercícios direcionados em grupo voltados para a discussão e construção da Missão, Visão, Valores, Matriz SWOT e dos objetivos específicos da unidade, relacionados aos objetivos estratégicos da dimensão de Gestão da Informação no Mapa Estratégico da ANP.

Com o objetivo de diagnosticar a situação atual da STI, o seu cenário futuro, seus pontos críticos e suas oportunidades de melhoria, a equipe da CGE/SEC realizou entrevistas com Diretores, membros do Comitê de Tecnologia da Informação e com o Superintendente de Tecnologia da Informação. As entrevistas foram consolidadas em duas listas de percepções sobre a STI de hoje e a STI do futuro.

As oficinas de trabalho foram divididas em três momentos. O primeiro momento foi dedicado à análise SWOT – técnica utilizada para a análise de cenário, na qual uma instituição é estimulada a reconhecer os seus pontos fracos e fortes e vislumbrar as ameaças e as oportunidades que podem afetar o seu desempenho. A análise SWOT foi determinante para a construção dos objetivos estratégicos da STI, pois ela é a base para a identificação de quais são os desafios que devem ser superados para que a STI alcance o desempenho esperado e contribua para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

O segundo momento foi dedicado a apresentação para a equipe dos principais resultados e aspectos relevantes obtidos com as entrevistas. Baseados nos resultados apresentados e partindo dos dois objetivos estratégicos da dimensão Aprendizado e Crescimento: “Garantir a gestão efetiva dos projetos de tecnologia da informação” e “Dispor de sistemas de informação e comunicação integrados, capazes de subsidiar a tomada de decisão” os grupos de discussão foram estimulados a definir quais seriam os objetivos estratégicos da STI que deveriam contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

O terceiro momento foi dedicado à proposição de ações e projetos que pudessem impactar positivamente os objetivos estratégicos da STI. As ações e projetos representam o esforço que a unidade deve empreender para que os seus objetivos sejam atingidos e, por consequência, os objetivos institucionais sejam alcançados. Ao final do processo de construção das ações e projetos, os grupos realizaram uma avaliação multicritério, atribuindo notas para cada uma das ações e projetos levantados. A avaliação resultou na seleção dos 20 itens, entre ações e projetos, melhor pontuados.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A atuação do Comitê de TI e a sua formação no exercício de 2016 se baseou no que consta estipulado nas Portarias nº 374 e 375, de 21/12/2012, com a seguinte composição: o titular da Superintendência de TI (Coordenador) e um representante de cada uma das seguintes áreas: Superintendência de TI, Secretaria Executiva, Diretoria-Geral, Diretoria I, Diretoria II, Diretoria III, Diretoria IV e o Secretário do referido Comitê (STI).

No ano de 2016 o Comitê de TI reuniu-se doze vezes para examinar os seguintes assuntos:

- Decreto 8638/2015;
- Lista dos Projetos Estratégicos para 2016.
- Decisões necessárias para a elaboração do PDTI 2017-2019.
- Status do desenvolvimento de sistemas novos;
- Soluções de demandas pela equipe de Sustentação em 2016;
- Proposta de Ação para Portaria de nomeação da Equipe de Elaboração do PDTI;
- Implantação do novo módulo de Fluxos Internos (Proposta de Ação/Exposição de Assuntos);
- Andamento do projeto de institucionalização do BI;
- Aprovação da atualização semestral do PDTI 2014-2016;
- Apresentação da proposta para atualizar a Portaria 375/2012
- Status dos projetos de TI (INFRAESTRUTURA)
- Status dos projetos de TI (SISTEMAS);
- Plano de Trabalho do GT-PDTI
- Apresentação dos itens da reunião de Gestão Estratégica da ANP sobre a STI.
- Aprovação da minuta do PDTI 2017-2019
- Critérios para os Projetos de BI
- Qualidade dos dados da ANP
- Apresentação da Pesquisa sobre a STI: A STI hoje e a STI do futuro
- Aprovação do PDTI - CICLO DE 2017-2019

Decisões tomadas:

- Seleção de Itens para a agenda das próximas reuniões;
- As contratações de fábrica de software só devem ser feitas depois da elaboração dos Casos de Uso, que, previamente, devem ser disponibilizados para o Comitê de TI;
- O PDTI para o triênio 2017-2019 deve ser organizado antes do mês de outubro de 2016;
- Não propor à Diretoria alterações no Regimento do Comitê de TI, mantendo também a composição atual;
- O Comitê de TI recomendará à SGP dar prioridade à carga do saldo de horas de cada servidor no sistema SAF;
- Em decisão unânime, determinou-se que a Equipe de Elaboração do PDTI será composta por quatro membros, a saber: por um servidor da SAB , dois servidores da STI e um servidor da SEC. Os nomes da STI e da SEC devem ser trazidos para a próxima reunião do Comitê de TI;
- O Secretario do Comitê solicitou o voto formal dos membros presentes na aprovação do Plano de Trabalho para a preparação do PDTI 2017-2019, pedindo à quem não estivesse de acordo que se manifestasse, o que não ocorreu. O plano apresentado foi, assim, aprovado por unanimidade;
- Determinou-se a elaboração de uma Proposta de Ação para aprovação da Portaria da designação da Equipe de Elaboração do PDTI;
- Em votação nominal a respeito do prazo de vigência do PDTI, decidiu-se pelo prazo de três anos em detrimento do prazo de dois anos.
- Quanto à abrangência do PDTI, o Comitê decidiu que a própria Equipe de Elaboração deve fazer essa proposição ao Comitê de TI.
- Aprovou-se de forma unânime pelos membros do Comitê de TI que seja realizada uma apresentação do GPC. Isso se dará após a conclusão da terceira fase do referido sistema e está planejada para agosto de 2016;
- Foi aprovada de forma unânime a criação de um documento que detalhe o andamento dos projetos para os membros do Comitê. Decidiu-se também que esse documento será colocado em pasta própria no Diretório do Comitê de TI, no drive N;
- Serão incluídos no PDTI os nomes dos integrantes do Comitê de TI tanto os titulares como os suplentes;
- Por unanimidade os presentes aprovaram a minuta do PDTI apresentada pelo GT- PDTI, para encaminhamento à deliberação da Diretoria Colegiada;

- Foi acatada a sugestão e se decidiu pelo encerramento do GT-PDTI, caso a Diretoria Colegiada aprove o PDTI para o próximo ciclo.

7.3.2 - Principais sistemas de informação da ANP

Quadro 33 – Principais Sistemas de Informação da ANP

Sistema	Objetivo	Status/Orçamento	Principal Risco	Avaliação do Risco	Medidas	Responsável Técnico	Responsável Negócio
Sigep	Manter dados cadastrais do Upstream	Em produção	Tecnologia defasada (VB)	Alto	- Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Mauro Silva	Grupo de Trabalho
iSigep	Receber dados dos Agentes do Upstream	Em produção	Tecnologia defasada (VB)	Alto	- Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Mauro Silva	Grupo de Trabalho
Siped	Gerenciar as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	Em produção	Dificuldade em manter	Médio	- Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Mauro Silva	Luciana Mesquita
Simp	Manter dados cadastrais do Downstream	Em produção	Tecnologia defasada (VB)	Alto	- Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Mauro Silva	Grupo de Trabalho
iSimp	Receber dados de movimentação dos Agentes do Downstream	Em produção	Falta de flexibilidade no recebimento de dados de movimentação	Alto	- Divisão das cargas por Qualificação de Agentes - Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Mauro Silva	Grupo de Trabalho
SRD/PR	Receber dados cadastrais dos Postos de Revenda de Combustíveis	Em produção	Volume de Agentes	Baixo	- Simplificação do processo - Treinamento do CRC para atendimento ao público	Gisele Gulias	Adriana Nickel

SRD/GLP	Receber dados cadastrais dos Postos de Revenda de GLP	Previsto para JUL/2017 - R\$ 318581,40	Volume de Agentes	Baixo	- Simplificação do processo - Treinamento do CRC para atendimento ao público	Gisele Gulias	Maria Nobre
Sigaf	Planejar as atividades de fiscalização do Downstream	Previsto para JUL/2017 - R\$ 556218,87	Problemas na homologação	Médio	- Centralizar as demandas das várias regionais nos pontos focais do projeto - Avaliar a pertinência frente aos requisitos aprovados	Jayme Lopes	Maria Nobre
RGP Web	Gerenciar as solicitações de registros de produtos	Previsto para MAI/2017 - R\$ 640185,56	Qualidade do Código	Médio	- Inspeção de Código - Testes automatizados	Douglas Silva	Rosângela Araújo
GPC	Gerir Parcelamentos de Créditos	Em produção	Tecnologia defasada (VB)	Alto	- Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Mauro Silva	Oswaldo Neto
GPF	Gerir o Processo de Fiscalização	Aguardando definição em relação ao SEI!	Falta de Recursos	Médio	- Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Douglas Silva	Danielle Conde
Siso Incidentes	Gerir as informações de incidentes operacionais	Conclusão da especificação inicial para AGO/2017	Falta de Recursos	Alto	- Inclusão no PDTI para busca de priorização e recursos para adequação tecnológica.	Adriana Marcílio	Alex Garcia

Fonte: STI/ANP

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Os servidores públicos que atuam na Superintendência de TI trabalham nas áreas técnicas (infraestrutura e desenvolvimento de sistemas), controle de contratos, escritório de negócios, gerencia de projetos, planejamento, segurança da informação, coordenação das áreas e gestão da Superintendência de TI, tendo realizado cursos ou assistido a eventos de capacitação nas disciplinas de seus interesses.

Em 2015 foi realizado levantamento das necessidades de capacitação junto aos servidores da STI, de modo a subsidiar a elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC) 2016 pela Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP). Como resultado, o Plano de Capacitação vigente em 2016 era:

Quadro 34 – Plano de capacitação dos servidores que atuam na STI

ESSENCIAL PARA TODOS OS SERVIDORES DE TODAS AS UNIDADES DA ANP		Básico	Intermediário	Avançado
Essencial	Gestão Pública / Administração Pública			
	Direito Administrativo			
	Legislação de Pessoal			
	Processo Administrativo Federal			
	Ética no Serviço Público			
	Visão Sistêmica da ANP			
	Estrutura da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
	Introdução à Regulação			
	Geologia para Não Geólogos			
	Fundamentos de Engenharia do Petróleo			
	Sistemas Internos de Gestão			
	Segurança da Informação			
	Comunicação Interpessoal			
	Redação Oficial			
	Gestão de Pessoas			
	Gestão Documental			
	Gestão por Competências			

STI		Básico	Intermediário	Avançado
Gerencial	Gestão, Planejamento e Indicadores			
	Gestão de pessoas			
	Gestão de processos			
	Gestão de projetos			
Técnica	Gestão de Patrimônio e Materiais			
	Informática			
	Segurança Da Informação			
	Inovação Tecnológica			
	Licitações, Contratos Administrativos e Convênios			

Em 2016, foi realizado novo levantamento a fim de subsidiar a elaboração do PAC 2017.

Abaixo segue a lista dos treinamentos realizados em 2016:

Tabela 42 – Treinamentos realizados pelos servidores da STI

SERVIDOR	EVENTO	INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA
ANDREA DA SILVA FONSECA	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA ODI (ORACLE DATA INTEGRATOR)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
BRUNO AZEVEDO PEIXOTO	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA ODI (ORACLE DATA INTEGRATOR)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA ODI (ORACLE DATA INTEGRATOR)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
LUCIA FREDERICO DE LYRA VAZ	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA ODI (ORACLE DATA INTEGRATOR)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA ODI (ORACLE DATA INTEGRATOR)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
ANDREA DA SILVA FONSECA	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
BRUNO AZEVEDO PEIXOTO	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
GISELE GULIAS GOMES	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40
JACSON DAMASCENO NUNES	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	40

LUCIA FREDERICO DE LYRA VAZ	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMTICA LTDA	40
MAURO RICARDO DA SILVA	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMTICA LTDA	40
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMTICA LTDA	40
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE (ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE ENTERPRISE EDITION)	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMTICA LTDA	40
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	CURSO COMPLETO DE USO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI (HTTPS://SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR/SOCIAL/SEI)	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES – ANATEL	16
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	IT FORUM 2016	it mídia	20
MARCO AURELIO SANTI GATTI	ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS	ENAP	35
MAURO RICARDO DA SILVA	METODOLOGIA DE ANALISE E MONITORAMENTO DE PROCESSOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	4
RAQUEL LIMA FACANHA	TREINAMENTO PARA USO DA FERRAMENTA OBIEE E ODI	NTC - NCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMTICA LTDA	40
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	30
JACSON DAMASCENO NUNES	ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	30
JAYME DE ALMEIDA LOPES	ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	30
MARCO AURELIO SANTI GATTI	ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	30

PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	30
LUCIA FREDERICO DE LYRA VAZ	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS - WORKSHOP DE MODELAGEM	Fundação Dom Cabral	32
PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS - WORKSHOP DE MODELAGEM	Fundação Dom Cabral	32
JAYME DE ALMEIDA LOPES	OFICINA DE GOVERNANÇA DE TIC	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	8
JOSE ESMERALDO BARRETO NETO	ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS BÁSICOS	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	30
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	CIO WEEK	CIO CLUB - Experience Club	16
FERNANDA MORAES CRUZ	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS - GRUPO DE CONSULTA	Fundação Dom Cabral	24
GISELE GULIAS GOMES	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS - GRUPO DE CONSULTA	Fundação Dom Cabral	24
JAYME DE ALMEIDA LOPES	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS - GRUPO DE CONSULTA	Fundação Dom Cabral	24
MARIA AUXILIADORA DE ARRUDA NOBRE	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS - GRUPO DE CONSULTA	Fundação Dom Cabral	24
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	(MAV) SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEII USAR	Escola Nacional de Administracao Publica - ENAP	20
LUCIA FREDERICO DE LYRA VAZ	SYMPOSIUM ITXPO 2016	Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa Ltda	40
ADRIANA MARCILIO	1 SEMINÁRIO SOBRE VALIDAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	9

FERNANDA MORAES CRUZ	HDI: EXPOGOV 2016	Editora midiabooks Ltda	8
DAVID FERNANDES FRANCA	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
FERNANDA MORAES CRUZ	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
GISELE GULIAS GOMES	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
JOSE ESMERALDO BARRETO NETO	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
MARCO AURELIO SANTI GATTI	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
MAURO RICARDO DA SILVA	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
SAHID DE OLIVEIRA KIK	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GCTI	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	40
ADRIANA MARCILIO	IV WORKSHOP DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE ANP	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	4
DAVID FERNANDES FRANCA	CURSO DE LAI: IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	8
ADRIANA MARCILIO	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
ANDREA DA SILVA FONSECA	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2

DAVID FERNANDES FRANCA	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
FERNANDA MORAES CRUZ	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
GISELE GULIAS GOMES	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
JAYME DE ALMEIDA LOPES	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
MAURO RICARDO DA SILVA	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
SAHID DE OLIVEIRA KIK	PALESTRA MARIO SERGIO CORTELLA - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTVEIS	2
RAQUEL LIMA FAÇANHA	GCTI - Gestão de Contratos de TI	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	30
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	Gerência de Projetos - Teoria e Prática	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	40
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	EMAG Desenvolvedor	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	30
ANDREA DA SILVA FONSECA	Fase I - Formação de Analista de Data Warehouse	BI do Brasil Consultoria e Treinamento	24
DOUGLAS DIAS DA SILVA	UML - Sem Tutoria	SERPRO	40
ANDREA DA SILVA FONSECA	Fase II - Formação de Analista de Data Warehouse	BI do Brasil Consultoria e Treinamento	24

ADRIANA MARCÍLIO	Gestão da Informação e documentação - Conceitos básicos em Gestão Documental	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	20
ADRIANA MARCÍLIO	Introdução a Gestão de Projetos	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	20
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	20
ADRIANA MARCÍLIO	Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	20
JACSON DAMASCENO NUNES	Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	20
FABRICIO VIEIRA BALMANT	Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos	UNIRIO	540
FABRICIO VIEIRA BALMANT	Arquivo, Documentos Digitais e Tecnologia da Informação	UNIRIO	45

Fonte: STI/ANP

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Tabela 43 – Quantitativo da força de trabalho da STI*

Descrição	Quantidade
Servidores efetivos da carreira de TI da unidade	14
Servidores efetivos de outras carreiras da unidade	5
Servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos	2
Servidores efetivos de outras carreiras de outros órgãos	0
Terceirizados	175
Estagiários	0

* Quantitativo levantado em novembro de 2016.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os processos de TI foram mapeados, sendo obtida a relação que se segue:

 [00 Mapa de Negócios - ATUAL 1.vsd](#)

 [01 Macro Processo - Atender Clientes 2.vsd](#)

 [01.1 Processo - Registro de Demandas.vsd](#)

 [01.2 Processo - Cumprimento de Requisição.vsd](#)

 [01.3 Processo - Gerenciamento de Incidentes.vsd](#)

 [01.4 Processo - Gerenciamento de Problemas.vsd](#)

 [01.5 Processo - Gerenciamento do Nível de Serviço.vsd](#)

 [01.6 Processo - Gerenciamento do Catálogo de Serviços.vsd](#)

 [02 Macro Processo - Identificar, Desenvolver, Implantar e Sustentar Soluções de TI.vsd](#)

 [02.1 Processo - Elaboração de EVT.vsd](#)

-  [02.2 Processo - Desenvolvimento de novos projetos.vsd](#)
-  [02.3 Processo - Validação de artefatos.vsd](#)
-  [02.4 Processo - Execução das mudanças.vsd](#)
-  [02.5 Processo - Manutenção corretiva dos sistemas.vsd](#)
-  [02.6 Processo - Manutenção evolutiva dos sistemas.vsd](#)
-  [02.7 Processo - Manutenção preventiva dos sistemas 1.vsd](#)
-  [02.8 Processo - Gerenciamento da liberação e implantação.vsd](#)
-  [02.9 Processo - Documentação técnica.vsd](#)
-  [03 Macro Processo - Suportar e Proteger o Ambiente e Sistemas Computacionais da Agência.vsd](#)
-  [03.1 Processo - Monitoramento das Ferramentas de SI.vsd](#)
-  [03.10 Processo - Administração do Backup de Dados da ANP.vsd](#)
-  [03.11 Processo - Administração de Redes 1.vsd](#)
-  [03.12 Processo - Gerenciamento da Capacidade.vsd](#)
-  [03.13 Processo - Gerenciamento da Disponibilidade.vsd](#)
-  [03.14 Processo - Plano de Continuidade dos Serviços de TI.vsd](#)
-  [03.15 Processo - Plano de Contingência da TI.vsd](#)
-  [03.2 Processo - Análise e Gestão de Riscos.vsd](#)
-  [03.3 Processo - Tratamento de Incidentes de SI.vsd](#)
-  [03.4 Processo - Administração do Data Center.vsd](#)
-  [03.5 Processo - Administração dos Sistemas Operacionais e Serviços.vsd](#)
-  [03.6 Processo - Administração dos Bancos de Dados.vsd](#)
-  [03.7 Processo - Administração dos Sistemas Corporativos.vsd](#)
-  [03.8 Processo - Monitoramento de Ambiente 1.vsd](#)

-  [03.9 Processo - Normalização de Alarmes.vsd](#)
-  [04 Macro Processo - Aquisições e Contratos de Bens e Serviços de TI.vsd](#)
-  [04.1 Processo - Planej. e Acomp. das Aquisições de Bens e Serviços de TI.vsd](#)
-  [04.2 Processo - Controle Administrativo de Contratos.vsd](#)
-  [04.3 Processo - Gestão e Fiscalização de Contratos.vsd](#)
-  [05 Macro Processo - Administração do Escritório de Projetos.vsd](#)
-  [05.1 Processo - Gestão de Recursos do Escritório de Projetos de TI .vsd](#)
-  [05.2 Processo - Monitoramento do Escritório de Projetos de TI.vsd](#)
-  [06 Macro Processo - Aderência ao Sistema de Gestão de TI.vsd](#)
-  [06.1 Processo - Gestão de Indicadores de Desempenho.vsd](#)
-  [06.2 Processo - Condução das Ações de Auditoria do NIN.vsd](#)
-  [06.3 Processo - Conscientização, Competências e Treinamentos.vsd](#)
-  [06.4 Processo - Ações Corretivas e Preventivas.vsd](#)
-  [07 Macro Processo - Controle de Documentos e Registros - 1.vsd](#)
-  [07.1 Processo - Elaboração, publicação e manutenção de documentos e registros.vsd](#)
-  [07.2 Processo - Arquivamento de registros do SGTI.vsd](#)
-  [08 Macro Processo - Controle de Acesso Lógico.vsd](#)
-  [08.1 Processo - Administração do Controle de Acesso Lógico ao Domínio ANP.vsd](#)
-  [08.2 Processo - Administração do Controle de Acesso Lógico aos Sistemas ANP.vsd](#)
-  [09 Macro Processo - Controle de Ativos de TI - 1.vsd](#)
-  [09.1 Processo - Administração dos Ativos de TI.vsd](#)
-  [10 Macro Processo - Inovação e Atualização Tecnológica.vsd](#)
-  [10.1 Processo - Pesquisa e Identificação de Oportunidades.vsd](#)

-  [10.2 Processo - Elaboração e Acomp. do Plano de Inov. e Atualiz. Tec.vsd](#)
-  [10.3 Processo - Participação em Eventos - Visitas Técnicas.vsd](#)
-  [11 Macro Processo - Administração de Recursos Humanos.vsd](#)
-  [11.1 Processo - Gestão de Recursos Humanos do NIN 1.vsd](#)
-  [12 Macro Processo - Serviços Administrativos.vsd](#)
-  [12.1 Processo - Apoio a Gestão do NIN.vsd](#)
-  [12.2 Processo - Apoio as Áreas do NIN.vsd](#)
-  [13 Macro Processo - Gestão Estratégica de TI.vsd](#)
-  [13.1 Processo - Planejamento Estrategico de TI.vsd](#)
-  [13.2 Processo - Plano Diretor de TI 1.vsd](#)
-  [13.3 Processo - Plano de Metas de TI.vsd](#)
-  [13.4 Processo - Orçamento Anual de TI.vsd](#)
-  [14 Macro Processo - Planejamento das Demandas de TI 2.vsd](#)
-  [14.1 Processo - Avaliação das Demandas.vsd](#)
-  [14.2 Processo - Priorização das Demandas.vsd](#)
-  [14.3 Processo - Acompanhamento das Demandas.vsd](#)
-  [15 Macro Processo - Alinhamento e Análise de Ações e Resultados 1.vsd](#)
-  [15.1 Processo - Avaliação Periódica de Demandas .vsd](#)
-  [15.2 Processo - Avaliação Periódica de Incidentes.vsd](#)
-  [15.3 Processo - Avaliação Periódica de Resultados.vsd](#)
-  [16 Macro Processo - Atendimento de Solicitações Especiais.vsd](#)
-  [16.1 Processo - Avaliação das Solicitações Especiais.vsd](#)
-  [16.2 Processo - Acompanhamento do Atendimento às Solicitações Especiais.vsd](#)

 [17 Macro Processo - Análise Crítica da Gestão.vsd](#)

 [17.1 Processo - Realização da Reunião de Análise Crítica\(RAC\).vsd](#)

A seguir, estão relacionados os processos efetivamente executados no exercício de 2016. Cumpre ressaltar que, em geral, possuem nível de maturidade inicial e precisam sofrer atualização porque defasados, o que evidencia a necessidade de adequá-los ao cenário atual.

 [01.1 Processo - Registro de Demandas.vsd](#)

 [01.2 Processo - Cumprimento de Requisição.vsd](#)

 [01.3 Processo - Gerenciamento de Incidentes.vsd](#)

 [01.4 Processo - Gerenciamento de Problemas.vsd](#)

 [01.5 Processo - Gerenciamento do Nível de Serviço.vsd](#)

 [02.1 Processo - Elaboração de EVT.vsd](#)

 [02.2 Processo - Desenvolvimento de novos projetos.vsd](#)

 [02.3 Processo - Validação de artefatos.vsd](#)

 [02.4 Processo - Execução das mudanças.vsd](#)

 [02.5 Processo - Manutenção corretiva dos sistemas.vsd](#)

 [02.6 Processo - Manutenção evolutiva dos sistemas.vsd](#)

 [02.7 Processo - Manutenção preventiva dos sistemas 1.vsd](#)

 [02.8 Processo - Gerenciamento da liberação e implantação.vsd](#)

 [02.9 Processo - Documentação técnica.vsd](#)

 [03.1 Processo - Monitoramento das Ferramentas de SI.vsd](#)

 [03.10 Processo - Administração do Backup de Dados da ANP.vsd](#)

 [03.11 Processo - Administração de Redes 1.vsd](#)

 [03.12 Processo - Gerenciamento da Capacidade.vsd](#)

-  [03.13 Processo - Gerenciamento da Disponibilidade.vsd](#)
-  [03.3 Processo - Tratamento de Incidentes de SI.vsd](#)
-  [03.4 Processo - Administração do Data Center.vsd](#)
-  [03.5 Processo - Administração dos Sistemas Operacionais e Serviços.vsd](#)
-  [03.6 Processo - Administração dos Bancos de Dados.vsd](#)
-  [03.7 Processo - Administração dos Sistemas Corporativos.vsd](#)
-  [03.8 Processo - Monitoramento de Ambiente 1.vsd](#)
-  [03.9 Processo - Normalização de Alarmes.vsd](#)
-  [04.1 Processo - Planej. e Acomp. das Aquisições de Bens e Serviços de TI.vsd](#)
-  [04.2 Processo - Controle Administrativo de Contratos.vsd](#)
-  [04.3 Processo - Gestão e Fiscalização de Contratos.vsd](#)
-  [06.2 Processo - Condução das Ações de Auditoria do NIN.vsd](#)
-  [06.3 Processo - Conscientização, Competências e Treinamentos.vsd](#)
-  [08.1 Processo - Administração do Controle de Acesso Lógico ao Domínio ANP.vsd](#)
-  [08.2 Processo - Administração do Controle de Acesso Lógico aos Sistemas ANP.vsd](#)
-  [09.1 Processo - Administração dos Ativos de TI.vsd](#)
-  [10.3 Processo - Participação em Eventos - Visitas Técnicas.vsd](#)
-  [12.1 Processo - Apoio a Gestão do NIN.vsd](#)
-  [12.2 Processo - Apoio as Áreas do NIN.vsd](#)
-  [13.2 Processo - Plano Diretor de TI 1.vsd](#)
-  [13.4 Processo - Orçamento Anual de TI.vsd](#)
-  [14.1 Processo - Avaliação das Demandas.vsd](#)
-  [14.2 Processo - Priorização das Demandas.vsd](#)

14.3 Processo - Acompanhamento das Demandas.vsd

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Seguem, abaixo, as informações dos principais projetos de TI do ano de 2016.

Tabela 44 – Principais Projetos de TI

Sistema	Resultados Esperados	Alinhamento com PE e PDTI	Dispêndio (R\$)	Prazo Realizado
SRD/PR	- Melhorar o processo de autorizações de Posto de Revenda de Combustíveis - Atualizar a base cadastral	OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.	45.536,93	26 meses
SAF	- Automatizar a coleta de frequência dos servidores - Desenhar a equipe da SGP	OBJTI01, OBJTI02 e OBJTI04.	13.335,83	12 meses
MCE	- Coletar as informações de importação autorizadas de produtos controlados pela ANP para acompanhamento do setor de Comércio Exterior	OBJTI01, OBJTI02 e OBJTI04.	81.721,82	30 meses
GPC	- Atender às necessidades do parcelamento relativo a um auto de infração de Processo Administrativo de Fiscalização. Adaptação às Portarias 40, 247 e 915.	OBJTI01, OBJTI02 e OBJTI04	1.091.156,61	60 meses
SDD	- Suportar o processo decisório da Agência - Atualizar a tecnologia do sistema anterior - Implementar melhorias demandas pelas unidades	OBJTI01, OBJTI02 e OBJTI04	177.730,26	11 meses
Integração SIATA / HB	- Integrar a nova solução da BDEP ao SIATA	OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.	203.123,79	11 meses
SIPED PTR	- Receber dados dos Planos de Trabalho referentes à repasses de recursos e desembolsos associados à obrigação de investimento em P,D&I.	OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.	43.613,59	10 meses
Nova Solução do BDEP	- Possibilitar o atendimento de demandas por dados técnicos do BD de Exploração e Produção.	OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.	2.539.264,36	23 meses

Com exceção do SRD/PR e da Nova Solução do BDEP, os projetos foram desenvolvidos dentro dos contratos estabelecidos para sustentação de sistemas. Desta forma, o levantamento de Valores Despendidos se torna trabalhoso, pois temos que levantar o esforço dos colaboradores, em atividades específica, em diferentes contratos. Neste sentido, se a falta de tal informação for impeditiva para o envio do relatório, solicito um prazo maior para realizar tal levantamento.

O Valor Orçado para projetos sem contrato específico não existe.

Os resultados esperados dos Projetos relacionados acima são estes:

1. Nome: SRD-PR – Sistema de Registro de Documentos – Posto Revendedor de Combustíveis.

Resultados esperados: gerar interface, segura e certificada digitalmente, que permita aos postos de combustíveis solicitar autorização de funcionamento à ANP e realizar atualizações cadastrais, fornecendo, via upload de arquivos, os documentos necessários relativos à solicitação enviada. Permitir à SAB, a análise das informações recebidas, o tratamento de pendências com o usuário externo via sistema, o envio de ofícios digitalmente e a conclusão do processo.

2. Nome: SAF – Sistema de Acompanhamento de Frequências.

Resultados esperados: registrar as informações dos horários de entradas e saídas, intervalos e faltas dos servidores da ANP. Fornecer o cálculo automático do saldo de horas no mês e o acumulado, e possibilitar o ajuste dos horários que necessitem de acerto, mediante justificativa e aprovação dos gestores.

3. Nome: MCE – Gestão da Movimentação de Comércio Exterior.

Resultados esperados: Coletar as informações de importação autorizadas de produtos controlados pela ANP de acordo com legislação vigente, monitorar e registrar a autorização das Licenças de Importação como Anuente junto a SRF, produzir pesquisas e relatórios através de consultas aos dados de Licenças de Importação contidos na sua base de dados para acompanhamento do setor de Comércio Exterior – para produtos sob seu controle – e também para prestação de informações públicas. Adaptação à recepção de dados do novo sistema do MDIC.

4. Nome: GPC - Gerenciamento de Parcelamento de Créditos.

Resultados esperados: atender às necessidades do parcelamento relativo a um auto de infração de Processo Administrativo de Fiscalização. Adaptação às Portarias 40, 247 e 915 .

5. Nome: SIATA – Sistema Integrado de Áreas Técnicas e Atendimento. Resultados esperados: prover integração das ferramentas da Nova Solução do BDEP (item 5 da relação anterior) com os sistemas da ANP. Permitir o atendimento das solicitações de dados à SDT através do carrinho de compras do portal BDEP.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Conforme indicado na tabela do quantitativo da força de trabalho da STI, nota-se que o percentual de servidores é muito baixo (apenas 10,7%), o que expõe a organização a diversos riscos, tais como: como elevada dependência da terceirização, perda capital intelectual, sobrecarga nos servidores e descontinuidade na prestação de serviços (dados de novembro de 2016).

Diante disso, foram tomadas medidas a fim de mitigar a dependência da terceirização, entre as quais podemos destacar:

- Levantamento da Necessidade de Pessoal:

Em maio de 2016 a STI, a pedido da Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), realizou levantamento do quantitativo necessário de servidores e respectivas atribuições. O resultado desse levantamento constatou um déficit de mais de 50% de servidores, conforme apresentado no quadro abaixo:

Tabela 45 – Necessidade de Pessoal - STI

SERVIDORES	ATUAL	NECESSIDADE	TOTAL	DÉFICIT
SUPERINTENDENTE/ADJUNTO	2	0	2	0%
PLANEJAMENTO	5	1	6	17%
CONTRATOS	2	2	4	50%
SISTEMAS	7	12	19	63%
INFRAESTRUTURA	2	3	5	60%
SEGURANÇA	1	2	3	67%
ATENDIMENTO	2	2	4	50%
TOTAL	21	22	43	51%

A Agência, como órgão da Administração Pública Federal, mantém seu quadro de servidores por meio de concurso público. Assim, o levantamento realizado servirá de base para pleitear junto à SGP e à Diretoria, a realização de concursos para provimento de servidores para a STI.

- Alocação de servidores nas coordenações da STI:

Apesar do déficit de servidores apresentada anteriormente, a fim de mitigar a dependência da terceirização, a STI alocou seus servidores de modo a garantir que todas as coordenações tivessem ao menos um servidor. Destaca-se ainda que todos os gestores e coordenadores da STI são servidores efetivos.

Figura 13 - Organograma da STI em 2016:



- Processo de Gestão de Conhecimento:

Em 2016 foi iniciado o mapeamento do processo de Gestão do Conhecimento, cujo objetivo é prover uma base, única, centralizada e de autoatendimento para criar, classificar, organizar, publicar, revisar e pesquisar artigos de conhecimento estruturados e consolidados, mantendo o conhecimento dos seus funcionários, parceiros e clientes. O processo de Gestão de Conhecimento agrega valor ao negócio e contribui para a redução da dependência da terceirização.

A despeito das medidas apresentadas, constata-se que o grau de dependência da terceirização continua muito elevado, evidenciando a urgente necessidade de se fortalecer o quadro de servidores da STI da ANP.

7.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade

7.4.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras

Os inumeráveis temas debatidos pela sociedade moderna pregam que as ações voltadas à sustentabilidade são essenciais à melhoria da qualidade de vida e à própria sobrevivência da população mundial. Escassos são os recursos naturais, nem sempre renováveis, e o ritmo acelerado de evolução tecnológica e industrialização demanda alto consumo dos recursos naturais, levando-os quase ao esgotamento. Portanto, preservar e fazer o uso racional dos recursos são sinônimos de maior qualidade de vida não apenas hoje, mas principalmente para as gerações vindouras. Nessa linha, conforme atos já demonstrados em gestões anteriores, várias ações foram implantadas e permanecem em aprimoramento na ANP. Como exemplo de ações sustentáveis desenvolvidas no âmbito desta Agência:

Utilização de Papel

Incentivo à cultura para realizar impressões em frente e verso;

Incentivo à cultura para realizar impressões em papel reciclado, sempre que possível; e

Incentivo à cultura para evitar impressões desnecessárias, buscando corrigir documentos em leitura no próprio computador.

Uso de copos descartáveis

Incentivo à utilização de copos retornáveis. Neste ponto a SGP realizou a distribuição de canecas aos servidores recém ingressos mediante o último concurso público/2016.

Licitações sustentáveis

As aquisições realizadas no âmbito da Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições buscam sempre que possível exigir nos instrumentos convocatórios a obrigatoriedade da observação dos critérios ambientais prescritos em normativos diversos;

Como exemplo, para os Serviços de Limpeza e Conservação recentemente licitados por meio do Pregão Eletrônico n.º 67/2016, é exigido emprego de materiais de limpeza preferencialmente de origem animal e que sejam biodegradáveis; e ainda a observação de Resoluções da ANVISA quanto à aplicação de produtos domissanitários; e

Outro exemplo é a aquisição de copos plásticos não tóxicos, reciclados e identificados de acordo com as prescrições da ABTN, licitados por intermédio do Pregão Eletrônico n.º 75/2016; bem como outras ações realizadas em diversas contratações.

Racionamento de Energia Elétrica

Incentivo ao racionamento de energia mediante o desligamento de monitores durante o horário de almoço e após o término do expediente;

Desligamento automático das luzes após o horário normatizado do expediente (20h00), permitido o acendimento somente após autorização da SGA em situações excepcionais; e

Utilização de sensores de presença para iluminação nos banheiros.

Racionamento de água

As torneiras dos lavatórios são dotadas de temporizador automático, racionando o consumo; e

As descargas sanitárias são automáticas e com 02 (dois) níveis de limitadores de água.

Coleta seletiva

O hall dos elevadores, e o pátio da entrada lateral são dotados de lixeiras seletivas com cores diferenciadas para materiais plásticos, alumínio e orgânicos; contribuindo para a destinação ideal dos resíduos; e

Nas salas há lixeiras identificadas com sacos de lixo com cores diferenciadas para o descarte de material reciclável e orgânico.

Convênios com Cooperativas

A entidade mantém convênio com Cooperativas de Catadores que fazem a retirada de materiais recicláveis, a exemplo de papel descartado, cartuchos de impressora e outros.

Doações de materiais

Materiais avaliados como obsoletos para funcionamento na ANP, a exemplo de bens de tecnologia da informação, são constantemente doados a instituições públicas e organizações sociais.

a) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Em consulta ao sítio do Ministério do Meio Ambiente - MMA, observa-se que apenas 02 (duas Agências Reguladoras Federais firmaram o termo de Parceria, <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros>>, acesso em 15/02/2017.

b) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

Como dito, a Agência mantém convênio com Cooperativas de Catadores que fazem a retirada de materiais recicláveis, a exemplo de papel descartado, cartuchos de impressora e outros.

c) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;
As contratações e aquisições realizadas buscam em sua maioria observar o normativo citado, conforme relatado na alínea a) em seu Item 3

d) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;
A entidade não possui formalizado PLS.

Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;
A entidade não possui formalizado PLS.

Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;
A entidade não possui formalizado PLS.

Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);
A entidade não possui formalizado PLS.

Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).
A entidade não possui formalizado PLS.

e) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Em que pese a ANP não possuir um Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, nem ser integrante da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, observando os Eixos Temáticos preceituados nesta última, percebe-se a realização de inúmeras ações que vão ao encontro das práticas recomendadas.

Eixos adotados pela A3P:

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: a entidade realiza várias ações enumeradas na alínea a);

Gestão adequada dos resíduos gerados: a entidade realiza várias ações enumeradas na alínea a);

Qualidade de vida no ambiente de trabalho: questão que extrapola economia de recursos naturais, e impacta no ambiente e qualidade de todos os que colaboram para o cumprimento da missão da ANP; neste ponto a Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP promove ações de Ginástica Laboral, acompanhamento médico / psicológico / nutricional nas dependências; bem como Sessões de Terapia em grupo com meditação, entre outras;

Sensibilização e capacitação dos servidores: pela restrição orçamentária em 2016 a oferta de ações de capacitação não atenderam todas as áreas da ANP;

Compras públicas sustentáveis: a entidade realiza várias ações enumeradas na alínea a);

Construções sustentáveis: a entidade realiza várias ações enumeradas na alínea a); quando da realização de obras e reformas;

Nessa linha, pode-se afirmar que a Agência realiza ações que contribuem para a prática de ações sustentáveis, seja nas contratações, na rotina dos serviços terceirizados, na conscientização dos servidores e colaboradores, que fomentam o espírito de racionamento não apenas das verbas públicas mas também dos consumíveis necessários às atividades diárias laborais, estando em vias de ter institucionalizado um plano de sustentabilidade.

8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Item 8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Diariamente é feita a leitura do Diário Oficial da União, bem como é realizada pesquisa da jurisprudência, dos processos e dos normativos do TCU disponibilizados em seu site para verificação dos acórdãos e processos que envolvam a Agência ou tenham relevância para sua atuação e posterior encaminhamento a área responsável para atendimento das eventuais determinações/recomendações consignadas pelo órgão de controle externo.

Após o recebimento formal do acórdão por meio de ofício do TCU, é expedido um memorando para a área responsável com prazo para o cumprimento das deliberações exaradas pelo Tribunal e, no caso de não atendimento no prazo determinado, a Auditoria Interna solicita uma prorrogação de prazo com as devidas justificativas. Caso o gestor não concorde com alguma determinação, o memorando informa sobre o prazo para recorrer ao TCU.

Todas as deliberações do TCU e da CGU são acompanhadas pela unidade de auditoria interna e são registradas em planilhas excell. Com relação ao julgamento das contas anuais de exercícios anteriores, salientamos que todas as prestações de contas da ANP estão julgadas e devidamente aprovadas pelo TCU, com exceção do ano de 2015 que se encontra em análise junto ao TCU.

Conforme quadro abaixo, apresentamos os acórdãos com a respectiva quantidade de recomendações e/ou determinações recebidas e atendidas no exercício de 2016, cuja situação é a seguinte: do total dos 12 acórdãos atinentes à ANP, foram recebidas 06 determinações e 05 recomendações, sendo que já foram atendidas 08 determinações. As demais determinações encontram-se no prazo de atendimento.

Quadro 35 – Deliberações dos Acórdãos –TCU 2016			
ACÓRDÃO	NºDE RECOMENDAÇÕES	NºDE DETERMINAÇÕES	QUANTIDADE ATENDIDA
353/2016	---	01	01

449/2016	Não há	Não há	---
1409/2016	04	02	06
1941/2016	Não há	Não há	---
1942/2016	Não há	Não há	---
2037/2016	Não há	Não há	---
2578/2016	01	01	01
2929/2016	Não há	Não há	---
3072/2016	---	01	
3168/2016	Não há	Não há	---
3169/2016	Não há	Não há	---
6168/2016	---	01	01
TOTAL	05	06	08

Fonte: AUD/ANP

ACÓRDÃO Nº 2578/2016 - TCU – Plenário

Em cumprimento à determinação 1.7.2 , segundo a qual a Agência deve informar na presente prestação de contas as medidas implementadas quanto à adoção de norma regulamentadora dos procedimentos necessários ao cumprimento da Instrução Normativa-RFB 1.307, de 27/12/2012, bem como a unidade, no âmbito da Agência, responsável pelo preenchimento e encaminhamento à Receita Federal da Declaração de Benefícios Fiscais foi enviado ao TCU o Ofício nº 051/2016/AUD, de 23/11/2016 com as seguintes explicações da área técnica responsável pelo acompanhamento do REIDI:

a) As Portarias do Ministério de Minas e Energia – MME que tratam do REIDI para dutovias e produção/processamento de gás natural são, respectivamente, as Portarias MME n°s 404 e 406, ambas de 20/10//2009, as quais permanecem ainda vigentes e sem previsão de finalização de sua revisão;

b) Para atendimento dos itens 1.7.2 e 1.8.2 do supracitado acórdão, é necessária a revisão das Portarias MME n°s 404/2009 e 406/2009 no intuito de se tornar possível a implementação das medidas para a adoção de norma regulamentadora dos procedimentos necessários ao cumprimento da Instrução Normativa - RFB 1.307, de 27/12/2012 (IN-RFB 1.307/2012), a qual determina que o Ministério de Minas e Energia, dentre outras instituições, é obrigado a apresentar a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) no que diz respeito a projetos relativos ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) aprovados pelo MME. Segundo a própria IN-RFB 1.307/2012, no entanto, há a possibilidade de delegar a obrigatoriedade de entrega da declaração a outro órgão vinculado, mediante a edição de ato específico a ser editado até o último dia útil do ano-calendário objeto da DBF, ficando o órgão vinculado responsável perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) (inciso IX do caput do art. 2º e inciso III do parágrafo único do art. 2º da IN-RFB 1.307/2012) e

c) Neste momento, não é possível informar qual(is) unidade(s) da ANP seria(m) responsável(is) pelo preenchimento e encaminhamento à Receita Federal da Declaração de Benefícios Fiscais de que trata a IN-RFB 1.307/2012, mas apenas que as áreas responsáveis por sugerir ao MME a aprovação dos projetos a serem enquadrados no REIDI pelo Ministério, com base nas Portarias MME n° 404/2009 e n° 406/2009, são a Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM), a Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) e a Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis (SRP).

8.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Além do informado no item 9.1, para o acompanhamento das recomendações do OCI, a Auditoria Interna semestralmente realiza uma atualização do status das recomendações por meio do Plano de Providência Permanente que é encaminhado para a CGU, sendo que a partir do ano de 2016, a CGU disponibilizou para acompanhamento da unidade de auditoria interna o sistema corporativo de acesso externo da Controladoria Geral da União – Extranet – CGU (Sistema Monitor), permitindo o acompanhamento de forma tempestiva das recomendações envolvendo a ANP.

Segundo os dados do sistema Monitor da CGU no ano de 2016, a ANP teve 5 recomendações atendidas, restando atualmente um total de 13 recomendações que permanecem em monitoramento e pendentes de atendimento. Ressaltamos que no exercício de 2016 não houve novas recomendações da CGU para a ANP.

8.3 – Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Conforme informado no item 4.4, a Corregedoria é a instância responsável por apurar os ilícitos administrativos. Nos casos de extravio ou dano ao bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor, a apuração do fato ocorre por intermédio do Termo Circunstanciado Administrativo

– TCA, conforme previsto na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, sendo a SGA/Patrimônio a área responsável por providenciar a apuração do extravio/dano de bens permanentes móveis de propriedade da ANP.

Em 2016 o Setor de Patrimônio da SGA, via Processo nº 48610.006369/2016-40, instaurou um TCA para apuração de extravio de bem patrimonial com valor líquido contábil de R\$ 2.133,44. A conclusão do TCA recomendou o devido ressarcimento do mencionado valor à Administração, fato realizado pelo envolvido mediante recolhimento de GRU, conforme consta à fl. 22 do processo.

8.4 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993:

Informamos que os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedeceram, conforme a disponibilidade de recursos durante o exercício financeiro para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, não havendo nenhum fato relevante ou razões de interesse público que necessitassem prévia justificativa da autoridade competente

8.5 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Com base no Relatório de Auditoria nº 003/2016/AUD, o qual aborda análise realizada sobre atos de gestão dos procedimentos de revisão, reajuste e repactuação do referido contrato, a STI iniciou, junto à empresa CPM Braxis, um processo com vistas a obter ressarcimento dos possíveis valores pagos indevidamente. O processo se encontra em fase final de decisão, aguardando posicionamento da PRG. A previsão de conclusão do processo é em 2017.

Apresentamos uma tabela com informações sobre o valor a ser ressarcido caso seja mantida a decisão da STI:

Tabela 46 - Contratos enquadrados na lei de desoneração

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Contratada		Valor a ser Ressarcido
			Nome	CNPJ	
9.057/12	Serviços continuados de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, e para o suporte de sistemas de informação em diversas tecnologias	De 18/07/2012 a 17/07/2016	CPM BRAXIS S/A	65.599.953/0003-25	R\$ 1.481.189,66

Fonte: STI/ANP

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Tabela 47 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Legal	25.122.2119.2000.0001 ⁽¹⁾	R\$ 1.692.088,34 ⁽²⁾	R\$ 1.515.697,50 ⁽³⁾

Notas: Fonte SEC/ANP

- (1) Não existe ação orçamentária específica para a publicidade legal, o programa de trabalho que suporta os contratos firmados para publicidade legal (Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação) é o 25.122.2119.2000.0001 - Administração da Unidade, cuja dotação em 2016 foi de R\$ 90.375.183,00.
- (2) Refere-se ao montante dos valores empenhados para os contratos com a Imprensa Nacional (R\$ 1.648.355,65) e a Empresa Brasil de Comunicação (R\$ 43.732,69).
- (3) Refere-se ao montante dos valores pagos à Imprensa Nacional (R\$ 1.479.147,27) e à Empresa Brasil de Comunicação (R\$ 36.550,23).

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DAS MULTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	0,99	1.941.280.267,28	-	-	1.941.280.268,27
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-46.476.634,37	-	-	-46.476.634,37
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	460.815.032,13	-	-	460.815.032,13
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	0,99	2.355.618.665,04	-	-	2.355.618.666,03

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	0,99	2.355.618.665,04	-	-	2.355.618.666,03
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-80.698.628,13	-	-	-80.698.628,13
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-0,99	1.344.603,45	-	-	1.344.602,46
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	450.616.347,50	-	-	450.616.347,50
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	46.476.634,37	-	-	46.476.634,37
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	2.773.357.622,23	-	-	2.773.357.622,23

ANEXO II – BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	673.837.315,19	918.544.014,79	Despesas Orçamentárias	450.752.208,63	467.595.862,89
Ordinárias	2.681.614,80	391.373,74	Ordinárias	6.221.058,22	2.192.464,13
Vinculadas	705.256.166,95	1.093.899.508,90	Vinculadas	444.531.150,41	465.403.398,76
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	705.256.166,95	1.093.899.508,90	Seguridade Social (Excoeto RGPS)		5.812.000,05
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-34.100.466,56	-175.746.867,85	Operação de Crédito		19.308.241,35
			Transferências Constitucionais e Legais	23.528.230,40	26.724.227,85
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	421.002.920,01	413.558.929,51
Transferências Financeiras Recebidas	238.067.288,75	444.813.186,38	Transferências Financeiras Concedidas	491.620.504,76	733.444.210,03
Resultantes da Execução Orçamentária	207.864.573,76	364.725.816,84	Resultantes da Execução Orçamentária	125.895.877,10	206.146.572,67
Repasse Recebido	99.930.652,88	179.357.682,30	Repasse Concedido	17.961.956,22	20.778.438,13
Sub-repasse Recebido	107.933.920,88	185.368.134,54	Sub-repasse Concedido	107.933.920,88	185.368.134,54
Independentes da Execução Orçamentária	30.202.714,99	80.087.369,54	Independentes da Execução Orçamentária	365.724.627,66	527.297.637,36
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	17.393.861,63	57.321.642,24	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	23.955.941,98	33.618.925,40
Demais Transferências Recebidas	542.338,91	776.398,56	Demais Transferências Concedidas	3.779.284,79	18.160.238,20
Movimentação de Saldos Patrimoniais	12.266.514,45	21.389.328,74	Movimento de Saldos Patrimoniais	337.989.400,89	475.518.473,76
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	103.648.248,20	233.949.945,95	Despesas Extraorçamentárias	84.773.666,30	44.954.457,21
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.128.404,45	7.655.013,42	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.774.449,64	16.374.655,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	89.969.452,32	101.291.663,93	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	70.390.126,39	28.533.345,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.834.789,11	-1.857.211,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.141.116,33	46.455,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.715.602,32	126.860.480,22	Outros Pagamentos Extraorçamentários	4.467.973,94	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.599,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	11.932,86	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	11.932,86		Demais Pagamentos	4.456.041,08	
Arrecadação de Outra Unidade	8.703.669,46	124.899.298,47			
Demais Recebimentos		1.958.582,75			
Saldo do Exercício Anterior	1.145.354.274,74	794.041.657,75	Saldo para o Exercício Seguinte	1.133.760.747,19	1.145.354.274,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.145.354.274,74	794.041.657,75	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.133.760.747,19	1.145.354.274,74
TOTAL	2.160.907.126,88	2.391.348.804,87	TOTAL	2.160.907.126,88	2.391.348.804,87

ANEXO III – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.096.747.665,00	1.096.747.665,00	673.837.315,19	-422.910.349,81
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	239.257.500,00	239.257.500,00	224.923.421,63	-14.334.078,37
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	239.257.500,00	239.257.500,00	224.923.421,63	-14.334.078,37
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-

Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	680.319.049,00	680.319.049,00	357.002.781,27	-323.316.267,73
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	680.319.049,00	680.319.049,00	357.002.781,27	-323.316.267,73
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	177.171.116,00	177.171.116,00	91.911.112,29	-85.260.003,71
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	177.171.116,00	177.171.116,00	90.092.187,30	-87.078.928,70
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.818.187,28	1.818.187,28
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	737,71	737,71
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.096.747.665,00	1.096.747.665,00	673.837.315,19	-422.910.349,81
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.096.747.665,00	1.096.747.665,00	673.837.315,19	-422.910.349,81
TOTAL	1.096.747.665,00	1.096.747.665,00	673.837.315,19	-422.910.349,81
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	442.777.340,00	444.134.546,00	443.337.595,01	359.807.879,67	357.683.037,72	796.950,99
Pessoal e Encargos Sociais	199.332.852,00	204.472.255,00	203.542.950,91	203.147.770,98	201.869.159,16	929.304,09
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	243.444.488,00	239.662.291,00	239.794.644,10	156.660.108,69	155.813.878,56	-132.353,10
DESPESAS DE CAPITAL	30.038.550,00	35.488.550,00	7.414.613,62	974.876,64	971.314,14	28.073.936,38
Investimentos	30.038.550,00	35.488.550,00	7.414.613,62	974.876,64	971.314,14	28.073.936,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	623.455.274,00	623.455.274,00	-	-	-	623.455.274,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.096.271.164,00	1.103.078.370,00	450.752.208,63	360.782.756,31	358.654.351,86	652.326.161,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.096.271.164,00	1.103.078.370,00	450.752.208,63	360.782.756,31	358.654.351,86	652.326.161,37
SUPERÁVIT			223.085.106,56			-223.085.106,56
TOTAL	1.096.271.164,00	1.103.078.370,00	673.837.315,19	360.782.756,31	358.654.351,86	429.241.054,81

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.509.084,17	98.342.390,96	67.703.315,02	67.703.315,02	6.097.214,45	31.050.945,66

Pessoal e Encargos Sociais	4.636.674,04	295.200,67	295.200,67	295.200,67	4.636.674,04	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.872.410,13	98.047.190,29	67.408.114,35	67.408.114,35	1.460.540,41	31.050.945,66
DESPESAS DE CAPITAL	263.017,48	2.949.272,97	2.686.811,37	2.686.811,37	226.378,40	299.100,68
Investimentos	263.017,48	2.949.272,97	2.686.811,37	2.686.811,37	226.378,40	299.100,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.772.101,65	101.291.663,93	70.390.126,39	70.390.126,39	6.323.592,85	31.350.046,34

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.061.078,13	7.543.923,38	7.062.514,16	2.270.458,59	272.028,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	828.619,25	770.161,27	58.457,98	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.061.078,13	6.715.304,13	6.292.352,89	2.212.000,61	272.028,76
DESPESAS DE CAPITAL	-	711.935,48	711.935,48	-	-
Investimentos	-	711.935,48	711.935,48	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.061.078,13	8.255.858,86	7.774.449,64	2.270.458,59	272.028,76

ANEXO IV – BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	1.154.267.196,69	1.168.943.981,17	PASSIVO CIRCULANTE	4.173.344,79	12.736.460,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.133.760.747,19	1.145.354.274,74	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	519.126,98	96.517,09
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	18.405.210,87	21.590.062,24	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.503.838,94	8.805.319,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.101.238,63	1.999.644,19	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	1.150.378,87	3.834.623,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.623.263.770,33	1.199.411.145,63	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.418.850.699,05	1.000.569.368,18	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.418.850.699,05	973.815.766,94	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.418.850.699,05	973.815.766,94	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	26.753.601,24	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.173.344,79	12.736.460,77
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-

RPPS	(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	Reservas de Capital	-	-
	Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
	Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Perm.	(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest.	-	-	Demais Reservas	-	0,99
	Imobilizado	180.811.657,77	176.506.684,55	Resultados Acumulados	2.773.357.622,23	2.355.618.665,04
	Bens Móveis	76.231.860,78	65.693.070,85	Resultado do Exercício	450.616.347,50	460.815.032,13
	Bens Móveis	86.339.899,64	73.393.667,63	Resultados de Exercícios Anteriores	2.355.618.665,04	1.941.280.267,28
Móveis	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-10.108.038,86	-7.700.596,78	Ajustes de Exercícios Anteriores	-32.877.390,31	-46.476.634,37
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
	Bens Imóveis	104.579.796,99	110.813.613,70	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.773.357.622,23	2.355.618.666,03
	Bens Imóveis	104.701.221,41	110.852.212,04			
	(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-121.424,42	-38.598,34			
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
	Intangível	23.601.413,51	22.335.092,90			
	Softwares	23.371.631,55	22.105.806,94			
	Softwares	23.371.631,55	22.105.806,94			

	(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-		
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	229.781,96	229.285,96		
	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	229.781,96	229.285,96		
Ind Pat.	(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-	-		
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e	-	-		
	Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
	Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
	(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
	(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
	Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO		2.777.530.967,02	2.368.355.126,80	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.777.530.967,02 2.368.355.126,80

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	1.133.760.747,19	1.145.471.237,52	PASSIVO FINANCEIRO	123.995.478,00	120.614.285,25
ATIVO PERMANENTE	1.643.770.219,83	1.222.883.889,28	PASSIVO PERMANENTE	422.324,37	185.941,10
			SALDO PATRIMONIAL	2.653.113.164,65	2.247.554.900,45

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	36.182.567,99	75.125.736,27	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	439.827.170,26	481.118.166,80
Execução dos Atos Potenciais Ativos	36.182.567,99	75.125.736,27	Execução dos Atos Potenciais Passivos	439.827.170,26	481.118.166,80
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	35.627.050,27	70.591.870,43	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	555.517,72	4.418.761,45	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	20.542.420,90	30.243.162,08
Direitos Contratuais a Executar	-	115.104,39	Obrigações Contratuais a Executar	419.284.749,36	450.875.004,72
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	36.182.567,99	75.125.736,27	TOTAL	439.827.170,26	481.118.166,80

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-82.515,66
Recursos Vinculados	1.009.847.784,85
Operação de Crédito	-241,35
Transferências Constitucionais e Legais	1.507.570,03
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.005.941.664,78
Demais Recursos	2.398.791,39
TOTAL	1.009.765.269,19

ANEXO V – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-7.223.962,56	362.197.995,81
INGRESSOS	923.454.995,37	1.488.357.870,77
Receitas Derivadas e Originárias	673.837.315,19	918.544.014,79
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	224.923.421,63	220.850.197,59
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	357.002.781,27	584.940.847,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	91.911.112,29	112.752.970,20
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	249.617.680,18	569.813.855,98
Ingressos Extraorçamentários	2.834.789,11	-1.857.211,62
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	11.932,86	-
Transferências Financeiras Recebidas	238.067.288,75	444.813.186,38
Arrecadação de Outra Unidade	8.703.669,46	124.899.298,47
Demais Recebimentos	-	1.958.582,75
DESEMBOLSOS	-930.678.957,93	-1.126.159.874,96
Pessoal e Demais Despesas	-392.131.581,02	-337.417.531,23
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-9.091.063,89	-7.438.817,01
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-205.731,94	-140.112,76
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-190.359,37
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-359.525.597,07	-302.926.613,24
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-23.297.255,26	-26.724.227,85
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-11.932,86	2.599,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-40.329.714,74	-55.251.678,15
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-40.329.714,74	-55.251.678,15
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-498.217.662,17	-733.490.665,58
Dispêndios Extraorçamentários	-2.141.116,33	-46.455,55
Transferências Financeiras Concedidas	-491.620.504,76	-733.444.210,03
Demais Pagamentos	-4.456.041,08	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.369.564,99	-10.885.378,82
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.369.564,99	-10.885.378,82
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.682.973,76	-9.766.314,69
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.686.591,23	-1.119.064,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-11.593.527,55	351.312.616,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.145.354.274,74	794.041.657,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.133.760.747,19	1.145.354.274,74

ANEXO VI – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.421.778.012,19	1.744.932.775,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	607.468.107,29	1.087.365.061,84
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	607.468.107,29	1.087.365.061,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.254.352,15	10.698.226,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.148.974,02	10.386.853,61
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	105.378,13	311.372,54
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	259.367.933,23	445.185.919,58

Transferências Intragovernamentais	238.067.288,75	444.813.186,38
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	21.300.644,48	372.733,20
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.854.428,81	24.419.221,73
Reavaliação de Ativos	5.111.084,26	6.377.793,66
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.100.628,16
Ganhos com Desincorporação de Passivos	743.344,55	16.940.799,91
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	543.833.190,71	177.264.346,11
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	543.833.190,71	177.264.346,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	971.161.664,69	1.284.117.743,28
Pessoal e Encargos	201.181.394,38	191.400.156,09
Remuneração a Pessoal	163.054.630,45	155.793.976,54
Encargos Patronais	29.458.692,07	28.481.832,11
Benefícios a Pessoal	7.282.015,56	5.682.033,32
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.386.056,30	1.442.314,12
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.286.071,22	7.469.313,62
Aposentadorias e Reformas	7.349.612,32	5.737.382,93
Pensões	1.919.371,06	1.657.873,76
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.087,84	74.056,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	187.110.530,85	136.340.435,23
Uso de Material de Consumo	988.320,48	947.457,85
Serviços	183.531.489,09	131.862.942,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.590.721,28	3.530.034,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	28.748.463,08	168.577.309,87
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	46.357,88	24.848,28
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	28.702.105,20	168.552.461,59
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	536.493.658,68	733.790.457,23
Transferências Intragovernamentais	491.620.504,76	733.444.210,03
Transferências Intergovernamentais	23.297.255,26	-

Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	21.575.898,66	346.247,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.990.425,27	46.433.534,82
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.642,56	3.081,32
Incorporação de Passivos	7.787.699,19	28.227.333,99
Desincorporação de Ativos	201.083,52	18.203.119,51
Tributárias	96.262,25	35.478,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	82.786,61	35.478,90
Contribuições	13.475,64	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	254.858,96	71.057,52
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	254.858,96	71.057,52
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	450.616.347,50	460.815.032,13

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

ANEXO VII – MULTAS QUANTIDADE

Modelo

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação	
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações			
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
2016	3.701	1.696	-	2	-	200	-	1.383	-	0	-	403	-	1786	-	17	-	3.701	-
2015	3.712	323	1.711	4	2	16	306	78	972	0	0	833	705	1.616	1.677	40	16	3.712	3.712
Total	7.413	2.019	1.711	6	2	216	306	1.461	972	0	0	1.236	705	3.402	1.677	57	16	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		7.413	3.712																

Observações:

- Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;
- Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- Quantitativos relativos aos exercícios de 2016 ou 2015, de acordo com o período de competência;
- Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;
- A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;

- g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada;
- h) Quando forem informadas multas na coluna "Multas com Risco de Prescrição Executória", estas não podem ser inseridas em outros campos, para evitar a dupla contagem.

ANEXO VIII – MULTAS VALORES

Modelo

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)															
MONTANTE FINANCEIRO (R\$)															
Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competência	
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2016	796.402.813,81	38.308.763,68	-	76.796.685,26	-	60.000,00	-	135.528.210,40	-	143.454.710,64	-	402.254.443,83	-	796.402.813,81	-
2015	97.591.500,00	6.303,90	6.511.346,10	9.716.696,10	24.189.653,90	112.000,00	25.000,00	412.500,00	13.185.000,00	55.581.000,00	53.247.500,00	1.037.000,00	433.000,00	97.591.500,00	97.591.500,00
Total	893.994.313,81	38.315.067,58	6.511.346,10	86.513.381,36	24.189.653,90	172.000,00	25.000,00	135.940.710,40	13.185.000,00	199.035.710,64	53.247.500,00	403.291.443,83	433.000,00	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				893.994.313,81	97.591.500,00										

- Observações:**
- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;
- b) Os campos devem ser preenchidos com os valores monetários nominais (sem atualização, multa de mora e encargos legais);
- c) Valores monetários relativos aos exercícios de 2016 ou 2015, de acordo com o período de competência;
- d) Valores consolidados referentes ao montante total de multas aplicadas pela Agência/Entidade fiscalizadora;
- e) A coluna "Validação" representa a confirmação dos valores inseridos na coluna "Aplicadas" distribuídos pelas demais colunas;
- f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a parte paga como valor arrecadado e o saldo ainda inadimplente deve ser inserido na coluna "Demais situações".

ANEXO IX – INDICADORES DE MULTA

Modelo

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário					
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2016	2015
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	1.461	972
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	3.402	1.677
	%	Físico	a/b x 100	42,95%	57,96%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	3.402	1.677
	%	Físico	a/b x100	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	6	2
	Qtde	Aplicadas	b	7.413	3.712
	%	Físico	a/b x 100	0,08%	0,05%
	R\$	Canceladas	c	172.000,00	25.000,00
	R\$	Aplicadas	d	893.994.313,81	97.591.500,00
	%	Financeiro	c/d x 100	0,02%	0,03%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	216	306
	Qtde	Aplicadas	b	7.413	3.712
	%	Físico	a/b x 100	2,91%	8,24%
	R\$	Suspensas	c	135.940.710,40	13.185.000,00
	R\$	Aplicadas	d	893.994.313,81	97.591.500,00
	%	Financeiro	c/d x 100	15,21%	13,51%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	2.019	1.711
	Qtde	Aplicadas	b	7.413	3.712
	%	Físico	a/b x 100	27,24%	46,09%
	R\$	Arrecadadas	c	86.513.381,36	24.189.653,90
	R\$	Aplicadas	d	893.994.313,81	97.591.500,00
	%	Financeiro	c/d x 100	9,68%	24,79%

ANEXO X – GRUPO DESPESA

Grupo Despesa		Item Informação		29	31	33	34
				DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
		Elemento Despesa		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	155.893.383,00	155.893.383,00		155.160.886,86
		13	OBRIGACOES PATRONAIS	27.594.562,64	27.594.562,64		27.498.439,53
		01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	5.737.382,93	5.737.382,93		5.737.382,93
		03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.657.873,76	1.657.873,76		1.657.873,76
		96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	1.319.651,83	1.024.451,16	295.200,67	1.024.451,16
		07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	787.620,99	787.620,99		787.620,99
		92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	264.145,02	264.145,02		264.145,02
		91	SENTENCAS JUDICIAIS	242.357,00	242.357,00		242.357,00
		16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	124.269,08	124.269,08		124.269,08
		94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	98.332,08	98.332,08		98.332,08
		Total		193.719.578,33	193.424.377,66	295.200,67	192.595.758,41
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	211.433.035,40	115.489.227,98	95.943.807,42	101.950.658,92
		92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	23.181.757,92	23.181.757,92		23.181.757,92

		37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	18.665.492,45	17.284.785,19	1.380.707,26	17.021.563,88
		91	SENTENCAS JUDICIAIS	16.180.781,49	16.180.781,49		16.180.781,49
		33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.170.085,53	6.566.798,33	603.287,20	5.758.135,81
		46	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.601.140,37	3.601.140,37		3.601.140,37
		30	MATERIAL DE CONSUMO	2.755.936,73	2.216.152,27	539.784,46	625.503,64
		93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.141.832,62	2.118.044,74	23.787,88	2.117.056,18
		14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.735.916,24	1.735.916,24		1.735.916,24
		35	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.174.879,73	1.059.879,73	115.000,00	970.379,73
		36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	942.277,12	942.277,12		942.277,12
		08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	196.736,42	196.736,42		196.736,42
		49	AUXILIO-TRANSPORTE	91.476,38	91.476,38		91.476,38
		48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	50.810,88	50.810,88		50.810,88
		58	OUTROS BENEFICIOS DO RGPS - AREA URBANA	10.782,01	10.782,01		10.782,01
		47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.273,53	7.701,93	1.571,60	7.701,93
		Total			289.342.214,82	190.734.269,00	98.607.945,82
4	INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.899.322,45	640.230,85	1.259.091,60	536.758,11
		52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.690.074,40	710.960,02	979.114,38	703.342,72
		51	OBRAS E INSTALACOES	1.224.641,68	513.574,69	711.066,99	513.574,69
		93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	245,70	245,70		245,70
		Total			4.814.284,23	1.865.011,26	2.949.272,97
Total			487.876.077,38	386.023.657,92	101.852.419,46	368.792.358,55	

RESULTADO INSTITUCIONAL DO CICLO 2015-2016

DIM	PE SO	#	METAS GLOBAIS	PES O	METAS INTERMEDIÁRIAS	PES O	UOR G	Indicadores	PES O	META	ÍNDICE ATINGIDO	RESULTADO	CONTRIBUIÇÃO
SOCIEDADE	50	1	Desenvolver um ambiente regulatório estável e moderno, por meio da formulação e implementação transparente de suas regulamentações, protegendo os interesses dos consumidores e promovendo a concorrência.	50	Aperfeiçoar os instrumentos de regulação visando garantir a elaboração de regulamentos efetivos e transparentes	5	SEC	Coordenar o processo de regulamentação da Agência, com base nos pressupostos da Gestão de Processos. Gerir o desempenho do processo por meio da medição e análise dos resultados dos seus indicadores, do monitoramento das propostas de regulamentação e da elaboração de planos de ação para aqueles corrigir os aspectos em que os processos tiveram desempenho abaixo do esperado.	100	90,00	100,00	100,00	1,25
						85	SPL	Qualificar empresas para atender as Leis nº 9.478/1997 (arts. 25 e 29), 11.909/2009 e 12.351/2010.	12	90,00	99,07	100,00	2,55
							SAB	Analisar pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos	28	70,00	93,20	100,00	5,95

[illegible]

[illegible]

[illegible]

							SSM	Minimizar a discricionariedade do processo de aplicação das multas, buscando adequação dos valores das penalidades à criticidade das infrações e características das operações.	20	100,00	100,00	100,00	1,50
					Estimular a participação social no combate à adulteração e à sonegação por meio dos canais de relacionamento da ANP	10	CRC	Estimular a participação social no combate à adulteração e à sonegação por meio dos canais de relacionamento da ANP.	100	80,00	90,35	100,00	2,50
DIM	PE SO	#	METAS GLOBAIS	PES O	METAS INTERMEDIÁRIAS	PES O	UOR G	Indicadores	PES O	META	ÍNDICE ATINGIDO	RESULTADO	CONTRIBUIÇÃO
FINANÇAS	18	3	Adotar um modelo de gestão financeira que favoreça a transparência na utilização de recursos e que assegure a integração entre o fluxo orçamentário, o fluxo financeiro e as atividades das unidades organizacionais.	20	Aprimorar os procedimentos de contratação de bens e serviços	40	SFA	Executar a administração, buscando aprimorar o modelo de gestão administrativa, incluindo o gerenciamento de demandas.	100	90,00	98,00	100,00	1,44
					Aperfeiçoar o sistema de gestão orçamentária do Plano de Ação Anual (PAA)	40	COR	Aprimorar o processo de elaboração da proposta orçamentária da ANP, por intermédio da evolução do plano de ação anual (PAA).	100	50,00	100,00	100,00	1,44

PROCESSOS	24	5	Divulgar proativamente à sociedade, ao governo e ao mercado regulado os resultados obtidos com a execução de projetos e processos, demonstrando a qualidade da utilização dos recursos disponibilizados à ANP, com foco na maximização do retorno à sociedade.	80	Aperfeiçoar a administrar a execução financeira do orçamento	20	SFA	Administração e execução financeira do orçamento, conforme disponibilidade, de forma a atender com eficácia toda estrutura organizacional da ANP.	100	85,00	96,25	100,00	0,72
					Publicar estudos, dados estatísticos e informações periódicas das indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis	80	SSM	Publicar mensalmente dados estatísticos e dados de incidentes sobre segurança operacional e meio ambiente.	20	100,00	100,00	100,00	2,30
							CDC	Acompanhar e analisar a evolução dos preços de combustíveis no mercado nacional e publicar estatísticas.	20	75,00	100,00	100,00	2,30
							SBQ	Possibilitar o acompanhamento pela sociedade do panorama atual da qualidade dos combustíveis comercializados no país.	40	80,00	99,00	100,00	4,61
							SPD	Publicar os dados estatísticos mensais, boletins e relatórios, e Anuário Estatístico nos prazos definidos.	20	90,00	91,00	100,00	2,30
					Simplificar e ampliar o acesso dos cidadãos e agentes econômicos às informações e serviços prestados pela ANP	20	SCI	Reduzir a taxa média de rejeição do usuário da página eletrônica da ANP.	100	45,00	39,54	87,87	2,53
PROCESSOS	24	5		60		60	SEP	Média de 2 indicadores da SEP	50	90,00	95,85	100,00	4,32

Garantir a implementação dos procedimentos previstos na regulamentação vigente, bem como incentivar e orientar os agentes regulados a adotar as melhores práticas da indústria, de modo a garantir a segurança operacional, a qualidade dos produtos e a preservação do meio ambiente.	Estimular o incremento da atividade exploratória e da produção de petróleo e gás natural		SDP	Realizar a gestão dos contratos dos campos que estão na fase de produção, visando à conservação e ao uso racional do petróleo e do gás natural de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo.	50	93,00	129,38	100,00	4,32
	Garantir o cumprimento do compromisso de conteúdo local previsto nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural	10	CCL	Verificar o efetivo cumprimento dos compromissos de Conteúdo Local, assumidos pelas Operadoras em Contratos de Concessão, Cessão Onerosa e Partilha da Produção.	100	80,00	81,90	100,00	1,44
	Controlar, calcular e efetuar a distribuição das participações governamentais e de terceiros e fiscalizar instalações que movimentam petróleo e gás natural para fins de royalties	25	SPG	Garantir o controle da arrecadação, calcular e efetuar a distribuição das participações governamentais e de terceiros e fiscalizar instalações que movimentam petróleo e gás natural para fins de royalties.	100	82,00	95,00	100,00	3,60
	Garantir o cumprimento do compromisso da aplicação de recursos e projetos de P,D & I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação)	5	SPD	Avaliar as propostas de aplicação de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D em projetos enquadrados no regulamento, fiscalizar o cumprimento da obrigação de investimentos em P&D considerando os resultados obtidos e a aplicação dos recursos e gerar indicadores de	100	80,00	85,00	100,00	0,72

[illegible]

						SDT	Aferir a qualidade dos serviços relacionados à avaliação e armazenamento do acervo de dados técnicos existentes sobre as bacias sedimentares brasileiras, bem como as informações relativas às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, em cumprimento ao mandamento legal de organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.	50	90,00	96,00	100,00	1,92
	7		10	Promover a capacitação dos servidores	70	SGP	Capacitar os servidores para o melhor desempenho de suas funções, contribuindo para o atingimento dos objetivos organizacionais.	100	90,00	82,78	91,98	1,55

	Promover o desenvolvimento com excelência do conhecimento técnico e regulatório de seus servidores, para que estes possam identificar e incorporar à regulamentação produzida pela ANP os avanços tecnológicos e as futuras melhores práticas das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis.		Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico da ANP com o objetivo de subsidiar os servidores com material técnico necessário ao desenvolvimento de suas atividades	30	CDI	Garantir a atualização e a organização do acervo físico e digital da biblioteca da ANP.	100	100,00	91,85	91,85	0,66
#	METAS GLOBAIS	PES O	METAS INTERMEDIÁRIAS	PES O	UOR G	Indicadores	PES O	META	ÍNDICE ATINGIDO	RESULTADO	CONTRIBUIÇÃO
8	Aplicar técnicas modernas de gerenciamento de projetos e processos na condução da estratégia e desenvolver a cultura de gestão de projetos e processos na ANP.	10	Desenvolver e institucionalizar a Gestão da Estratégia na ANP	50	SEC	Implementar e institucionalizar as ferramentas do planejamento estratégico da ANP (Mapa estratégico, Indicadores e Metas e Carteira de Projetos Estratégicos). Gerir a estratégia da Agência por meio da medição e análise dos resultados dos indicadores, do monitoramento da carteira de projetos estratégicos, da realização das Reuniões de Análise da Estratégia e da elaboração de ações para	100	90,00	66,67	74,08	0,89

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

			10	Implantar um conjunto de sistemas, bancos de dados e instrumentos de comunicação integrados, que permitam a otimização operacional das atividades e que contribuam para o processo de tomada de decisão com informações úteis e confiáveis.	50	Garantir a disponibilidade e a melhoria contínua dos serviços de TI	100	STI	Mede a disponibilidade tal como vista pelo usuário (link Internet, ponto a ponto, servidores, componentes, firewall)	100	98,00	101,00	100,00	2,00
	GESTÃO DE PESSOAS	2	11	Identificar e promover o desenvolvimento de líderes e futuros líderes, por meio da valorização e aprimoramento de suas competências técnicas e de gestão, preparando-os para assumir posições gerenciais e funções chave na organização segundo uma política de consequências, considerando os resultados alcançados e o compromisso com a instituição.	50	Realizar a capacitação dos gestores da Agência	100	SGP	Capacitar os líderes da ANP, por meio da Escola de Líderes, de modo que a Agência disponha de lideranças preparadas nas suas posições gerenciais.	100	70,00	100,00	100,00	1,00

			12	Mapear as competências necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição e garantir sua disponibilidade, estruturando um modelo de gestão por competências.	50	Realizar o mapeamento das competências necessárias à consecução dos objetivos estratégicos da ANP	100	SGP	Realizar o mapeamento das competências necessárias à consecução dos objetivos estratégicos da ANP.	100	100,00	100,00	100,00	1,00
APRENDIZADO E CRESCIMENTO - BASE	2	13		Implementar um modelo de gestão que favoreça o aumento da produtividade da ANP e que permita avaliar e recompensar os servidores de forma meritocrática, com ênfase em sua contribuição para a produtividade da agência.	10	Aprimorar as ferramentas de avaliação de desempenho utilizadas na ANP e disseminar a sua correta aplicação	50	SGP	Implementar melhorias na sistematização da avaliação de desempenho, como forma de promover o desenvolvimento dos servidores e gestores.	100	100,00	100,00	100,00	0,10
						Desenvolver e disseminar programas voltados à promoção da saúde e da qualidade de vida da força de trabalho	50	SGP	Desenvolver e disseminar programas voltados à promoção da saúde e da qualidade de vida da força de trabalho.	100	80,00	100,00	100,00	0,10
			14	Aprimorar a estrutura organizacional de forma a promover a integração de diretores, gestores e servidores a partir da perspectiva da instituição como um todo, valorizando a comunicação e a contribuição multidisciplinar na construção das decisões.	10	Desenvolver e institucionalizar a Gestão da Estratégia na ANP	50	SEC	Implementar e institucionalizar as ferramentas do planejamento estratégico da ANP (Mapa estratégico, Indicadores e Metas e Carteira de Projetos Estratégicos). Gerir a estratégia da Agência por meio da medição e análise dos resultados dos indicadores, do monitoramento da carteira de projetos estratégicos, da realização das Reuniões de Análise da Estratégia e da	100	90,00	66,67	74,07	0,07

[illegible]

									determinação pelo técnico da CRG.		96,00	96,00	100,00	0,32
							AIN	Subsidiar diretores e gestores com informações necessárias à tomada de decisão.	25					
							PRG	Garantir segurança jurídica, celeridade e integração com as demais unidades organizacionais.	25	100,00				
														98,58